

***LIXO TURÍSTICO E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO INTEGRADA
DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA UM TURISMO
SUSTENTÁVEL: O CASO DE CALDAS NOVAS, GOIÁS***

Priscila Bernardes Álvares
Dissertação de Mestrado

Brasília – D.F., julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás

Priscila Bernardes Álvares

Orientadora: Dr^a Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, junho\2010

Álvares, Priscila Bernardes
Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás. Priscila Bernardes Álvares.

Brasília, 2010.

209 p.:il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Resíduos Sólidos Urbanos. 2. Gestão Integrada.
3. Turismo Sustentável. I. Universidade de Brasília. CDS.
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás

Priscila Bernardes Álvares

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Isabel Teresa Gama Alves, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Doutora (Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB)
(Examinador Externo)

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Suplente)

Brasília-DF, 24 junho de 2010

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que estiveram comigo nessa trajetória e, principalmente, aos catadores de recicláveis de Caldas Novas, Goiás, pessoas que muito me ensinaram sobre a vida do outro lado da *sacolinha de lixo*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas duas Grandes Mães: Mãe Mataji e Mãe Enir, pela dádiva de existirem em minha vida e cuidarem sempre de mim; serem o eixo da minha existência e da minha persistência em continuar acreditando em mim.

À minha família: meu padrasto Giovanni, por estar sempre torcendo por mim e sempre tão empenhado em me ajudar. À minha irmã Jan e sua família. Jan, além de te agradecer, te dedico este trabalho, pois sem você, como já te disse muitas vezes, a “viagem” do turismo acadêmico nunca teria acontecido em minha vida. Ao meu pai, que me deu a maior lição de vida, de que hoje a realidade se apresenta de um jeito, e amanhã tudo pode mudar, assim, do nada. Justamente por isso, precisamos dedicar o melhor de nós, a cada dia, para as pessoas que amamos e para as causas em que acreditamos. Ao Victor Almeida por todo o companheirismo.

À Laura Cecília, a quem admiro e a maior responsável pelo meu enraizamento no CDS.

À minha querida ex-chefe Dra. Isabel Gama, a quem muito agradeço pelas oportunidades de crescimento profissional, intelectual e pessoal.

À minha querida amiga Dani bióloga, por tudo que me ensinou. Exemplo de como ser uma guerreira na vida, sem perder a essência da doçura e de grande coração.

À minha Coisinha Indefinida, Dri, Dri, Dri. Essa é realmente um caso muitíssimo especial. *Indefinida*, porque ora ela é minha amiga, ora minha mãe, algumas vezes irmã, outras vezes “anja”, em determinadas horas conselheira, em outras orientadora, até minha “chefe” ela já foi. Ou seja, uma amiga surrealista que faz parte do meu coração e sobre a qual não consigo definir o que realmente representa na minha vida. Meus sinceros e eternos agradecimentos por tudo!

Tia Bia, agradeço não só pelos almoços de “pequis goianos”, nos domingos de muita leitura e trabalho, mas por ser uma espécie de mãe substituta nos meses em que fico sozinha no Brasil. Preciso te agradecer também pela existência da minha querida Ana. Doñaña! Claro! Minha queridíssima amiga e companheira de campo, minha “*câmera woman*”, que foi comigo descobrir o lado perverso do turismo em Caldas Novas e gravar momentos inesquecíveis da minha pesquisa. Meus sinceros agradecimentos por estar sempre comigo, onde quer que eu esteja, sempre torcendo positivamente por mim. Nós duas sabemos qual o real sentido da expressão *amizade verdadeira!*

Agradeço ao meu tio Sérgio pelo carinho, confiança e diálogos.

À tia Sandrinha, que também é uma mãe quando mamãe não está no Brasil, e que, além das comidinhas deliciosas, me alimenta de notícias quentíssimas sobre o turismo. Muito obrigado, tia. Não me esqueço de você falando, quando morávamos juntas no *Ashram*: “*Fifizinha, vá logo fazer um mestrado! Pare de perder tempo com especialização. Você pode e deve ir direto para um mestrado. Tenha medo não, que você consegue!*”

Neste exato momento eu paro de escrever e começo a pensar como poderia fazer o devido reconhecimento a uma pessoa. Pessoa essa responsável por eu estar aqui elaborando estes agradecimentos. Minha *Academic Mother*, minha orientadora Dra. Izabel Zaneti. Como eu poderia lhe expressar minha gratidão? Talvez mais de cem 100 páginas fossem insuficientes para contar tudo. Aliás, preciso agradecer a toda a família Zaneti, que não só me acolheu, mas fez parte do meu

mestrado. Tainá e Nicole viraram irmãs. Sempre cheias de carinho, sorrisos e boas energias. Muito obrigada.

Mas então, minha *Academic Mother*, como posso escrever em um parágrafo tudo que preciso te agradecer? Você foi muito além de simples orientadora. Você foi uma mulher que me ensinou a ser “perita em sagacidade, em cálculos exatos, meios aparentemente mágicos e, sem dúvida, professora de sábias estratégias” nos contextos mais complexos e simples da minha vida acadêmica e pessoal. MUITÍSSIMO obrigada por absolutamente tudo, e saiba que sou sua grande admiradora.

Meus agradecimentos aos professores do CDS, que em meu momento mais difícil me ajudaram a superar as adversidades. Gostaria de agradecer também ao pessoal da secretaria, em especial à Paula, Antônio e ao Willian.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, pelos diálogos, alegrias e aprendizagem: Valéria Gentil e Marcelo Persegona. Ao Marcelo, pelas oportunidades profissionais, sempre tão importantes para minha vida.

Ao VIIIIIIIII pelos momentos de diálogos, paciência, superação, aprendizado, força e carinho. Agradeço aos seus dedinhos, que também fizeram parte da construção deste trabalho.

Ao Rafa, que é meu amigo, uma espécie de anjo e irmão em minha vida!

Agradeço especialmente ao professor Dr. Álvaro Quaglia, por ter sido mais que meu professor, meu mestre!

Meu profundo e sincero agradecimento ao prof. Dr. Neio Campos e à Dra. Iara Brasileiro. Desde antes da participação em minha qualificação, a convivência com vocês, a troca de experiência e os diálogos foram fundamentais para o meu amadurecimento intelectual.

Em Caldas Novas, devo agradecimentos à minha grande amiga Giovanna e ao pessoal da Secretaria de Meio Ambiente: senhor Mauro; senhor Divino; a Nayara; a Isabel e ao Thierry da Secretaria de Comunicação, que além de amigos, foram as pessoas que mais contribuíram para minha coleta de dados em campo.

Ao senhor Ivan Garcia, secretário de Turismo e do Meio Ambiente, pelas informações que me foram concedidas durante a entrevista.

Por fim, queria que ficasse registrado meu reconhecimento e gratidão mais que especial a todos os catadores de recicláveis de Caldas Novas que, além de me ajudarem na pesquisa, me ensinaram muitas lições de vida: À dona Joana, sempre uma joia de pessoa comigo; à Denise e seus lindos filhos! Foi com vocês que eu mais aprendi o lado da sobrevivência a partir do lixo turístico, foi com vocês que eu vi que educação e limpeza não são questão de ter mais ou menos dinheiro, aprendi que na caixa de um Todinho jogado no lixo podemos ter aulas de geografia, física, matemática, português e aula de cidadania. Foi com vocês que eu senti mais de perto o quanto precisamos transformar nossos conceitos e preconceitos sobre o lixo. Enfim, foi com a família de vocês e diante dos *contêineres* de lixo expostos do lado de fora dos hotéis em Caldas Novas, que eu pude presenciar um dos lados tristes do turismo, quando um destino turístico não tem gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

De coração...

Muito obrigada a todos vocês!

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos... A viagem da descoberta consiste não em achar novas paisagens, mas em ver com novos olhos... Para fazer mudanças não é preciso buscar novas paisagens, basta apenas olhar com novos olhos.”

(Marcel Proust)

RESUMO

Esta dissertação analisa alguns reflexos da atividade turística diante da gestão dos resíduos sólidos urbanos (lixo) de Caldas Novas, Goiás, município considerado pelo Ministério do Turismo como o 37º destino indutor da atividade turística no Brasil – Região da Águas. O aumento dos resíduos orgânicos e inorgânicos em alta temporada devido ao fluxo turístico foi denominado neste trabalho *lixo turístico*. Esta variável, aliada à má gestão dos resíduos sólidos urbanos, foi a principal responsável por demonstrar algumas alterações na dinâmica social da cidade, como por exemplo, a existência dos *catadores-turistas* e dos *catadores de temporadas*. O primeiro grupo corresponde ao fluxo turístico de catadores de recicláveis oriundos de municípios vizinhos a Caldas Novas, que se deslocam para a cidade em épocas de alta temporada, divertem-se, catam recicláveis, vendem o material para as cooperativas de reciclagem local, obtêm uma renda extra e retornam às suas casas ao término da alta temporada. O segundo, catadores de temporadas, são moradores locais que possuem empregos formais ou informais, porém, em época de alta temporada na cidade, exercem a atividade de catadores para aumentar a renda mensal. Diante dessa mobilidade social, dentre outros fatores, como a falta de diálogo entre os atores sociais - representados nesse trabalho pelas Secretarias do Meio Ambiente e Turismo; gestores hoteleiros; catadores de recicláveis e turistas -, a inexistência da gestão integrada de resíduos sólidos demonstrou que a atividade turística local é enfraquecida do ponto de vista socioambiental, mesmo que ela pareça fortalecida economicamente. As pequenas disparidades entre os interesses econômicos em detrimento do bem-estar equilibrado de todo o destino turístico reforçam a atividade turística indutora de prejuízos ambientais e desigualdades sociais. O referencial teórico adotado foi: pesquisa qualitativa por meio do estudo de caso. Para avaliar os resultados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Conclui-se que um destino turístico que não realiza gestão integrada de resíduos sólidos urbanos reforça o lado perverso do turismo, onde as expectativas socioculturais, políticas, ambientais, dentre outras, estão subjugadas meramente aos aspectos econômicos da atividade turística. Aspectos esses que não garantem por si só o desenvolvimento sustentável do turismo.

Palavras-chave: Gestão integrada. Resíduos sólidos urbanos. Turismo sustentável.

ABSTRACT

This present research examines some consequences of tourism on the management of municipal solid waste (garbage) from Caldas Novas, Goiás, city considered by the Tourism Department (Ministério do Turismo) as its 37th destination inducer of tourism in Brazil - The Region's Waters. The increase in organic and inorganic waste in high season due to the news flow has been termed in this paper "*trash tour*". This variable, together with poor management of municipal solid waste was mainly responsible for showing some changes in the social dynamics of the city, such as the existence of *scavengers-tourists* and collectors of seasons. The first group corresponds to the tourist influx of collectors of recyclables from the neighboring municipalities of Caldas Novas, moving to the city in times of high season, enjoy, scavenge recyclable material to sell the local recycling cooperatives, obtain a extra income and return to their homes at the end of the season. The second, collectors of seasons, are local residents who have formal or informal jobs, but in high season in the city, engaged in the activity of scavengers to increase monthly income. Given this social mobility, among other factors, like lack of dialogue between the social actors - represented in this work by the Departments of Environment and Tourism, hotel managers, tourists and collectors of recyclable - the lack of integrated management of solid waste has shown that the local tourism industry is weak in terms of socio-environmental, even though she seems stronger economically. The small gap between the economic interests at the expense of balanced wellbeing of all tourist destination strengthen the tourism-inducing environmental damage and social inequality. The theoretical approach was: qualitative research through case study. To evaluate the results, we used the technique of content analysis. We conclude that a tourist who does not realize the integrated management of municipal solid waste enhances the downside of tourism, where the social and cultural expectations, political, environmental, among others, are merely subjugated to economic aspects of tourism. Those aspects that do not themselves guarantee the sustainable development of tourism.

Keywords: Integrated Management. Solid Waste. Sustainable Tourism.

LISTA DE SIGLAS

ABNT-NBR	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGETUR	- Agência Goiana de Turismo
CADASTUR	- Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo
CDS	- Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CF	- Constituição Federal
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92)
EPI	- Equipamento de Proteção Individual
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
GIRSU	- Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	- Imposto Predial Territorial Urbano
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MP	- Ministério Público
MTur	- Ministério do Turismo
MTur – RB	- Ministério do Turismo – Relatório Brasil
OMT	- Organização Mundial do Turismo
ONU	- Organizações das Nações Unidas
PEV	- Ponto de Entrega Voluntária
PGRSU	- Plano de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos
PL	- Projeto de Lei
PLANASA	- Plano Nacional de Saneamento
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNRSU	- Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNT	- Plano Nacional de Turismo
RSU	- Resíduos Sólidos Urbanos
SAGET	- Sistema Automático de Gestão de Empresas de Turismo
SEBRAE	- Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento
SGA	- Sistema de Gestão Ambiental
SINIMA	- Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SINIS	- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
SINISA	- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente

- SNVS** - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
- TSU** - Taxa de Serviços Urbanos
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1** - Resultados consolidados entre os anos 2008/2009 – MTur/Relatório Brasil
- TABELA 2** - Pesagem do lixo doméstico de acordo com os relatórios cedidos pela Secretaria de Obras e do Meio Ambiente de Caldas Novas, de 2005 a 2009.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** - Destinação Final de Resíduos Sólidos X Volume
- QUADRO 2** - Destinação Final de Resíduos X % Municípios
- QUADRO 3** - Aspectos ambientais da macrodimensão da sustentabilidade - Resíduos
- QUADRO 4** - Dimensões da sustentabilidade e seus reflexos no turismo
- QUADRO 5** - Indicadores Centrais do Turismo Sustentável
- QUADRO 6** - Evolução da população de Caldas Novas, 1842 - 2007
- QUADRO 7** - Demonstrativo do ranking nacional dos meios de hospedagem cadastrados no SAGET em 2004
- QUADRO 8** - Demonstrativo do ranking estadual dos meios de hospedagem cadastrados na AGETUR em 2004

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** - Evolução da população de Caldas Novas, 1842-2007
- GRÁFICO 2** - Proporção do grau de escolaridade dos 40 catadores entrevistados
- GRÁFICO 3** - Proporção da faixa etária dos entrevistados
- GRÁFICO 4** - Proporção da naturalidade dos entrevistados
- GRÁFICO 5** - Proporção da renda mensal dos entrevistados
- GRÁFICO 6** - Proporção do tempo de moradia dos entrevistados
- GRÁFICO 7** - Proporção do tempo de exercício da profissão de catador de recicláveis
- GRÁFICO 8** - Proporção dos catadores entrevistados em relação às horas trabalhadas por dia
- GRÁFICO 9** - Proporção dos materiais triados
- GRÁFICO 10** - Proporção em relação à melhoria nas condições de trabalho
- GRÁFICO 11** - Proporção do local de venda dos materiais recicláveis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- ILUSTRAÇÃO 1** - Diferenças entre lixão *versus* aterro controlado *versus* aterro sanitário
- ILUSTRAÇÃO 2** - Estação mecânica de tratamento biológico de resíduos e o galpão de triagem em Maringá – PR. (Brasil)
- ILUSTRAÇÃO 3** - Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- ILUSTRAÇÃO 4** - Força centrípeta e centrífuga do turismo nos destinos turísticos
- ILUSTRAÇÃO 5** - Cadeia Produtiva do Turismo e a má inclusão dos catadores
- ILUSTRAÇÃO 6** - Produção do discurso do desenvolvimento sustentável
- ILUSTRAÇÃO 7** - Desenvolvimento cronológico do conceito de turismo sustentável
- ILUSTRAÇÃO 8** - Possíveis relações e consequências que envolvem a geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos
- ILUSTRAÇÃO 9** - A relação sistêmica que envolve a atividade turística, a má gestão dos resíduos sólidos em um destino turístico e possíveis consequências
- ILUSTRAÇÃO 10** - Localização geográfica ilustrativa de Caldas Novas – GO
- ILUSTRAÇÃO 11** - Zoneamento urbano de Caldas Novas, com imagem da localização do depósito municipal de lixo.

FOTOS

- FOTO 1** - Lagoa Pirapitinga, antigamente
- FOTO 2** - Casa que pertenceu ao senhor Martinho
- FOTO 3** - Lagoa Pirapitinga, atualmente
- FOTO 4** - Casa que pertenceu ao senhor Martinho – hoje na propriedade do SESC, aberto à visitação
- FOTO 5** - Usina Municipal de Reciclagem de Lixo desativada
- FOTO 6** - Galpão da usina de triagem utilizado apenas para estocar o material coletado nas valas do aterro
- FOTO 7** - Esteira desativada no galpão da usina de triagem
- FOTO 8** - Catadores da cooperativa do lixão fazem a seleção de recicláveis na vala do lixão
- FOTO 9** - Catadores da cooperativa do depósito municipal de lixo trabalham sem EPI
- FOTO 10** - Turistas dividem a calçada com o lixo do restaurante que fica do outro lado da rua
- FOTO 11** - Lixo do restaurante *Giraffas* espalhado do outro lado da rua
- FOTO 12a e 12b** - Container de uma pousada no centro da cidade em 2009, sempre com excedente de resíduos espalhados pela calçada e avenida
- FOTO 13** - Um ano depois e o contêiner da pousada no centro da cidade continua a não comportar o montante de resíduos despejados

- FOTO 14** - Turistas dividem a calçada com o lixo no centro da cidade
- FOTO 15** - Contêiner da Feira do Luar no centro da cidade, um dia após a realização da feira
- FOTO 16** - O contêiner não comporta o volume dos resíduos desse hotel no centro da cidade
- FOTO 17** - Incapacidade do contêiner em conter todos os resíduos produzidos pelo hotel e que tomam conta da calçada
- FOTO 18a e 18b** - Crianças catam nos contêineres externos destrancados dos hotéis no centro da cidade
- FOTO 19^a e 19b** - Crianças catam restos nas lixeiras do centro da cidade
- FOTO 20** - No aterro ainda se encontram seringas misturadas ao lixo que os catadores selecionam
- FOTO 21** - Placas de sinalização do aterro
- FOTO 22** - Placas de sinalização do aterro
- FOTO 23** - Balança do aterro
- FOTO 24** - Outra vala sendo construída
- FOTO 25** - Portaria do aterro. Sinaliza a proibição de entrada de pessoas sem autorização
- FOTO 26** - Sinalização interna do aterro para os resíduos de saúde
- FOTO 27** - Vala destinada aos resíduos de saúde
- FOTO 28** - Os catadores continuam separando o lixo nas valas onde o caminhão despeja os resíduos
- FOTO 29** - Usina de triagem desativada
- FOTO 30** - Usina de triagem desativada
- FOTO 31** - PEV instalado em frente à Prefeitura Municipal
- FOTO 32** - Contêiner externo de um meio de hospedagem no centro da cidade, trancado com cadeado
- FOTO 33** - Contêiner externo de um meio de hospedagem no centro da cidade, trancado com cadeado
- FOTO 34** - Separação do lixo orgânico e seco dentro de um hotel
- FOTO 35** - Recolhimento do óleo de cozinha usado em um hotel
- FOTO 36** - Câmara de resíduos orgânicos dentro de um hotel
- FOTO 37** - Interior da câmara de resíduos de um hotel em Caldas Novas
- FOTO 38** - As mãos de uma das catadoras do aterro, que faz a triagem do lixo sem utilizar EPI e reclama do lixo misturado
- FOTO 39** - Catadora autônoma mostra a ausência da coleta seletiva
- FOTO 40** - Senhora Denise separa materiais recicláveis
- FOTO 41** - Senhora Denise varre o lugar onde ela fez a separação dos materiais, para deixá-lo limpo

- FOTO 42** - Local limpo pela senhora Denise e sua família
- FOTO 43** - Catador de recicláveis autônomo com sua bicicleta pelas ruas da cidade
- FOTO 44** - O mesmo catador da foto acima com sua bicicleta
- FOTO 45** - Lugar atrás do Clube Privê, onde catadores fazem um ponto de coleta
- FOTO 46** - Catador na rua abaixo do Clube Privê
- FOTO 47** - Catador perto de um grande hotel no centro da cidade
- FOTO 48** - Catador no container de um prédio de *flats* no centro da cidade
- FOTO 49** - Senhores catando nos contêineres de um grande hotel no centro da cidade
- FOTO 50** - Catador e seu filho no contêiner de um grande hotel no centro da cidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	23
1.1 JUSTIFICATIVA.....	24
1.2 QUESTÕES DE ESTUDO.....	25
1.3 OBJETIVOS.....	26
1.3.1 Objetivo Geral.....	26
1.3.2 Objetivo Específico.....	26
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
1.4.1 Etapas Metodológicas.....	26
1.4.1.1 Pesquisa Qualitativa.....	27
1.4.1.2 Estudo de Caso.....	27
1.4.1.3 Identificação dos Atores.....	28
1.4.1.4 Análise dos Resultados.....	30
1.4.1.5 Instrumentos e Técnicas.....	31
a) Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	31
b) Entrevista Semiestruturada.....	32
c) Diário de Campo.....	33
d) Observação.....	33
1.4.1.6 Fase Preparatória da Pesquisa.....	34
1.4.1.7 Fase Pré-exploratória e Realização do Trabalho de Campo.....	35

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO E LIXO: SEMELHANÇAS DEVIDO AO “MOVIMENTO” E “CONSUMO” DA SOCIEDADE.....	37
2.2 LIXO NO BRASIL: MARCOS REGULATÓRIOS.....	42
2.2.1 Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil: aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e turísticos.....	46
2.3 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: CONCEITOS E DESAFIOS	56
2.4 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM DESTINOS TURÍSTICOS.....	60
2.4.1 Da importância de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos para Destinos Turísticos.....	64
2.4.2 Lixo nos Destinos Turísticos no Brasil: breves reflexões sobre o Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil - quesito resíduos sólidos 2008/2009.....	67
2.5 FORÇAS CENTRÍPETA E CENTRÍFUGA DOS DESTINOS TURÍSTICOS: SURGEM REJEITOS SOCIAIS E/OU PESSOAS RESIDUAIS.....	74

3 TURISMO SUSTENTÁVEL.....	84
3.1 A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO.....	85
3.1.1 Indicadores de Sustentabilidade do Turismo.....	97
4 ESTUDO DE CASO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	107
4.1 O MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS, GOIÁS: HISTÓRIA E TURISMO.....	107
4.2 ALÉM DAS ÁGUAS QUENTES, O LIXO.....	118
4.2.1 Os resíduos advindos da hotelaria local de Caldas Novas, Goiás: breves reflexões.....	121
4.3 O TURISMO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM CALDAS NOVAS NOS ANOS DE 2005 A 2009: O RECORTE NO OLHAR.....	126
4.3.1 O serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas	130
a) Da empresa que coleta e transporta os resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas – <i>Capital Construtora e Limpeza</i>	131
b) Diagnóstico dos relatórios com a quantidade da pesagem do lixo de 2005 a 2009....	133
c) Frequência da coleta – Frota – Mão de obra utilizada.....	136
d) O Plano Diretor Municipal de 2002 a 2008 até 2012.....	142
e) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Caldas Novas e o Depósito de Lixo Municipal.....	143
4.4 DISCUSSÕES – O OLHAR SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE CALDAS NOVAS ENTRE OS DIFERENTES ATORES.....	152
4.4.1 Diferentes olhares para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.....	153
a) Gestão dos resíduos sólidos urbanos e Secretarias Municipal de Turismo e do Meio Ambiente.....	153
b) Gestão dos resíduos sólidos urbanos e Rede Hoteleira.....	163
c) Gestão dos resíduos sólidos urbanos e Capital Construtora e Limpeza.....	169
4.4.2 A percepção dos catadores de recicláveis acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos.....	169
4.4.3 A percepção dos turistas acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos.....	174
4.5 LIXO TURÍSTICO.....	178
4.5.1 O Catador-Turista e o Catador de Temporada: algumas implicações do Lixo Turístico em Caldas Novas, Goiás.	182
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS E APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas, Goiás, no período de alta temporada, bem como identificar as principais influências positivas e negativas na gestão em função do crescimento do turismo na cidade.

A escolha temporal desta pesquisa – compreendida pelas férias escolares de dezembro/janeiro e julho, entre os anos de 2005 a 2009 - se deu em função da concessão dos relatórios com o controle mensal do peso (toneladas) dos resíduos, desde 2005 até 2009. Em dezembro de 2008, final do ano de 2009 e início de 2010 foram realizadas visitas à cidade para coleta de dados.

Este estudo também pretende refletir sobre o olhar dos diferentes atores escolhidos, quais sejam: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria de Turismo; gestores da rede hoteleira; catadores de recicláveis e turistas, no intuito de compreender o que eles entendem sobre o sentido de “lixo turístico”. O olhar da empresa terceirizada que presta o serviço de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas também foi averiguado, uma vez que ela influencia na gestão municipal dos resíduos.

O termo “lixo turístico”,¹ embora não encontrado em referências bibliográficas pesquisadas, será discutido no decorrer do trabalho. No entanto, neste primeiro momento poderá ser compreendido como a diferença entre a quantidade de lixo gerado na cidade nos meses de alta temporada *versus* a quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhidos na baixa temporada (cujos montantes podem ser extraídos dos relatórios cedidos pela Secretaria do Meio Ambiente). Evidencia-se assim, que o referido excedente (entre a baixa e alta temporada) poderá se constituir um importante indicador no que tange a um dos reflexos indesejados da atividade turística na cidade de Caldas Novas, ou seja, aumento de resíduos sólidos urbanos (RSU) em época de alta temporada.

A importância da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) neste estudo se dá justamente devido ao seu poder em articular o Estado (principalmente o poder público local representado pelas secretarias municipais), a iniciativa privada e a sociedade, no planejamento, normatização e operacionalização (coordenação, controle e fiscalização) direcionados ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos, de forma que se tenha uma limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição final de forma ambientalmente adequada. (MONTEIRO *et al.* 2001, p. 8).

¹ Neste trabalho será usado o termo “lixo turístico” para o aumento dos resíduos provenientes da atividade turística em alta temporada na cidade de Caldas Novas, Goiás. Em trabalho de pré-campo, constatou-se que os entrevistados respondiam melhor à palavra *lixo* do que ao termo *resíduos*. Muitas pessoas ainda sentem dificuldades para entender, de fato, o que significa o termo resíduo. Dessa forma, optou-se por falar “lixo turístico”, que inclui todo tipo de materiais orgânicos e inorgânicos.

Pensar nos fluxos turísticos (turistas) e nos refluxos (resíduos deixados no destino visitado) nos períodos de alta temporada, sem uma gestão eficiente de resíduos sólidos capaz de minimizar os impactos negativos desses rejeitos, é deixar de ponderar as mais variadas implicações econômicas, sociais, ambientais, culturais, territoriais, políticas, dentre outras, que um destino turístico pode ter.

Este trabalho surgiu de duas inquietações: averiguar alguns efeitos causados pelo aumento dos resíduos sólidos urbanos remanescentes nos destinos turísticos por causa da atividade turística (principalmente em alta temporada), aliados a uma má gestão, bem como cogitar sobre o que venha a ser o conceito de “lixo turístico” e suas implicações para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para abordar o assunto proposto, a dissertação foi estruturada da seguinte maneira: no primeiro momento, é ressaltada a contextualização do problema que envolve a geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos em destinos turísticos, como é o caso de Caldas Novas, Goiás, e qual foi a metodologia utilizada para validar este estudo.

Posteriormente, no referencial teórico, são apresentados conceitos, dados e fatos que envolvem a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Brasil e algumas considerações sobre o turismo sustentável.

Por último, é analisado o estudo de caso. Por meio da síntese das principais questões discutidas no trabalho, seguem as conclusões e recomendações para a cidade de Caldas Novas, Goiás, no que se refere à gestão dos resíduos sólidos urbanos e sua relação direta com a atividade turística.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento de um destino turístico requer a existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente e à população flutuante que chega por intermédio da atividade turística ou de negócios. (BRASIL, 2009, p.55).

Caldas Novas, Goiás, de acordo com o Relatório Brasil (2009), está classificada na Região da Águas, na 37^o posição, o que a destaca como um Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Nacional. (Ver Anexo XVI). Os destinos turísticos se caracterizam por “apresentarem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, isto é, capazes de atrair ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno.” (BRASIL, 2009, p.21).

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Caldas Novas, a principal atividade econômica do município é o turismo, seguido da agropecuária e mineração. (BELISÁRIO, 2006, p. 126).

A atenção voltada para a maneira como se dá a gestão dos resíduos sólidos urbanos em destinos turísticos, principalmente em alta temporada, é de fundamental importância para a minimização de alguns impactos negativos advindos do desenvolvimento do turismo, tais como desigualdades sociais e poluição ambiental, dentre outros. Isso porque os resíduos sólidos urbanos (RSU) trazem complexas implicações para o destino turístico; por exemplo, em uma cidade turística, o lixo espalhado pelas ruas pode causar má impressão e afugentar turistas e, ao mesmo tempo, esse lixo pode gerar renda e emprego. O desafio é aliar o aumento dos resíduos sólidos urbanos nas altas temporadas nos municípios turísticos e a sua gestão com os princípios do turismo sustentável.

Pretende-se, portanto, tratar a relação complexa que envolve o turismo, a geração de resíduos sólidos urbanos e a importância da gestão integrada destas instâncias para a cidade, considerando que a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) é um dos aspectos que contribuem para a sustentabilidade da atividade turística local.

O *lixo turístico* adquire sentido diferente para cada pessoa que lida com esse material, direta ou indiretamente. Além de abordar algumas questões voltadas para à operacionalização da gestão dos RSU em alta temporada em Caldas Novas (GO), a tentativa deste trabalho também é avançar na busca pelo sentido que o *lixo turístico* representa para a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Turismo, aos gestores da rede hoteleira, catadores de recicláveis e turistas, buscando fazer uma reflexão das implicações econômicas, sociais, ambientais, espaciais e culturais que os resíduos do turismo podem causar na localidade observada. Será que a gestão dessas “sobras” do turismo em alta temporada são sustentáveis para os municípios qualificados pelo Ministério do Turismo (MTur) de turísticos, como é o caso de Caldas Novas, Goiás?

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos advindos especificamente do turismo carece de pesquisas que possam aprofundar conhecimentos sobre a melhor maneira de lidar com a realidade da população de um destino turístico, sua relação com os empreendimentos turísticos e com os turistas, principalmente no que se refere ao manejo dos resíduos sólidos. (CONTO, 2001, p.60). A autora ratifica que a “formação de recursos humanos para atuar em programas de gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de atividades turísticas ainda é insuficiente e inadequada.”

Com o intuito de aprofundar conhecimentos sobre a gestão dos resíduos sólidos em destinos turísticos, como é o caso de Caldas Novas, Goiás, consideraram-se os dados apresentados pela pesquisa de Andrade *et al.* (2004, p. 5), na qual o pesquisador destaca que a quantidade de lixo gerado nos períodos de alta temporada (quando a cidade atinge quase 200.000 habitantes² entre turistas e moradores) chega a 80 toneladas/dia, enquanto em períodos de baixa temporada o volume é de aproximadamente 60 toneladas/dia. Logo, a gestão dos resíduos provenientes da atividade turística na cidade merece melhor investigação. Cumpre ressaltar que é essa diferença de 20 ton/dia, por exemplo, que o presente estudo propõe para a definição do “lixo turístico” (levando em consideração a alta e baixa temporada³).

A fim de refletir sobre o envolvimento e averiguar a visão de diferentes atores sobre os impactos negativos nos destinos turísticos, causados, principalmente, pelo aumento dos resíduos sólidos urbanos gerados pela prática do turismo, este estudo também abordará aspectos relevantes dentro do discurso do turismo sustentável.

Nesse sentido, é notório que a prática do turismo contribui para a geração e aumento dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas. Esse crescimento deverá ser discutido e analisado neste trabalho, levando em consideração o ciclo de retroalimentação positivo existente na cidade, qual seja: *quanto mais turistas, mais resíduos sólidos urbanos gerados*. Com a finalidade de averiguar algumas implicações geradas por esse ciclo, a gestão desses resíduos deverá ser compreendida dentro do desenvolvimento sustentável da atividade turística.

A análise das diversas dimensões que os resíduos sólidos urbanos adquirem para os diferentes atores envolvidos diretamente ou indiretamente com o turismo se torna

² Para mais informações, verificar em Andrade *et al.* (2004, p. 2) ou em CALDAS NOVAS, *Prefeitura Municipal – informações gerais*. Disponível em: [HTTP://www.caldas.go.gov.br](http://www.caldas.go.gov.br). Acesso em 11/03/2004.

³ Alta e baixa temporada referem-se à diferença gerada principalmente pela **demanda turística**, ou seja, pelo número total de pessoas que viajam para desfrutar das comodidades turísticas e dos serviços em lugares diferentes daqueles de trabalho e de residência habitual. (MATHIESON e WALL, 1082). Disponível *online* em: [HTTP://uff.br/entretete/index_files/demanda_conceitos.ppt#261,6,Slide6](http://uff.br/entretete/index_files/demanda_conceitos.ppt#261,6,Slide6). Acesso em 07/05/2009

indispensável para verificar as conseqüências que o “lixo turístico” pode causar num destino turístico omisso às perspectivas de um “turismo sustentável”.

Importante ressaltar o caráter interdisciplinar do objeto de estudo do turismo, no qual a ausência de rigor metodológico tem dificultado a sua transformação em uma ciência. Para tanto, faz-se necessário que a pesquisa em turismo se baseie no empirismo, ou seja, no confronto direto com a realidade. (DENCKER, 2001, p. 61).

Nesse sentido, buscou-se realizar uma análise baseada em três pilares teóricos: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos; o conceito de Resíduos Sólidos Urbanos e, por fim, o conceito de Turismo Sustentável. Logo, trabalhar esses conceitos de maneira sistêmica, visando a contribuir para a reflexão do que venha a ser o “lixo turístico” e suas implicações para o desenvolvimento sustentável do turismo em destinos turísticos, como é o caso da cidade de Caldas Novas foi a maior motivação para esta pesquisa.

1.2 QUESTÃO DE ESTUDO

A gestão integrada de resíduos sólidos urbanos pode permitir uma articulação de fundamental importância para que o turismo se desenvolva de maneira menos degradante tanto para o meio ambiente, quanto para a sociedade, contribuindo para a minimização das dificuldades e problemas enfrentados pela população local no manejo das “sobras do turismo”⁴.

As “sobras do turismo” que, no presente trabalho, se materializam no conceito de “*lixo turístico*”, quando mal geridas, podem revelar uma dimensão que adquire diferentes sentidos para os atores envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística local.

O aumento na geração e a má gestão dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas em alta temporada podem implicar uma dimensão perversa e, em determinados casos, inversa ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Dessa forma, surge a seguinte questão norteadora deste estudo:

- A gestão dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas é capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo na cidade?

⁴ “Sobras do turismo” podem ser entendidas como os impactos negativos que o turismo causa nos destinos turísticos, tais como: poluição ambiental, visual, crimes, dentre outros. Porém, neste contexto, “sobras do turismo” se referem exclusivamente aos resíduos sólidos urbanos gerados e deixados nos destinos turísticos pelos turistas, durante e após sua estada nos lugares visitados.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Investigar a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas, Goiás, e a influência do turismo no período de alta temporada para a geração de resíduos sólidos urbanos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a influência do turismo na geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Caldas Novas;
- Investigar o aumento e a diminuição dos resíduos sólidos urbanos em detrimento das altas e baixas temporadas do fluxo turístico na cidade, no período de 2005 a 2009, tendo como base os relatórios da pesagem do lixo cedidos pela Secretaria do Meio Ambiente;
- Identificar a visão dos atores sociais envolvidos no processo de geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos, quais sejam: poder público (secretarias de Turismo e do Meio Ambiente); gerentes e/ou empresários ligados à rede hoteleira; catadores de recicláveis e turistas, e de que maneira esses atores se posicionam em relação à prática do turismo e seus reflexos na geração e gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Analisar a variação do “sentido” de “lixo turístico”, segundo os atores selecionados para esta pesquisa, de modo a identificar um possível julgamento desse termo.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item serão abordados os elementos que compuseram as regras e técnicas metodológicas pertinentes à realização desta pesquisa.

1.4.1 Etapas metodológicas

Com a finalidade compreender como se dá a gestão dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Caldas Novas na alta temporada, e se essa gestão assegura um turismo sustentável para esse destino, Gunn (*apud* SCHLUTER, 2003, p. 18) ressalta a importância da pesquisa social para o alcance de informações necessárias para a tomada de decisão no

âmbito empresarial do turismo. Contudo, isso não exige que tais pesquisas sejam necessárias também para tomadas de decisão no âmbito governamental do turismo.

Portanto, a sustentação e validação deste trabalho estarão respaldadas pelos seguintes procedimentos metodológicos aplicados.

1.4.1.1 Pesquisa qualitativa

A abordagem qualitativa, pensada para ser utilizada nesta pesquisa, permitiu a composição de uma realidade de forma mais complexa e contextualizada (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 18), o que fez surgir uma dinâmica interdependente entre o objeto a ser estudado e o pesquisador, causando um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetivo do sujeito pesquisador⁵.

Essa interdependência entre o sujeito e o objeto fez surgir uma inter-relação cuja complexidade permitiu ultrapassar os limites da fragmentação, fazendo com que o sujeito e o objeto, mesmo diante de seus elementos diferentes, formassem uma unidade integradora. (REY, 2005).

A pesquisa empírica – uma vez que é nesse momento que o pesquisador se coloca diante da realidade a ser pesquisada – é também uma pesquisa qualitativa, que segundo Rey (2005, p.30):

Mostra-se como um sistema aberto que, conjuntamente com as representações teóricas mais gerais assumidas pelo pesquisador desde o marco teórico estabelecido, integra localmente tanto as idéias do pesquisador como o momento empírico particular caracterizador do momento atual de uma pesquisa.

Demo (2001, p. 30) reforça a importância da pesquisa qualitativa, por ser capaz de tornar as informações mais nítidas, dado que a interação entre o sujeito e o objeto possibilita um processo comunicativo capaz de transformar a pesquisa não apenas em uma busca de dados e análise de forma distante. Esse tipo de pesquisa permite uma análise mais permeável, fazendo com que o objeto de estudo não seja um “mero objeto de análise”, mas sim uma “captação mais flexível da realidade”.

1.4.1.2 Estudo de caso

Ao avaliar vários pontos de vista em relação ao contexto pesquisado, foi escolhido o método do estudo de caso. Segundo Goldenberg (2003, p. 33), esse método permite uma

⁵ Por se tratar de um tema em que o pesquisador não consegue se despir da característica de ser um turista no campo da sua própria pesquisa.

análise holística na qual se pode considerar o “todo” a partir da “unidade”. Neste contexto, Caldas Novas é apenas uma unidade de destino turístico a ser analisada, podendo ela servir de reflexão para os demais destinos turísticos considerados pelo Ministério do Turismo no Brasil.

Yin (2010, p.39) destaca que o estudo de caso é uma verificação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

O estudo de caso permite “reunir o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”, possibilitando a construção de uma unidade inserida em um sistema mais amplo.⁶ (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 17).

Porém, é importante ressaltar que considerar o todo não é generalizar todos os destinos turísticos e suas respectivas gestões de resíduos sólidos urbanos. Cada caso é um caso, cada destino tem suas peculiaridades que devem ser consideradas. Dencker (1998, p. 127) observa que o estudo de caso não permite a generalização dos resultados, possibilitando, a partir do conhecimento profundo dos processos e relações sociais, realizar uma descrição do seu caso de estudo, determinando as inter-relações entre os vários componentes intrínsecos e extrínsecos à sua pesquisa.

Após a leitura de Yin (2010) com o embasamento metodológico do estudo de caso que envolve a geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos de um destino turístico em altas temporadas, buscou *explorar* o “olhar dos atores sociais” e o “sentido” que o “lixo turístico” adquiriu para cada um deles. O intuito deste estudo também foi investigar possíveis práticas que o discurso do turismo sustentável propõe como alternativas e/ ou contribuições para minimizar os impactos negativos da prática do turismo para uma cidade turística.

1.4.1.3 Identificação dos atores

O desenvolvimento do turismo envolve diversos atores ligados a diferentes atividades que são fomentadas pela prática dessa atividade. Desde o *trade turístico*⁷, população local e outros setores da economia são direta e/ou indiretamente impactados pela atividade turística, quando um município incrementa esse setor.

⁶ Quem sabe o resultado deste estudo de caso não sirva para a reflexão de outros destinos turísticos no Brasil, que tem no “lixo turístico” problemas de ordem social, ambiental, econômica, cultural, territorial e precisam refletir com mais intensidade sobre os *resíduos do turismo*.

⁷ Operadores de viagens; agências de turismo; promotores de eventos; empresas de viagens; hotelaria; guias de turismo; etc.

Poderiam ser vários os atores escolhidos para este estudo, uma vez que a gestão dos resíduos sólidos urbanos advindos da atividade turística em Caldas Novas abrange a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público local. Poderia, por exemplo, ter colocado a sociedade civil como um ator, as cooperativas que compram materiais recicláveis dos catadores como outro ator, bem como o Ministério Público (MP), que atua veementemente em relação aos problemas do “aterro” da cidade; os municípios vizinhos que compram os materiais recicláveis de Caldas Novas, dentre outros. No entanto, devido à maior possibilidade de coleta de dados, optou-se pelos seguintes atores:

- **O poder público** – representado pela Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Turismo de Caldas Novas, com as quais os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas. (Ver apêndice II).
- **A iniciativa privada** – representada por alguns gestores hoteleiros de Caldas Novas, com os quais a estratégia de pesquisa se pautou na amostragem não-probabilística⁸. (Ver apêndice II).
- **Os catadores de recicláveis** – categoria que abrange tanto aqueles indivíduos que trabalham para a Cooperativa de Reciclagem de Caldas Novas (Coopercal/Lixão), que na verdade são os catadores do depósito de lixo municipal; quanto aqueles que trabalham nas ruas de Caldas Novas denominados catadores autônomos. Os catadores de recicláveis autônomos foram escolhidos aleatoriamente na zona central da cidade, em períodos de alta temporada, quando são encontrados catando em contêineres expostos, principalmente, perto dos hotéis. (Ver apêndice II).
- **Os turistas**⁹ - os turistas foram escolhidos aleatoriamente, durante períodos de alta temporada na cidade (dezembro/2008, janeiro/2009, julho/2009, dezembro, janeiro e fevereiro/2010). (Ver apêndice II). Por observação direta, verificou-se que existe grande diferença no perfil dos turistas que frequentam a cidade em baixas e altas temporadas. Na baixa temporada, o perfil do turista se caracteriza por ser de caráter mais familiar e na faixa etária da terceira idade. Na alta temporada, o perfil dos turistas se caracteriza pela elevada quantidade

⁸ De acordo com GIL (2007, p.101), esse tipo de amostra não apresenta fundamentação matemática ou estatística.

⁹ De acordo com Beni (2003, p.34), após várias discussões pela Comissão de Estatísticas da Liga das Nações, em 1937, posteriormente em 1963 pelas Nações Unidas, o termo “turista” define os visitantes que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências. A OMT (2003, p.20) define turistas nas categorias de visitante internacional, visitante doméstico, visitante de pernoite e visitante de um dia. Neste trabalho, “turistas” serão considerados os visitantes que permaneçam, no mínimo, uma noite em acomodações coletivas ou privadas no local visitado. Para mais detalhes sobre esse conceito, ver OMT (2003).

de jovens, devido aos eventos promovidos no município. Os dados sobre o perfil dos turistas de Caldas Novas não foram cedidos pela Secretaria de Turismo em 2010. (Ver apêndice I).

Durante a fase pré-exploratória da pesquisa, percebeu-se que seria imprescindível entrevistar o responsável pela empresa que faz a coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas - *Capital Construtora e Limpeza*. Essa constatação se deu em função do envolvimento direto da empresa com a gestão dos resíduos sólidos urbanos locais.

A área central de Caldas Novas foi o campo de coleta de dados (aplicação das entrevistas semiestruturadas) para a pesquisa. Isso porque, é nesse local que se concentra a maior parte da rede hoteleira da cidade; local onde os turistas se aglomeram; bem como os catadores de recicláveis recolhendo resíduos, principalmente, na alta temporada. Consideraram-se na pesquisa como área central os seguintes bairros: Bairro Termal; Setor Oeste; Bairro Bandeirantes; Bairro do Turista I e II; Parque Jardim Brasil; Jardim Jequitimar; Jardim Belvedere; Centro e Solar de Caldas.

1.4.1.4 Análise dos resultados

Para avaliar os dados obtidos, optou-se pela técnica de Análise de Conteúdo. Dencker (2001, p. 153) destaca que “esse tipo de análise classifica as diferentes partes de um texto de acordo com as categorias determinadas pelo investigador para extrair dali a informação predominante ou as tendências manifestadas no texto”. Ou seja, as categorias de perguntas levam em consideração o mesmo contexto, mas as respostas variam segundo a posição política, social, cultural e econômica dos atores sociais escolhidos.

Esse tipo de análise visa a busca na mensagem, seja ela verbal, gestual ou silenciosa (por meio de filmes, documentos, fotos, etc.), ou transmitida diretamente, um significado e um sentido para o contexto explorado. (FRANCO, 2008).

No mesmo sentido, expõe Bardin (2009, p. 40) que:

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Considerando que as mensagens expressam as representações sociais na qualidade e elaborações mentais construídas socialmente a partir da dinâmica entre sujeito e objeto do conhecimento, influenciando não apenas a comunicação, bem como o comportamento, a busca pelo sentido do que o “lixo turístico” assume para os diferentes atores é um dos desafios traçados neste trabalho.

A importância dada ao “sentido” e como cada ator percebe o “lixo turístico” é o pressuposto para uma reflexão (do poder público local, dos empresários, dos turistas e da comunidade local) acerca da prática do turismo e das conseqüências que os “resíduos do turismo” deixados nos destinos turísticos podem causar.

Importante estabelecer a diferença entre *significado* e *sentido* proposta por Franco (2008, p.13):

O **significado** de um objeto poder absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu corpus de significação. Já o **sentido**, implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Portanto, por se caracterizar como um estudo de caso qualitativo, a busca pelo sentido que o “lixo turístico” assume diante de cada ator, a partir das entrevistas semiestruturadas, permitiu melhor compreensão do problema estudado. (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 23).

Franco (2008, p. 59) destaca que formular categorias, em análise de conteúdo, é um processo longo, difícil e desafiante. No entanto, é a partir desse processo que o sentido de “lixo turístico” pôde ser analisado com maior rigor metodológico.

1.4.1.5 Instrumentos e técnicas

Para elaboração e coleta de dados da pesquisa, utilizou-se como modelo a matriz de estudo de Zaneti (2006, p. 87), com algumas adaptações. Uma vez que a investigação seguiu o padrão de contextualização no que tange à gestão dos resíduos sólidos urbanos (se a gestão é ou não integrada e quais os impactos provenientes dos RSU), porém em localidades diferentes, observou-se, também, qual a influência do turismo na geração e gestão municipal dos resíduos.

No intuito de embasar o estudo de forma sistemática, foram utilizados os seguintes instrumentos que propiciaram a coleta e análise qualitativa dos dados:

a) Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental

A pesquisa bibliográfica assegura os conceitos e a análise dos dados pesquisados sobre determinado tema, uma vez que este tipo de pesquisa conta com dados analisados com profundidade e grande rigor teórico, minimizando assim, possíveis incoerências sobre o assunto tratado. (GIL, 2007, p. 65).

Já a pesquisa documental pode proporcionar acesso a dados e documentos que ainda não foram trabalhados com alto rigor científico, porém, são capazes de demonstrar importantes informações sobre o objeto em estudo e que devem ser levadas em

consideração. (GIL, 2007, p. 66). Neste caso, pode-se considerar como material de pesquisa: diário de campo, jornais, fotografias, filmagens, gravações, relatórios de empresas etc.

b) Entrevista semiestruturada

A entrevista por si só já permite uma maior interação entre os atores envolvidos na pesquisa. (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 33).

Segundo Thiolent, M. (1988, p. 24 *apud* ZANETI, 2006, p. 91), a entrevista semiestruturada pode ser considerada:

Bastante adequada aos estudos qualitativos, uma vez que busca explorar as verbalizações incluindo as de conteúdo afetivo, proporcionando a possibilidade de que os sujeitos do estudo manifestem durante a entrevista suas crenças, valores, ampliando o quadro de suas vivências como indivíduos e membros do grupo.

As entrevistas semiestruturadas devem ser conduzidas por questões previamente definidas, procurando garantir aos diversos entrevistados que respondam às mesmas questões, podendo algumas perguntas não ser utilizadas durante a realização da entrevista, bem como outras serem introduzidas no decorrer do processo.

No que tange às perguntas, elas não deverão, necessariamente, serem feitas segundo uma ordem rígida (DEFCUL, 2004), apresentando como vantagem a elasticidade em relação à duração do tempo e a possibilidade da utilização de recursos visuais. (BONI & QUARESMA, 2005).

Para analisar as entrevistas de acordo com a técnica de análise de conteúdo, focou-se no conceito de unidades de registro, que conforme Bardin (2009, p. 130)

É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.

As unidades de registro podem ser categorizadas segundo uma palavra; tema; objeto; personagem/atores; acontecimento ou documentos cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas. (FRANCO, 2008, p. 41).

Para compor a unidade de registro, foram escolhidas as *palavras* dos atores: secretário Municipal do Meio Ambiente e do Turismo; gerentes da rede hoteleira; catadores de recicláveis e turistas, no intuito de saber qual o sentido que o lixo turístico assume para cada um deles. Como salientado anteriormente, durante a fase pré-exploratória observou-se a necessidade de incluir mais um ator, qual seja, a empresa responsável pela coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas, a *Capital Construtora e Limpeza*, da qual também foi analisada a entrevista a partir dessa técnica.

Importante ressaltar que as entrevistas, no decorrer do trabalho, foram identificadas da seguinte maneira:

E1: entrevistas com os catadores do depósito de lixo de Caldas Novas participantes da Cooperativa de Reciclagem de Caldas Novas (Coopercal);

E2: entrevistas com os catadores autônomos que trabalham pelas ruas da cidade;

E3: entrevista com o secretário de Turismo, do Meio Ambiente, Indústria e Comércio – uma só pessoa responsável por essas três pastas da administração local;

E4: entrevista com gestores hoteleiros;

E5: entrevistas com turistas;

E6: entrevista com o gerente geral da *Capital Construtora e Limpeza* – empresa responsável pela coleta e transporte dos resíduos em Caldas Novas.

c) Diário de campo

O diário de campo tem por objetivo registrar todos os passos da pesquisa, reflexões e demais detalhes capturados durante a pesquisa, como por exemplo, reflexões em momentos pós-entrevistas, pós-observações e ponderações que podem surgir antes, durante ou após o processo de estudo de caso. (ZANETI, 2006, p. 95).

d) Observação

Observar é um ato praticado por todos os indivíduos de forma constante como método básico para conseguir informações sobre o mundo [...]. A observação é um aspecto fundamental, manifestando uma atitude de 'querer saber' em detrimento da atitude 'já sei'. (DENCKER, 2001, p. 144).

No que se refere ao presente estudo, a observação pretendeu verificar a quantidade e a disposição final de lixo produzido na cidade, principalmente, em épocas em que a cidade recebe grande quantidade de turistas. As observações *in loco* foram feitas no período de alta temporada, que correspondeu aos meses de dezembro/2008; janeiro/julho/dezembro de 2009 e janeiro/fevereiro 2010, adicionado dos dados dos relatórios cedidos pela Secretaria do Meio Ambiente que foram analisados entre os anos de 2005 a 2009.

Durante esses quatro (4) anos foram avaliados o montante de lixo recolhido nos meses de alta e baixa temporada pela empresa terceirizada que presta serviço para a Prefeitura Municipal de Caldas Novas – *Capital Construtora e Limpeza Ltda.* É oportuno esclarecer que não é propósito deste estudo analisar a composição gravimétrica¹⁰ dos resíduos descartados pela população local e turistas.

¹⁰ Esse tipo de composição indica o percentual de cada componente em relação ao peso do lixo total da amostra analisada de resíduos sólidos urbanos. Por exemplo, os componentes mais utilizados na determinação da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos são matéria orgânica, papel, papelão, plástico filme,

A escolha do período de 4 (quatro) anos se deu em função da disponibilidade dos relatórios impressos cedidos pela Secretaria do Meio Ambiente com os montantes dos resíduos pesados durante todos os meses e, com isso, a possibilidade de verificar a variação na quantidade de resíduos pesados entre as altas e baixas temporadas. Santos (2008b, p.67) destaca que os períodos são “pedaços de tempo que nos permitem definir nosso objeto de análise”.

1.4.1.6 Fase preparatória da pesquisa

Para que o processo de desenvolvimento da pesquisa se desse em uma configuração mais integral, buscando minimizar todas as lacunas que pudessem dificultar o desenvolvimento do estudo, foi necessário, nessa fase, o contato com alguns atores escolhidos para a amostragem não probabilística da pesquisa.

Por meio do contato mais direto com a realidade, de forma a observar como os fatos a serem analisados acontecem diante da situação da qual se quer obter os dados, durante os meses de dezembro de 2008(últimos dias do ano) a março de 2009, alguns finais de semanas de junho/julho e novembro de 2009, avançando para alguns dias dos meses de janeiro e fevereiro de 2010, a pesquisadora buscou, em campo, dados e documentos – pesquisa bibliográfica e documental – que pudessem ser úteis para maior compreensão da realidade a ser estudada.

Listam-se a seguir as impressões acerca dos problemas detectados, bem como algumas dificuldades encontradas em campo: dificuldades em lidar com os catadores do depósito municipal de lixo; dificuldade em relação à Secretaria de Turismo, que se encontrou fechada durante os meses de dezembro de 2008 a março de 2009, e, já em funcionamento em janeiro de 2010, se recusou a responder a algumas questões básicas para este estudo (Ver apêndice I); dificuldades para falar com os gerentes dos hotéis escolhidos para participarem da pesquisa; dificuldade para falar com o responsável pela empresa terceirizada (Capital Construtora e Limpeza Ltda.) que faz a coleta de lixo em Caldas Novas; dificuldade de acessar estudos sobre o lixão local nas bibliotecas das universidades de Caldas Novas. Por fim, problemas para contactar funcionários do Ministério do Turismo que trabalharam na elaboração do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil -2009.

Cumpramos ressaltar que nenhum dos obstáculos mencionados se transformou em fator de desmotivação para a realização da pesquisa. Obviamente que a falta de alguns dados

interferiu nos resultados do estudo, mas no nosso caso, não foram suficientes para anular a intenção deste trabalho.

1.4.1.7 Fase pré-exploratória e realização do trabalho de campo

A partir de entrevistas, fotos e filmagens, buscou-se um contato maior com a realidade vivida pelos atores sociais a serem estudados e, ao mesmo tempo, procurou-se fazer uma avaliação das limitações nas técnicas/instrumentos de pesquisa a serem utilizados. (GIL, 2007, p. 52)

Nesse sentido foram escolhidos alguns atores para o primeiro contato. A seleção foi feita por relevância em relação à geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos, e as entrevistas semiestruturadas buscaram abranger, ao máximo, os mesmos questionamentos para cada um dos diferentes atores escolhidos. Foram contactados na fase pré-exploratória, para testar as entrevistas, dois (2) gestores hoteleiros, dois (2) catadores de recicláveis e dois (2) turistas. Os demais atores não foram entrevistados previamente. A intenção das entrevistas foi perceber o grau de envolvimento desses atores sociais na geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas, principalmente nos períodos de alta temporada, e de que modo eles se posicionam em relação a essa problemática. Com isso, o objetivo também foi verificar as necessidades de modificação nas técnicas utilizadas, principalmente no roteiro das entrevistas semiestruturadas.

Todos os dados colhidos primariamente na fase pré-exploratória modificaram algumas expectativas e possibilitaram uma visão mais apropriada e complexa sobre a realidade. As seis (6) entrevistas feitas na fase pré-exploratória foram desconsideradas no resultado deste estudo. Elas serviram apenas como ferramentas de aperfeiçoamento para o roteiro da atividade.

Outra observação que emergiu na fase pré-exploratória e que incentivou a busca por maiores informações foi a constatação da existência de “catadores de temporada” e dos “catadores turistas” na cidade durante o período de alta temporada.

A fase pré-exploratória foi fundamental para que se observasse a disputa entre os catadores pelo espaço/local próximo aos hotéis do centro da cidade, onde ficam os contêineres de lixo. Foi nessa etapa que se observou a exploração de catadores por alguns depósitos locais (particulares) de materiais reciclados, dentre outros aspectos que serão detalhados posteriormente nesta dissertação.

Nessa fase, diversas percepções serviram para que as entrevistas fossem redimensionadas, a fim de tornar o estudo o mais abrangente possível.

Para a realização do trabalho de campo, foram definidos alguns setores para a coleta de dados e o trabalho de campo foi realizado nas seguintes datas:

- final do mês de outubro e dezembro de 2008;
- janeiro/julho e dezembro de 2009;
- janeiro e fevereiro de 2010.

Como notado anteriormente, a Secretaria de Turismo encontrou-se fechada durante o período de novembro/2008 a março/2009. Em janeiro de 2010, em funcionamento, a secretária se recusou a responder a algumas questões. (Ver apêndice I). Portanto, alguns dados sobre o turismo na cidade não puderam ser contemplados. O mesmo arquivo foi enviado para a Secretaria de Administração, mas também não se obteve nenhuma resposta.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, foram aplicadas ao responsável que exerce atualmente os cargos de Secretário de Turismo, Secretário do Meio Ambiente e Secretário de Indústria e Comércio; aos gerentes de alguns hotéis e pousadas do centro da cidade; a alguns catadores de rua (autônomos) e aos catadores do depósito municipal de lixo (aterro) e aos turistas. (Ver apêndice II).

Os catadores autônomos e os turistas foram escolhidos aleatoriamente quando transitavam pela zona central da cidade, abrangendo as seguintes áreas: Bairro do Turista; Bairro do Turista II; Bairro Termal; Vila Moraes; Solar de Caldas e Jardim Belvedere.

De acordo com Monteiro *et al.* (2001, p. 95), os locais turísticos do centro da cidade são pontos formadores de opinião, como os centros comerciais e principais vias da cidade.

Os catadores de lixo que optam por trabalhar individualmente nas ruas da cidade usualmente são encontrados às 4 horas da manhã, pós-shows, e durante todo o dia é possível localizá-los pelas ruas da cidade, sendo que, a partir das 17 horas em diante, observou-se maior movimentação dos mesmos pelas ruas, haja vista ser o horário em que os hotéis costumam colocar os resíduos nos contêineres externos.

Apesar da constatação de que a maioria dos catadores entrevistados mora no Bairro Santa Efigênia - também conhecido como “Bairro dos Nordestinos” - ou no Setor das Mansões, eles catam durante a semana, finais de semana e quando ocorrem *shows* em feriados prolongados, principalmente no centro da cidade.

Os hotéis e pousadas foram escolhidos de acordo com a quantidade de unidades habitacionais (UH). (Ver Apêndice III). Porém, devido à dificuldade de conseguir entrevistar os gerentes dos meios de hospedagem previamente escolhidos, outros hotéis e pousadas foram procurados no intuito de obter o máximo possível de informações envolvendo os gestores hoteleiros local. Dos 22 meios de hospedagens procurados, apenas 8 concederam a entrevista.

A conjunção de todos esses fatores está respaldada por referências bibliográficas que serão expostas no próximo capítulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO E LIXO: SEMELHANÇAS DEVIDO AO “MOVIMENTO” E AO “CONSUMO” DA SOCIEDADE

Por mais intrigante que pareça o título deste item, um dos desafios aqui traçados é a tentativa de estabelecer uma linha de raciocínio que trate dos dois aspectos simultaneamente, quais sejam: a prática do turismo interligada pelo *movimento* e necessidade de *consumo* e a produção de lixo que também tem sua história conectada ao *movimento* e *consumo* da sociedade.

No primeiro momento, a palavra **movimento**¹¹ terá maior destaque. Primeiro porque alguns autores consideram o *movimento* uma atividade sinalizadora do turismo, e, segundo, porque existe uma visão de que o *movimento dos nômades* foi o responsável pelo que se constitui, atualmente, como “turismo”.

Outro aspecto relevante a ser lembrado é que turismo e lixo relacionam-se diretamente com a necessidade do **consumo**¹². Assim, a analogia aqui proposta entre lixo e turismo é a de que ambos tiveram e têm relação com o ato de *movimentar-se* e de *consumir*.

Em relação ao turismo, baseado no estudo de Filho (2005), esse é um fenômeno anterior ao capitalismo¹³ e relacionado diretamente com o modo de vida de sobrevivência dos nômades, uma vez que esses se deslocavam à procura de alimentos, buscando suprir as necessidades básicas do ser humano e, ao mesmo tempo, fazendo com que hábitos sociais se transformassem.

A mobilidade torna-se o elemento central da vida pela luta da sobrevivência e tal processo vai se construindo na história da humanidade de diferentes formas, aparecendo o uso do tempo acoplado às atividades de trabalho e não-trabalho. Nesse momento, o homem tem uma única preocupação, a subsistência, pois há uma necessidade biológica de se preservar e procriar a espécie e manter o metabolismo. Portanto, sua vida está devotada à luta para sobreviver em comunidades coletivas que, pouco a pouco, foram moldando hábitos sociais que levaram à cultura do coletivismo. O turismo nasce como uma resposta cultural dada a uma necessidade biológica, portanto faz parte da referência histórica dos homens. (FILHO, 2005, p. 5).

¹¹ Filho (2005) ressalta que “movimento se constitui em uma atividade necessária ao homem, pela qual ele consegue fazer a coleta, caça e a pesca, o movimento físico e geográfico potencializando a construção de uma cultura. Gastal (2002, p.7) observa que deslocar-se é inerente à condição humana. Por razões de sobrevivência, primeiro. Depois por razões religiosas e políticas.

¹² Segundo o dicionário Ferreira (2004, p.261), CONSUMO é: 1. Ato ou efeito de consumir, de gastar. 2. Uso de mercadorias e serviços para satisfação de necessidades e desejos humanos.

¹³ Segundo o autor, o capitalismo foi o grande impulsionador do ato de viajar, do ato de fazer turismo, mas sem dúvida já existia a necessidade básica do homem se deslocar, e com isso simultaneamente a cultura se transformava; para o autor, acoplado a uma necessidade básica que requereu uma resposta cultural. Magalhães (2002, p.11) também destaca que as formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, embora a palavra turismo só tenha surgido no século XIX.

Nesse sentido, o autor sinaliza que:

O turismo é produto de um processo histórico que sinaliza a sua presença desde o aparecimento do homem. Obviamente que sua efetivação conceitual também decorre do mesmo processo, termos como ritos, preguiça, ócio, lazer e turismo vão surgindo com maior intensidade, conforme o estágio de desenvolvimento das relações de produção. (FILHO, 2005, p. 10).

Ou seja, a conceituação do que é turismo faz parte de um processo de construção e modificação dos hábitos da sociedade. Essa afirmação prossegue, por exemplo, se refletirmos nas diversas denominações dadas ao turismo no decorrer do tempo, como: turismo de massa, turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural, turismo de negócios, turismo religioso, dentre outros termos que foram designados ao turismo a partir dos hábitos sociais e que ainda estão sujeitos a modificações conceituais nos dias atuais.

Em relação ao lixo, Wahba (*apud* EIGENHEER 1993, p. 18) destaca que as sociedades nômades aproveitavam muito mais todos os recursos que eles podiam desfrutar, uma vez que o modo de vida não permitia a estocagem. Porém, com as mudanças nos modos de vida, por exemplo, com a descoberta de técnicas agrícolas, bem como o aparecimento de comunidades fixas, o homem partiu para a produção de bens de consumo, para a troca desses bens e, conseqüentemente, sua estocagem. Dessa forma, com a produção excessiva dos mais variados produtos (comida, vestimenta, ferramentas, etc.) surgiu, a necessidade de armazenar, posteriormente, de escoar essa produção exagerada e, caso esse escoamento não fosse feito, tornou-se necessário descartar esses bens excedentes.

Nos dias atuais, com a perda da dimensão correta das reais necessidades, o homem passou a produzir bens materiais excessivamente. Esse exagero do consumo da sociedade e o grande volume de descarte desses bens, fez surgir o que hoje chamamos de desnecessário, rejeito, lixo, resíduos, restos, dentre outros. (ZANETI, 2006).

O fato é que, principalmente, com as mudanças culturais nos modos de vida, sobretudo após a Revolução Industrial, tanto a geração de resíduos, quanto à prática do turismo, foram alteradas. O primeiro por conta do excesso de produção, consumo e, conseqüentemente, suas sobras capazes de impactar negativamente não só o meio ambiente, mas também a própria sociedade que o produz. Já o segundo, por causa do seu desenvolvimento introduzido na era capitalista em 1844, pelo inglês Thomas Cook¹⁴, como uma prática comercial. (MAGALHÃES, 2002, p.12).

¹⁴ Thomas Cook foi um missionário evangélico e difusor de bíblias, pioneiro dos agentes de viagens, pois - para garantir o sucesso do Congresso Antialcoólico de Leicester - em 5 de julho de 1841 fretou um trem para a viagem de ida e volta dos congressistas, de Longorrough a Leicester, ao custo de 1 *shilling* a passagem. O trem ficou lotado, seu lucro foi compensador. Por isso passou a viver de fretamento de trens para levar as pessoas a congressos, eventos e férias. Fundou a *Thomas Cook and Son*, a primeira agência de viagens registrada

O turismo ora considerado um sistema, ora uma atividade, ora um fenômeno, dentre outros entendimentos, também pode ser analisado como um produto a ser comercializado e consumido,¹⁵ seja por *status* ou necessidade vital. Uma das suas conseqüências é a geração de lixo nos lugares turísticos. Ou seja, o lixo correlacionado à prática turística pode ser visto como as “sobras” dos bens materiais consumidos que ficam nos destinos turísticos após a estada dos visitantes.

O turismo, inevitavelmente, produz resíduos sólidos e efluentes orgânicos (esgotos), e a má disposição ou destinação final dos mesmos é um sério problema, principalmente em áreas com alta concentração de turistas. (PIRES, *apud* PHILIPPI, 2010, p. 25).

A analogia entre a geração de lixo e o surgimento do turismo está correlacionada com a necessidade de *movimentar-se* e de *consumir*. Observa-se que é na ação de **consumir** que ambos se materializam e modificam a dinâmica do espaço.

Consumir “turismo” também significa usufruir espaços e cidades. O espaço aqui entendido na visão de Santos (2008a, p.85) como a interação entre território, paisagem, sociedade, passível de modificação devido ao movimento de diferentes variáveis no percurso do tempo, inclusive do turismo. A cidade entendida como um objeto que está em constante transformação devido a suas atividades modernas de produção e circulação (SANTOS, 2008b, p.71). Ou seja, no lugar onde se concretiza a prática do turismo é o mesmo local onde permanecem os restos dos bens materiais despendidos pela população local e pelos turistas - no caso dos lugares turísticos. Nesses espaços, que tanto podem ser cidades, vilarejos ou distritos, a prática do turismo consome o espaço e a paisagem, e o lixo, por sua vez, exerce a mesma função.

A prática do turismo e o lixo gerado pelo consumo de bens materiais são grandes responsáveis pela utilização dos espaços urbanos e naturais. O primeiro usufrui das belas paisagens (naturais e artificiais) que os destinos turísticos têm a oferecer, enquanto o segundo se apropria do espaço destinado aos depósitos de lixo e às pessoas que sobrevivem da catação dos restos dos bens materiais já consumidos tanto pela população local, quanto pelos turistas. No entanto, os locais onde são depositados os restos do turismo usualmente não configuram entre as paisagens dos cartões-postais.

Comprar um pacote turístico é um ato de consumo; produzir suprimentos para atender às necessidades dos turistas em suas viagens também está ligado à necessidade de consumo. O lixo sem tratamento resultante do turismo nos destinos turísticos é uma drástica

no mundo, e em 1851 conduziu 165 mil clientes à Exposição no Hyde Park. No Brasil, oficialmente a primeira agenciadora de viagens foi a Companhia Geral do Comércio do Brasil, aprovada em 10 de março de 1649 por Don João IV, e que durou até 1º de fevereiro de 1720, quando Don João V a extinguiu. (ANDRADADE, J. 2001, p.190).

¹⁵ Pacotes turísticos são produtos formatados para serem comercializados. Conseqüentemente, eles serão usufruídos pelo turista, e esse consumo traz implicações econômicas e socioambientais.

e perversa consequência do próprio ato de consumir. Logo, a produção de lixo e o turismo estão interligados em dois aspectos: consumo e descarte.

Krippendorf (2001) acentua que fizeram do turismo um produto de consumo necessário e essencial para a vida humana, sendo encarado como uma “válvula de escape que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias”. Esse julgamento adverte para o crítico modo de vida mecanizado do homem. Ele ressalta que o ser humano passou a sentir necessidade de fugir do seu cotidiano mecanizado, gerado, principalmente, pelo desenvolvimento da sociedade industrial, onde as relações de trabalho modificaram e/ ou suprimiram as forças físicas e psíquicas do ser humano; fez com que surgissem o estresse, a depressão; o tédio; a monotonia do cotidiano; dentre outros tantos fatores massificantes do dia a dia do trabalho. O turismo, oferecido atualmente como um produto a ser usufruído, tenciona, principalmente, a recomposição das forças psíquicas e físicas do indivíduo.

Ao propor a ideia de pensar em pequenas semelhanças entre o turismo e a geração de lixo no percurso do tempo, a partir da palavra *movimento*, o intuito também é destacar que o *movimento* na vida dos nômades talvez tenha sido o principal responsável pelo baixo acúmulo e descarte de lixo, dado que se evitava a estocagem de bens materiais, como salienta Wahba (*apud* EIGENHEER, 1993, p. 18):

Grupos nômades, caçadores, dependiam da caça, mudando de lugar conforme a migração dos animais. Precisavam, nessas condições, aproveitar tudo o que lhes era fornecido, com possibilidade mínima de estocagem. Com o agrupamento agrário, assentaram-se comunidades que podiam prever e planejar colheitas, estocando reservas de grãos e de alimentos. O comércio intensificou a circulação e a produção de bens, os quais começaram a multiplicar-se para campos secundários, ultrapassando as necessidades primárias de manutenção. A procura de alimento, de abrigo e de proteção misturava-se ao cultivo da estética, dos bens de conforto e de uma série de produtos religiosos usados em rituais. Ampliando a rede de investimentos, o desejo de possuir acrescentou-se à necessidade de segurança e os grupos humanos começaram a se assentar em centros provedores de bens de consumo. O consumo não necessariamente vem acompanhado do desperdício, mas abre as portas para ele.

Como se pôde perceber, o ato de movimentar-se, para alguns autores, está ligado tanto à prática do turismo, quando a geração e descarte de resíduos.

O *movimento na vida dos nômades* talvez tenha sido o embrião para o fenômeno que hoje conhecemos como o turismo e, ao considerar outras reflexões, *movimentar-se* também assume um elo com a produção e descarte de bens materiais.

Ao considerar toda essa conjuntura, a partir do próprio ato de *movimentar-se*, o ser humano passou a ter acesso ao turismo, ao consumo e ao ato de descartar. Nesse contexto, devido ao desencadeamento de fatos, uma das consequências assumidas pela

sociedade configura-se em um dos maiores problemas econômico, ambiental e social quando não gerenciado de maneira correta: os resíduos¹⁶.

Zaneti (2006, p. 37) alerta que “o consumo desenfreado, a produção industrial descompromissada com a preservação ambiental, agravada pelo acúmulo de uma grande quantidade de produtos descartáveis e de resíduos gera uma agressão ao meio ambiente.”

Principalmente devido aos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo excesso de resíduos produzidos pela sociedade, desde a necessidade de extração de matérias-primas até o descarte, houve a necessidade de criar regras, diretrizes, métodos, conceitos, políticas, programas e muitas outras ferramentas, na intenção de controlar os impactos socioambientais e econômicos decorrentes do aumento da produção de bens materiais e o elevado grau de descarte dos excedentes desse material.

Com o turismo não foi diferente. A partir do momento em que a prática do turismo foi crescendo em todo o mundo, tornou-se necessária a intervenção de organismos internacionais, nacionais, regionais e locais para que diretrizes, métodos, conceitos, políticas, programas, dentre outras ferramentas, fossem criadas e aplicadas para controlar seus impactos negativos.

O fato é que a necessidade de consumir turismo (fazer turismo) e de desfrutar bens materiais produz algo em comum: o lixo.

Com o intento de correlacionar os impactos provenientes das “sobras do turismo”, foi parafraseado o trabalho de Zaneti (2006), no qual ela aborda em sua pesquisa as “sobras da modernidade”. A autora vai além da análise técnica do sistema de gestão dos resíduos sólidos de Porto Alegre e adverte para as conseqüências negativas advindas do excesso de produção, consumismo e descarte de bens materiais. Alerta que sem um eixo integrador de políticas, atores sociais e educação ambiental, sempre haverá problemas com os resíduos produzidos pela sociedade. A linha de raciocínio traçado pela autora evidencia desde o problema com os resíduos e aponta uma das possíveis soluções para minimizar os impactos negativos causados pela má gestão do lixo:

Há um problema: os resíduos (as sobras da modernidade) - Há uma causa: o modelo de desenvolvimento econômico – Há um objetivo a ser atingido: a sustentabilidade da gestão dos resíduos – Há uma necessidade: mudança de paradigma – Há um instrumento, dentre outros: a Educação Ambiental. (ZANETI, 2006, p. 248).

¹⁶ Apesar de não estar no contexto discutido neste tópico, torna-se oportuno ressaltar que, hoje em dia, o *movimento* da própria natureza se encarrega de mostrar que sua capacidade de absorção do nosso descarte exacerbado (consumismo) está no limite. Ocorrem enchentes, tornados, *tsunamis*, dentre tantos outros desastres que constituem reflexos de um crescimento desordenado dos territórios, sendo que o lixo também contribui para a ocorrência desses fenômenos.

Além das reflexões sugeridas pela autora supracitada, ela nos incita a pensar no que há por detrás dessas sobras, principalmente em relação às pessoas que trabalham com os resíduos provenientes do descarte da sociedade.

Nesse sentido, alguns questionamentos acerca das “sobras do turismo” para a comunidade local de um destino turístico - tendo como principal elemento o “lixo turístico”¹⁷ - se fazem necessários. A gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos é uma condição *sine qua non* para que o TURISMO e o LIXO, interligados pela necessidade de “MOVIMENTO” e “CONSUMO” da sociedade, tornem-se menos degradantes e poluidores para o meio ambiente, para a população local, bem como para os próprios turistas.

O próximo tópico buscará traçar alguns dos principais marcos legais em relação à gestão dos resíduos sólidos no Brasil.

2.2 LIXO NO BRASIL: MARCOS REGULATÓRIOS

Como salientado anteriormente, com o aumento do consumo e descarte de resíduos pela sociedade, houve a necessidade de se criar diretrizes para gerir o excesso de resíduos produzidos pelo homem no intuito de minimizar os problemas socioambientais.

Abordar a trajetória da gestão dos resíduos sólidos no Brasil não é uma tarefa simples. Araújo (2010) relembra em seu estudo a evolução histórica do saneamento básico do país desde o século XVI, enfatizando as influências da colonização portuguesa nos costumes dos povos que já habitavam a região (índios) e como essas influências culturais foram e, até hoje, ainda são reflexos para a descontínua e fragmentada tentativa de normatização de uma política voltada à gestão dos resíduos sólidos no Brasil.

A compreensão da evolução histórica do saneamento no Brasil, segundo Rezende (2008), é influenciada pelo panorama sanitário dos colonizadores portugueses em suas práticas de higiene, cuidados com a saúde, recolhimento do lixo e dejetos. Isto implica retroceder o tempo na história da sociedade européia e no modo de vida dos povos da antiguidade. Segundo Freitas (2006), na antiguidade não era comum os sujeitos se preocuparem com os resíduos que produziam. As civilizações antigas só passaram a dar atenção especial aos cuidados coletivos com saúde e saneamento, a partir do surgimento de epidemias, pois tais cuidados auxiliavam o afastamento dessas doenças que eram atribuídas à vontade divina, numa relação mitológica. Na visão mitológica, o surgimento de epidemias era interpretado como um castigo divino, pela ausência de cuidados coletivos com a saúde e

¹⁷ Os conceitos de *lixo* e de *resíduos sólidos urbanos* serão mais bem explicados no referencial teórico. No entanto, pede-se ao leitor que considere neste primeiro momento a palavra “lixo” como “resíduo em estado sólido e semi-sólido”, e “turístico”, por serem provenientes das sobras da atividade turística, que permanecem na cidade.

com o saneamento, o que indicava a necessidade de uma organização de ações de tratamento dos resíduos. (ARAÚJO, 2010, p.6)

Em seu estudo, essa destaca que “a história brasileira da gestão dos resíduos sólidos é espelhada num processo de dominação caótico, instável e excludente”, de modo que há a predominância dos interesses econômicos em detrimento das questões sociais, culturais, políticas, educacionais e ambientais.

De acordo com a importância do marco regulatório do saneamento básico no Brasil, Araújo (2010) faz a seguinte retrospectiva:

- do século XVI, a meados do século XIX ações de saneamento ficaram restritas às cidades mais ricas do Brasil;
- entre 1637 a 1644, houve a construção de aterros na cidade de Recife;
- entre 1850 a 1919, o Estado assumiu a responsabilidade e transferiu os encargos das ações de saneamento básico para a iniciativa privada;
- em 1880, o serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado no Brasil oficialmente, com a assinatura do Decreto nº 3.024 pelo imperador dom Pedro II aprovando o contrato de “limpeza e irrigação” da cidade São Sebastião do Rio de Janeiro e executado por Aleixo Gary¹⁸;
- entre 1910 a 1950, houve a centralização do Estado nas intervenções coletivas de saneamento;
- de 1950 a 1969, foi oficializada pelos órgãos federais a responsabilidade pela questão do saneamento básico;
- em 1970, houve a implantação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) priorizando as ações da gestão dos resíduos sólidos no país;
- em 1980, foi aprovada pela Constituição Federal (CF) as ações de saneamento básico delegando as responsabilidades aos municípios brasileiros;
- em 1990, aprovação das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico pela Lei n. 11.445/07.

Portanto, há 20 anos que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) está em tramitação no Congresso Nacional para ser apreciada. Em março de 2010, foi aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada para apreciação no Senado Federal. Desde 1991, o Projeto de Lei (PL) n. 203/91 já dispunha "sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde", mas ainda não existe definição de quando a Lei será sancionada pelo governo federal.

Na tentativa de destacar os principais marcos temporais correspondentes a essa política, foi elaborado de forma sucinta um quadro contendo alguns dos aspectos centrais propostos pelo PL nº. 203/91, que pode ser observado no apêndice IV.

¹⁸ De acordo com Monteiro *et al.* (2001, p.1) a palavra GARI advém do sobrenome dos senhores Aleixo Gary e Luciano Gary – responsáveis pela execução do serviço de limpeza urbana na década de 80.

De acordo com uma das Disposições Gerais da PNRS, do Capítulo I, Art. 4º:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. (BRASIL [b], 2010, p.6)

A partir dessas iniciativas, pode-se observar a movimentação para que essa política seja aprovada e sancionada pelo governo federal. Porém, como ressalta Araújo (2010), apesar dos avanços no marco regulatório e na legislação dos RSU, o “sistema de gestão integrada dos resíduos continua sem uma identidade nacional, diante do contexto instável e na ausência da aprovação da PNRS”. E complementa:

As instabilidades políticas no Brasil interferem diretamente na fragmentação e no atraso das ações de saneamento, que beneficia apenas parcialmente a população. A fragmentação institucional dificulta a interação e favorece conflitos entre os Estados e municípios na responsabilização pela gestão dos resíduos sólidos. Essas divergências entre as esferas da União, dos Estados e dos municípios refletem nas ações de limpeza urbana, muitas vezes realizadas isoladamente sem compartilhar as experiências eficientes [...] A busca pelo consenso para os conflitos de interesse na aprovação da PNRS é um passo decisivo neste processo de gestão dos resíduos sólidos, que ainda este se encontra fragmentado e atrasado. (ARAÚJO, 2010, p. 13-14).

Constata-se, assim, que a situação atual da gestão dos resíduos sólidos no Brasil necessita, com urgência, de regulamentação, implementação e fiscalização.

Além de obedecer às regras previstas pela PNRS, é necessário também, que essa política consiga, por meio dos seus instrumentos, reafirmar a importância da articulação com outras políticas, dentre elas a de educação ambiental, como previsto nas Disposições Gerais, Capítulo I.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a **Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. (BRASIL [b], 2010, p.6).

Como detalhado no PL 203/91, bem como corroborado por Zaneti (2006) e Mandarino (2000), há necessidade de tal política estar em consonância com outras esferas, como a de meio ambiente, de saneamento básico, de recursos hídricos, de desenvolvimento urbano (Estatuto das Cidades), saúde, bem como com a industrial, tecnológica e de comércio exterior, dentre outras. Essas estratégias são oportunas, porém não suficientes. Aponta-se ainda a necessidade da PNRS estar conectada, principalmente, à Política Nacional de Educação Ambiental.

Isso porque, de acordo com Zaneti (2006, p. 238), a verdadeira transformação social que uma política pode fazer acontece quando existe uma mudança de hábitos, padrões e comportamentos da sociedade, que pouco a pouco torna-se capaz de modificar uma realidade. Mudanças não surgem apenas por uma legislação vigente, mas sim, por vários fatores, dentre eles a educação ambiental (EA), entendida em contexto mais amplo como capaz de “consolidar sujeitos cidadãos e ser, acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social”, minimizando principalmente o aumento da degradação socioambiental que a sociedade vem enfrentando.

Os custos e a gigantesca dimensão dos problemas gerados pelos resíduos sólidos urbanos no meio ambiente extrapolam a capacidade do Estado em resolvê-los isoladamente. Essa tarefa exige uma ação conjunta entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, enfim, uma verdadeira transformação social. O poder público deverá agir articulado às forças organizadas da sociedade civil, e promover espaços de debate e negociação de interesses, visando à consolidação de princípios norteadores para políticas de gestão de resíduos sólidos urbanos. (ZANETI, 2006, p. 55).

Para Calderoni (2003, p. 316), a necessidade de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos se faz imprescindível no sentido de evitar uma “guerra normativa entre os Estados”, de modo a assegurar o cumprimento das normas de proteção ambiental, principalmente as que estiverem ligadas à reciclagem do lixo.

Mesmo com a “confusão reinante que faz com que o país permaneça sem diretrizes necessárias ao gerenciamento dos RSU” (MANDARINO, 2000, P. 49), a elaboração de indicadores e coleta dos dados sobre a gestão dos RSU nos municípios brasileiros fica a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Ver Anexo XIII).

O PL 203/91 – Substitutivo da Câmara dos Deputados, em suas Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos, Capítulo I, Art. 12, aponta que municípios deverão organizar e manter, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinis), articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) e o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima). (BRASIL [b], 2010, p.12). Caso essa política seja aprovada e suas diretrizes tornem-se efetivadas, o país dará um salto qualitativo em relação às informações sobre os resíduos sólidos.

Os dados sobre a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos no país são variados. Ao analisar informações sobre o montante de resíduos produzidos no Brasil e como é feita sua destinação final, percebeu-se que, além da falta de atualização dos dados, existe grande variedade de números que ressaltam diferentes porcentagens sobre os resíduos no país.

Contudo, mesmo com a falta de diretrizes a serem cumpridas por todos os municípios brasileiros em nível federal - o que agrava a situação em relação à coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos -, o próximo tópico buscará salientar alguns dados importantes que dimensionam essa situação no país.

2.2.1 Coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos no Brasil: aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e turísticos

No Brasil, desde 2008 o governo federal, por meio do Ministério das Cidades e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está promovendo mais uma Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB).¹⁹

Essa pesquisa tem por objetivo investigar as condições de saneamento básico de todos os 5.564 municípios brasileiros, buscando aplicar Questionários de Manejo de Resíduos Sólidos, entre os meses de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, em todos os municípios.²⁰

Portanto, os dados utilizados para balizar a questão sobre os resíduos no Brasil neste trabalho serão os dados colhidos em 2000 e publicados pelo IBGE em 2002 no quesito *Oferta dos serviços de saneamento básico no Brasil*. Esses dados, apesar de o próprio Instituto ressaltar que alguns informantes de municípios “podem ter sido demasiadamente otimistas de modo a evitar a exposição de deficiências do sistema” (IBGE, 2002, p. 49), demonstraram que a destinação final do lixo coletado, de forma geral, pode ser considerada ruim no país.

Em 2000, eram produzidas diariamente no Brasil cerca de 125.281 toneladas de lixo. Desconsiderando os resíduos enterrados e queimados, em termos volumétricos, a disposição do lixo se dava nos percentuais indicados no quadro 1, a seguir:

Destinação final	Volume (%)
Aterros sanitários	47,1%
Aterros controlados	22,3%
Lixões	30,5%

Quadro 1 – Destinação Final X Volume
Fonte: IBGE (2000/2002)
Autor: Santos, G. (2009)

¹⁹ Em 1974: primeiro levantamento nacional sobre saneamento básico realizado no Brasil; 1989: segundo levantamento; 2000: terceiro levantamento e mais abrangente, incorporando novas variáveis e um novo tema, como a drenagem urbana, além dos temas pesquisados anteriormente: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e coleta de lixo. Os dados de 2009 ainda não foram divulgados pelo IBGE.

²⁰ Online: PNSB. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/noticias/esquisa-nacional-de-saneamento-coletou-dados-de-52-dos-municipios-brasileiros> >. Acesso em: 10/01/2010.

Ou seja, os dados do IBGE (2002, p. 50), apontaram que 69% do volume de todo o lixo coletado no Brasil estariam com a destinação final adequada, uma vez que esses resíduos estariam sendo depositados em aterros sanitários ou controlados.

Porém, ao considerar o percentual relativo ao número de municípios e o panorama em relação à destinação final dos resíduos, os resultados não foram tão favoráveis²¹, como se pode visualizar no quadro 2.

Destinação final	Percentual de municípios
Aterros sanitários	13,8%
Aterros controlados	18,4%
Lixões	63,6%
Não informaram onde vão parar seus resíduos	5%

Quadro 2 – Destinação Final X % Municípios
Fonte: IBGE (2000/2002).
Autor: Santos, G. (2009).

Analisando o quadro 2, verifica-se que o percentual dos municípios que apresentam aterro sanitário e/ou controlado ainda é baixo. Apenas 32% deles oferecem forma de disposição menos impactante ao meio ambiente.

Dados do Ministério de Meio Ambiente²² apontam que 59% dos municípios ainda depositam seus resíduos em lixões, 16% em aterros controlados (o que provoca poluição ambiental da água e do solo) e apenas 13% dos resíduos vão para aterros sanitários.

A importância dada à destinação final dos resíduos deve-se à capacidade que o aterro sanitário tem em minimizar os danos ambientais e à saúde pública. O aterro controlado não é a melhor técnica de disposição final do lixo, uma vez que ele não impede a contaminação do solo e não faz controle dos gases, mas ainda assim é melhor do que o lixão. Este pode ser considerado como o pior mecanismo de dispor os resíduos na terra.

O IBGE define lixões, aterros controlados e aterros sanitários da seguinte maneira:

Lixão ou Vazadouro a céu aberto - disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto, sobre o terreno sem qualquer cuidado ou técnica especial. Caracteriza-se pela falta de medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

Vazadouro em áreas alagadas - disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto.

²¹ Ainda que tenha sido feita nova pesquisa nacional de saneamento básico (PNSN) em 2009, seus dados até o presente momento ainda não foram divulgados.

²² *Online*: MMA. Disponível em:

< <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&idEstrutura=8&codigo=5547> >. Acesso em: 10/02/2010.

Aterro controlado - local utilizado para despejo do lixo coletado, em bruto, com cuidado de, após a jornada de trabalho, cobri-lo com uma camada de terra, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais.

Aterro sanitário - técnica de disposição do lixo, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, que permite a confinação segura em termos de controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública. (IBGE, 2002, p. 372).

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a disposição final dos resíduos em aterros sanitários é a melhor forma de evitar danos à saúde e ao meio ambiente.

Aterro sanitário - a forma mais adequada de disposição de resíduos urbanos no solo, através de confinamentos em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais. (ABNT - NBR – 10703/89).

Calderoni (2003, p.177), traz uma distinção sucinta no que se refere a aterro controlado e aterro sanitário:

O aterro controlado assemelha-se ao sanitário, porém não dispõe de impermeabilização de base, o que coloca em risco a qualidade das águas subterrâneas, não apresentando, ademais, sistemas de tratamento de chorume²³ ou de dispersão dos gases gerados.

O lixão, ainda muito presente em vários municípios brasileiros, tipifica-se por ser o “local mais inadequado para a disposição final de resíduos sólidos, uma vez que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. O mesmo que descarga de resíduos a céu aberto.” (ABNT-NBR – 10703/89).

²³ Líquido escuro, malcheiroso, constituído de ácidos orgânicos, produto da ação enzimática dos microorganismos, de substâncias solubilizadas através das águas da chuva que incidem sobre o lixo. O chorume tem composição e quantidade variáveis. Entre outros fatores, afetam sua composição o índice pluviométrico e o grau de compactação das células de lixo” (Barboza, 1992). *Online*. Disponível em: < http://www.redeambiente.org.br/dicionario.asp?letra=C&id_word=154 >. Acesso em: 16/01/2010.

As ilustrações abaixo (1a/1b e 1c) mostram a diferença entre as três formas de disposição final dos resíduos:

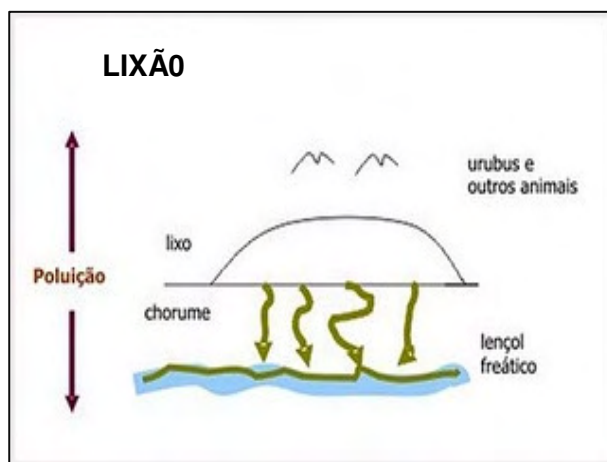


Figura 1a - Lixão



Figura 1b – Aterro Controlado



Figura 1c – Aterro Sanitário

Ilustrações 1a/1b e 1c – Diferenças entre lixão versus aterro controlado versus aterro sanitário.

Autor: [Tulio Kengi Malaspina](#) & Érica Sena

Fonte: Pensar Eco, é Lógico!

Não obstante, a técnica de disposição Aterro Zero considerada atualmente, como a melhor técnica de disposição final dos resíduos, e implementada em alguns países da comunidade europeia - Áustria, Alemanha, Itália, Dinamarca - e também no Japão.

O nome Aterro Zero ou também chamado Lixo Zero é devido a uma tecnologia utilizada para tratamento mecânico-biológico dos resíduos sólidos denominada *Biopuster*.

No Brasil, desde 2008 o projeto piloto está sendo implantado e será testado em Maringá – PR.

Biopuster utiliza um processo biológico que trata os dejetos por meio da injeção de ar comprimido rico em oxigênio nos depósitos de resíduos, estimulando a ação das bactérias responsáveis pela decomposição. Como resultado, encontra-se uma melhor destinação final para os resíduos e reduz-se os custos de operação. Essa tecnologia da Biopuster tem a

vantagem de não produzir biogás como produto final. Depois do tratamento com ar comprimido, ocorre a sucção dessa transformação da atmosfera anaeróbica em aeróbica e a biofiltração de todos os efluentes gasosos com a mudança da matéria orgânica para biofertilizantes (compostagem) e separação de recicláveis. Como esse tratamento é realizado diariamente, o processo gera um mínimo de resíduos finais. Ainda assim, o material restante não possui bactérias e não causa danos para o meio ambiente, já que o processo passa por uma descontaminação do lixo. (ECOPRESS, 2007)²⁴.

As fotografias seguintes ilustram a estação mecânica de tratamento biológico de resíduos implantada em Maringá – PR.



Ilustrações 2 - Estação mecânica de tratamento biológico de resíduos e o galpão de triagem em Maringá – PR. (Brasil).

Fonte: *Online*. Biopuster. Disponível em: < <http://www.biopuster.at/content.php?kat=4&id=83#> >. Acesso em: 03/05/2010.

Com a tecnologia alemã Biopuster, que se caracteriza principalmente pela ingestão de ar enriquecido com oxigênio - de 30 até 35% de O₂ - a decomposição dos resíduos se torna muito mais veloz, eliminando o chorume, o lento processo da decomposição, os gases e o

²⁴ *Online*. Ecopress. Disponível em: < <http://www.ecopress.org.br/noticias+com+baixa+repercussao/maringa+tera+aterro+lixo+zero> >. Acesso em: 03/05/2010.

próprio resíduo. Ao final do processo, o gás que se desenvolve é o dióxido de carbono (CO₂) e água (H₂O), resultado que minimiza os riscos de poluição ambiental.²⁵

Porém, o custo de implantação dessa tecnologia é alto. Em Maringá foram investidos cerca de 2,7 milhões de euros. Os responsáveis pelo projeto afirmaram que os gastos podem ser compensados pelas receitas provenientes dos recicláveis, dos compostos orgânicos e dos créditos de carbono (já que o projeto pode ser inscrito nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto)²⁶.

Enquanto não há possibilidade de tal tecnologia ser implantada em vários outros municípios do Brasil, principalmente por causa do elevado custo econômico, atualmente, segundo cálculos do IBGE, o Brasil produz cerca de 240 mil toneladas de lixo por dia, que são destinadas aos lixões, aterros controlados e sanitários.

Os serviços de coleta, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), alcança índices elevados:

No Brasil, os serviços de coleta direta e indireta²⁷ dos resíduos sólidos apresentam uma cobertura relativamente ampla e estão disponíveis para quase 97,6% da população urbana em 2007 (90% de forma direta e 7,6% coletados indiretamente), representando um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a 2006. Na zona rural os serviços de coleta de lixo atingem menos de 27% da população. Nestas regiões, a maior parte dos resíduos sólidos continua sendo queimados ou enterrados (60%) ou são jogados em terrenos baldios ou logradouros (11,7%). (IPEA, 2008, p. 10).

Mesmo que os dados mostrem que a rede de coleta no país cobre praticamente 97,6% da população urbana, não podemos esquecer que o lixo, chamado por Calderoni (2003, p.25) de “material mal-amado”, é reflexo de algumas questões que merecem ser ponderadas, tais como: degradação de recursos naturais; consumismo desenfreado; desperdício; segmentos populacionais que sobrevivem da catação de recicláveis, dentre tantas outras implicações.

²⁵ Ou seja, os resíduos depositados no Biopuster passam por uma transformação química. A decomposição anaeróbica (que é a decomposição dos aterros sanitários e controlados) demanda muito tempo e desenvolve gases de forte odor, desagradáveis, tóxicos e poluentes, tais como metano (CH₄), dióxido de carbono (CO₂), nitrogênio (N₂), ácido sulfídrico (H₂S), metilmercaptana (CH₃SH), cloreto de vinil (CH₂CHCL), o que não acontece com o Bipuster.

²⁶ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) (*Clean Development Mechanism*) permite *feedback* das atividades entre os países do Norte e o Sul, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável. Espera-se que os denominados “créditos de carbono”, destinados a obter reduções nas emissões de gases de efeito estufa por meio da cooperação entre os países, sejam comercializados entre países de um mesmo mercado de carbono. As negociações acerca dos detalhes, incluindo a forma em que se distribuirão os benefícios, estão em andamento. *Online*. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo_kyoto.pdf> e <<http://www.pnbe.org.br/website/artigo.asp?cod=1856&idi=1&moe=76&id=5815>>. Acesso em: 03/05/2010.

²⁷ Coleta direta – resíduos levados diretamente para lixões e/ou aterros. Coleta indireta - resíduos alocados em caçamba, tanque ou depósito para depois serem removidos.

Nesse contexto, o autor adverte:

Vive-se, em conseqüência, uma imensa crise. Ao mesmo tempo em que cresce o volume de lixo produzido, resultante do aumento desvairado do consumo, são cada vez mais caras, mais raras e mais distantes alternativas tradicionais de disposição do lixo em aterros. [...] A poluição ambiental decorrente das inadequações na disposição final do lixo conduz o planeta no sentido, a princípio a graves desequilíbrios e imensos danos à saúde pública [...]. (CALDERONI, 2003, p.25).

Além da poluição ambiental, Zaneti (2006); Almeida (2008) e Bursztyn (2003) ressaltam em seus estudos a questão social/humana dos catadores que sobrevivem do descarte, das “sobras da modernidade” nos lixões. Por vezes excluídos socialmente e mal-incluídos economicamente (ZANETI, 2006), esses seres humanos também são extremamente prejudicados por falta de uma adequada gestão de resíduos sólidos, principalmente nos municípios em que não há usina de triagem e de compostagem, onde os catadores são obrigados a coletar resíduos a céu aberto em lixões e até mesmo em alguns aterros (des)controlados, em condições de extrema desumanidade.

Os resíduos precisam ser entendidos numa dimensão mais ampla. Não apenas na dimensão técnica, mas no aspecto socioeconômico, na própria condição humana dos excluídos que vivem da catação. (ZANETI, 2003, p. 66).

Aproximadamente 5,2 milhões – incluindo 4 milhões de crianças – morrem por ano de doenças relacionadas com o lixo. Metade da população urbana nos países em desenvolvimento não tem serviços de despejo de lixo sólido. Globalmente, o volume de lixo municipal produzido deve dobrar até o final do século e dobrar novamente antes do ano 2025. (CALDERONI, 2003, p.32 *apud* ONU, 1992, p.29).

Na tentativa de entender em perspectiva mais abrangente a problemática que os resíduos configuram nos dias atuais, é imprescindível que os mais diversos atores - indústrias, governos federal, estadual e municipal, sociedade civil, recicladoras, catadores, sucateiros, dentre tantos outros segmentos – possam pensar na sociedade como um todo e não apenas em seus interesses particulares. (CALDERONI, 2003).

Calderoni (2003) traz em sua discussão dados quantitativos sobre a viabilidade econômica da reciclagem do lixo no município de São Paulo, avaliando quanto a Prefeitura deixa de ganhar por falta de uma gestão integrada, uma vez que poderia permitir maior reciclagem de materiais, diminuindo consideravelmente o montante de lixo que vai para os aterros. Nesse estudo, mesmo o autor considerando a triagem exercida informalmente pela maioria dos catadores, carrinheiros²⁸ e sucateiros de lixo do município - o que faz com que a quantidade de resíduos seja espantosamente diminuída para a disposição final - ainda

²⁸ Trabalhadores informais que, utilizando pequenas carroças, recolhem os materiais selecionados ou realizam na própria calçada esta seleção, transportando-os, geralmente, para depósitos. (CALDERONI, 2003, p.159).

restam muitas toneladas de lixo que são destinados aos lixões, aterros controlados e/ou sanitários.

Para ZANETI (2006, p 162), “por maiores que sejam as tentativas de reduzir, reaproveitar e reciclar, ainda ocorrem as sobras dos resíduos, que necessariamente serão destinadas para algum local constituindo-se ainda um fator de poluição e desequilíbrio ambiental,” social, econômico e cultural.

Justamente por causa da inesgotabilidade dos resíduos, faz-se urgente uma mudança no padrão de pensamento e atitudes das pessoas em relação ao lixo. A autora supracitada destaca a importância da educação ambiental, dentre outras indicações, como uma das ferramentas capazes de conscientizar os cidadãos para que possam mudar sua relação e seus valores a despeito dos resíduos, da natureza e do pertencimento com o outro que vive do descarte.

Não se pode medir quantitativamente a vida das pessoas que são “desperdiçadas/desvalorizadas” na figura do catador de recicláveis - trabalho esse, ainda tão pouco reconhecido pela sociedade. Ainda hoje, é possível observar a pouca importância dada ao ofício do catador. Muitos se sentem o próprio rejeito da sociedade, o próprio lixo, e não são reconhecidos diante do serviço que exercem para a comunidade, o governo, o meio ambiente e a iniciativa privada. São desconsiderados como seres humanos detentores dos direitos básicos de sobrevivência (direitos individuais, coletivos, sociais e políticos) garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Por ocasião da audiência pública realizada no Senado Federal no dia 05/05/2010 para tratar da aprovação do PL 203/1991, o representante da Associação Nacional de Catadores de Recicláveis deixou marcada em sua fala a questão da “invisibilidade” dos catadores diante da sociedade. O senhor Ronei Alves da Silva reivindicou em sua exposição: “Mais que ouvidos e vistos, queremos ser atendidos. Precisamos de condições mais dignas de trabalho e sustento.” Caso haja a aprovação do PL 203/1991, ele previu que “cerca de um milhão de trabalhadores do setor não serão mais vistos como mendigos ou lixeiros, mas sim como catadores de recicláveis²⁹.”

No Brasil, a coleta e a destinação final dos resíduos sólidos poderiam ser melhoradas, independentemente da aprovação da PNRS, caso houvesse, por parte de todos os Estados, a gestão integrada dos resíduos sólidos (GIRSU).

²⁹ Ministério do Meio Ambiente – MMA: Entrevista em que a ministra Izabella Teixeira defende no Senado o PL 203/91, que institui Política de Resíduos Sólidos. Ronei Alves da Silva – Presidente da Central de Cooperativas do DF e representante do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&idEstrutura=8&codigo=5758> >. Acesso em: 06/05/2010.

Com base em Sachs (2008)³⁰ e seus critérios indicados para que haja um desenvolvimento mais saudável, equilibrado e justo, propomos conjecturar sobre como a GIRSU poderia interferir em algumas dimensões:

- **dimensão econômica:** a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no Brasil poderia permitir maior reciclagem e a compostagem de resíduos, diminuindo consideravelmente os custos estaduais - como demonstrado no estudo de Calderoni (2003) –, uma vez que seria evidente o prolongamento da vida útil dos aterros e se criaria fonte de receita (geração de emprego e renda), com a venda de materiais recicláveis;
- **dimensão ambiental:** a diminuição de resíduos depositados em lixões e aterros reduziria riscos de contaminação do solo e lençóis freáticos. Como avalia o estudo de Calderoni (2003, p. 317), a reciclagem permitiria ganhos de energia, água, controle ambiental e diminuiria a retirada de matérias-primas virgens para produção de bens e produtos;
- **dimensão cultural:** as pessoas modificariam sua relação com os resíduos, no sentido de ter mais consciência dos exageros e desperdícios advindos do consumismo desenfreado, e ao mesmo tempo, com as formas corretas de descarte. Repensariam seus valores em relação aos que sobrevivem da catação e reciclagem dos resíduos. Seria possível uma modificação (principalmente por meio da educação ambiental) nos princípios que podem e devem ser mudados, mediante uma nova consciência capaz de abarcar a necessidade do cuidado em relação ao pertencimento com o outro e com a natureza. (ZANETI, 2006, p. 162);
- **dimensão social:** a começar pela questão de saúde pública daqueles que vivem da catação de recicláveis, expostos a risco de saúde; afinal são pessoas que têm contato direto ou indireto com os resíduos sem destinação final adequada, correndo riscos de contaminação. A gestão integrada de resíduos sólidos poderia diminuir as condições insalubres enfrentadas pelos que fazem a triagem dos resíduos nos lixões e às vezes em aterros (des)controlados. Os catadores de recicláveis, nomeados por Bursztyn (2003)

³⁰ Sachs (2008) indica oito critérios capazes de dimensionar melhor a sustentabilidade planetária: no aspecto *social*, destaca que é preciso mais homogeneidade social por meio da justa distribuição de renda e igualdade no acesso aos recursos; no aspecto *cultural*, é necessário respeito entre tradição e inovação; a dimensão *ecológica* e *ambiental* traz o imperativo de que é preciso impor limites na exploração, bem como é primordial a preservação dos recursos naturais. No critério *territorial*, configura-se principalmente na superação das disparidades inter-regionais e conservação das áreas ecologicamente frágeis; na *economia* faz-se necessário, dentre outros quesitos, o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado e, por fim, no campo da *política nacional e internacional*, é preciso democracia e princípio de igualdade entre os países do Norte e do Sul.

de “rejeitos humanos”, por Zaneti (2006) de “rejeitos sociais” e por Almeida (2008, p.106) de “pessoas residuais”, sobrevivem catando e comercializando os resíduos das pessoas. Mal-incluídos no sistema econômico e excluídos socialmente (ZANETI, 2006), poderiam ganhar dignidade e cidadania sem precisar trocar de profissão (ALMEIDA, 2008), caso houvesse a GIRSU e políticas públicas voltadas para tal questão. Nesse sentido, Almeida (2008, p. 42) aponta: “Apesar de pertencerem aos mesmos tempo e espaço, não há diálogo entre os catadores e o Poder Público. Esse último exime da responsabilidade e do reconhecimento do outro, de modo a retardar um modelo ótimo de gestão”.

- **dimensão turística:** a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos permitiria maior sincronicidade entre o fluxo turístico e os refluxos do turismo (lixo) que permanecem nos destinos visitados e que usualmente ficam sob a responsabilidade apenas do poder público local. No entanto, a nossa visão é de que o dever de “cuidar do lixo” perpassa por toda a sociedade, iniciativa privada, poder público e também pelos próprios turistas. A gestão integrada do RSU nos destinos turísticos contribuiria positivamente em todas as dimensões ressaltadas anteriormente (social, econômica, ambiental, cultural), o que, de certo modo, seria um caminho “mais sustentável” para o desenvolvimento do turismo. É preciso pensar na produção, na composição heterogênea dos resíduos e como se dá a gestão desses resíduos advindos, principalmente, da prática do turismo. Afinal, por falta de gestão dos RSU eficaz, um destino turístico pode alterar a sua qualidade ambiental - poluição do solo e corpos d’água; degradar sua paisagem; piorar a qualidade de vida da população local; pôr em risco a saúde dos turistas e seus moradores – e finalmente deixar de ser uma atração turística.

Como vimos, a coleta e destinação final dos resíduos sólidos influenciam diversas esferas da sociedade. Quando elas se realizam de maneira integrada, há a contribuição para muitas das dimensões que o desenvolvimento sustentável pondera ser adequado.

A gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos é moldada por um conjunto de ações estabelecidas pelo poder público local, porém, só é realizada se partir da vontade e ação de toda a sociedade em melhorar a seleção, coleta, transporte e destinação final do lixo. Este processo será abordado a seguir.

2.3 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: CONCEITOS E DESAFIOS

Compreender e empreender o que venha a ser a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é visualizar o compartilhamento de direitos e responsabilidades entre poder público, iniciativa privada, população local e, em casos de cidades turísticas, também dos turistas, na separação, coleta, transporte e destinação final correta dos resíduos.

Para Mesquita Júnior (2007, p.14), a gestão de resíduos sólidos deve ser entendida desde o “conceber, implementar e administrar sistemas de manejo de resíduos sólidos urbanos, considerando uma ampla participação dos setores da sociedade e tendo, como perspectiva, o desenvolvimento sustentável.”

De acordo com o substitutivo do PL 203/1991, a gestão integrada de resíduos sólidos deve ser entendida como:

O conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável. (BRASIL b, PL nº 203/1991, p.4).

Conforme Júnior Castilho (2003, p.9), a aplicação dos princípios de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos busca reduzir a geração de resíduos e poluentes que possam prejudicar o meio ambiente e a saúde. Para isso, é preciso investir em ações integradas, bem como na formulação de diretrizes sob os aspectos ambientais, econômicos, financeiros, administrativos, técnicos, sociais e legais para toda a fase da gestão – desde a geração dos resíduos até sua destinação final apropriada, de modo sustentável.

Entendendo a gestão integrada como “o conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, baseado em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo”, alguns estudos sintetizam a ideia com o slogan seguinte: “*cuidar bem do lixo do berço ao túmulo*”³¹. (IPT/CEMPRE, 1995 p.03).

Bertolini (1998 *apud* NUNESMAIA, 2002, p. 3), observa que, apesar de o termo “gestão integrada” ter se tornado mundialmente conhecido, seu conteúdo continua ambíguo, uma vez que o conceito é adotado de acordo com as conveniências do seu utilizador, o que pode provocar resultados diferentes ou até mesmo opostos. A autora entende que a gestão

³¹ Não cabe aqui a discussão aprofundada sobre essa questão, mas já existem autores (NUNESMAIA, 2002, p.3) que apontam um olhar anterior à fase de berço do lixo. É na concepção do produto que se deve pensar no seu destino final de forma menos agressiva ao meio ambiente, bem como responsabilizar os fabricantes e produtores pelos produtos colocados no mercado.

integrada deve articular um plano de gestão de resíduos de acordo com a função³² do território, região e/ou município.

Isso corrobora a questão já exposta anteriormente, qual seja, a de que os destinos turísticos devem estar atentos à gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e sua relação direta com o desenvolvimento do turismo sustentável. Em um destino turístico, os objetivos de desenvolvimento da atividade turística devem estar atrelados à gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, possibilitando encontrar meios para a efetivação das estratégias elaboradas para esses resíduos com vistas a minimizar a produção e dar-lhes tratamento final adequado, principalmente nos períodos de alta temporada.

Magalhães (2002, p. 25), nota que o turismo se apropria dos lugares de forma predatória, levando a uma discussão importante no que diz respeito à sustentabilidade ou da necessidade de ele se tornar menos impactante, tanto para o ambiente natural quanto para o social. Logo, propor um modo de fazer a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos, principalmente devido ao aumento do “lixo turístico” em alta temporada, é uma tentativa de enxergar além do simples fato de viajar e estar em algum lugar, mas pensar nos restos com os quais usualmente, a maioria dos turistas não se preocupa, mas certamente não querem ser incomodados nas ruas por ele: o lixo. Para que o turismo não seja um potencial destruidor da própria atividade nos destinos turísticos, a reflexão sobre os impactos do “lixo turístico” torna-se imprescindível.

Nesse sentido, a gestão integrada tem como pressuposto a definição de políticas que visem a reduzir, reaproveitar e reciclar os resíduos na tentativa de diminuir a quantidade para a disposição final, lembrando que essa deve ser uma iniciativa que tenha origem, especialmente, no âmbito do poder público. (ZANETI, 2006, p.38).

Existe, ainda, um problema conceitual em relação ao que venha a ser considerado “lixo” e/ou “resíduos”. A definição de resíduos sólidos, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da norma nº 10.004 é a seguinte:

Resíduos nos estados sólidos e semi-sólido que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível.

³² O TURISMO neste trabalho é considerado a função do território. Com isso, tanto em relação à **quantidade** gerada, quanto em relação à **qualidade** dos resíduos sólidos, o processo de geração tem ligação e, ao mesmo tempo, é afetado por fatores econômicos, sociais, geográficos, educacionais, tecnológicos e legais. (PESSIN *et al*/2006, p.1).

Segundo Ferreira (2004, p. 520), lixo “1. é o que se varre da casa, da rua, e se joga fora; entulho. 2. Coisa imprestável.”

Calderoni (2003, p.49), esclarece que o conceito de lixo e de resíduos sólidos pode variar segundo o tempo, lugar, bem como em função de fatores jurídicos, econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos:

A definição e a conceituação dos termos “lixo”, “resíduo” e “reciclagem” diferem conforme a situação em que sejam aplicadas. Seu uso na linguagem corrente, com efeito, distingue-se de outras acepções adotadas consoante a visão institucional ou de acordo com seu significado econômico. Na linguagem corrente, o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo. Lixo é todo material inútil. Designa todo material descartado posto em lugar público. Lixo é tudo aquilo que se “joga fora”. É o objeto ou a substância que se considera inútil ou cuja existência em dado meio é tida como nociva. Resíduo é palavra adotada muitas vezes para significar sobra do processo produtivo, geralmente industrial. É usada também como equivalente a “refugo” ou “rejeito”.

Para o Instituto de Pesquisa Tecnológicas e o Compromisso Empresarial para Reciclagem (IPT/CEMPRE, 1995, p. 23), o conceito de lixo adquire a seguinte descrição:

Restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. Normalmente apresentam-se sob estado sólido, semi-sólido ou semilíquido (com conteúdo líquido insuficiente para que este líquido possa fluir livremente).

No entanto, a par de todos os conceitos transcritos, Zaneti (2006, p. 37), informa que, apesar da falta de unanimidade em relação aos conceitos das palavras “lixo” e “resíduos”, já existe uma substituição técnica da palavra “lixo” pelo termo “resíduo”, ressaltando, porém, que o conceito de “resíduo” pode ser alterado segundo a relação entre as pessoas e os objetos que descartam:

Resíduo sólido e lixo, embora comumente usadas como sinônimos, tanto na linguagem técnica e legal, quanto na coloquial, não significam, necessariamente, a mesma coisa. Lixo está associado à noção da inutilidade de determinado objeto, diferentemente de resíduo, que permite pensar em nova utilização, quer como matéria prima para a produção de outros bens de consumo, quer como composto orgânico para o solo. (MANDARINO, 2008, p. 8 *apud* ZANETI, 2006, p. 37).

Quanto à natureza ou origem dos tipos de lixo, Monteiro *et al.* (2001, p. 27) trazem as classificações à nomenclatura destinada a cada tipo de resíduo. Os autores lembram “nas atividades de limpeza urbana, os tipos de lixo “doméstico” e “comercial” constituem o chamado “lixo domiciliar”, que acrescido do lixo público, representa a maior parcela dos resíduos sólidos produzidos nas cidades.

Lixo doméstico ou residencial: resíduos gerados nas atividades diárias em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações residenciais;

Lixo domiciliar especial: compreendem entulhos de obras, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e pneus;

Lixo comercial: resíduos gerados em estabelecimentos comerciais, cujas características dependem da atividade ali desenvolvida e que acima de 120 litros diários são classificados como grandes geradores;

Lixo público: são os resíduos presentes nos logradouros públicos, em geral resultantes da natureza, tais como folhas, galhadas, poeira, terra e areia, e também aqueles descartados irregular e indevidamente pela população, como entulho, bens considerados inservíveis, papéis, restos de embalagens e alimentos;

Lixo de fontes especiais: são resíduos que, em função de suas características peculiares passam a merecer cuidados especiais em seu manuseio, acondicionamento, estocagem, transporte ou disposição final. São considerados: lixo industrial; lixo radioativo; lixo de portos, aeroportos e terminais rododiferroviários, lixo agrícola, resíduos de serviço de saúde.

A partir dessas definições, e apesar de a palavra resíduo não significar lixo, adotou-se para esta pesquisa o termo lixo como sinônimo de resíduo. Isso porque, ainda há certa dificuldade das pessoas em relacionar a palavra resíduos a lixo. Adiciona-se neste contexto que, quando tratado especificamente em relação ao turismo, é denominado *lixo turístico*.³³

Independentemente da opção por lixo ou resíduos, o importante é que se faça a gestão integrada para melhor utilização dos materiais descartados que são passíveis de reaproveitamento ou reciclagem.

A despeito da gestão integrada dos RSU, Zaneti (2002, p. 8) destaca que essa ação envolve toda uma complexidade pautada na “circularidade e retro-alimentação do sistema, com mecanismos de correção dos desvios e atenção às novas emergências surgidas no processo de desenvolvimento”, o que implica a criação de redes de interação entre produtores, catadores, poder-público, setor privado, intermediários e empresas que utilizam os resíduos como matéria-prima.

A importância dada à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é por ela possibilitar maior diálogo entre diversos atores, uma vez que não há ninguém no mundo que não produza lixo. A GIRSU permite uma diversidade de ações conjuntas voltadas à destinação final dos resíduos, com a possibilidade de melhorar qualitativamente a vida das pessoas que dependem da catção, bem como seus reflexos incidem sobre a saúde da sociedade como um todo e protegem o meio ambiente.

Nos destinos turísticos a GIRSU além de minimizar os impactos ambientais e sociais causados pelo lixo durante, e fora das altas temporadas, tem o potencial de transformar a relação e ação dos moradores locais com o descarte dos resíduos e ainda modificar o olhar

³³ Na fase pré-exploratória desta pesquisa, ao serem interrogados sobre o que são resíduos turísticos, os entrevistados não entendiam a pergunta. Inclusive indagavam o que era resíduo. Quando indagados sobre o que é lixo turístico, ousavam fazer alguma definição/descrição. Principalmente por causa dessa constatação, adotou-se para nesta dissertação o termo lixo como sinônimo de resíduos.

e hábitos dos turistas, a partir do momento em que uma gestão eficaz pode dar a consciência aos visitantes de como o destino turístico trata o seu lixo. Seria essa uma forma de educar o olhar dos turistas e suas ações nos destinos turísticos em relação aos resíduos e aos catadores de recicláveis? Compartilhar as responsabilidades em relação ao “lixo turístico”?

Um dos principais focos de reflexão deste trabalho é pensar numa estratégia de mobilização e organização dos grupos sociais e instituições envolvidas direta e indiretamente com o turismo, de maneira que se possa abarcar a responsabilização de todos os atores no processo de gestão dos resíduos sólidos urbanos aliados ao desenvolvimento *sustentável* do turismo.

Pautado justamente nas “emergências surgidas no processo de desenvolvimento”, o turismo surge como fonte de receitas para diversos municípios brasileiros. Pensar em um dos lados nocivos do turismo é pensar no lixo produzido nos destinos turísticos e que lá permanecem até sua triagem (quando existe), disposição final e decomposição, que pode levar vários anos após a estada dos visitantes/ turistas e/ou excursionistas³⁴.

No tópico seguinte, procurar-se-á abordar algumas questões que poderão configurar essas reflexões sobre a importância de os destinos turísticos terem gestão integrada de resíduos sólidos urbanos como um avanço em direção ao turismo sustentável.

2.4 GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM DESTINOS TURÍSTICOS

Mesmo com a ausência de estudos sobre a gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos em destinos turísticos brasileiros, o que se observa é que a gestão integrada poderia transformar o manejo do lixo urbano³⁵ e do “lixo turístico” em menos impactante tanto para o meio ambiente quanto para a comunidade local.

Nessa dinâmica do consumismo, tanto o turismo quanto o lixo são responsáveis pela produção e rejeitos de “materiais físicos” (lixo) e rejeitos humanos (catadores) que sobrevivem desse descarte. Esses últimos, usualmente excluídos de relações sociais, culturais, econômicas e ambientais justas e de direito. (BURSZTYN, 2003).

A geração de resíduos depende de fatores culturais, nível e hábitos de consumo, renda e padrões de vida das populações, fatores climáticos e das características dos grupos populacionais (CUTOLO, S. *et al.*, *apud* PHILIPPI Jr. 2010, p.340). A variação em relação à

³⁴ Quanto à distinção entre os termos turista/visitante e excursionista, será abordada no capítulo do estudo de caso.

³⁵ Compreendido pelos lixos doméstico, comercial, público e especiais.

quantidade e composição dos resíduos também depende do tamanho da população e do desenvolvimento econômico dos municípios. Contudo é nesse bojo de características a serem ponderadas em relação à geração de resíduos que a influência da atividade turística precisa ser considerada.

Isso porque, problemas socioambientais com as “sobras do turismo” advindas do “lixo turístico” - poluição ambiental com o aumento do passivo ambiental que permanece no destino (lixo); a exploração de crianças e adolescentes na atividade de catação; as modificações no espaço devido ao acúmulo de resíduos; dentre outros - ratificam a importância da existência de um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos como fator chave para a minimização desse impacto negativo gerado pelo turismo ao meio ambiente e à sociedade.

O Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (MONTEIRO, *et al.*, 2001) traz diversas diretrizes a serem adotadas pelos municípios turísticos brasileiros no gerenciamento dos serviços de limpeza urbana.

No Brasil, a competência sobre a gestão dos resíduos sólidos produzidos em seu território, com exceção dos de natureza industrial, mas incluindo-se os provenientes de serviços de saúde, é de competência dos municípios. (MONTEIRO, *et al.*, 2001, p.02).

Logo, as questões econômicas e sociais devem estar atreladas às questões ambientais e de políticas públicas quando, principalmente, a gestão dos resíduos sólidos urbanos corresponder a um município turístico.

É notório que a prática do turismo em determinado lugar faz com que ali transcorram mudanças. Magalhães (2002, p.24) entende esse espaço como “local onde ocorrem as relações sociais, as transformações físicas, químicas e biológicas e onde ocorrem mudanças na paisagem e a degradação do meio”.

Todos os municípios devem elaborar o *Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*. Em se tratando de um espaço qualificado de destino turístico, há ainda mais, a necessidade de o poder público local elaborar e implementar de maneira satisfatória esse plano. Isso deverá facilitar a participação da sociedade civil, da iniciativa privada e dos próprios turistas na gestão da limpeza urbana, conscientizando-os das várias etapas que compõem o sistema de GIRSU, dos custos necessários à sua operacionalização e dos benefícios alcançados ao longo do tempo.

Numa estimativa otimista, talvez as ações do plano consigam alertar os visitantes/turistas ou excursionistas do seu papel como agente consumidor, gerador de lixo e que tem o dever de respeitar o local visitado contribuindo com a gestão dos resíduos por meio de ações corretas – reduzir consumo, segregar o lixo e depositá-lo em local apropriado. Essa projeção seria, talvez, a concretização do que Irving (2002, p.18) destaca

em sua fala sobre a ética como uma necessidade básica para o desenvolvimento do turismo sustentável. Por meio da ética há possibilidade de “modificar a postura diante da vida e do outro, a partir de valores intrínsecos ou extrínsecos ao homem.”

Para se concretizar, de fato, uma GIRSU, é primordial o envolvimento de todo o destino turístico (poder público, sociedade, iniciativa privada e principalmente a participação dos próprios turistas).³⁶

Segundo Cutolo (*et al.*, *apud* Philippi Jr., 2010, p.341), o engajamento da comunidade local no processo de planejamento é imprescindível para que os projetos de saneamento ambiental sejam viabilizados, executados e sustentados em consonância com o desenvolvimento do turismo local. Quando a comunidade percebe não só os impactos positivos do turismo e começa a se inquietar com os impactos negativos, apropriando-se das decisões que melhor direcionarão o destino turístico, é possível que haja mudanças significativas no desenvolvimento do turismo local.

Se há uma inquietação, principalmente, por parte da sociedade, em relação à quantidade de resíduos que são produzidos e permanecem nos destinos turísticos a cargo do poder público solucionar-lhes a coleta, transporte e destinação final, a gestão integrada dos resíduos sólidos surge como uma alternativa que deveria ser imperativa nos destinos turísticos que almejem estar em consonância com as premissas e manutenção do turismo sustentável.

Esse tipo de gestão requer:

O envolvimento dos diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil com o propósito de realizar a limpeza urbana, a coleta, o tratamento e a disposição final do lixo, elevando assim a qualidade de vida da população e promovendo o asseio da cidade, levando em consideração as características das fontes de produção, o volume e os tipos de resíduos – para a eles ser dado tratamento diferenciado e disposição final técnica e ambientalmente corretas -, as características sociais, culturais e econômicas dos cidadãos e as peculiaridades demográficas, climáticas e urbanísticas locais. (MONTEIRO, *et al.*, 2001, p. 8)

A importância da articulação e integração entre os diversos agentes públicos locais e regionais, revela-se na existência de um planejamento integrado que realize a coordenação, o controle e a fiscalização, de modo evitar “o gigantismo concentrador ou a fragmentação inoperante” da gestão dos resíduos sólidos urbanos. (PROJETO BRA, 92/017, p.69).

Apesar do envolvimento estatal requerido, é oportuno ter clareza de que a gestão integrada não deverá ser apenas um planejamento feito pelo poder público local das cidades, para trabalhar apenas com o problema ‘resíduos’. Esse trabalho deverá buscar

³⁶ Wearing & Neil (2001, p. 10 *apud* OMT, 1990:47), acrescentam que o turismo sustentável também requer a aprovação dos conceitos de validade e cooperação em sua implantação pelo setor turístico privado, além da participação das comunidades locais e dos próprios turistas.

maneiras de solucionar a melhor destinação dos resíduos sólidos e refletir sobre suas implicações socioambientais. Essa é uma tarefa que precisa abranger **o todo e não apenas partes**, partindo de um processo conduzido de forma integrada entre sociedade, iniciativa privada, poder público e, em caso de destinos turísticos, deverá obrigatoriamente envolver os turistas. Nesse contexto, a participação da população como agente transformador no conjunto da limpeza urbana será fundamental. (MONTEIRO, *et al.*, 2001).

Nas cidades turísticas, de acordo com Monteiro *et al.* (2001), o plano de gestão integrada precisa considerar a sazonalidade turística, os hábitos da população local e redimensionar os procedimentos da coleta durante épocas de alta temporada, de modo a:

- que a coleta seja efetuada em horas extras, atentando para os limites da legislação trabalhista;
- aumentar o número de turnos de coleta, criando o segundo turno de trabalho ou até mesmo o terceiro;
- colocar a frota reserva em operação;
- contratar veículos extras, se houver demanda.

Devido ao fluxo turístico, é preciso considerar também os horários em que o trânsito não esteja tão intenso/congestionado para realizar a coleta; se for preciso, contratar veículos extras para auxiliar na coleta e, caso seja necessário, redimensionar os roteiros de coleta para a otimização e utilização da frota dos veículos coletores. (MONTEIRO, *et al.*, 2001).

Monteiro *et al.* (2001) alertam que em cidades turísticas jamais se deve reduzir a frequência da coleta, mesmo que seja por medida econômica. Essa ação não deve ser considerada em hipótese nenhuma, haja vista, quanto maior o tempo entre coletas sucessivas, maior a probabilidade de criar pontos de lançamento inadequado de lixo nas ruas, e a consequência será um aspecto sanitário negativo da cidade, o que poderá afugentar os turistas. Os autores advertem que “nas cidades turísticas deve-se estar atento para o período de uso mais intensivo das áreas por turistas, período no qual a coleta deverá ser evitada.” (MONTEIRO *et al.*, 2001, p. 64/78).

A importância da limpeza dos logradouros públicos está vinculada, além dos aspectos sanitários e de segurança, aos aspectos estéticos, já que a imagem das cidades turísticas perpassa pelos aspectos paisagísticos, históricos e culturais. “Difícilmente um visitante fará propaganda positiva de um lugar onde tenha encontrado a estética urbana comprometida pela falta de limpeza.” (MONTEIRO *et al.*, 2001, p.91). Ainda relativamente aos aspectos estéticos, MONTEIRO (*et al.*, 2001, p. 62), alertam que a emissão de odores, atração de vetores e animais, requer maior atenção quanto ao tempo de permanência do lixo no logradouro público em cidades turísticas.

O autor supracitado traz uma importante reflexão no que se refere à falta de vínculo afetivo entre os turistas e as cidades visitadas. Ele destaca que essa “lacuna” entre o turista e o lugar visitado faz com que a relação entre o espaço e os turistas não seja tão intensa como é a relação dos moradores da cidade. Portanto, adverte que as pessoas cuidam melhor de suas casas do que dos espaços que não lhes pertencem.

Com base nessa constatação, ressalta-se a importância de as administrações públicas de cidades turísticas estarem atentas para a necessidade de implantação de campanhas de limpeza urbana endereçadas especificamente aos seus visitantes, com vistas à manutenção dos aspectos estéticos urbanos e, conseqüentemente, à contribuição das condições sanitárias do meio. (MONTEIRO *et al.*, 2001, p. 91).

Outros atores que devem estar diretamente envolvidos no processo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos das cidades turísticas são os grandes geradores de resíduos, como, por exemplo: os meios de hospedagem, restaurantes, grandes parques temáticos, clubes, dentre outros, que geram de 120 litros (ou mais) de resíduos sólidos diariamente. Esses segmentos deveriam ficar responsáveis por fazer a triagem dos resíduos, acondicioná-los de forma adequada e transportá-los até o destino final. (MONTEIRO *et al.*, 2001, p.53).

A gestão urbana dos resíduos sólidos decorre de inúmeros fatores técnicos, mas é imprescindível a integração entre diversos atores de um município para operacionalizar a gestão integrada dos RSU. Depende principalmente, da vontade da população local em colaborar, cobrar e fiscalizar o poder-público quanto à elaboração, implementação e operação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos e demais projetos que visem ao equilíbrio entre preservação ambiental e cultural, viabilidade econômica, justiça social e desenvolvimento do turismo.

No tópico seguinte será exposta a necessidade de os destinos turísticos terem um plano municipal GRSU eficaz, com o objetivo de salvaguardar o meio ambiente, além de tornar socialmente mais justa e economicamente mais vantajosa a gestão integrada para os municípios turísticos.

2.4.1 Da importância de um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para os destinos turísticos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, (mesmo que ainda em fase de apreciação no Senado Federal) cita em seu Capítulo III – Dos Instrumentos - os Planos de Resíduos

Sólidos que são detalhados no Capítulo II, Art. 14º, como: “instrumentos de abrangência nacional, regional, municipal e intermunicipal,” dispostos na seguinte hierarquia:

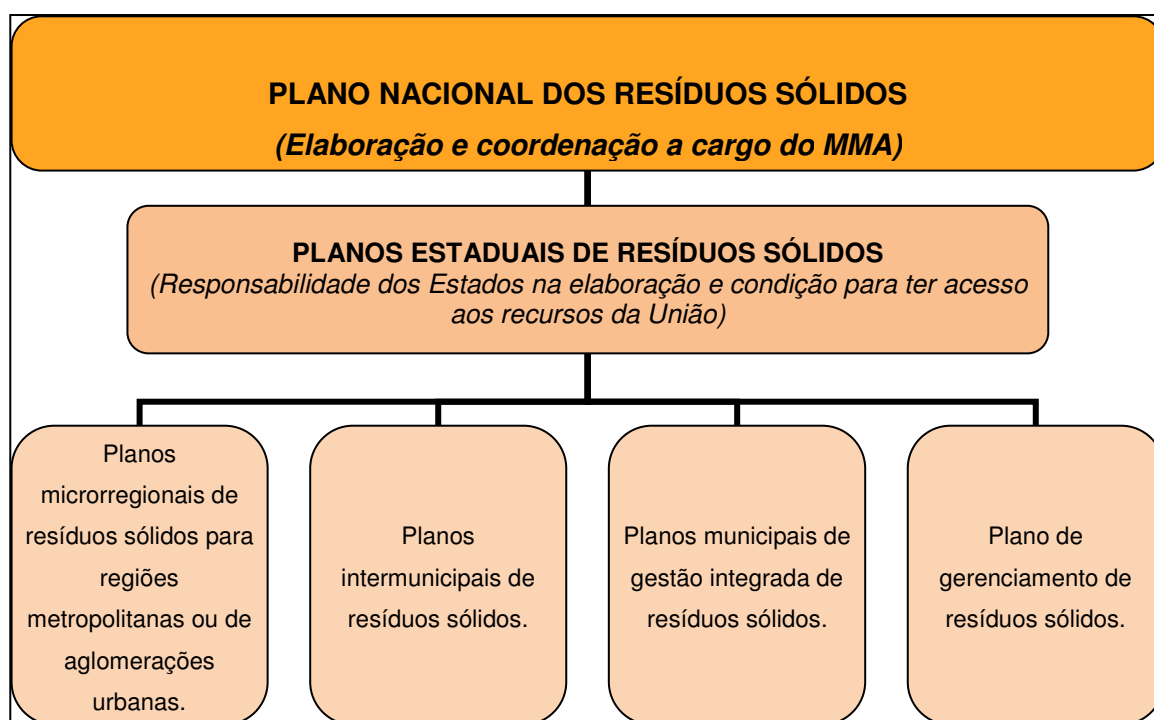


Ilustração 3 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos
Fonte: BRASIL (b), 2010.
Elaboração: ÁLVARES, P. (2010).

Independentemente da aprovação do PL 203/1991, esses planos já deveriam existir e serem operacionalizados em todos os municípios brasileiros que primem por salvaguardar o meio ambiente e a sociedade dos impactos negativos causados pela destinação final incorreta dos resíduos sólidos.

Enquanto não existe obrigatoriedade no cumprimento da legislação, uma vez que ela ainda não foi sancionada pelo governo federal, não há como cobrar dos Estados e municípios direitos e deveres. No entanto, pressupõe-se que após sua aprovação, a determinação legal da existência, operação e fiscalização desses planos consiga proteger melhor o meio ambiente e dar um suporte mais digno para as cooperativas de catadores de recicláveis dos municípios.

Caso esses planos operassem de maneira desejada, poderíamos afirmar que, no quesito de gestão dos resíduos sólidos, seria um começo da atuação municipal em direção a alguns aspectos do desenvolvimento sustentável, haja vista os objetivos e instrumentos previstos abarcarem o compartilhamento de responsabilidades, proteção ao meio ambiente e possibilidades de melhor equidade social a partir da reciclagem do lixo.

De acordo com o Substitutivo da PNRS (BRASIL [b], 2010, p. 15/17) tanto o Plano Nacional quanto os planos estaduais terão os prazo de vigência por tempo indeterminado,

desde que, no horizonte de (20) vinte anos, ele seja atualizado a cada 4 (quatro) anos. Já os planos municipais deverão ser revisados no período de vigência do plano plurianual municipal.

O Substitutivo da PNRS (BRASIL [b], 2010, p. 20), traz em seu Art. 19º o conteúdo mínimo que um plano municipal de gestão integrada deve conter. (ver ANEXO XVII). A importância do Art. 19º recai sobre as obrigações que um plano municipal atribui tanto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade nos procedimentos operacionais e especificações a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos locais.

De acordo com a proposta da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, os municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes poderão ter o conteúdo do seu plano simplificado. Porém, essa opção não se aplica aos municípios “integrantes de áreas de especial interesse turístico”, como diz o 3º parágrafo do Art. 19, página 23, da Seção IV – Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Capítulo II. (BRASIL [b], 2010, p. 16).

Apesar da não observância de outras obrigações exclusivas à atividade turística, o fato é que todos os municípios turísticos deverão obrigatoriamente ter seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, caso seja aprovada a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, principalmente, as secretarias de Turismo e do Meio Ambiente dos destinos turísticos deverão trabalhar em parceria para que o Plano de Gestão Integrada de RSU abranja toda a população, bem como contemple ações voltadas para o fluxo turístico da cidade tanto em alta quanto em baixa temporada.³⁷

Contudo, o ideal não é esperar pela aprovação de uma lei para que os municípios turísticos atentem para as implicações que a má gestão dos resíduos pode causar à população local e aos próprios turistas. Refletir e agir de maneira a minimizar os impactos negativos causados pelo aumento dos resíduos sólidos, em especial, nas épocas de alta temporada, representa um avanço nas estratégias do desenvolvimento sustentável.

O Ministério do Turismo tem buscado equacionar algumas variáveis inerentes aos destinos turísticos do Brasil que interferem no alcance do turismo sustentável. Com o intuito de auxiliar na gestão desse processo de transformação e fornecer dados sobre alguns indicadores, os *Estudos de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil - Relatórios 2008 e 2009* buscaram alertar os destinos turísticos

³⁷ Devido à expansão imobiliária nos destinos turísticos, é imprescindível que as empresas de construção civil apresentem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, como previsto na Seção V, Capítulo II do Substitutivo da PL 203/1991, página 24. Logo, as secretarias de Obras dos municípios deverão estar atentas a essa questão.

da necessidade do planejamento, de traçar estratégias de longo prazo e de tomar decisões pautadas no conceito de sustentabilidade.

Apesar de os Estudos focarem diversos indicadores relevantes para que o destino turístico se consolide com um destino competitivo nacional e internacionalmente, a variável analisada nos estudos de 2008 e 2009, descrita no tópico seguinte, focar-se-á na gestão municipal dos resíduos sólidos³⁸.

2.4.2 Lixo nos destinos turísticos no Brasil: breves reflexões sobre o Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil - quesito resíduos sólidos - Relatórios 2008/2009.

No Brasil, a intervenção governamental no turismo é marcada por sérios desajustes institucionais. A grande vulnerabilidade das intervenções governamentais no setor turístico entre os anos de 1937 a 2003 acarretou, principalmente, uma gestão fragmentada e conseqüentemente fraca no setor. (BENI, 2006)³⁹.

Atualmente, o trabalho governamental sobre turismo no país continua em constante fase de aperfeiçoamento das políticas e diretrizes que norteiam o desenvolvimento do setor. Paulatinamente, o Brasil vai se estruturando para melhor receber turistas e gerir seus destinos turísticos de forma menos predatória, mais sustentável.

Principalmente após 2003, com a criação do Ministério do Turismo, o planejamento federal sobre a atividade turística no Brasil passou a ser dimensionado e controlado pelo poder público federal de modo mais abrangente e eficaz.

No âmbito das diversas ações empreendidas pelo poder público federal, destaca-se a elaboração e o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT 2003/2007), como um dos marcos regulatórios mais marcantes no planejamento da atividade turística no país.

Porém, foi no segundo PNT, previsto para 2007/2010, que ganhou maior visibilidade no país a imprescindibilidade de estudos contínuos, que possibilitassem a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais de atividades e que auxiliassem a tomada de decisões, criando condições para o fortalecimento da sustentabilidade do setor.

³⁸ Principais questões abordadas nos estudos de 2008/2009: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.

³⁹ Anexo XI.

Dentre os Macroprogramas dos PNT⁴⁰, passar-se-á a destacar os de maior relevância com essa pesquisa.

No PNT 2003/2007, o Macroprograma 6 destacou apenas a importância das informações turísticas relacionadas com base e dados; pesquisa de demanda; programa de avaliação de impacto do turismo e avaliação de oportunidades e investimento. Já no PNT 2007/2010, pode-se perceber avanços, pois o Macroprograma 2 frisou que, além da importância da informação turística, é imprescindível que haja estudos turísticos (BRASIL, 2007, p.62).

A geração de indicadores básicos para análise do setor de turismo é essencial para garantir as condições necessárias para que se apure a magnitude da atividade e se avalie o seu impacto na economia, bem como os seus impactos de caráter socioambiental. (BRASIL, 2007, p.62).

De acordo com o PNT 2007/2010 observa-se a preocupação do MTur em verificar os caminhos do crescimento e desenvolvimento nacional do turismo, e por meio de indicadores, esse PNT propõe investigar a proporção dos impactos negativos e positivos tanto para a economia, quanto para a sociedade (civil e iniciativa privada) e para o meio ambiente dos destinos turístico brasileiros.

Em 2008, por fazer parte da política e do planejamento estatal do turismo no Brasil, promoveu-se o primeiro *Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional*⁴¹, no qual foi abordada a questão dos resíduos sólidos.

Esse Estudo, em prosseguimento nos anos de 2009 (já concluído) e 2010 (em andamento), é fruto de parceria entre o Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacional (SEBRAE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sendo continuidade do projeto iniciado em 2007 que tinha como objetivo a identificação do grau de desenvolvimento e o nível de preparação para o turismo de 65 destinos indutores, permitiu, entre os anos de 2008 e 2009, avaliar a evolução de determinados quesitos nos destinos turísticos, tais como: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; políticas públicas e sustentabilidade dos destinos indutores. (BRASIL, 2009).

⁴⁰ Os Macroprogramas são constituídos por um conjunto de programas que visam resolver problemas e obstáculos que impedem o desenvolvimento do Turismo no Brasil, identificados por um processo de consulta ao setor e estudos estratégicos. Em 2003/2007 foram 6 Macro-programas: Gestão e Relações Institucionais; Fomento; Infraestrutura; Estruturação e Diversificação da Oferta Turística; Qualidade do Produto Turístico e Promoção e Apoio a Comercialização. Em 2007/2010 os Macroprogramas destacados foram: Informação e Estudos Turísticos; Planejamento e Gestão; Logística de Transportes; Regionalização do Turismo; Fomento à Iniciativa Privada; Infra-estrutura Pública; Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; Promoção e Apoio à Comercialização.

⁴¹ Foram selecionados 65 destinos turísticos (municípios, cidades, distritos ou vilarejos que apresentam infraestrutura básica e turística capaz de receber bem seus visitantes), que fazem parte de 59 regiões turísticas em todas as Unidades da Federação. Esses destinos devem ser trabalhados até 2010 para a obtenção do padrão de qualidade internacional, constituindo modelos de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no país.

Em 2008 o estudo abordou na macrodimensão da sustentabilidade⁴², no item de aspectos ambientais, apenas a Destinação Pública de Resíduos. Em 2009 houve mudanças nos quesitos de avaliação, e a forma de *Coletar* esses resíduos foi incorporada ao estudo.

As variáveis adicionadas para análise em 2009 foram positivas, pois contemplaram mais amplamente as implicações relacionadas aos resíduos sólidos nos destinos turísticos. Mas devido às alterações metodológicas feitas no Relatório de 2009, as variáveis mensuradas em 2008 ficaram um pouco prejudicadas.⁴³ Isso porque, com variáveis diversas, diferentes proporções foram alcançadas, não deixando explícitas no relatório as melhorias feitas nos municípios para que tais benfeitorias pudessem surtir efeito tão positivo em relação aos resíduos em tão pouco tempo, como mostra o quadro 3.

Destinação Pública de Resíduos – 2008	Coleta e Destinação Pública de Resíduos - 2009
<p>Variáveis analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos equipamentos locais (lixões, aterros sanitários, usinas de compostagem e incineradores, por exemplo); • Níveis de capacidade para recebimento dos resíduos gerados pelo destino; • Licenciamento adequado dos equipamentos pelos órgãos ambientais competentes; • Avaliação do sistema de coleta domiciliar; • Organização da coleta seletiva de resíduos. 	<p>Variáveis analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de serviço de coleta domiciliar de resíduos sólidos no destino; • Percentual da população atendida pelo serviço de coleta de resíduos sólidos; • Serviços de limpeza pública realizados nas áreas turísticas do destino; • Operação de coleta seletiva de resíduos; • Promoção de campanha educativa sobre a destinação de resíduos; • Local de destinação de resíduos; • Capacidade operacional dos depósitos que recebem os resíduos do destino; • Disponibilidade de usina de compostagem que atenda ao destino; • Existência de consórcios para destinação pública e resíduos; • Existência de estrutura para incineração controlada; • Tratamento dado aos resíduos hospitalares; • Existência de plano de gestão para resíduos de serviços de saúde.

⁴² A adoção de uma perspectiva ampla, que possa combinar os principais subsetores e dimensões que compõem a atividade turística, é considerada a mais adequada para o desenvolvimento do setor. Tal perspectiva deve incluir análises e cenários relacionados com infraestrutura, potencial turístico, economia, políticas públicas e sustentabilidade, visando medir a capacidade atual do destino e o potencial de desenvolvimento, ou seja, sua macrodimensão da sustentabilidade. (BRASIL, 2008).

⁴³ Justificativa apresentada no Relatório de 2009: Os resultados no Relatório Brasil 2008 sofreram pequenas alterações em função da revisão de metodologia – foram realizadas, pois, modificações na estrutura de algumas variáveis e incluídas novas questões. (BRASIL, 2009, p. 34).

Resultados Consolidados – 2008	Resultados Consolidados - 2009
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de ampliação da rede pública de coleta e tratamento de esgoto e melhoria da destinação pública de resíduos. Foram essas as duas variáveis que contribuíram negativamente para todos os destinos. • O estudo cita que devido à importância desta dimensão para a sustentabilidade da atividade turística no longo prazo, principalmente no que diz respeito aos atrativos naturais, tal constatação sugere uma intervenção substancial nas variáveis citadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • De modo geral, os destinos são servidos por sistema público de distribuição de água e coleta de esgoto e destinação pública de resíduos. • Em relação à destinação pública de resíduos, ainda são poucos os destinos que dispõem de usina de compostagem de lixo.

Quadro 3 - Aspectos ambientais da macrodimensão da sustentabilidade - Resíduos
 Fonte: (BRASIL, MTur - RELATÓRIO BRASIL, 2008 e 2009).
 Elaboração: ÁLVARES, P.B. (2010).

Diante da abrangência das variáveis analisadas em 2008 e, principalmente, em 2009, os resultados consolidados pouco dimensionaram alguns dos principais problemas analisados em relação à coleta e destinação pública dos resíduos. Não houve um olhar voltado, por exemplo, para os atores do *trade turístico* que são os maiores geradores de resíduos e como eles fazem a gestão desses resíduos. Quais sejam: os meios de hospedagens, bares, restaurantes, parques temáticos, comunidades circundantes de Unidades de Conservação (Parques Nacionais), são atores que interferem diretamente na quantidade de lixo gerado nos destinos turísticos.

Na tabela 1 apresentada pelo estudo de 2009, é possível perceber que, em detrimento aos aspectos ambientais - uma vez que a análise da destinação final dos resíduos sólidos recai sobre essa dimensão -, o resultado foi positivo em relação ao ano de 2008.

Tabela 1 – Resultados consolidados entre os anos de 2008/2009 – *Relatório Brasil*

Dimensões	Média					
	Brasil		Capitais		Não Capitais	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Total Geral	52,1	54,0	59,5	61,9	46,9	48,4
Infraestrutura geral	63,8	64,6	70,5	71,3	58,1	58,9
Acesso	55,6	58,1	66,9	69,9	47,5	49,7
Serviços e equipamentos turísticos	44,8	46,8	56,8	59,4	36,3	37,9
Atrativos turísticos	58,2	59,5	56,6	58,5	59,3	60,2
Marketing e promoção do destino	38,2	41,1	46,3	47,5	32,4	36,5
Políticas públicas	50,8	53,7	55,7	58,7	47,3	50,2

Cooperação regional	44,1	48,1	42,9	47,1	45,0	48,8
Monitoramento	35,4	34,5	42,1	41,8	30,6	29,4
Economia local	56,6	57,1	64,7	67,6	50,9	49,6
Capacidade empresarial	51,3	55,7	72,1	78,1	36,6	39,8
Aspectos sociais	57,2	57,4	62,3	63,1	53,5	53,4
Aspectos ambientais	58,9	61,8	63,8	67,0	55,5	58,1
Aspectos culturais	54,6	54,6	61,4	63,0	49,8	48,7

Fonte: FGV/MTur/SEBRAE, 2009 (/RASIL, 2009/MTur - RELATÓRIO BRASIL, 2009).

Porém, se comparado o quadro (4) dos aspectos ambientais da macrodimensão da sustentabilidade em relação à tabela 1, destacam-se duas questões:

1. a primeira é que as Não Capitais no quesito *aspectos ambientais*, como é o caso do estudo de Caldas Novas (GO), tiveram melhoria de 2,6% entre os anos de 2008 a 2009;
2. já no aspecto de infraestrutura geral, tiveram avanço de apenas de 0,8%.

A proporção de melhoria nos quesitos entre os anos de 2008/2009 nos leva a alguns questionamentos, tais como:

- foi positivo o aumento no número de variáveis verificadas no ano de 2009 em relação aos resíduos sólidos. Entretanto, ao confrontar os dados com as diferentes variáveis no ano de 2008, o relatório não deixa explícito como o cálculo foi feito, haja vista que as variáveis sofreram fortes alterações;
- observou-se que uma vez aumentado o número de variáveis verificadas, houve elevação no percentual positivo dos resultados consolidados entre os anos 2008/2009;
- o estudo não indica o quanto cada variável avaliada incidiu sobre os resultados finais, o que deixa um pouco de dúvida ao leitor, uma vez que foram confrontadas diferentes variáveis entre os anos 2008/2009 – quesito resíduos sólidos;

Especificamente sobre a coleta e destinação dos resíduos, as observações a serem feitas são as seguintes:

- no relatório de 2008, no quesito saúde pública, que faz parte da macrodimensão Infraestrutura Geral, na página 37, foi avaliada a existência de aterro sanitário nos municípios e a sua distância em relação às áreas residenciais; tratamento de resíduos hospitalares e respectivos planos de

gestão; campanhas educativas sobre tratamento de lixo. O resultado final destacou apenas que “diversos destinos estudados compartilham problemas semelhantes, como a destinação pública de resíduos”;

- já no relatório de 2009, a relação entre lixo e saúde pública não foi tão enfatizada como de 2008. O foco sobre o lixo ficou centrado estritamente no quesito de aspectos ambientais - que abordou a questão sobre a coleta e destinação dos resíduos sólidos.

Esperava-se que, para cada item verificado, houvesse um retorno do percentual de existência ou não da variável averiguada. Por exemplo, sobre a existência dos aterros sanitários, surge uma dúvida: dos 65 destinos turísticos pesquisados quantos municípios possuem aterro sanitário, aterro controlado ou ainda dispõem os resíduos em lixão?

No primeiro ano, o estudo destacou que um dos pontos que contribuiu negativamente para todos os destinos foi a destinação pública dos resíduos. Já em 2009, informa-se que os destinos, de modo geral, são servidos por destinação pública de resíduos.

Ou seja, há uma melhoria significativa e positiva - no prazo de 1 (um) ano - em relação à gestão dos resíduos sólidos na comparação entre os dois períodos. Porém, o espaço temporal de um ano - entre 2008/2009 - parece curto para obter-se tal resultado.

Outro fator relevante quanto aos resíduos, e que não foi mencionado no estudo de 2009, refere-se ao percentual em relação à existência e disponibilidade de usinas locais de compostagem de lixo.

Por fim, como salientado anteriormente, um dos aspectos mais importantes sobre os resíduos sólidos nos destinos turísticos ficou sem ser mencionado: **que tipo de destinação pública de resíduos está mais presente nos municípios dos 65 destinos turísticos?** Lixão? Aterro controlado? Aterro sanitário? Existem consórcios entre municípios? Qual a disponibilidade de usinas de triagem que atendem ou não os municípios? Há usinas de compostagem nos destinos? Ou seja, nos 584 municípios classificados de turísticos pelo MTur, como está ocorrendo a separação, coleta, transporte e qual a destinação final desses resíduos?

Com essas breves observações, o que se pretende ressaltar aqui é que, em relação à coleta e destinação dos resíduos nos destinos turísticos, algumas questões talvez pudessem ser analisadas mais profundamente. As variáveis destacadas pelo estudo poderiam ser detalhadas para que o leitor pudesse saber quais são os principais problemas encontrados nesses locais em relação à gestão dos resíduos.

A importância de saber qual a destinação final dos resíduos nos destinos turísticos, recai justamente na busca para estabelecer as maiores dificuldades na engrenagem entre

os diversos setores econômicos e atores sociais dessas localidades, diante da complexidade da gestão dos resíduos sólidos urbanos aliados à prática turística.

A disposição final do lixo retrata não só, aspectos ambientais e econômicos - dado que há o custeio das prefeituras locais com a coleta e disposição final dos resíduos e a conservação do meio ambiente – mas, envolve também, enfoques sociais, culturais e políticos, dentre outros.

Não foi indicada em nenhum dos anos, a quantidade de pessoas envolvidas com a catação de recicláveis nos destinos turísticos. Apesar de parecer que essa não seja uma variável importante a ser analisada pelo Ministério do Turismo, nosso estudo propõe este olhar: o lixo dos destinos turísticos, quando mal gerido, pode impactar negativamente, além de nos recursos naturais, na sociedade local.

Os resíduos advindos, da atividade turística se enquadram em um complexo sistema, no qual podem ser percebidos entre outros, os seguintes componentes:

- o meio ambiente sobrecarregado, principalmente, em alta temporada, com os restos de materiais orgânicos e inorgânicos, sólidos, semi-líquidos e líquidos deixados pelos turistas;
- pessoas que vivem da catação dos restos do turismo - o aumento e a diminuição de catadores nas ruas no período de temporada; gente de cidades vizinhas que se desloca para catar em alta temporada nos destinos turísticos, configurando-se como catadores-turistas;
- intermediários que exploram os catadores em relação ao preço de compra e venda dos materiais reciclados;
- os lixões ainda presentes na maioria dos municípios brasileiros, e que não figuram entre os cartões-postais dos destinos turísticos;
- a falta de políticas públicas integradas que viabilizem a articulação do desenvolvimento turístico, levando em consideração os interesses entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada;
- a falta da cultura turística que, além de bem receber os visitantes, poderia ensinar de forma direta ou indireta a educação ambiental – que é imprescindível para qualquer destino turístico que deseje ser sustentável.

Portanto, seria interessante se, nos próximos estudos sobre os 65 destinos, fosse informado como está sendo feita, de fato, a *coleta, tratamento e destinação final de resíduos*.

Apresenta-se a seguir uma sucinta problematização sobre o lixo produzido em destinos turísticos, no intuito de refletir sobre algumas de suas implicações:

OS TURISTAS: preocupam-se em qual local ficarão alojados em seus deslocamentos (hotéis, pousadas, flats, *campings*, casa alugadas etc) e com seu momento de lazer ou trabalho; – OS CATADORES: preocupam-se, por exemplo, com o que sobrar dos quartos em que esses turistas estarão alojados; ocupam-se em catar os restos de recicláveis nos contêineres de lixo dos meios de hospedagem, restaurantes, bares, eventos; – O PODER PÚBLICO LOCAL: preocupa-se com o que fará com o montante de lixo que será encaminhado ao depósito municipal e quanto isso irá custar aos cofres e impactar a região no presente e futuramente, em termos, sócioeconômicos e ambientais. Caso esteja empenhado em melhorar a vida dos catadores, ele se preocupará com a assistência que deveria ser dada a eles; – A POPULAÇÃO LOCAL: paga taxas de serviços de limpeza, já descontadas no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Indagamos como essa população reage diante do aumento dos resíduos no município?; – O TRADE TURÍSTICO: além de pagar a taxa de limpeza, qual seria contribuição à gestão dos resíduos sólidos urbanos dos municípios que tais atores poderiam oferecer?

A preocupação com a destinação final do lixo precisa ir além dos procedimentos técnicos de coleta, transporte e disposição dos resíduos. Isso porque, esses locais não atraem somente visitantes, turistas e ou excursionistas. Existe um atrativo para pessoas de diversos lugares que buscam, no turismo, maneiras de sobreviver financeiramente da atividade, ou seja, percebem nesses destinos uma possibilidade de trabalho, de obter ou aumentar sua renda.

Não é difícil encontrar pessoas que migram para destinos turísticos no afã de melhorar suas condições de vida, mas não encontrando oportunidades de emprego formal recorrem a alternativas de sobrevivência. Uma dessas saídas é catar materiais recicláveis.

A atração dessas pessoas (força centrípeta) e a repulsão delas para as periferias das cidades turísticas (força centrífuga), usualmente sem oportunidades de gozar dos equipamentos de lazer destinados aos turistas, é o processo que será abordado a seguir.

2.5 FORÇAS CENTRÍPETA E CENTRÍFUGA DOS DESTINOS TURÍSTICOS: SURGEM REJEITOS SOCIAIS E/OU PESSOAS RESIDUAIS

Pensar no turismo como uso do território leva a questionar quem usa e como usa, o que nos remete aos turistas e sua influência na dinâmica temporal-espacial da cidade. Tal abordagem permite refletir não só sobre riquezas socioeconômicas, mas também sobre os riscos sócio-ambientais advindos desse novo uso. (STEINBERGER & CAMPOS, N. 200?, p.1).

A problemática do lixo pode ser vista por vários ângulos. Na dimensão social, que envolve os resíduos nos destinos turísticos, o conhecimento de alguns fatores é essencial para promover busca de soluções.

A reflexão coletiva sobre determinadas dinâmicas da população em cidade turísticas varia de acordo com o estilo de vida dos habitantes locais, com o perfil dos turistas, com o nível de riqueza e pobreza da região, o grau de instrução dos seus moradores e dos turistas que freqüentam o destino, com o grau de urbanização e até mesmo de industrialização local.

De acordo com Carvalho (2008), para entender uma cidade, é preciso concebê-la como um espaço vivo, isto é, um espaço em constante dinamicidade e mutação. Para isso, além da necessidade do entendimento do tempo histórico e das novas demandas surgidas por aqueles que a constituem, é preciso saber lidar com suas conseqüências.

Uma das conseqüências que os destinos turísticos têm é o fluxo migratório. O objetivo desta discussão é uma tentativa de refletir sobre os fluxos de migrantes que são atraídos para essas áreas e, muitos, quando não inseridos nas vantagens e benefícios econômicos gerados diretamente pelo turismo, são expulsos para habitar nas periferias urbanas - ou rurais.

A problematização que envolve a atração e repulsão de pessoas para o entorno das cidades turísticas surgiu após a leitura de Bursztyn (2003, p. 31), quando o autor abre ampla discussão segundo os circuitos integrados e marginalizados de Sunkel, que trata da existência das desigualdades sociais entre países pobres e ricos, e a perversa segregação que a dinâmica do sistema econômico pode causar entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.⁴⁴

Ao observar essa dinâmica numa escala micro, ou seja, nos destinos turísticos brasileiros⁴⁵, a atração e a repulsão de pessoas para a periferia desses lugares exercem, de certo modo, a mesma dinâmica ressaltada por Bursztyn (2003) em relação aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ou seja, os destinos turísticos, quando em fase de crescimento e incremento da atividade turística, têm a capacidade de atrair muitos migrantes que buscam novas possibilidades de sobrevivência e emprego (força centrípeta). Porém, caso o local não consiga abarcar toda a demanda de migrantes, ocorre a “expulsão” das pessoas menos favorecidas economicamente para as periferias das cidades turísticas (força centrífuga).

⁴⁴ Osvaldo Sunkel: economista chileno que escreveu sobre inflação, economia, desenvolvimento, relações internacionais e desenvolvimento sustentável. O seu reconhecimento deve-se principalmente ao seu quadro de análise entre os países desenvolvidos (centrais), que eram os industrializados, e os subdesenvolvidos (periféricos), provedores de matérias-primas para os industrializados, ficando os últimos sempre na relação de dependência dos primeiros.

⁴⁵ Destinos Turísticos Brasileiros. *Online*. Disponível em: < <http://www.turismobrasil.gov.br/promocional/destinos> >. Acesso em: 15/04/2010.

O aumento populacional que usualmente se verifica na maioria dos destinos turísticos exige maior incremento do plano diretor e infraestrutura básica - na tentativa de atender à crescente demanda populacional. Contudo, também é preciso que haja sistematização processo turístico (planejamento e incremento da infraestrutura turística), de forma a abranger todas as necessidades advindas dessa mobilidade social (tanto de turistas como de migrantes).

A busca por novas possibilidades de emprego faz com que os destinos turísticos tenham uma dinâmica própria, pois além da atividade turística, existe o interesse de migrantes em busca de oportunidades de sobrevivência fomentadas pelo turismo. Uma vez atraídos pelas novas possibilidades econômicas, muitos desses indivíduos, não absorvidos pelo mercado de trabalho direto ou indiretamente ligado à atividade turística, são excluídos (força centrífuga) do processo de geração e fruição das riquezas advindas do turismo. Muitos cidadãos não gozam da distribuição dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, ficando marginalizados. Ocorre então uma dinâmica que modifica o espaço turístico e segrega drasticamente habitantes e turistas.

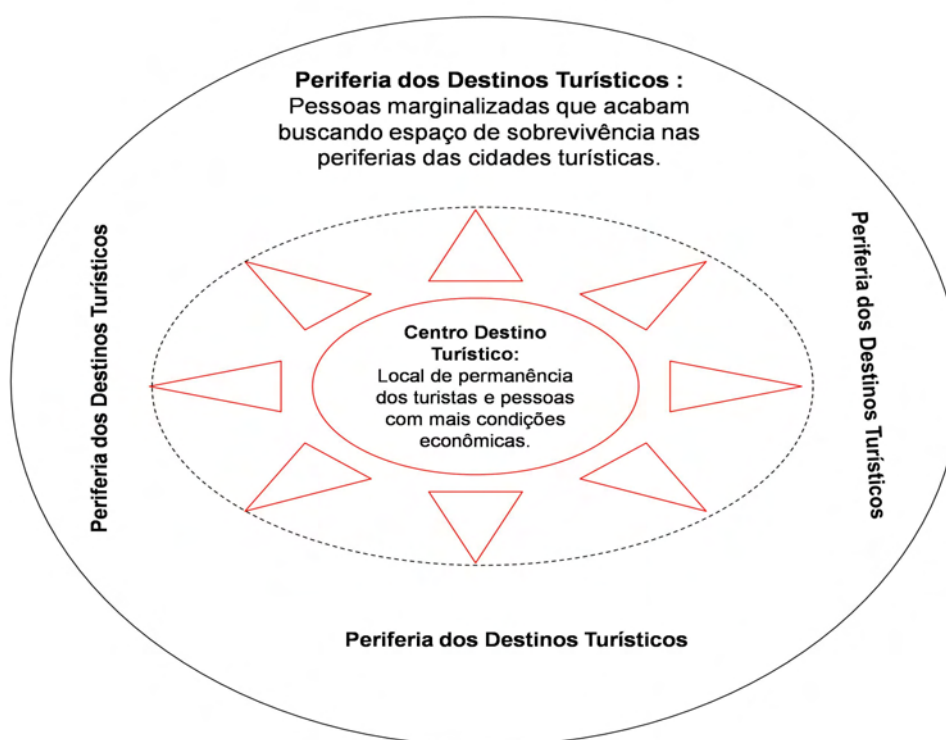


Ilustração 4: Força centrípeta e centrífuga do turismo nos destinos turísticos
Elaboração: ÁLVARES, P.B, 2010.

Na visão de Bursztyn (2003, p.49), a mobilidade social decorrente da atração e a repulsão da miséria, principalmente, nas grandes cidades, acontece da seguinte forma:

As políticas públicas, paralelamente à valorização das áreas centrais, resultante das melhorias de infra-estrutura urbana, operam como *força*

centrífuga, empurrando a miséria para a periferia. Por outro lado, a própria precariedade das condições de vida nas periferias, juntamente com as também precárias perspectivas nas zonas rurais de economia tradicional e estagnada, funcionam como *força centrípeta*, atraindo a miséria para os núcleos centrais das grandes cidades. Em grande medida, o confronto entre *forças centrífugas e forças centrípetas*, num contexto de estrangulamento do mercado de trabalho, explica a existência de um crescente contingente de moradores de rua e de populações perambulantes.

A marginalização dessas pessoas, seja pelo espaço físico, seja pelas condições de vida em cidades turísticas, faz com que haja um empobrecimento dos vínculos socioculturais e afetivos entre moradores e turistas.

Não é difícil notar que, em alguns destinos turísticos, a lógica da atração e repulsão de migrantes desprovidos de condições para permanecerem nos centros das cidades compõe uma paisagem urbana cheia de estigmas, preconceitos e hostilidade entre moradores e turistas. Bursztyn (2003), ao citar a complexidade do Rio de Janeiro e o seu pioneirismo de políticas voltadas à retirada dos bolsões de pobreza das áreas urbanas centrais da cidade, ressalta que, mesmo marginalizada, a população mais pobre resiste nas periferias no intuito de usufruir o quanto pode das áreas urbanas mais bem dotadas de infraestrutura. “Embora cada situação seja variável, de acordo com o olhar que é lançado sobre a cidade” (CARVALHO, 2008, p.82), no turismo não é difícil perceber esse tipo de dinâmica nos destinos turísticos.

A atração de migrantes e repulsão dessas pessoas para as periferias das cidades causadas pelo turismo nos destinos turísticos faz parte de uma dinâmica territorial, econômica e social injustas, na medida em que são produzidos territórios de exclusão:

- o destino não comporta infraestrutura básica e turística para todos de forma igualitária;
- no quesito econômico, a falta de emprego e os subempregos causam contrastes negativos e pode até mesmo ser motivo de violência nos destinos turísticos (prostituição infantil, venda de drogas, assaltos a turistas e moradores, etc);
- na questão cultural, acontece a “síndrome do zoológico” (KRIPPENDORF, 2001) de maneira que moradores e turistas se observam como se fossem espécies diferentes de seres humanos;
- uma vez que as políticas públicas não abarquem todas as necessidades dos destinos turísticos, devido a seu inchaço populacional, especialmente os mais abastados economicamente, ficam com direito de gozar dos melhores lugares turísticos enquanto a própria população pode ser excluída do processo de

fruição do seu próprio espaço; dentre tantos outros problemas que essa força centrífuga e centrípeta pode acarretar para dos destinos turísticos.

Mesmo não se tratando exclusivamente de uma cidade turística, as palavras de Bursztyn (2003, p. 49) propõem significativas ponderações:

Numa sociedade caracterizada pela forte concentração de renda, como é a brasileira, o fenômeno da concentração de investimentos públicos em áreas economicamente mais dinâmicas é apenas mais uma das características da responsabilidade do poder público na radicalização de um *status quo* de segregação. Nesse sentido, políticas públicas (implícitas e explícitas) que visem a uma hierarquização do uso do solo, de forma coerente com a hierarquia de níveis de renda, constituem importante vetor da espacialização do processo de exclusão.

Ou seja, na periferia dos destinos turísticos pode haver maior concentração das pessoas marginalizadas do processo de inclusão que o trabalho direto ou indireto com o turismo pode proporcionar. A reorganização no espaço provocado pelo crescimento do turismo em determinados destinos faz com que não só o território sofra transformações, mas também altera-se o relacionamento interpessoal. O que resulta relações desprovidas da própria humanidade.⁴⁶ Os moradores tornam-se meramente trabalhadores para o turismo e são “excluídos espacialmente de um conjunto de atividades e serviços (como educação, saúde, saneamento básico e segurança pública), além de amenidades não objetivamente quantificáveis (como beleza cênica e lazer)”. (BURSZTYN, 2003, p. 48).

Magalhães (2002), ao abordar as questões espaciais e sociais devido à segregação que o turismo provoca em alguns lugares, observa que existe uma troca desigual entre os custos sociais provocados pelo turismo e sua economia. A autora afirma que essas trocas desiguais o turismo não consegue compensar.

Krippendorf (2003, p. 75) notifica que, para ocorrer uma troca, “esta só pode ser qualificada como equitativa se os custos e os benefícios foram repartidos de forma mais ou menos equivalente entre as duas partes, o que não é o caso do turismo.”

Nesse sentido, a apropriação capitalista do espaço pela atividade turística – que produz, consome e o transforma de acordo com suas necessidades - nem sempre é benéfica para a população local e para o meio ambiente.

No processo de exploração dos lugares e seus atrativos, seja pelo setor privado ou pelo Estado (como indutor), a atividade turística apodera-se do espaço (de valor de uso), transforma-o (em valor de troca), ou agrega a ele uma gama de facilidades que, na maioria das vezes, compromete não só a sua qualidade ambiental, mas também a qualidade social [...]

⁴⁶ A palavra humanidade, neste contexto, procura alertar sobre a necessidade de o ser humano agir como *SER HUMANO* com os seus semelhantes; no seu sentido figurativo, Ferreira (2004, p.457) define esse termo como “clemência”.

hierarquizando e restringindo a camada mais abastada da população. (MAGALHÃES, 2002, p. 70).

Paulo (2005, p.97) corrobora essas reflexões ao perceber que essa transformação da sociedade para receber os turistas faz com que a dinâmica espacial da cidade sofra modificações desiguais e injustas:

A cidade é fragmentada de acordo com a espacialização do turismo presente em determinadas áreas. As centrais são destinadas ao desenvolvimento e suporte da atividade turística, ou seja, a especialização do comércio, construção de hotéis, pousadas, *flats* e clubes sociais; enquanto a periferia abriga a população local, com todos os serviços destinados a atender as suas necessidades.

Em face das desigualdades sociais e econômicas provocadas pelo turismo e nas conseqüências negativas sociais e psicológicas desse fenômeno em determinados lugares, Krippendorf (2001, p. 72) alerta:

Ninguém pode contestar a importância do turismo no que se refere a empregos e rendimentos. Ele ocupa cerca de dez milhões de pessoas no mundo inteiro, e vários outros milhões de indivíduos vivem indiretamente disso. Entretanto, ao reverso da medalha, que raramente é evocado nos debates políticos: no setor turístico, a maioria dos empregos não é atraente. As condições de trabalho são rigorosas: horas extras, horários irregulares, sobrecarga de acordo com a estação do ano e comprometimento pessoal a favor do cliente. Ademais, os salários são inferiores à média. As opções profissionais e as possibilidades de carreira são restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam nas cozinhas ou nos quartos.

No Brasil, de acordo com o Ministério do Turismo, não há dados recentes (2010) e oficiais do número de empregos diretos e indiretos gerados pelo turismo. Encontram-se em fase de estudo o dimensionamento e as características da mão de obra do setor, que irá indicar o quantitativo de ocupações geradas em sua decorrência⁴⁷. (BRASIL, 2010).

Porém, há que se dar o mérito a essa atividade em função da variedade de empregos diretos e indiretos que ela é capaz de proporcionar. Tomemos como exemplo a cadeia produtiva do turismo elaborada em 2005 pela Confederação Nacional da Indústria, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

⁴⁷ O Ministério do Turismo, por meio de um acordo de cooperação firmado com o IPEA, patrocina um conjunto de estudos relativos ao emprego no turismo. O seu início está previsto para o dia 30 de janeiro de 2010 e terá duração de seis meses. Os resultados desse levantamento, combinados com dados de fontes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitirão saber o número de ocupações geradas em decorrência do turismo no Brasil e, assim, avaliar a dimensão e características da mão de obra do setor. Essa informação é essencial para conhecer a importância socioeconômica do turismo, em especial, no que se refere à geração de empregos. (BRASIL, 2010).

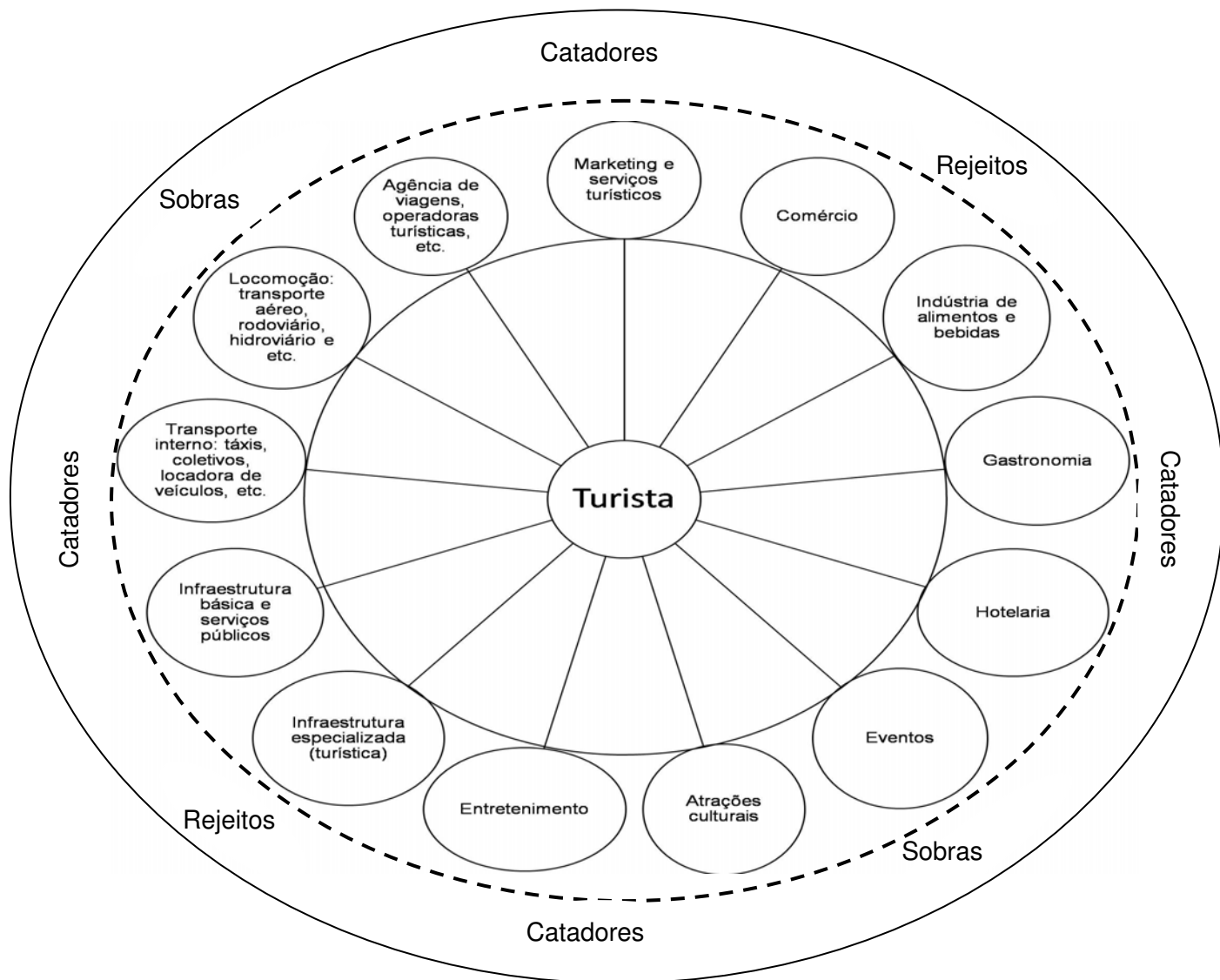


Ilustração 5 – Cadeia produtiva do turismo e a má inclusão dos catadores
 Fonte: Cadernos do Turismo Brasil, 2005.
 Adaptações: ÁLVARES, P.B (2010)

Como pode ser observado na figura 5, esse modelo evidencia o turista como o principal agente propulsor do sistema turístico⁴⁸ e o envolvimento entre diversos atores sempre interligados, direto ou indiretamente com a atividade. Entretanto, tendo o turista como responsável pelo consumo de bens materiais nos destinos a que se dirige, poderíamos dizer que ele também é co-responsável pela existência dos catadores de recicláveis. Estes, por sua vez, podem ser considerados uma parcela populacional que sofre, principalmente, as interferências da força centrífuga nos destinos turísticos. Usualmente estão excluídos do processo de fruição do turismo, sem grandes perspectivas

⁴⁸ Elaborado por Beni (2006), o autor define os componentes que envolvem o sistema turístico - conjunto de relações ambientais, organizações estruturais e ações operacionais: o meio ambiente, a economia, a sociedade e sua cultura, a infraestrutura básica e turística (por exemplo: meios de hospedagem, postos de atendimentos aos turistas, dentre outros).

de sobreviver dignamente das cifras geradas pelo setor quando não existe gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no município.

O intuito da figura 5 é também ilustrar que, na cadeia do turismo, o catador permanece em uma posição marginalizada, pois atua com os restos advindos desse fluxo, que não o inclui como um agente propulsor, pois ele não está articulado diretamente ao sistema, mas sobrevive das sobras dele.

A catação dos restos de materiais recicláveis gerados pela população local, bem como pela cadeia turística, surge como uma alternativa de sobrevivência que não exige o catador de estar excluído socialmente e mal-incluído economicamente na cadeia produtiva e econômica do turismo. Isso porque, não se pode negar a existência dos catadores de recicláveis que sobrevivem das cifras geradas indiretamente pelo turismo a partir da coleta e venda dos materiais recicláveis obtidos, principalmente, em épocas de alta temporada. Pode-se afirmar que essas pessoas usufruem, mesmo que “marginalmente” de algumas vantagens geradas pelo turismo.

No entanto, esses trabalhadores quando não ligados a cooperativas, passam do esquecimento do poder público à marginalização pela sociedade. São pessoas que trabalham de maneira precária nas ruas das cidades. Nas palavras de Bursztyn (2003, p.20), podem ser consideradas “pessoas que trabalham, mas não são empregados. Obtêm alguma renda, mas de forma assistemática e pouco convencional. Transformam o espaço público – as ruas – em seu universo de vida e de sobrevivência privado.”

O autor supracitado denomina essas pessoas de “rejeitos humanos”, uma vez que são indivíduos que têm suas vidas “no e do lixo”; fazem parte de um processo no qual a valorização da reciclagem de materiais está centrada em crescente negócio industrial e que não dá o devido valor ao trabalho realizado por eles. (BURSZTYN, 2003).

Os catadores sobrevivem justamente da desarticulação do sistema de infraestrutura básica e serviços públicos, que não os inclui como personagens importantes e que deveriam estar articulados diretamente com o desenvolvimento do turismo. Esse o motivo da linha tracejada na figura 5, que não os exclui totalmente dos benefícios econômicos gerados pelo turismo, mas também não os inclui; deixam-nos mal incluídos economicamente nessa cadeia produtiva.

Seja chamado de resíduos, rejeitos, restos, sobras, dentre outros termos, o lixo gerado pelo turismo, principalmente em alta temporada, nos destinos turísticos, quando mal gerido, pode contribuir desumanamente para o aumento de catadores informais de recicláveis, denominados por Zaneti (2006) “rejeitos sociais” e por Almeida (2008) de “pessoas residuais”.

A questão levantada é que a produção do “lixo” é na realidade o resultado de uma sociedade de consumo, que gera não apenas o rejeito material, como também o social. Como é o caso das pessoas que se alimentam e vivem do resto e das sobras daqueles que consomem e descartam o que considera inútil. (ZANETI, 2006, p.38).

Especificamente nos destinos turísticos brasileiros não foi constatado estudos que indiquem a quantidade de pessoas que migraram para esses locais (força centrípeta) em busca de melhores condições de vida e, não conseguindo a inserção no mercado de trabalho, acabam na rua ou nos lixões recolhendo resíduos para sobreviverem indiretamente dos restos do turismo (força centrífuga).

A apropriação e o consumo que o turismo provoca nos espaços naturais e artificiais fazem com que essa atividade - chamada por Magalhães (2002) de “atividade capitalista complexa” - provoque profundas modificações nas relações sociais.

Com base nessas reflexões, Conto (2005, p. 6) ressalta a importância de desenvolver estudos relacionados ao comportamento de turistas e prestadores de serviços turísticos em relação ao manejo de resíduos sólidos dos hotéis. Nesse sentido, poderíamos ir além e afirmar a importância de estudos que abarquem não só o âmbito hoteleiro, mas a gestão municipal integrada desses resíduos e suas implicações direta e indiretamente relacionadas ao turismo, que constituem crescentes problemas sociais, ambientais e culturais⁴⁹. Em linhas gerais, o lixo turístico nos destinos aliados à ausência da gestão integrada, configura-se como grave problema que circunda esse ciclo de atração e repulsão de fluxos migratórios.

Magalhães (2002) traz em seu estudo, além dos vários exemplos de problemas relacionados à transformação espacial que o turismo exerce em locais turísticos, problemas relacionados a essa temática específica de resíduos nos destinos turísticos de Fernando de Noronha (PE), Bonito (MS) e Porto Seguro (BA). A autora lembra que o aumento da quantidade de resíduos gerados pelo turismo e a forma de tratamento e estocagem que lhe é dado configura-se num dos maiores problemas para as cidades turísticas.

Rodrigues (1997, p. 53 *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 50) complementa:

Além da intensidade de uso, do consumo de recursos naturais e dos resíduos no próprio consumo da natureza como produto da atividade final do turismo, mercadorias são transportadas para esses lugares e os resíduos aí ficam. Os resíduos do lixo provenientes do consumo são os que mais tem chamado a atenção, contudo não são os únicos, com já salientado.

Nesse sentido, é imprescindível que todos os destinos turísticos estejam atentos à dinâmica entre as forças centrípetas e centrífugas que modificam o espaço, o território, as

⁴⁹ Culturais - aqui destacado - no sentido que o turismo também pode ser o indutor de uma cultura turística mais consciente e mais responsável.

atividades econômicas e as relações sociais. A falta de atenção dada para a gestão dos resíduos sólidos nesses locais é parcialmente responsável pelos catadores de recicláveis que, indiretamente, prestam serviço para essas cidades sem o merecido reconhecimento das autoridades públicas, da iniciativa privada, da população local, bem como dos turistas.

As disparidades negativas entre a atração e repulsão de pessoas nos destinos turísticos, aliadas a uma má gestão de resíduos sólidos urbanos, não contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável.

É preciso que o turismo seja pautado, pensado e praticado de acordo com fatores considerados verdadeiros para o desenvolvimento sustentável, com ações baseadas na ampla participação de todos os setores da sociedade, tendo como perspectiva colaborar para o desenvolvimento do turismo sustentável, conceito este que será tratado no tópico seguinte.

3 TURISMO SUSTENTÁVEL

A definição de turismo abrange diversas dimensões e o termo ser compreendido de diferentes maneiras. Para alguns autores, é entendido como um setor da economia; para outros como uma necessidade vital; alguns o destacam como uma “indústria sem chaminés⁵⁰”; é percebido também como um sistema multifário, dentre tantas outras definições que ele são atribuídas⁵¹.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p.20), o define como atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócio ou por outros motivos.

Magalhães (2002) descreve o turismo como um fenômeno social e espacial capaz de fomentar atividades econômicas. Isso faz com que ele promova diversas possibilidades de aumentar divisas nos municípios brasileiros com potencial ou atrativos turísticos.

Nesta dissertação optou-se por entender o turismo como um fenômeno multidimensional, envolvendo tanto o movimento de pessoas de um lugar para outro diverso de sua residência com algum objetivo (passeio, lazer, negócio, dentre outros), quanto uma atividade potencialmente econômica.

Nos últimos anos o substantivo turismo tem sido acompanhado de diversos adjetivos, tais como: *sustentável, responsável, verde, de natureza, ético*, dentre outros, demonstrando a necessidade de que sua prática seja menos agressiva/impactante ao meio ambiente e à cultura local dos destinos turísticos, com vistas a consolidar a ideia do turismo sustentável.

Esse fenômeno, por meio de sua dinâmica, tem sido um dos principais responsáveis pela modificação do espaço geográfico, da paisagem, da cultura, do território, dentre outros aspectos, em diversos locais que registram fluxo de visitantes (destinos turísticos).

Atualmente é possível ter acesso à ampla gama de estudos que demonstram a importância de o turismo abranger as esferas ambiental, social, econômica e cultural das localidades onde ele se desenvolve de forma equilibrada. Porém, o que se percebe na prática, é que sua visibilidade e o seu fomento ainda permanecem majoritariamente focados apenas nas questões de crescimento econômico para as localidades.

⁵⁰ De acordo com Neto & Andrade (2001, p. 135), o chavão “indústria sem chaminés” caracteriza-se como apologético e omisso aos efeitos ambientais decorrentes da expansão da atividade turística sem limites, assumindo caráter de excessiva generalização. Inúmeros estudos e pesquisas, elaborados em países desenvolvidos ou não, apontam que a expansão da atividade turística, sem a observância de limites sócioespaciais, provoca impactos positivos e negativos múltiplos nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, até mesmo induzindo à saturação ambiental e à decadência econômica das atividades produtivas.

⁵¹ Ver: ANDRADA, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2001. Urry, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001. Krippendorff, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001. WAINBERG, Jacques A. **Anotações para uma Teoria do Turismo: a Indústria da Diferença**. In: GASTAL, Susana. (org). **Turismo: 9 Propostas para um Saber-Fazer**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2003. MOESCH, M.A. **Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

Rodrigues (2001) destaca a importância econômica do turismo, ao citar seu papel relevante na economia mundial, uma vez que ele está situado entre os três maiores produtos geradores de riqueza – 6% do PIB global –, só perdendo para a indústria de armamentos e de petróleo.

No Brasil, após a organização do setor⁵², ele passou a ser dimensionado por diretrizes federais dentro da visão de sustentabilidade. Ribeiro *et al.* (2010, *apud* PHILIPPI Jr. 2010, p.63), informam que o turismo ocupa o 5º lugar na contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) na pauta de exportações, ficando atrás apenas do minério de ferro, petróleo bruto, soja em grãos e automóveis.

Sem demarcar o turismo enquanto atividade meramente econômica ou um fenômeno apenas espacial e social, o importante é dimensionar as implicações que são geradas a partir do seu crescimento.

3.1 A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

Principalmente após a Revolução Industrial, o turismo emergiu como uma alternativa de as pessoas gozarem seu tempo de lazer em lugares diferentes de sua moradia habitual. Passou também a ser visto como uma necessidade vital; de expandir conhecimentos sobre determinados lugares e culturas; e, até mesmo como complemento indispensável ao *status* pessoal. (URRY, 2001).

Entretanto, a partir do seu crescimento mundial, o dimensionamento sobre seus impactos positivos e negativos passou a ser ponderado e discutido principalmente dentro da academia. Esta, por sua vez, procurou e procura dar aporte para que os dirigentes políticos possam direcionar ações menos degradante para o meio ambiente e para as comunidades locais dos destinos turísticos.

A discussão do turismo abrangendo a dimensão da sustentabilidade surge principalmente após o apogeu do turismo de massa, nos anos 70 e 80.

Ruschmann (1997) recorda que a primeira fase do turismo ocorreu no século XVIII, com a descoberta da natureza e das comunidades receptoras; a segunda, caracterizada pelo turismo “dirigido” e elitista até o final do século XIX e começo do século XX, e terceira fase, que se iniciou a partir dos anos 50 com apogeu nos anos 70 e 80, correspondendo ao turismo de massa, descrito pela autora com as palavras seguinte:

⁵² A organização desse setor compreende várias esferas - em nível mundial o turismo é organizado pela OMT; em nível nacional pelos países: por exemplo, no Brasil, o Ministério do Turismo, criado em 2003, e municipalmente pelo poder público local dos municípios turísticos, ou seja, as secretarias de Turismo -, ligadas a outros organismos.

Esse é o período mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esportes de inverno, onde várias construções ruíram por causa da falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. (RUSCHMANN, 1997, p.21).

Ribeiro *et al.* (apud PHILIPPI Jr., 2010, p.70) corroboram tal opinião ao afirmar:

Já na década de 1960, os autores apontavam os principais problemas das cidades turísticas: expansão das áreas urbanizadas, a população flutuante, a sobrecarga dos serviços e da infra-estrutura de saneamento em algumas épocas do ano, a dicotomia cidade de luxo e da pobreza, a pressão sobre os presos locais.

Ou seja, durante essas duas décadas - 60 e 70 - e na metade de 80, a maneira como o turismo vinha sendo praticado começou a ser questionada e repensada, pelo fato de tantos impactos negativos estarem emergindo.

Outro fator que contribuiu e, na verdade, foi o principal ponto de partida para se discutir sobre a sustentabilidade do turismo, foi que, durante essa mesma época, o discurso sobre a forma como os países estavam crescendo economicamente também aflorou em escala mundial, questionando a relação entre o meio ambiente e crescimento econômicos dos países. O discurso sobre o desenvolvimento sustentável foi o grande divisor de águas para que o turismo também passasse a ser discutido dentro da dimensão da sustentabilidade.

Machado (2005), em sua tese de doutorado, descreve a trajetória da produção do discurso do desenvolvimento sustentável. A autora elucida que a emergência da questão ambiental entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos - considerando a necessidade de ambos de crescerem economicamente e focados no desenvolvimento assentado no industrialismo - teve, no final da década de 60, os primeiros marcos de discussão mundial.

No final da década de 1960, a recorrência de precipitações de chuva ácida nos países escandinavos levou a Suécia a solicitar que as Nações Unidas se envolvessem na busca de soluções para os problemas ambientais que ultrapassavam as fronteiras nacionais, propondo a realização de uma Conferência Mundial para discutir e encontrar soluções para esses problemas. A movimentação de interesses desencadeada a partir da convocação da Conferência e do seu processo de preparação produziu um significativo deslocamento nos moldes como vinham sendo abordados os problemas ambientais, dando início à inscrição desses problemas no campo das políticas de desenvolvimento e das relações entre países ricos e industrializados com os países em processo de industrialização. Ou seja, desde Estocolmo, a problemática ambiental é inscrita no Discurso do Desenvolvimento produzindo uma cisão nesse discurso. Cisão essa que será posteriormente formulada como Discurso do Desenvolvimento Sustentável. (MACHADO, 2005, p. 137).

Da década de 60 em diante, a relação entre homem *versus* meio ambiente *versus* crescimento econômico colocou em evidência a necessidade de um diálogo mundial, com foco principalmente nos limites e contradições que o avanço do capitalismo industrial provocara entre as nações e as conseqüências ambientais desse crescimento acelerado. (MACHADO, 2005). O discurso do que seria um correto desenvolvimento, ou seja, do *desenvolvimento sustentável*, aparece principalmente devido às críticas ao padrão de desenvolvimento em curso, sempre focado numa lógica consumista. Lógica essa, principal responsável pela degradação ambiental e das condições negativas de vida no Planeta.

Na ilustração 6, Machado (2005) sintetiza o percurso do aparecimento do discurso do desenvolvimento sustentável desde 1972, com a realização da Conferência de Estocolmo⁵³, até após a Conferência Rio-92. Esta, além de ter feito um balanço tanto dos problemas existentes quando dos progressos realizados desde Estocolmo, foi responsável pela elaboração de uns dos principais documentos de detalhamento do desenvolvimento sustentável, qual seja, a *Agenda 21*⁵⁴.

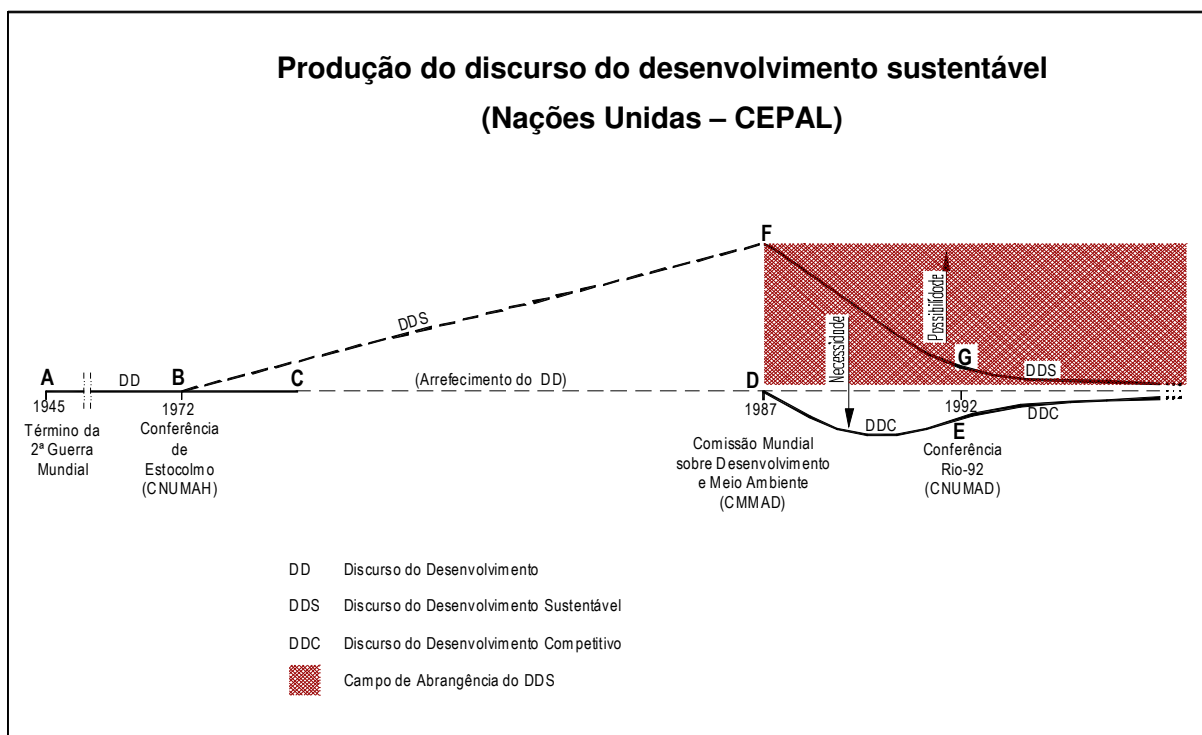


Ilustração 6 - Produção do discurso do desenvolvimento sustentável.
Fonte: Machado, V. (2005, p.20).

⁵³ Em 1972, 113 países se reuniram na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, a primeira reunião ambiental global. Em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Quatro anos mais tarde, o seu relatório, *Nosso Futuro Comum*, que se tornou um marco, avisava que as pessoas deveriam mudar muitas das maneiras de viver e conduzir negócios, ou o mundo enfrentaria níveis inaceitáveis de sofrimento humano e estragos ambientais. A Comissão diz que a economia global deve atender às necessidades e desejos legítimos das pessoas, mas o crescimento tem que se adequar aos limites ecológicos do Planeta. Disponível em: < <http://www.agenda21local.com.br/con2c.htm> >. Acesso em: 30.04.2010.

⁵⁴ Plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do Planeta, que posteriormente reavaliada na Conferência Rio+10 realizada em 2002 em Johannesburgo, onde foram discutidos e avaliados os acertos e erros nas ações relativas ao meio ambiente, nos últimos dez anos.

Machado (2005) faz uma crítica em relação a todo o desencadeamento de discussões. Ela enfatiza que o foco das discussões foi desviado dos aspectos ambientais para os problemas sociais e a relação desigual entre os países industrializados e ricos *versus* as sociedades pobres e periféricas, deixando de lado a discussão dos temas relacionados aos danosos efeitos do desenvolvimento industrial sobre o meio ambiente. Mas adverte que essas Conferências foram imprescindíveis para dar maior visibilidade aos problemas ambientais.

Desde a Conferência de Estocolmo, passando pela Comissão *Bruntland*, e pela Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em 1992, a estrutura político institucional das Nações Unidas vem funcionando como espaço privilegiado na produção de estratégias discursivas que vêm servindo de eixo na definição dos contornos do discurso do Desenvolvimento Sustentável. (MACHADO, 2005, p. 19)

Concomitantemente às discussões sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável mundialmente, o desenvolvimento do turismo também recebeu atenção especial.

No intuito de afirmar que o desencadear da discussão sobre o turismo sustentável se dá quase que simultaneamente ao discurso sobre a emergência do desenvolvimento sustentável, foi elaborada uma figura baseada em Machado (2005). É possível, assim, visualizar que a cronologia do conceito de turismo sustentável abordada por Swarbrooke (2000, p. 11) segue praticamente a mesma ordem temporal do discurso do desenvolvimento sustentável abordada por Machado (2005).

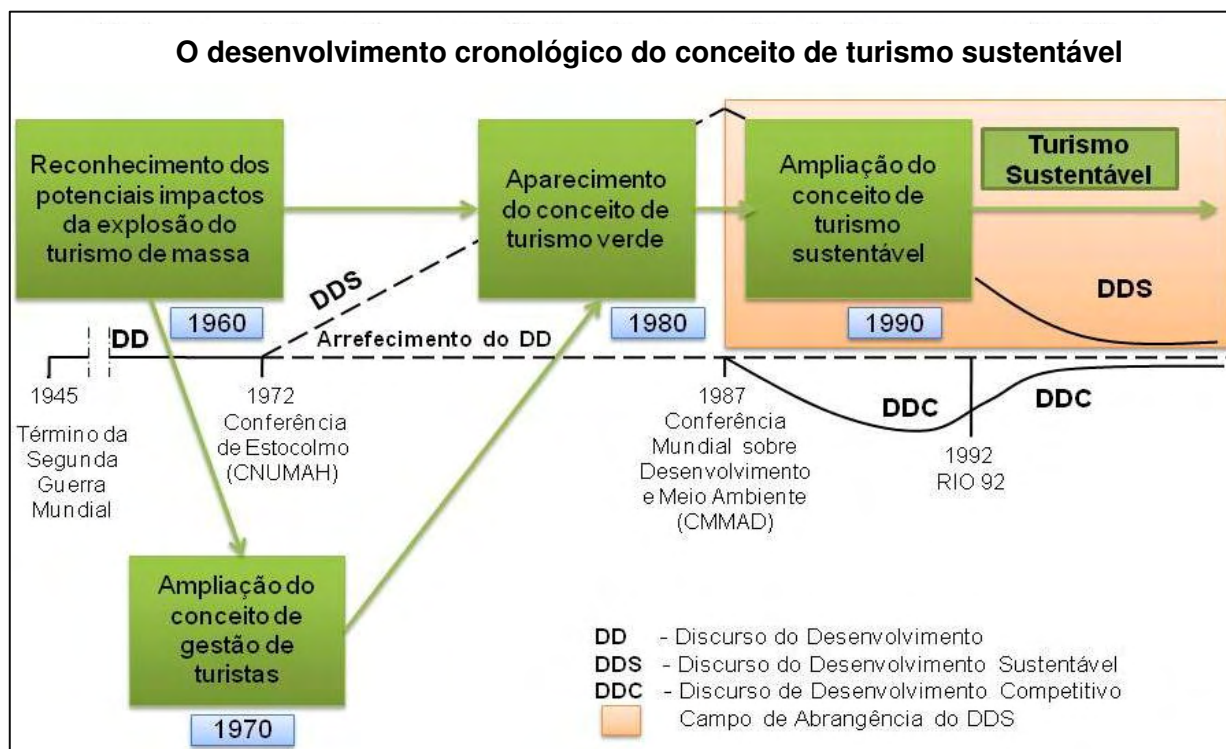


Ilustração 7 – Desenvolvimento cronológico do conceito de turismo sustentável
 Fonte: Machado, V. (2005) & Swarbrooke⁵⁵ (2000, p. 11).
 Adaptações: Alvares, P. (2010).

Percebe-se, em decorrência do exposto, que o ajustamento do conceito de turismo sustentável se deu no mesmo processo/tempo pelo qual o conceito de desenvolvimento sustentável se desencadeou.

Swarbrooke (2000, p. 12) salienta:

À medida que os impactos negativos do turismo foram sendo reconhecidos, uma série de iniciativas foram tomadas pelos órgãos do setor público para tentar administrar o turismo empregando técnicas de gestão de turistas. A expressão “turismo sustentável” começou a ser usada a partir do final dos anos 80, quando os estudantes de cursos superiores e os profissionais de turismo começaram a considerar as implicações do Relatório de Brundtland⁵⁶ em suas próprias atividades.

⁵⁵ O uso da expressão “turismo verde” refletia o aumento do interesse em questões ambientais no final dos anos 80 e o crescimento de “políticas verdes” no Reino Unido, na Alemanha e França. O “turismo verde” destacado pelo autor em meados de 1980 era a expressão mais comum e utilizada naquela época. Houve uma conferência em Leed, em 1990, chamada de “Gradações Verdes”. (SWARBROOKE, 2000, p. 12).

⁵⁶ Também conhecido pelo nome *Relatório Nosso Futuro Comum* foi produzido em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento e teve como uma de suas principais recomendações a realização de uma conferência mundial para direcionar os assuntos ambientais – o que culminou com a Rio-92. Nesse documento foi cunhada a clássica definição de desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. O documento ficou conhecido pelo nome de Relatório Brundtland, já que a Comissão era presidida por Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.40.html>>. Acesso em: 30/04/2010.

Porém, Dias (2008, p. 55) ressalta que, em 1980, a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial já destacava a necessidade de preservar os recursos turísticos – naturais, artificiais e culturais – em detrimento de uma prática turística desmedida. O autor afirma que a importância dessa Declaração está no fato de ela ter sido formalizada antes mesmo da criação da Comissão Brundtland pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Declaração traz em seu conteúdo:

Os recursos turísticos que dispõem os países estão constituídos por sua vez por espaço, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode deixar-se a uma utilização descontrolada em correr o risco de sua degradação, e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da Humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para sua preservação. (DIAS, 2008, p. 55).

O autor assinala em seus estudos outros documentos que foram fundamentais para o aprofundamento nas discussões sobre os impactos negativos do turismo: a Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente em 1982 que preconizava a necessidade da gestão do meio ambiente para a prática do turismo; a Carta do Turismo e o Código do Turista em 1985, que reafirmaram o imperativo de que o meio ambiente não poderia ser deteriorado em função da atividade turística, e que as populações tradicionais e sua cultura precisariam ser resguardadas, dentre outras ressalvas.

A partir de 1992, a Organização Mundial do Turismo (OMT) além de adotar a abordagem *sustentável* para o turismo baseado no *Relatório Nosso Futuro Comum* (1987), também elaborou a *Agenda 21 específica para Viagens e Turismo*⁵⁷, destacando o papel que as viagens e o turismo devem desempenhar na conquista do desenvolvimento sustentável. Essa agenda traz principalmente as áreas de ações prioritárias para direcionar as diretrizes dos governos e das empresas ligadas à atividade turística. (OMT, 2003).

A Agenda 21 é um programa abrangente de ação, adotado por 182 governos na Conferência da Terra, em 1992, que trata das principais questões ambientais e de desenvolvimento em nível global. A Agenda 21 oferece um roteiro para assegurar o futuro sustentável do planeta. Dentro dos parâmetros da Agenda 21, a OMT (*World Travel and Tourism Council – WTTC*) elaborou o relatório Agenda 21 para Viagens e Turismo: Rumo ao Desenvolvimento Ambiental Sustentável. Esse Programa apresenta o papel específico que as viagens e o turismo podem desempenhar na conquista dos objetivos da Agenda 21. (OMT, 2003, p. 25).

⁵⁷ OMT (2003) resumo da Agenda 21 sobre Viagens e Turismo (Ver Anexo IX) ou disponível para *download* (inglês) em: < <http://www.world-tourism.org/sustainable/publications.htm> >. Acesso em: 07/05/2010.

Foi a partir da abrangência dessas discussões sobre a importância do turismo se desenvolver com mais equilíbrio, que a OMT adotou a abordagem do termo sustentável para o turismo, aplicando princípios do próprio desenvolvimento sustentável a todos os seus estudos de planejamento e de desenvolvimento turísticos, surgindo assim, o conceito de turismo sustentável.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 24).

As interferências da OMT na maneira como o desenvolvimento do turismo deveria ser conduzido, principalmente a partir da segunda metade da década de 80, remete ao estudo de Machado (2005), quando ela nota que o meio ambiente começou a ser tratado de maneira mais institucionalizada pelos organismos mundiais desde Estocolmo.

O exame das questões discutidas em Estocolmo – desde o processo de preparação, às articulações que se fizeram em torno dos possíveis encaminhamentos a serem dados para os problemas ambientais no âmbito de ação das Nações Unidas – fornece as evidências de que a Conferência de Estocolmo foi fundamental na definição dos rumos que tomaria, posteriormente, o **tratamento dos problemas do meio ambiente em termos institucionais**. (MACHADO, 2005, p. 22).

No bojo das discussões sobre a melhor maneira que os governos nacionais, regionais e locais poderiam traçar suas diretrizes de planejamento turístico, a OMT inseriu a sustentabilidade como a principal premissa para que o turismo fosse reconhecido dentro da sua importância econômica para a contribuição do PIB nas contas nacionais dos países, mas também como uma ferramenta de proteção, conservação e preservação do patrimônio natural e cultural das regiões onde ele ocorre.

Como advertido anteriormente, o turismo, por meio de sua dinâmica, tem sido um dos principais responsáveis por modificações nos diversos destinos turísticos, no que tange ao seu espaço geográfico, à sua paisagem, a sua cultura, ao seu território, dentre outras. Acertar a sincronicidade entre o turismo sustentável com seus princípios, suas políticas e sua gestão não é uma tarefa fácil.

Assim, o adjetivo *sustentável* adicionado à palavra turismo causa algumas inquietações, devido à difícil capacidade de assegurar de forma igualitária os benefícios econômicos sem causar danos ao meio ambiente, à comunidade local e à sua cultura, bem como aos turistas.

No intuito de maximizar as possibilidades de o turismo ser sustentável, alguns autores advertem da necessidade de uma nova ética centrada nas discussões do tema que o remetem não só ao pensamento focalizado nos impactos negativos ao meio ambiente, mas também abarcando outras dimensões:

Discutir uma nova concepção de desenvolvimento turístico, centrada em compromissos sociais e ambientais e em planejamento de longo prazo, requer uma abordagem de princípios, valores e códigos de ética. O desenvolvimento da atividade turística qualificada de “sustentável” exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2002, p.17).

A dimensão ética abordada por Irving (2002) traz uma concepção de que é preciso modelos demonstrativos de práticas pautadas em diretrizes específicas para o setor, de maneira a dar visibilidade aos seus resultados positivos, impulsionando toda a cadeia turística a agir de forma sustentável. A autora enfatiza a adoção da Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável, sugerindo que seus objetivos e procedimentos sejam adotados pelo *trade* turístico local dos destinos turísticos.

Tanto o desenvolvimento sustentável quanto o turismo sustentável são concepções que englobam diversas dimensões e abordagens, o que dificulta a utilização precisa desses conceitos como um modelo de desenvolvimento capaz de avaliar, de fato, o que é chamado de sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável pode ser visto como uma palavra-chave dessa época, e existem para ele numerosas definições. Apesar dessa grande quantidade de definições de conceitos, ou talvez devido exatamente a isso, não se sabe exatamente o que o termo significa. (BELLEN, 2006, p.24).

Com o turismo não acontece diferente. As indefinições sobre como conceituar e mensurar se ele é desenvolvido de maneira sustentável ou não o transforma em um campo cheio de indefinições.

A falta de evidências empíricas no campo do turismo sustentável também está criando dificuldades para que possamos avaliar a escala de alguns dos problemas com os impactos ambientais negativos do turismo. (SWARBROOKE, 2000, p. 36).

Hunter (1997), em suas reflexões sobre a noção de turismo sustentável e sua prática, entende que a amplitude do conceito e suas diferentes interpretações são apropriadas em variadas circunstâncias. A maior conseqüência gerada por essas indefinições é a falta de clareza entre os princípios e a prática de um turismo considerado sustentável, até porque, a operacionalização da dimensão econômica em consonância com as outras instâncias que

interagem na sustentabilidade do turismo (cultural, social, ambiental), não representa objetivo simples. O autor adverte:

O turismo sustentável não deve ser considerado como quadro rígido, mas sim como um paradigma de adaptação, que legitima uma variedade de abordagens de acordo com as circunstâncias. (HUNTER, 1997, p. 851).

O que o autor propõe é uma flexibilização no entendimento sobre as características delegadas pelo conceito de turismo sustentável que o enquadra a uma “receita sólida” a ser seguida rigidamente por todos os destinos turísticos. Destaca ainda, que é interessante definir o turismo sustentável para as destinações turísticas, mas tornam-se precisas apreciações mais abrangentes sobre as complexidades que envolvem homem, o meio ambiente e os setores econômicos – do qual o turismo também faz parte.

Buscar equilibrar aspectos conflitantes inerentes a cada destino não é uma tarefa trivial. Diversificados fatores, diferentes circunstâncias e prioridades locais provocam debates necessários sobre como o turismo sustentável deve ser adaptado nas localidades (HUNTER, 1997). Ou seja, é imprescindível que a comunidade local - mesmo que haja conflitos entre diferentes interesses em relação à preservação ambiental, equidade social e o desenvolvimento econômico do turismo - esteja envolvida nos processos de planejamento e controle dessa atividade.

Portanto, parece não haver ainda um consenso único para o que venha a ser turismo sustentável. De acordo com Liu (2003, p.459), os estudos e pesquisas sobre a sustentabilidade do turismo ainda são insuficientes para resolver problemas tão graves. Eles podem ser de ordem econômica, social, ambiental, territorial ou mesmo cultural, mas terminam direta ou indiretamente impactados pela atividade turística. Por exemplo: a inflação e a especulação imobiliária nos destinos turísticos, a sazonalidade, a banalização cultural das localidades turísticas, prostituição infantil, degradação ambiental, dentre tantos outros.

Por isso, o autor supracitado destaca que pouco tem sido escrito em profundidade sobre o desenvolvimento sustentável do turismo e suas reais implicações. Para ele, a maior parte da investigação tem sido debates que envolvem a formulação e discussão sobre vários princípios e pressupostos, enquanto o que se precisa, de fato, são estudos de caso que explorem os caminhos da sustentabilidade. (LIU, 2003).

Seguindo a mesma inquietação do que venha a ser turismo sustentável, Sharpley (2000, p.1) ressalta que, apesar da significativa atenção dada pelos professores, universitários e profissionais ligados à área, o desenvolvimento sustentável do turismo nos últimos anos ainda apresenta falhas, ao relacionar o conceito e a teoria do que venha a ser

turismo sustentável, com os padrões de sustentabilidade⁵⁸. Entende que há grandes diferenças entre desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, uma vez que as aparências teóricas parecem ser as mesmas – estratégias de desenvolvimento integral, equitativo e orientado para um futuro sustentável – mas as perspectivas são diferentes. No turismo, a maior dificuldade está em adaptar os critérios econômicos aos critérios socioambientais, culturais, dentre outros que o fazem ser chamado de sustentável.

Swarbrooke (2000) faz duras críticas a esse conceito, afirmando que o turismo sustentável é um assunto amplo, complexo, com limites muito incertos e que coloca em xeque a capacidade de seus conceitos abrangerem a prática na sua gestão. O autor faz alusão ao conceito comparando-o às “vacas sagradas”, “vacas à venda” e “vacas loucas”. A menção sobre as vacas é uma crítica veemente aos poucos ou nulos questionamentos às idéias desse tipo de turismo qualificado de sustentável.

- Em relação às “*vacas sagradas*”, ele critica ideias amplamente aceitas que raramente são questionadas, como o papel do planejamento por parte do setor público. Questiona a possibilidade do planejamento como um papel da sociedade, caso essa fosse mais ativa e operante diante do desenvolvimento turístico local.
- Em relação às “*vacas à venda*”, ele aponta que o rótulo de “sustentável” ou “verde” serve para atrair novos segmentos do mercado e simplesmente incrementar a margem de lucro das empresas e nada mais. É a velha história de legitimar o nome “turismo sustentável” como mais uma ferramenta mercadológica.
- Por fim, ele ironiza as “*vacas loucas*”, salientando que é “um termo bastante forte para ideias que parecem ser irreais ou que trariam problemas com sua implementação, as quais seriam piores que a situação que se pretende melhorar”.

Ou seja, o turismo sustentável traz fortes idealizações que talvez não possam ser de fato realizadas. (SWARBROOKE, 2000, p. 33).

Brasileiro ([s.d]) também tece suas críticas em relação ao uso indiscriminado da palavra sustentável e a apropriação indevida desse termo. A autora observa que muitas vezes o termo sustentabilidade é utilizado por pessoas que querem ser consideradas “politicamente corretas”, quando, na verdade, muitas desconhecem de fato seu significado e abrangência.

⁵⁸ Os padrões descritos no texto de Sharpley (2000) podem ser: cooperação nacional e internacional para a adoção do desenvolvimento do turismo com políticas sustentáveis; desenvolvimento equitativo; adoção de um novo padrão de vida sustentável, dentre outros.

Sustentabilidade, então, convém a tudo: à economia, à ecologia, à política e à cultura, à geografia e às instituições, como se fosse possível aplicar um termo de modo igual a todas as áreas do conhecimento. Ou, como disse Dourojeanni em seu texto *Mágica para salvar o mundo*, 2004: nada como um “sustentável” para fazer possível o impossível e concretizar qualquer utopia. (BRASILEIRO, [s.d]).

A análise do conceito de turismo sustentável desperta questionamentos, por exemplo, como é possível medir a sustentabilidade do turismo?

Porém, apesar dos impasses existentes e das críticas relativas a eles, é preciso considerar que positivos avanços já foram dados em relação ao julgamento de diretrizes que têm por objetivo minimizar os impactos negativos do turismo.

Nessa direção, Brasileiro ([s.d]) também adverte:

Não é por ser mal usado que um conceito deva ser deixado de lado ou ignorado. Pensar o sustentável e a sustentabilidade já não é a prioridade. Buscá-los, implantá-los, sim, é urgentíssimo. Não é mais possível nos determos apenas ao pensar – importa agir – e rapidamente, antes que já não haja mais tempo. (BRASILEIRO, [s.d]).

Assim, traçar as dimensões do turismo sustentável de maneira que se possa agir com a certeza de estar direcionando as ações por um caminho sustentável, não é uma tarefa fácil, mas é preciso buscar soluções para os conceitos que surgirem. Afinal, agir de acordo com as indicações de sustentabilidade é pelo menos uma tentativa de minimizar os impactos negativos advindos do turismo.

A maioria dos estudiosos do tema concorda que o turismo sustentável deve estar pautado em quatro pilares: social, ambiental, econômico e cultural, de modo que possam interagir de maneira síncrona com os demais elementos que compõem o setor turístico e dividir equitativamente os benefícios e malefícios advindos dessa atividade.

A importância de se pensar nas dimensões da sustentabilidade diante do crescimento econômico dos países é salientada por Sachs (2008, p. 35): o autor adverte que não há possibilidade de haver desenvolvimento sustentável, se este não estiver embasado simultaneamente por seus três pilares, quais sejam: relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

Com base nos critérios de sustentabilidade de Sachs (2008), o turismo sustentável foi delimitado por Anjos *et al.* (*apud* PHILIPPI Jr., 2010, p. 129) em seis perspectivas. Elas procuram reafirmar a importância da comunidade local perceber e se apropriar dos impactos negativos e positivos do turismo para que mudanças ocorram nas destinações turísticas, minimizando os impactos negativos e potencializando impactos positivos. A exemplo disso, pode-se citar: a valorização da cultura local, o aumento e a justa divisão dos lucros obtidos com a atividade turística, dentre outros.

O quadro 4 mostra as dimensões da sustentabilidade e seus reflexos no desenvolvimento do turismo.

DIMENSÃO	CONCEITO GERAL	CONCEITO NO TURISMO
ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e mitigação dos danos aos elementos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de carga do ecossistema para uso turístico.
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade social. • Acesso a bens e direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade na distribuição dos benefícios trazidos pelo turismo.
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade local. • Valorização cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito às diferenças. • Valorização das minorias. • Integração cultural.
POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Democratização e participação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da comunidade local e dos visitantes nas decisões.
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Equilíbrio no crescimento econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico dos destinos turísticos
ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição equilibrada do uso do território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso adequado dos territórios turísticos.

Quadro 4 – Dimensões da sustentabilidade e seus reflexos no turismo

Fonte: Anjos *et al.* (*apud* PHILIPPI Jr. 2010 p. 129)

Adaptações: Sachs (2000/2008)

Depreende-se, pois, que parece não haver conceitos e metodologias a serem implementadas que certamente assegurem a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo nas localidades. Deve partir de cada local turístico o diagnóstico de suas peculiaridades e atrativos - que se diferenciam de lugar para lugar - e elaborar diretrizes para sua proteção. Isso porque, apesar da singularidade de cada destino turístico, das críticas de que não há “receita fechada” para que o turismo seja sustentável, alguns indicadores foram criados na tentativa de ser uma ferramenta capaz de balizar o desenvolvimento turístico local preconizando sua sustentabilidade.

Pensar nas diversas instâncias que o desenvolvimento sustentável reconhece e aplicá-las ao turismo é extremamente positivo, pois mesmo que os resultados demorem a acontecer e sejam difíceis de se mensurar, certamente a mudança nos padrões e discussões advindos do turismo sustentável incita governo, iniciativa privada e comunidades locais a pensarem sobre os efeitos nocivos do turismo, quando visto apenas pelo prisma econômico.

A discussão sobre o turismo sustentável foi ajustada pela Organização Mundial do Turismo na formatação de um conjunto de indicadores elaborados a partir da inserção dos problemas socioambientais, culturais e econômicos advindos da prática do turismo “a qualquer custo”. Esses indicadores serão abordados a seguir.

3.1.1 Indicadores de sustentabilidade do turismo

A fim de colocar a sustentabilidade em prática, após a adoção da *Agenda 21* pela CNUMAD, na Rio-92, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), durante cinco anos, ficou responsável pela elaboração dos instrumentos de sustentabilidade apropriados para os tomadores de decisão em nível nacional. (BELLEN, 2006).

No turismo não foi diferente. Fez-se necessário elaborar indicadores para de mensurar sua sustentabilidade - tarefa complexa - principalmente para as autoridades locais das destinações turísticas. A fim de definir parâmetros para que os conceitos e metas de sustentabilidade⁵⁹ se tornassem um processo viável, a OMT estabeleceu em 1996, um conjunto de indicadores do turismo sustentável. Obviamente que as características locais definirão os indicadores de maior relevância para a tomada de decisão tanto das autoridades locais, quanto da própria população, caso esteja realmente envolvida no processo de planejamento dessas ações.

A OMT destaca a importância de que cada município turístico desenvolva seu conjunto de indicadores. Existem os Indicadores Centrais do Turismo Sustentável, que podem ser aplicados às destinações turísticas (ver quadro 5), bem como os indicadores suplementares (Ver Anexo XII), que foram elaborados para áreas com características peculiares, tais como zonas litorâneas; montanhas; parques com gerenciamento de vida selvagem; ambientes urbanos; locais culturais; locais ecológicos singulares e pequenas ilhas. (OMT, 2003, p. 115).

INDICADOR	MEDIÇÕES ESPECÍFICAS
1. Proteção do local	Categoria de proteção do local de acordo com o índice da União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN.
2. Estresse	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico).
3. Intensidade da Utilização	Intensidade de utilização – período de pico (pessoas/hectare).
4. Impacto Social	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo).
5. Controle do desenvolvimento	Existência de procedimento de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização.
6. Gerenciamento de resíduos	Percentual do esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infraestrutural no local, como o fornecimento de água).
7. Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região do destino turístico (incluindo o componente turístico).
8. Ecossistema críticos	Número de espécies raras/ameaçadas.
9. Satisfação do consumidor	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionários).
10. Satisfação do local	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em

⁵⁹ Para saber mais sobre conceitos de sustentabilidade, ver: FARIA, Dóris Santos de. **Sustentabilidade ecológica do turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

	questionários).
11. Contribuição turística para a economia local	Proporção da atividade total gerada unicamente pelo turismo
ÍNDICES COMPOSTOS	
A. Capacidade de carga	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chave que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis do turismo
B. Estresse do local	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor).
C. Atratividade	Medida de qualidade daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo.
Os índices compostos contêm majoritariamente variáveis específicas do enclave. Como conseqüência, a seleção e a avaliação dos indicadores que compõem estes índices requerem o deslocamento para o lugar de um observador devidamente formado e com experiência. No futuro, com base na experiência na preparação de indicadores compostos para lugares específicos, talvez seja possível obter esses índices de forma mais sistemática.	

Quadro 5 – Indicadores Centrais do Turismo Sustentável
Fonte: OMT (2003).

Como observado, os destinos turísticos podem fazer uso dos indicadores centrais e dos suplementares, adequando-os às peculiaridades da comunidade no intuito de dimensionar a sustentabilidade do turismo local.

Bellen (2006) entende que, apesar das indefinições sobre a terminologia “indicadores” e sua abrangência, eles constituem ferramenta capaz de mensurar o progresso ou retrocesso de determinada meta. Em seu estudo que trata sobre três metodologias de indicadores de desenvolvimento sustentável – *Ecological Footprint; Dashboard of Sustainability e o Barometer of Sustainable*⁶⁰ - o autor tece importantes comentários sobre o significado dos indicadores.

Algumas definições colocam um indicador como uma variável que está relacionada hipoteticamente com outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada (CHEBALIER, et al. 1992). Essa também é a opinião de Gallopin (1996), quando afirma que os indicadores, num nível mais concreto, devem ser entendidos como variáveis. Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema. (BELLEN, 2006, p.42).

Uma vez apto a retratar a realidade de uma maneira científica de modo que oriente a formulação de políticas, o sistema de indicadores de sustentabilidade torna-se extremamente útil para a gestão. (BELLEN, 2006, p.87).

Se aplicados ao turismo, os indicadores passam a ser uma ferramenta na mensuração da sustentabilidade do turismo, uma vez que podem:

Comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também

⁶⁰ Para saber mais, ver: BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômenos que não seja imediatamente detectável (BELLEN, 2006, p.41 *apud* HAMMOND, *et al.*, 1995).

Bellen (2006, p. 42) indica uma série de conceitos a serem utilizados para designar como os indicadores podem ser entendidos:

- medida de um comportamento do sistema em termos de atributos expressivos e perceptíveis (HOLLING, 1978);
- uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular (McQUEEN e NOAK, 1988);
- parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa (OECD⁶¹, 1993);
- entendido como uma variável que depende de outras variáveis para ser verificada (CHEVALIER *et al.*, 1992);
- maneira de monitorar complexos sistemas que a sociedade considera importantes e precisa controlar (MEADOWS, 1998);
- norma, padrão, meta, objetivo, sinal, sintoma, diagnóstico, informação, dado, medida.

Com o objetivo de quantificar informações para que seu valor fique mais visível, Bellen (2006) esclarece que utilizar indicadores significa simplificar as informações sobre os fenômenos complexos na tentativa de melhorar principalmente o processo de comunicação e avaliação das atividades. Isso justifica a sua utilização para o turismo, dada sua complexidade e dinâmica própria.

Com a função de avaliar as condições e tendências em relação às metas e aos objetivos traçados, fazer comparação entre lugares, promover informações de advertências e antecipar futuras condições e tendências (TUNSTALL, 1994 *apud* BELLEN, 2006), a importância dos indicadores está na possibilidade que eles oferecem para a sociedade definir o melhor caminho de desenvolvimento, modificando as ações negativas do presente para um futuro melhor.

A partir da mensuração dos indicadores, é possível que haja direcionamentos mais adequados no planejamento e ações governamentais. Uma vez que eles podem servir como alerta do que está acontecendo, conseqüentemente tendem a ser considerados como propulsores de mudanças nas diretrizes políticas e de ações no contexto do almejado desenvolvimento sustentável.

⁶¹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Algumas dificuldades em escolher indicadores para o desenvolvimento sustentável, o que também se faz presente quando se fala em turismo sustentável, revelam-se ao balizar as dimensões que devem ser abrangidas por eles.

Tomemos como exemplo o indicador n. 06 do quadro 7 da OMT (2003) para exemplificar a importância do gerenciamento dos resíduos. Uma vez que essa Organização destaca que “indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infra-estrutural no local” o desenvolvimento do turismo nos municípios com vocação turística e a sua relação direta com a geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos (lixo) torna-se um problema para o poder público local, empresários, moradores e turistas, quando mal gerido. O aumento na quantidade de resíduos produzidos na cidade pelos moradores e turistas torna-se um forte *indicador*⁶² que pode influenciar diretamente nos processos de decisão sobre a gestão municipal desses resíduos.

Consideremos um município qualificado de turístico e seus problemas advindos da má gestão dos resíduos sólidos urbanos. Para ser turístico, esse município, em relação aos outros não turísticos, além de apresentar potenciais e atrativos, conta com uma infraestrutura que atenda à população local e ao fluxo turístico. Logo, se considerarmos dois importantes indicadores e/ou variáveis nesses destinos, estaremos centrando as informações em dois eixos:

1. na quantidade e tipo de resíduos sólidos urbanos gerados em época de alta temporada – lixo turístico;
2. na gestão municipal desses resíduos.

Os indicadores *lixo turístico* e *gestão municipal dos resíduos* se tornariam duas “medidas que resumem informações relevantes de um fenômeno particular⁶³”, qual seja, o turismo. Esses indicadores, além de simplificar as informações sobre os fenômenos complexos (no caso, o turismo), tornam a comunicação mais compreensível e quantificável. (BELLEN, 2006, p. 45).

Adotemos como exemplo o ciclo de retroalimentação que envolve o aumento dos resíduos sólidos devido ao aumento do fluxo turístico nos destinos turísticos. Usualmente percebe-se, que nos destinos turísticos, quanto maior o número de turistas (indicador), maior será a geração de resíduos sólidos urbanos (indicador).

⁶² Devido à indefinição conceitual entre indicadores e variáveis, ambos serão utilizados como sinônimos neste estudo com o objetivo de “agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente” (BELLEN, 2006, p. 42), como é o caso do lixo e sua gestão nos destinos turísticos brasileiros.

⁶³ McQueen e Noak (1988 *apud* Bellen, 2006).

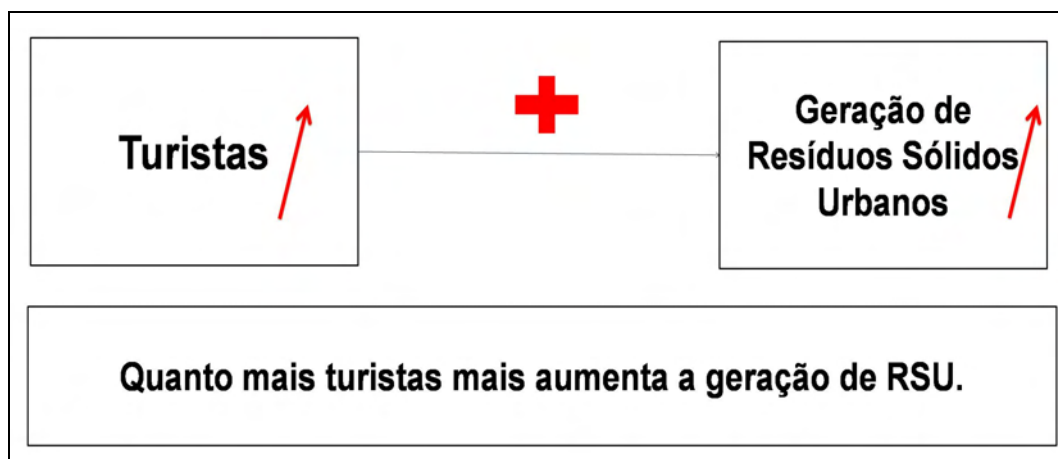


Ilustração 8a – Ciclo de retroalimentação que envolve o aumento dos resíduos sólidos devido ao aumento do fluxo turístico nos destinos turísticos (elaboração própria).

A ilustração 8a demonstra uma relação diretamente proporcional entre o aumento dos turistas e a produção de resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos. Considerando o aumento no fluxo turístico e o aumento na geração dos resíduos sólidos, essas duas variáveis servem de alerta da necessidade do controle estatal, municipal e da sociedade sobre a gestão dos resíduos. O aumento na quantidade de turistas e consequentemente o aumento no volume de lixo gerado influencia, por exemplo, no espaço que esse material ocupará quando direcionado para a etapa final (depósito de lixo municipal); na economia local com a venda dos recicláveis; dentre outros.

A não ausência de gestão integrada pode influenciar diretamente na qualidade de vida dos moradores locais e na própria atividade turística, como é o caso da ilustração 8b.



Ilustração 8b – Ausência da gestão integrada e seus reflexos num destino turístico

A ilustração 8b demonstra que a ausência da GIRSU, aumenta a probabilidade de maior impacto ambiental, social, cultural, econômico e outros, dificultando a operacionalização de um turismo sustentável e, consequentemente, haverá uma inclinação negativa do fluxo turístico diante dos efeitos contraproducentes dessa prática. Isso, sem

calcular os danos ambientais, econômicos e de saúde que a população local pode ter na ausência da coleta, transporte e destinação final correta dos resíduos.

A ilustração 8c visa demonstrar que a prática de uma GIRSU eficaz possibilita a minimização do impacto negativo à comunidade receptora, colabora com os benefícios do turismo sustentável⁶⁴ e, assim, incentiva o incremento do turismo.

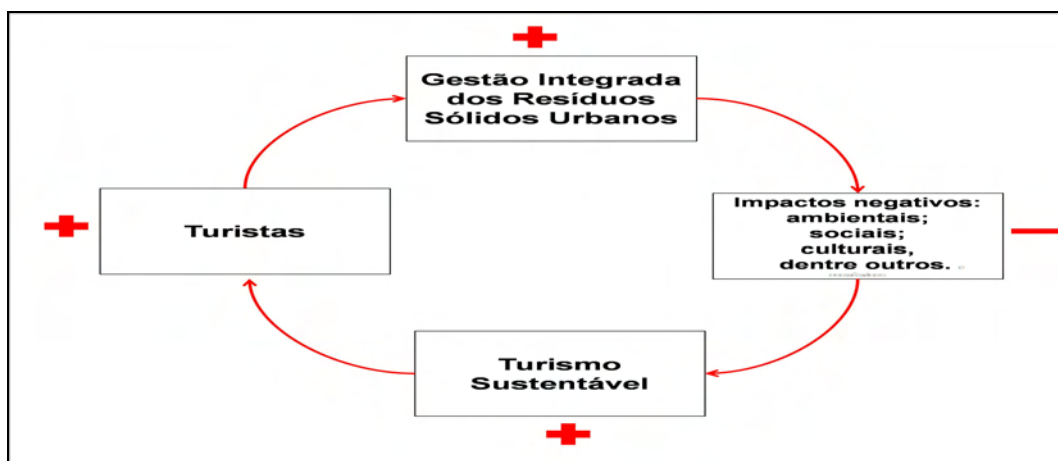


Ilustração 8c – Possíveis relações e consequências que envolvem a geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos.

Fonte: Adaptações dos sistemas estudados na disciplina “Fundamentos das Ciências Ambientais”, ministrada pelo professor Dr. MERTENS, Frederic (2009). CDS/UNB.

Elaboração: ALVARES, P. (2010).

Ou seja, os indicadores são elaborados de acordo com as percepções do que é mais ou menos importante para o desenvolvimento sustentável. Podem ser descritos em diferentes níveis hierárquicos, de maneira que cada destino considere o que seja mais ou menos apropriado observar e adotar como uma variável para a prática do turismo sustentável.

Obviamente que essas relações envolvem uma gama muito maior de fatores que incidem direta ou indiretamente sobre a atividade turística local. Para ilustrar a complexidade que envolve os indicadores *lixo* e má gestão dos resíduos sólidos nas relações entre diversos sistemas - ambientais-sociais / físico-biológicos / econômico-político - a figura número 9 busca demonstrar algumas das implicações que um destino turístico pode sofrer. O exemplo abaixo (ilustração 9) são dois desafios para a gestão do sistema. Inúmeras outras interpretações poderiam ser feitas a partir deles, porém, optou-se por descrever dois:

⁶⁴ Alguns benefícios do turismo sustentável: geração de novos empregos; estabelecimento de empreendimentos turísticos locais; rendimento de impostos locais que podem ser utilizados para melhoria da infra-estrutura básica e turística da cidade; proporciona novos mercados, como venda de artesanatos; recuperação de áreas degradadas; encorajar a consciência ambiental, dentre outros. (OMT, 2003, p. 30). Outros: compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; diversificação da economia local; intensificação da auto-estima da população local. Para saber mais sobre a lista de benefícios elaborada em Vancouver, na Conferência Globo' 90, ver Swarbroke (2000, p.14).

1. **Vermelho:** retroalimentação negativa e divergências - o turismo de massa em Caldas Novas, acrescido da falta de percepção ambiental dos atores sociais de um destino turístico, aliado à ausência da GIRSU, reforça os impactos ambientais negativos, que por sua vez, aumentam a poluição e diminuem a qualidade de vida humana no local. Uma das conseqüências desse ciclo é o agravamento dos conflitos socioeconômicos que podem incidir em disputas socioespaciais entre os catadores de resíduos. Outra maneira de visualizar o sistema é perceber que o turismo de massa, acrescido da geração de RSU, eleva o volume de materiais recicláveis e, conseqüentemente, acentua o interesse econômico de diversos atores que trabalham com venda de recicláveis. Portanto, com o reforço do interesse econômico, eleva a quantidade de catadores de recicláveis, de atravessadores e intermediários, o que intensifica as disputas socioespaciais entre os catadores desprovidos de um sistema de GIRSU, reduzindo as possibilidades de o turismo ser incrementado com bases nos indicadores de sustentabilidade. Esses caminhos podem ser considerados inversos e perversos ao desenvolvimento sustentável da atividade turística local.

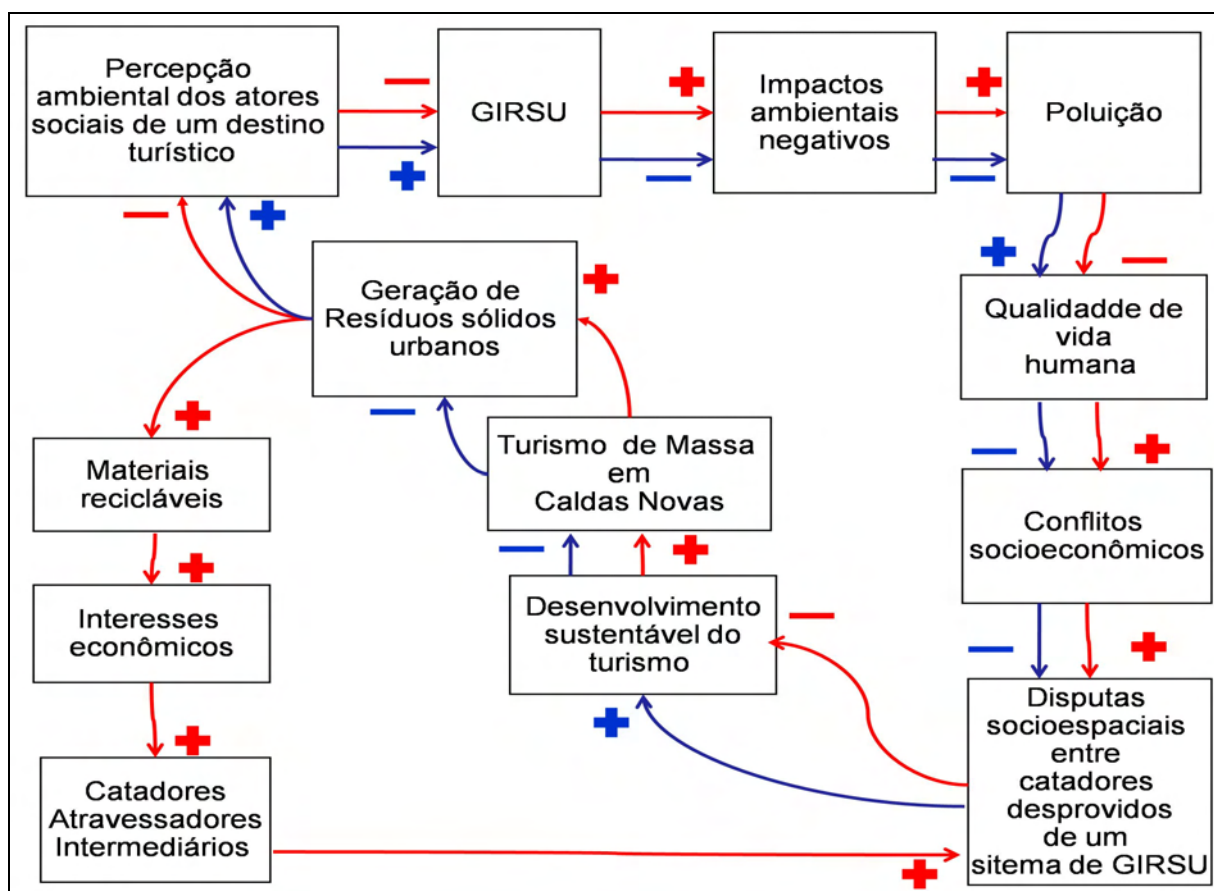


Ilustração 9 – A relação sistêmica que envolve a atividade turística, a má gestão dos resíduos sólidos em um destino turístico e possíveis conseqüências.
Elaboração: ÁLVARES, P.B (2010).

2. **Azul:** retroalimentação positiva - com a percepção ambiental dos atores sociais, acrescido da GIRSU, haverá menos impactos negativos, o que poderá diminuir a poluição, aumentando a qualidade de vida e minimizando os conflitos socioeconômicos e disputas socioespaciais. Isso contribuirá para o desenvolvimento sustentável do turismo e minimizará o crescimento do turismo de massa, reduzindo a geração de resíduos e, conseqüentemente, fortalecerá a percepção ambiental dos atores.

A partir da figura número 9, inúmeras outras caracterizações do sistema poderiam ser feitas. Contudo, o que se quer afirmar, é que nos destinos turísticos a elaboração de indicadores dependerá da segmentação do turismo adotado para a destinação; da intensidade do seu fluxo turístico; do perfil dos seus visitantes e demais fatores que os responsáveis pelo planejamento municipal do turismo considerarem pertinentes.

Certamente não há “receita fechada” sobre quais indicadores devem ser adotados e avaliados nos destinos turísticos. Porém, a tentativa de pautar o desenvolvimento da atividade turística em variáveis que possam ser mensuradas futuramente e que poderão dimensionar se as diretrizes implementadas foram ou não positivas para o destino turístico é um aspecto a ser levado em consideração. Os indicadores devem estar intrínsecos ao planejamento do turismo, de maneira que “possam ser considerados componentes da avaliação no progresso em relação a um desenvolvimento dito sustentável.” (GALLOPIN, 1996 *apud* BELLEN, 2006).

Bellen (2006) mostra em seu estudo muitos outros fatores que interferem diretamente no tipo de indicadores a serem escolhidos para análise, como por exemplo: a escala de tempo; as características/perfil do objeto estudado; aspectos difíceis de serem observados, tais como: cultural, fatores históricos, valores; a agregação de dados para sua formulação; dentre outros. Para isso, há recomendação primária de que especialistas prepararem o estágio inicial dos indicadores a serem trabalhados – no nosso caso seriam os indicadores para os municípios turísticos - juntamente com a participação da comunidade e iniciativa privada na formulação desses dados que são elementos fundamentais para a tomada de decisão pelo poder público e consciência socioambiental de todos os envolvidos.

Dadas as diferentes interpretações do desenvolvimento sustentável e as preferências dos diversos membros, um consenso deve ser alcançado na maioria das questões críticas que afetam a sustentabilidade da comunidade envolvida, para uma pequena cidade ou para uma nação. Isso deve levar a um grupo de prioridades. A próxima tarefa é estabelecer os objetivos e cronogramas. A terceira etapa trata do processo de institucionalização do grupo de indicadores, dos mecanismos para sua atualização e das revisões periódicas, da legitimação das metas e dos meios, da alocação de recursos financeiros e da aprovação pelas autoridades legislativas. (JESINGHAUS, 1999 *apud* BELLEN, 2006, p. 50).

Existem algumas críticas feitas às limitações dos indicadores, tais como, a incapacidade de capturarem e mostrarem totalmente a realidade; não possuírem um sistema teórico conceitual que reflita a viabilidade e operação dos sistemas de que fazem parte; erros cometidos ao selecionar os indicadores; superagregação de muitos dados condensados num único índice; dentre outros.

A utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável segundo Jesinghaus (1999) envolve alguns desafios conceituais. Existem numerosos problemas de mensuração que a ciência não conseguiu resolver adequadamente. Isso abrange o desenvolvimento sustentável e sua avaliação, quando se depara com as questões metodológicas referentes ao que medir e como medir. (BELLEN, 2006, p. 61).

No turismo, as indefinições de indicadores que mensuram a sua sustentabilidade não são diferentes:

Não há definições claramente aceitas de quais formas de turismo são as mais sustentáveis. A partir desse fato é, portanto, impossível identificar os indicadores de desempenho e os alvos que permitirão à indústria do turismo monitorar seu êxito ou fracasso, tornando-se mais sustentável em suas atividades. (SWARBROOKE, 2000, p. 58).

Contudo acredita-se que tanto para o desenvolvimento sustentável, bem como para o turismo sustentável, a formulação e a aplicação dos indicadores de sustentabilidade devem ser considerados elementos essenciais e que avançam para a tentativa de mudanças na gestão “sustentável” do ambiente urbano, rural e natural dos lugares.

Dadas as dimensões e a complexidade do objeto, o desenvolvimento sustentável e sua compreensão com a utilização de indicadores constituem um grande desafio. O próprio processo de desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade deve contribuir para uma melhor compreensão do que seja exatamente desenvolvimento sustentável. O trabalho com os indicadores de sustentabilidade pode ajudar a enxergar ligações dos diferentes aspectos do desenvolvimento dentro dos vários níveis em que eles coexistem e apreciar a complexa interação entre suas diversas dimensões. (DAHL, 1997 *apud* BELLEN, 2006, p. 53).

Em síntese, mesmo diante das indefinições conceituais sobre turismo sustentável e seus indicadores, isso não deve sinalizar impedimentos para que pensemos em “todas as formas de turismo que possam transformar-se em sustentáveis, ou pelo menos mais sustentáveis” (SWARBROOKE, 2000, p. 27), a partir da identificação e mensuração dos diferentes indicadores de sustentabilidade. Ainda que haja falta de precisão sobre a mensuração dos dados dos indicadores do turismo sustentável, eles não podem deixar de ser considerados ferramentas fundamentais na visão da sustentabilidade do turismo.

Na tentativa de tornar alguns indicadores como meio de comunicação e entendimento entre alguns dos personagens envolvidos no processo de geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos (lixo turístico), o capítulo seguinte traz um estudo de

caso sobre Caldas Novas, município situado no Estado de Goiás, enfocando as principais influências na geração e gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos com o desenvolvimento do turismo sustentável local.

4 ESTUDO DE CASO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 O MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS (GO): HISTÓRIA E TURISMO

A abordagem histórica aqui apresentada busca resgatar a descoberta das águas termais em Caldas Novas, Goiás, pela sua ligação intrínseca com o crescimento do turismo local e sua prática até os dias atuais.

Almeida e Souza (2001, p. 19) contam que as águas quentes já haviam sido mencionadas em meados de 1.545 em alguns escritos, quando o Brasil ainda estava sob as regras do Tratado de Tordesilhas. Portanto, pode-se dizer que, geograficamente, o local onde está inserido o município de Caldas Novas pertencia à Espanha.⁶⁵

Segundo Nogueira (2000), Almeida & Souza (2001), Elias (1994) e Almeida (2001), a história da criação do município de Caldas Novas, está ligada ao desbravamento do interior do Brasil, feito pelos bandeirantes, na busca pelo ouro, em terras até então habitadas somente por índios das etnias *Caiapó* e *Xavante*.

As primeiras fontes de águas quentes (principal característica e atrativo turístico local) foram descobertas por volta do ano de 1.722 no local em que hoje está localizada a Pousada do Rio Quente *Resorts*, no município do Rio Quente.

No ano de 1722, Bartolomeu Bueno Filho, filho do “Anhanguera”, teve o primeiro contato com esses índios quando aqui descobriu as fontes principais de Rio Quente que brotavam no sopé as Serra de Caldas (hoje município do Rio Quente), mas não encontrando grandes riquezas em ouro seguiu para os outros locais para fundar as primeiras povoações do Estado de Goiás, como o arraial de Santana, hoje, cidade de Goiás. (ELIAS, 1994, p. 40).

Os relatos revelam que foi um dos garimpeiros da expedição da bandeira do filho de Bartolomeu Bueno da Silva o descobridor das águas quentes em Caldas Novas. Seu nome era Marinho Coelho de Siqueira, natural de Santo Amaro de São Paulo, que, durante as suas buscas por ouro, acabou adentrando-se a leste de Santa Luzia (atualmente conhecida como Luziânia), descobrindo, ocasionalmente, as águas quentes. (ALMEIDA, 2001, p. 15).

[...] chega Martinho Coelho de Siqueira a essa região, conhecida como Caldas de Santa Cruz, devido à proximidade das fontes termais com o arraial de Santa Cruz (essa cidade, uma das mais antigas, está localizada a 69 km da atual Caldas Novas). (ELIAS, 1994, p. 40).

A história diz ainda, que a Lagoa de Pirapitinga e o Córrego Lavras, dois importantes pontos turísticos da cidade, o primeiro bastante visitado e o segundo praticamente esquecido e pouco conhecido pelos turistas, foram descobertos por Martinho.

⁶⁵ Estas menções sobre as águas quentes estão arquivadas na Biblioteca Pública de Sevilha – Espanha.

Segundo relatos, a Lagoa foi descoberta numa caçada, em 1777, quando os cães, ao correrem atrás de um veado campeiro, caíram nessa Lagoa e uivaram de dor. O uivo dos cães chamou atenção de Martinho que, ao colocar sua mão na Lagoa, pôde sentir a alta temperatura da água. (ALMEIDA, 2001; ELIAS, 1994; ALMEIDA & SOUZA, 2001).

Assim, Martinho Coelho de Siqueira é considerado o descobridor dessas terras, que hoje pertencem ao município de Caldas Novas. Alguns, como o historiador Oscar Santos, o consideram também o fundador da cidade, pois ele não apenas a região descobriu, como também nela se estabeleceu, construindo ali a primeira morada. Essa moradia era a sede de sua fazenda, a Fazenda das Caldas, e, ainda hoje, embora modificada, está preservada dentro da propriedade do SESC. (ELIAS, 1994, p. 41).

As ilustrações abaixo⁶⁶ mostram o passado e o presente relacionado à descoberta das águas quentes em Caldas Novas.



Foto 1



Foto 2

⁶⁶ Ilustrações: Fotografias 1 e 2 – Respectivamente: Lagoa Pirapitinga e a casa que pertenceu ao Sr. Martinho. Fotografia 3 - Lagoa Pirapitinga e a representação da chegada de Martinho até os cães uivando na lagoa. Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Fotografia 4 - Casa que pertenceu a Martinho – hoje na propriedade do SESC, aberto à visitação. Autor: Desconhecido. Data: [s.d]. Fonte: *Online*: Disponível em: < <http://www.alugacaldas.com.br/caldasnovas.html> >. Acesso em: 14/04/2010.

Atualmente esses lugares são importantes pontos turísticos da cidade abertos à visitação.



Foto 3



Foto 4

O nome Pirapitinga foi dado à lagoa por causa de um peixe que fora encontrado no local. Esse peixe, segundo Elias (1994, p. 34), era considerado nobre e seu significado é esclarecido a partir da língua tupi guarani: *pira* significa “peixe de couro” e *pitinga* “branco ou esbranquiçado”.

Ainda em relação ao nome dado à Lagoa, Almeida e Souza (2001, p. 23) narram:

Curiosamente, Martinho põe o nome do ribeirão e da pequena lagoa que encontrara de “Lagoa do Pirapitinga”, devido ao fato de ter encontrado ali um peixe denominado “Pirapitinga” (peixe esbranquiçado) que vivia dentro da lagoa suportando tão alta temperatura. Hoje esse peixe não é mais encontrado no local, restando somente os Tambaquis e os Piraputangas na Lagoa da Pousada do Rio Quente como seus parentes mais próximos, já que pertencem à mesma família.

Neste local, atualmente, está instalado o Parque Aquático da Lagoa Quente, distante em aproximadamente 6 km do centro da cidade de Caldas Novas, no sentido que liga a cidade a Pires do Rio (GO), aberto atualmente para visitas e/ou para deleite dos sócios.

Com a descoberta das águas quentes, foi encontrado outro curso, denominado Córrego de Lavras – devido às grandes lavras⁶⁷ que se formaram ao longo do seu leito, por conta da extração do ouro. Atualmente é conhecido como Córrego Caldas.

Em 1.778 Martinho Coelho requereu e obteve a *sesmaria* de 3 (três) léguas de terras, estabelecendo-se no que denominou “Campos de Caldas”, subordinado ao Distrito de Santa

⁶⁷ De acordo com Ferreira (2004, p.510), lavras são terrenos de mineração.

Cruz, constituindo ali, um garimpo que mobilizou a atenção de muitos outros garimpeiros atraídos pela possibilidade de fazer fortuna na região. (ALMEIDA, 2001; NOGUEIRA, 2000).

Porém, a grande importância da região não se resumia à descoberta do ouro, mas sim ao descobrimento das águas quentes, pois, de fato, já havia relatos de pessoas que tinham sido curadas após banhos feitos nestas águas, o que gerou uma atração cada vez maior de visitantes à região⁶⁸.

Para abrigar todas as que chegavam, dentre eles os garimpeiros e os enfermos, foi preciso uma organização territorial bem delimitada, pois havia o medo de contrair doenças por conta da utilização da água pelos portadores de moléstias, que em sua maioria eram pessoas com *Mal de Hansen* e/ou reumatismo. Por isso, foram construídos ranchos de sapé, à margem esquerda do córrego, que atualmente se opõe ao centro da cidade de Caldas Novas, para abrigar os doentes, que deviam pagar pela moradia. (ELIAS, 1994; ALMEIDA, 2001).

Em Almeida (2001, p. 16) há o relato de que foi o filho de Martinho Coelho que deu continuidade ao trabalho do pai - construir ranchos para banhos na cidade - uma vez que, com a baixa na exploração do ouro, Martinho mudou-se para a cidade de Meia Ponte (atualmente Pirenópolis) e lá viveu até falecer em 1816.

Com a baixa do garimpo, Martinho Coelho e seu filho Antônio Coelho investiram em melhoramentos no local para os banhos dos doentes. Em 1800, Martinho Coelho mudou-se para o arraial de Meia Ponte, deixando seu filho com na continuidade da exploração das águas quentes e do que ainda restava do garimpo. (NOGUEIRA, 2000, p. 6).

Foram eles, pai e filho que fizeram as primeiras “banheiras de lajes de pedras com bicas de madeiras” para que os doentes pudessem utilizar e, para evitarem riscos de contaminação, resolveram incinerar os ranchos em que viviam os enfermos. Foi justamente por conta dos doentes que houve a transferência do arraial para o outro lado do córrego, onde se encontra, atualmente, o centro da cidade de Caldas Novas. (NOGUEIRA, 2000).

Martinho Coelho e seu filho Antônio, os proprietários do garimpo, também se preocuparam em construir banheiras de lajes de pedra com bicas de madeira para facilitar o uso das águas termais pelos inúmeros freqüentadores que buscavam o local. Preocuparam-se também com a contaminação que poderia acontecer devido ao contato com os doentes. Para isto tomaram algumas medidas, como a incineração dos ranchos que eram usados por eles e a separação das banheiras. Esta seria também no futuro, uma preocupação de Luiz Gonzaga de Menezes, ao fazer a transferências desse arraial para outro lado do córrego (ELIAS, 1994, p. 41).

De acordo com os fatos anteriores, pode-se observar que o turismo no local já era uma prática que acontecia de forma incipiente, incrementando-se paulatinamente à medida

⁶⁸ Para saber mais sobre o aquecimento e as propriedades químicas das águas quentes, ver: Albuquerque (1998); Almeida (2001); Almeida e Souza (2001); Elias (1994) e; Nogueira (2000).

que aumentava o número de pessoas que chegavam para fazer uso das águas quentes (conhecida principalmente por seu poder medicinal de cura).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as águas quentes podem ser vistas como o primeiro embrião da prática do “Turismo de Saúde”, na cidade de Caldas Novas.

De acordo com a Segmentação do Turismo⁶⁹ elaborada pelo Ministério do Turismo – Mtur, Turismo de Saúde constitui-se das “atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos”. Nesse ponto cumpre esclarecer que o MTur também classifica os termos “Turismo Hidrotermal, Turismo Hidromineral, Turismo Hidroterápico, Turismo Termal, Termalismo, Turismo de Bem-estar, Turismo de Águas e vários outros compreendidos como Turismo de Saúde.” (BRASIL, 2006, p. 53).

A busca pelas águas termais, no intuito de curar doenças, intensificou-se após a visita do governador da província de Goiás em 1818, capitão-general Fernando Delgado Freire de Castilho, ao procurar essa região na qual, segundo relatos, foi curado do reumatismo.

Por conta da sua cura, ele mandou divulgar oficialmente os poderes medicinais da água, convidando a Corte Portuguesa para conhecer as qualidades das águas quentes. (ALMEIDA, 2001; ALMEIDA & SOUZA, 2001; ELIAS, 1994; NOGUEIRA, 2000).

Nessas visitas, pode-se destacar, segundo Nogueira (2000) e outros autores, a vinda do botânico e naturalista francês August de Sant’ Hiláire à região, em 1819, como descrito nas palavras de Albuquerque (1996, p. 27): “Em 1819, Dom João VI financia a vinda do naturalista francês August Sant Hiláire para conhecer as águas quentes e relatar suas impressões”.

Outra importante personalidade que, de fato, ajudou a divulgar as propriedades terapêuticas das águas da região, atraindo ainda mais a atenção dos visitantes a esta localidade, foi o médico italiano Vicenti Moretti Foggia, em 1838.

O relatório do médico italiano Vicenti Moretti Foggia, feito a pedido do governador José de Assis Mascarenhas, exaltava as propriedades curativas das fontes de Caldas e Rio Quente e foi o principal motivo da vinda de dezenas de portadores de *Mal de Hansen* à região em busca da cura de suas moléstias. (ALMEIDA & SOUZA, 2001, p. 24).

Seguem-se à história da cidade, outros estudos sobre as propriedades das águas quentes, cujos resultados acabaram por intensificar o fluxo turístico, a essa região, por gente que buscava cura para suas doenças.

⁶⁹ A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Conforme o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, o Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos é norteado por duas linhas estratégicas: segmentação da oferta e da demanda turística e estruturação de roteiros turísticos. Este Programa contribui para promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico brasileiro, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista nacional e internacional. (BRASIL, 2009, p.37 e 67).

Com o fluxo turístico e a necessidade de acolher todos os que iam em busca em busca de cura, julgamos que o crescimento da hotelaria na cidade está presente desde o seu descobrimento a partir da divulgação das propriedades terapêuticas das águas. Isso porque, apesar de os livros pesquisados não relatarem onde as pessoas ficavam acomodadas, imagina-se que já existiam no local, casas para o acolhimento de hóspedes, disponíveis em troca de pagamento.⁷⁰

No que se refere à história da emancipação política de Caldas Novas, observou-se que a cidade foi subjugada a vários distritos vizinhos. Em 1851 estava sob a comarca de Santa Cruz; em 1868, sob a jurisdição de Piracanjuba; em 1880, pertencente à comarca de Vila Bela de Morrinhos, até 1893.

Em 1908 começou um movimento pró-emancipação, aceito somente em 1911, no dia 21 de outubro. Por este motivo, o aniversário da cidade é comemorado neste dia/mês. Na mesma linha de raciocínio político-territorial, em 11 de maio de 1988, Rio Quente se emancipou de Caldas Novas, tornando-se um município independente. (ALMEIDA, 2001; NOGUEIRA, 2000).

Caldas Novas está localizada na região sul do Estado de Goiás, a 167 km de distância da capital Goiânia, a 290 km de Brasília. O município possui área de 1.594,7 km². Essa região é denominada sul goiano por estar localizada na microrregião do Meia Ponte. (ELIAS, 1994, p. 18).

A cidade encontra-se inserida no bioma Cerrado, de acordo com o sítio do IBGE (BRASIL, 2009), banhada pelos rios Corumbá, Pirapitinga, Piracanjuba e Peixe, além dos córregos e ribeirões existentes no local. (ELIAS, 1994, p. 22).

O clima é tropical chuvoso de savana, quente e úmido, com chuvas de verão e a umidade relativa variando entre 15 °C a 35 °C. (ANDRADE *et al.* 2004, p. 2).

⁷⁰ Em 1995, de acordo com Albuquerque (1998, p. 43), “existiam em Caldas Novas 74 estabelecimentos, considerados de grande, médio e pequeno porte, pensões e *campings*, num total estimado de 11.500 leitos disponíveis”, podendo receber até 1 (um) milhão de turistas por ano. Luiz (2005, p. 185) informa que em 2004 foram cadastradas 109 empresas hoteleiras na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, perfazendo um total de 6.750 apartamentos e 30.031 leitos com capacidade para acomodar 90.000 pessoas por dia com a receptividade de até 1.600.000 turistas ao ano.

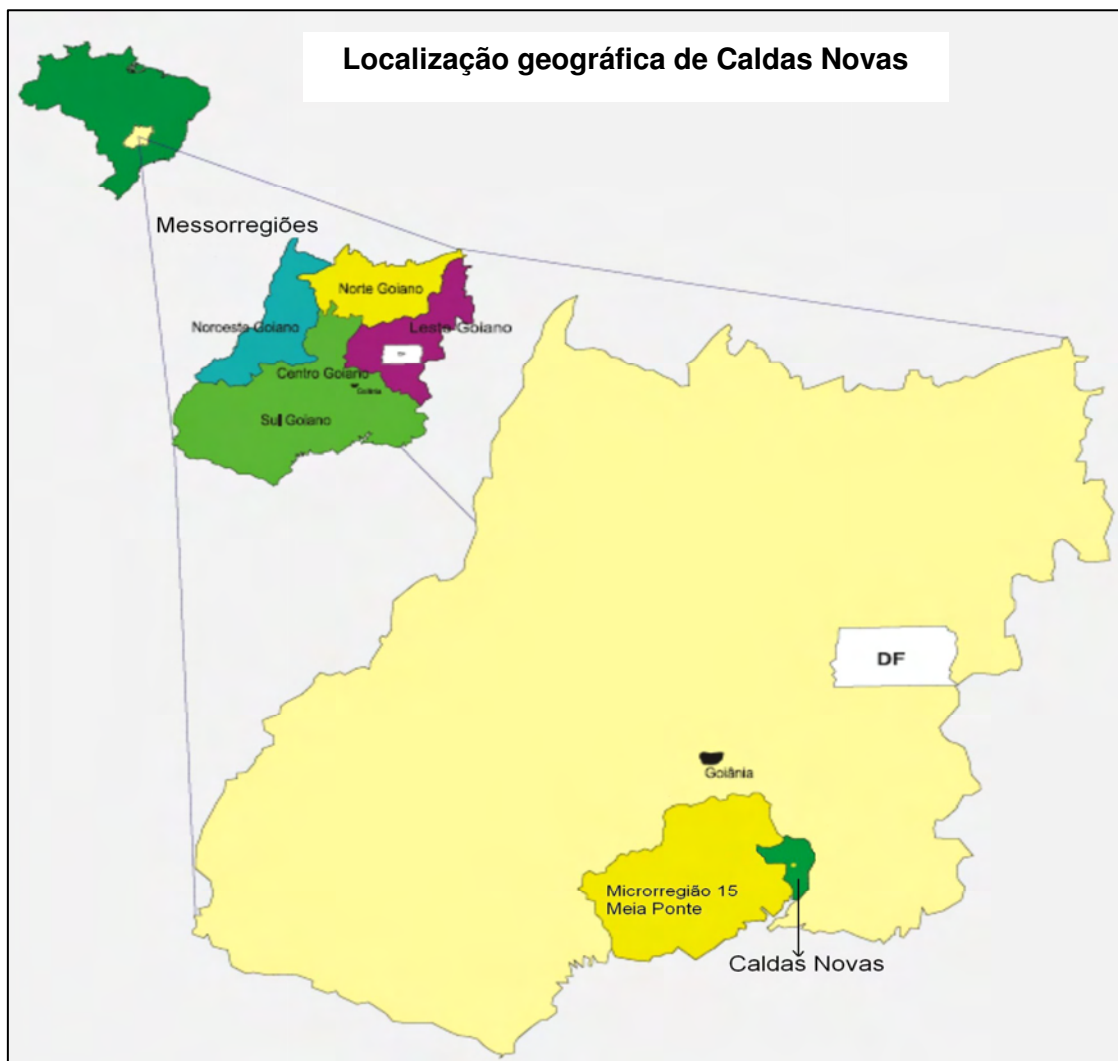


Ilustração 10 – Localização geográfica ilustrativa de Caldas Novas – GO
 Autor: SILVA, Junior, C.C.: Vaz, S.F., 2007
 Fonte: BIELLA, Carlos (2008)

Segundo o último censo realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2007, Caldas Novas, possuía uma população de 62.204 habitantes, com estimativa em 2009 de 67.588. (BRASIL, 2009). No entanto, há quem diverja desses dados oficiais⁷¹, calculando que a cidade já tenha seus 80.000 habitantes.

Em 2004 Andrade *et al.* (2004, p. 2), relatavam em seu estudo que “o censo de Caldas Novas em 2000 indicava uma população fixa de 49.642 habitantes, entretanto, calculou-se que em 2004 haveria um número aproximado de 60.000 habitantes”.

⁷¹ Em conversas informais com autoridades locais (secretários e representantes do poder público local), por ocasião da Audiência Pública promovida pela AMAT e Ministério Público do Estado de Goiás – Meio Ambiente, realizada no dia 11/03/2009, recebi a previsão de que a cidade já tenha por volta de 80.000 habitantes.

O quadro 6 demonstra o inchaço populacional da cidade desde 1842 até 2009.

ANO	NÚMERO TOTAL DE HABITANTES
1842	200
1960	5.200
1970	7.000
1980	9.800
1991	25.000
2000	49.642
2007	62.204
2009	67.588
2010	(?)

Quadro 6– Evolução da população de Caldas Novas, 1842 – 2007
 Fonte: PAULO, Renata Ferreira Calado de (2005).
 Adaptações: ÁLVARES, P. B., 2009

Como pode ser observado no gráfico 1, o aumento populacional pode ter sua explicação pautada no crescimento da atividade turística local, o que, ainda hoje, constitui uma das principais atividades responsáveis pela economia de Caldas Novas⁷².

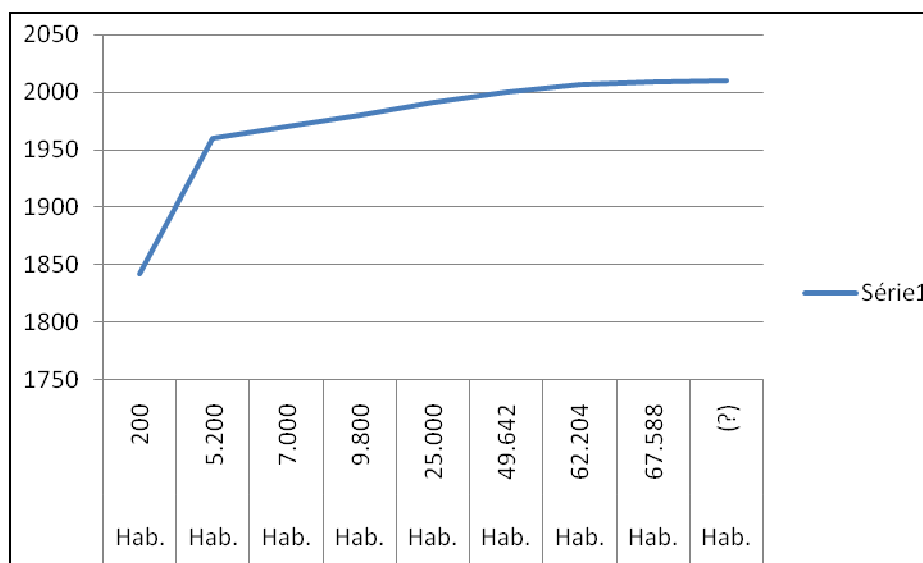


Gráfico 1 – Evolução da população de Caldas Novas, 1842 – 2007
 Fonte: PAULO, Renata Ferreira Calado de (2005).
 Adaptações: ÁLVARES, P. B., 2009

⁷² Segundo conversas com funcionários da Prefeitura Municipal do Departamento de Administração, atualmente a construção civil é a principal atividade econômica da cidade. Contudo, seu potencial de empregabilidade se dá por conta da atividade turística e expansão imobiliária. Esses dados não foram cedidos pelo poder público local. Uma vez que o turismo se encaixa no setor terciário (prestação de serviços), não há possibilidade de contabilizar, por exemplo, os dados do IBGE que abrangem a prestação de serviços diretamente advindos da atividade turística. Portanto, fica inviável categorizar os dados que tratam especificamente da prestação de serviços turísticos locais.

A Secretaria do Planejamento (SEPLAN) do Estado de Goiás relata o seguinte:

O crescimento populacional acima da média brasileira e de Goiás pode ser considerado um fator positivo no processo de desenvolvimento econômico do município porque ele se tornou um receptor de investimentos e capitais. A taxa geométrica de crescimento de Caldas Novas no período 2000/2007 foi de 3,27% enquanto a do Estado foi 1,74% e a densidade demográfica em 2006 foi de 43,1 e 16,85 hab./km², respectivamente. Nos últimos 10 anos a população aumentou 73%. Se economicamente este crescimento é favorável, no viés social traz a necessidade de um maior esforço do setor público no atendimento às necessidades de saneamento, saúde, educação, segurança, e outras. O impacto dessas necessidades pode explicar a perda de posições no indicador de qualidade de vida que alterou de 1º para 4º lugar no estudo. (SEPLAN)⁷³.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Caldas Novas, a economia do município tem hoje o turismo como principal atividade econômica, com a agropecuária e mineração em segundo e terceiro lugares, respectivamente. (BELISÁRIO, 2006, p. 126).

O crescimento urbano de Caldas Novas chama a atenção pelos números expressivos. Em 13 anos a taxa geométrica de crescimento foi de 7,62% ao ano, muito além da estadual e nacional. (SOUZA, 2005, p.67).

O turismo incrementou outros setores econômicos, principalmente a partir da década de 1980.

O setor secundário desenvolveu-se com a indústria alimentícia (padarias, fábricas de doces, salgados, conservas, massas, biscoitos, laticínios, torrefadoras de café, bebidas – cachaça, sucos e licores) e com as manufaturas da confecção, de móveis e produtos de limpeza. Neste setor, merece destaque a construção civil, com as pequenas empresas que fabricam tijolos, cerâmicas, concreto, artefatos de cimento. Em relação ao setor terciário, os principais equipamentos e serviços são voltados para o turismo: hospedagens (hotéis, pousadas, acampamentos); serviços de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes) e de entretenimento (praças, clubes, parques); operadoras e agências de viagens, transportadoras turísticas, locadora de imóveis, além do comércio 65 para turistas (feiras, artesanato), dos bancos, entre outros. (BORGES, 2006, p.64).

Nesse sentido, Paulo (2005, p. 8) observa que o turismo não teria fomentado somente o crescimento populacional e econômico, mas também, vários “fenômenos urbanos, como migração, aumento do trabalho informal, aculturação da cidade, dentre outros”.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se ressaltar que o aumento na geração de resíduos sólidos urbanos tanto por parte da população local, quanto por parte dos turistas, é uma consequência negativa do crescimento acelerado do município, merecendo atenção especial dos estudiosos do turismo - dentro das perspectivas de sustentabilidade que lhe dizem respeito.

⁷³ Online. Disponível em: < www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2007/CaldasNovas.pdf >. Acesso em: 03/03/2010.

Além do forte crescimento populacional, torna-se imprescindível advertir que o aumento no número de turistas que se deslocam para Caldas Novas em alta temporada, principalmente quando são promovidos eventos na cidade, provoca uma série de implicações territoriais de diferentes naturezas, como sobrecarga na infraestrutura urbana; poluição sonora e poluição ambiental; engarrafamentos; estresse por parte dos moradores locais; aumento dos resíduos sólidos urbanos, dentre outros.

Calcula-se que o número de turistas que se chegam à cidade em busca de lazer e/ou especificamente em busca das propriedades das águas termais pode atingir um milhão de visitantes por ano e, em alta temporada, até 200 (duzentos) mil. (CALDAS NOVAS, 2009).

Na tentativa de estabelecer uma linha de raciocínio, pode-se considerar que o turismo começou em função de saúde, posteriormente se solidificou em função do lazer (com a construção dos parques aquáticos) e passou a fomentar o turismo de eventos. Ressalta-se que o público da terceira idade é fiel em alta e baixa temporada ao destino turístico Caldas Nova. Incluem-se, ainda, o turismo social e o ecoturismo.

Apesar da falta de dados oficiais sobre o perfil socioeconômico dos turistas de Caldas Novas, percebe-se que o destino consegue oferecer lazer e entretenimento para os mais variados tipos de públicos: crianças, jovens, adultos e idosos; classes A, B e C.

Portanto, existem diferentes segmentações do turismo que perpassam a história de Caldas Novas desde a sua descoberta, até os dias atuais, como segue:

Turismo Climático e Hidrotermal: refere-se ao deslocamento de turistas a núcleos receptores cujo principal produto turístico é constituído pela qualidade terapêutica do clima, das águas e termas. (BENI, 2003, p.431).

Turismo Social: forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a eqüidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. (BRASIL, 2006, p. 06).

Turismo de Negócios e Eventos: compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. (BRASIL, 2006, p. 46).

Turismo Organizado: conjunto de atividades turísticas programado, administrado e executado por agências de viagens, associações, entidade de classes, clubes ou por qualquer outra organização que envolva grupos de pessoas. (ANDRADE, 2001, p.82).

O turismo organizado destaca-se principalmente pela organização de grupos da melhor idade durante todos os meses do ano.

O Ministério do Turismo classifica Caldas Novas no Roteiro Região das Águas Quentes (sul de Goiás)⁷⁴ e segmenta a atividade no município da seguinte forma: Cultural, Ecoturismo e Aventura.

Turismo Cultural: compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2006, p. 13).

Ecoturismo: segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2006, p. 09).

Turismo de Aventura: compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. (BRASIL, 2006, p. 39).

Entretanto, devido a observações locais, percebe-se que o crescimento do turismo não é planejado e ordenado pelo poder público local, fazendo com que um grande volume de pessoas esteja presente na cidade ao mesmo tempo, causando perturbações ao meio ambiente natural e meio urbano.

Ruschmann (1997, p.110) esclarece que esse tipo de acontecimento é chamado turismo de massa:

Grande volume de pessoas que viajam em grupo ou individualmente para os mesmo lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano – considerado o maior agressor dos espaços naturais [...] a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que tem direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

PIRES (*apud* PHILIPPI, 2010, p. 25) também concorda que o turismo exercido em sua forma mais intensiva, ou seja, o turismo de massa faz com que haja concentração excessiva de turistas, equipamentos e infraestruturas. Essa sobrecarga, nas palavras do autor, “deixa uma marca indelével e irreversível em destinações pelo mundo todo; várias delas experimentando uma decadência, como consequência do conjunto de impactos ambientais:”

Transformação radical dos ecossistemas; grande consumo de recursos naturais; sobrecarga de efluentes e resíduos no ambiente; topografia (relevo) natural sensivelmente alterada; descaracterização das paisagens naturais e culturais preexistentes.

⁷⁴Roteiro Região das Águas Quentes – Sul de Goiás – GO. Disponível em: < http://www.turismobrasil.gov.br/promocional/roteiros/Roteiro_Regiao_das_Aguas_Quentes_Sul_de_Goias.html >. Acesso em: 04/04/10.

Nos dias atuais, principalmente em épocas de alta temporada (dezembro/janeiro/julho e feriados prolongados), e com a realização de shows, Caldas Novas se transforma em uma cidade onde são visíveis as agressões ao espaço natural e urbano. Ocorre um superdimensionamento dos equipamentos relacionados à infraestrutura básica e turística, que em determinados momentos não comporta a sobrecarga que lhe é imposta: falta energia, falta água, o trânsito fica caótico, há um costume de exibir carros equipados com sons altíssimos – o que gera grande incômodo para moradores locais e alguns turistas. Acrescido a isso, certamente há sobrecarga na rede de esgoto na cidade, dentre outros problemas.

Percebe-se que incremento e o crescimento do turismo em Caldas Novas têm tentado acompanhar a oferta da infraestrutura básica e turística, mesmo que essa estruturação não seja suficiente para amparar um desenvolvimento harmonioso entre interesses econômicos e a gestão de todos os ambientes: social, cultural, natural, territorial, político. Um exemplo disso são as “sobras” do turismo, como um reflexo indesejado e perceptível na cidade: o lixo.

4.2 ALÉM DAS ÁGUAS QUENTES, O LIXO

Apesar do seu reconhecimento como a “maior estância hidrotermal do mundo”⁷⁵, o crescimento do turismo em Caldas Novas, principalmente a partir de 1980 trouxe, e ainda traz consigo, algumas implicações negativas que estão além das apreciadas águas termais.

Borges (2005), em seu estudo, aborda as questões ligadas à fragmentação sócioespacial advindas da expansão do turismo na cidade. A autora refaz a história do município, suas principais atividades econômicas, e aborda o turismo como o principal propulsor do incremento de outras atividades econômicas, observando que:

As transformações provocadas no espaço urbano denotam que, em Caldas Novas, a demanda é maior que a infra-estrutura existente. Assim, há um crescimento desordenado da cidade, que compromete suas possibilidades de absorver os migrantes e os turistas, no médio e longo prazos. Coloca-se, nesse cenário, o desafio de se construir uma cidade sócio-econômica e ecologicamente sustentável. (BORGES, 2005, p.75).

De acordo com os dados desse estudo, a população de Caldas Novas é formada por 80% de migrantes, o que faz com que os moradores precisem transformar rapidamente seus hábitos, ritmos de consumo e a maneira de organizar o tempo e o trabalho. (BORGES, 2006).

⁷⁵ Ministério do Turismo. *Online*. Disponível em: < <http://www.copa2014.turismo.gov.br/promocional/destinos/C/CaldasNovas.html> >. Acesso em: 05/04/10.

O crescimento desordenado fez com que o município se expandisse de forma fragmentada, sem planejamento adequado e a cidade fosse intensamente verticalizada. Na visão de Borges (2006), criou-se um “mundo à parte”.

O setor imobiliário transformou as várias esferas da produção do espaço e da vida em Caldas Novas. O crescimento urbano desconsidera o futuro. Assim, em uma cidade turística que se apóia no bem água termal, criaram-se loteamentos sem infra-estrutura básica, condomínios sem água tratada e sem esgoto. É mais preocupante ainda, a existência de loteamentos em locais de recarga do aquífero, como exemplo o Bairro Itaguaí 2. Com a natureza tratada como fonte de lucros, a cidade consome matéria e energia e gera resíduos sólidos, líquidos e gasosos e nada recicla. Normalmente não são exigidos exames médicos para o uso das piscinas e das duchas quando se sabe que inúmeras das doenças são veiculadas pelas águas. (BORGES, 2006, p.81-100).

Paulo (2005) também traz em seus estudos a análise da dinâmica intraurbana de Caldas Novas, ocasionada pela ampliação e reestruturação do complexo hoteleiro, ocorridas principalmente no final da década de 1990. A autora, ao analisar os impactos relativos ao avanço do complexo hoteleiro (também chamado de verticalização⁷⁶), atenta principalmente às implicações sócioespaciais no que diz respeito à segregação urbana:

As áreas estritamente residenciais, destinadas à população local, estão às margens da cidade, enquanto os bairros melhor localizados estão sendo construídos e estruturados para o recebimento do turista. (PAULO, 2005, p.99).

Isso nos remete ao que já foi exposto anteriormente, como a força centrípeta e centrífuga do turismo e seus impactos negativos no espaço onde a atividade tende a crescer e a não se desenvolver de forma igualitária aos segmentos sociais.

Paulo (2005) consegue demonstrar os vários tipos de segregação espacial que podem ocorrer num lugar em que o turismo torna-se a principal fonte de receita municipal, como é o caso de Caldas Novas:

Outro fator interessante, que remete maior investigação por parte dos estudiosos da área urbana, é a segregação espacial ou segmentação, que ocorre na cidade. Não estamos falando apenas da divisão entre centro, periferia, bairros de classe média e bairros de classe alta, mas, principalmente, da segregação ocasionada pela atividade turística. É bastante nítida a segregação que ocorre em Caldas Novas. O turismo se faz presente em toda a cidade, porém não da mesma forma. A presença de clubes e hotéis luxuosos, os quais são voltados para as classes mais abastadas, concentram-se nas áreas centrais da malha urbana, bastante assistida pelo poder público local, principalmente no que se refere à infraestrutura turística: como amplas avenidas, comércio, equipamentos

⁷⁶ Borges (2006, p.83) descreve: De acordo com o *Projeto Se Liga no Futuro* (2004), Caldas Novas é o terceiro parque hoteleiro do país, possuindo 23.052 leitos em seus 93 hotéis, pousadas, pensões, flats e vários condomínios residenciais. Luiz (2005, p.185) alega haver em Caldas Novas cerca de 30.031 leitos; 6.750 apartamentos, podendo acomodar até 90.000 turistas/dia. Lembrando-se que novos empreendimentos turísticos são construídos e inaugurados por toda a cidade, constantemente.

públicos, dentre outros. Por outro lado, há também a presença de clubes mais populares, com festas a preços mais acessíveis, direcionados para a população de menor poder aquisitivo e à população local, residente em Caldas Novas. Estes empreendimentos estão localizados ou no centro da cidade, degradado pelo acúmulo de pessoas e serviços, ou então, nas áreas periféricas da cidade, as quais são preteridas pelos turistas que visitam o local. (PAULO, 2006, p. 10)

O que há de comum entre esses estudos (BORGES, 2006 e PAULO, 2005) e que vem ao encontro do nosso olhar, é que, além das águas termais, a verticalização exacerbada, os problemas de infraestrutura básica e turística, a segregação espacial entre ricos e pobres, turistas e moradores, o lixo é um elemento comum a todos esses aspectos já abordados.

Borges (2006) detectou em suas pesquisas de campo a necessidade da coleta eficiente de lixo na cidade. Enfatizou o lixo como um dos principais problemas a ser enfrentado pelos moradores e poder público local, bem como detectou a vontade da população para que programas de educação ambiental fossem oferecidos durante todo o ano e em longo prazo - não apenas em épocas de alta temporada - principalmente nas escolas municipais:

Outro problema grave na cidade é o do lixo. Coletado nos bairros e no centro, ele é transportado para um lixão a poucos quilômetros da cidade. Sabe-se que os transtornos que o lixão provoca são vários, tais como doenças, mau cheiro, contaminação de cursos d'água bem como o lençol freático, ainda atrai insetos, ratos e urubus, colocando em risco os vôos de aeronaves. "O lixo perigoso que pode contaminar o ambiente, oriundo de hospitais, farmácias, clínicas veterinárias também não tem tratamento específico e é jogado junto com o lixo comum que vai para o lixão". (BORGES, 2006, p. 102 *apud* ALBUQUERQUE, 1998, p. 207).

A visão de Paulo (2005) é que a alta temporada - chamada pela autora de "invasão" de turistas à cidade - ocasiona transtornos de ordem social e ambiental. Segundo o estudo, é imprescindível a existência de campanhas contínuas de coleta seletiva, bem como o envolvimento do poder público, comunidade local e turistas para que haja uma conscientização sobre a coleta seletiva na cidade.

A produção de lixo é um dos fatores mais agravados com a chegada de turistas na cidade, bem como a sujeira nas ruas das cidades. É bastante característico desse público o consumo de embalagens descartáveis, estas mais utilizadas em período de grande movimentação na cidade, em virtude da maior facilidade de transporte. (PAULO, 2005, p. 112).

Silva (2007) e Biella (2008) apontam em seus trabalhos alguns dos problemas relativos ao lixo em Caldas Novas, como: presença de catadores e contaminação fecal do lençol freático próximo ao depósito municipal de lixo; local de disposição final inadequado, dentre outros.

O lixão localiza-se em cima de uma falha geológica⁷⁷ no qual tem ligação direta com o lençol termal que abastece o município. A administração de 2006 negou essa realidade, porém tais problemas foram constatados desde o início de 2006 em constante monitoramento local. (SILVA, 2007, p.82).

Para corroborar todos os problemas salientados anteriormente, por causa da má gestão dos resíduos sólidos urbanos, foi assinado entre o Ministério Público - 1ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas e a Prefeitura Municipal, no dia 7 de abril de 2008, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), contendo 28 cláusulas a serem cumpridas pela prefeitura municipal em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos, estabelecendo dentre outras, a cláusula-primeira:

O compromisso [Prefeitura Municipal] reconhece a procedência da presente Ação Civil Pública n. 2418/1996, no sentido da *inexistência* de uma política municipal adequada de gerenciamento, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, bem como a ausência de um aterro controlado ou sanitário que permita confinamento seguro dos resíduos sólidos, de forma a não causar dano ao meio ambiente e/ou à saúde pública. (TAC – Anexo I).

Sejam produzidos no centro da cidade, nas periferias, alocados nos mais diversos lugares (contêineres, cestos de lixo, sacolas de plástico, dentre outros) à espera do recolhimento e transporte municipal para o depósito de lixo⁷⁸, os resíduos produzidos em Caldas Novas e suas implicações socioeconômicas, culturais e ambientais criam uma realidade que aparentemente perpassa com sutileza o crescimento do turismo na cidade, mas sua existência negativa é visível aos olhos dos que querem ver.

A reflexão aqui proposta é de que, além da importância da atividade turística para a cidade, desde a descoberta das águas termais, o seu crescimento acelerado em termos populacionais, seus fluxos e refluxos turísticos, é imprescindível a ponderação sobre a atuação do poder público municipal diante da gestão dos resíduos sólidos urbanos nos dias atuais, uma vez que o lixo está por trás das águas quentes.

4.2.1 Os resíduos sólidos advindos da hotelaria local de Caldas Novas: breves reflexões

De acordo com Luiz (2005, p.174) na categoria Meio de Hospedagem Cadastrados Regularmente no Sistema de Gestão de Empresas e Empreendimentos de Turismo

⁷⁷ Superfície num volume de rocha onde se observa deslocamento relativo dos blocos paralelos à fratura.

⁷⁸ O aterro controlado que ainda não recebeu o licenciamento ambiental pela Agência Goiana do Meio Ambiente (AGMA) é chamado, pertinentemente, por Biella (2008), de depósito municipal de lixo.

(SAGET)⁷⁹, em 2004, o Estado de Goiás se classificou na 8ª posição no *ranking* nacional. No mesmo ano, de acordo com a Agência Goiana de Turismo (AGETUR), Caldas Novas ficou em 1º lugar no *ranking* estadual entre os 10 primeiros municípios turísticos do Estado.

MEIOS DE HOSPEDAGEM <i>Ranking Nacional</i>		
POSIÇÃO	UF	QTDE
1º	RS	505
2º	MG	438
3º	PR	361
4º	RJ	320
5º	BA	236
6º	SP	219
7º	MS	188
8º	GO	172
9º	CE	176
10º	AL	108
11º	PE	102
12º	SC	97
13º	MT	70

Quadro 7 – Demonstrativo do *ranking* nacional dos meios de hospedagem cadastrados no SAGET em 2004.
Fonte: Walter (2005, p.175).

MEIOS DE HOSPEDAGEM <i>Ranking Estadual</i>		
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	QTDE
1º	Caldas Novas	30
2º	Goiânia	24
3º	Pirenópolis	13
4º	Formosa	8
4º	Goianésia	8
5º	Alto Paraíso	7
5º	Rio Verde	7
5º	Rio Quente	7
6º	Minaçu	6
6º	Mineiros	6
6º	Corumbá de Goiás	6
6º	Porangatu	6
7º	Jataí	5

⁷⁹ Atualmente esse cadastramento é executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal. Chama-se CADASTUR e permite o acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados. O sistema disponível na *internet* não permite saber os dados totais sobre os meios de hospedagem cadastrados pelo MTur. Por isso, foram utilizados os dados de 2004. Apesar da obrigatoriedade, muitos meios de hospedagem não se cadastram no CADASTUR. Para mais informações disponíveis *online*: < <http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/> >. Acesso em: 09/05/2010.

8º	Valparaíso	4
8º	Aruanã	4
8º	Cachoeira Dourada	4
8º	Mozarlândia	4
8º	Mundo Novo	4
8º	Palmeiras de Goiás	4
9º	Abadiânia	3
10º	Cidade de Goiás	2

Quadro 8 – Demonstrativo do *ranking* estadual dos meios de hospedagem cadastrados na AGETUR em 2004.

Fonte: Walter (2005, p.175).

Em 2004, foram cadastradas na Secretaria Municipal de Turismo de Caldas Novas 109 empresas hoteleiras (Anexo XV) perfazendo um total de:

- apartamentos: 6.750;
- leitos: 30.031.

Nos dados obtidos em 2009, constam 78 hotéis cadastrados no Sindicato de Hotéis Restaurantes, Bares e Similares de Caldas Novas (SINDHORBS). (Anexo IX).

Ou seja, não há como definir com exatidão quantos meios de hospedagem existem, de fato, em Caldas Novas.

Apesar de este estudo não focar exclusivamente na gestão hoteleira dos resíduos sólidos, com esses expressivos dados de 2004 (que demonstram a grande quantidade de meios de hospedagem que Caldas Novas possui) seria interessante a verificação da quantidade de resíduos sólidos gerados pela hotelaria local e como, atualmente, está sendo feita a gestão por parte do ramo hoteleiro. Até porque, a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Goiás, instituída pela Lei nº 14.248, de 29 de julho de 2002, define em seu Título IV – Instrumentos Econômicos, Art. 61 que “Deverão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros para que as instituições públicas e privadas” que implantarem Sistema de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos, como destacado no inciso V.(Anexo V).

Algumas reflexões sobre esse tópico serão abordadas de forma sucinta para justificar a importância de se fazer um levantamento minucioso da gestão dos resíduos sólidos nos meios de hospedagem, bem como fomentar o conhecimento, por parte dos gestores hoteleiros, da existência de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) para a hotelaria local.⁸⁰

Gonçalves (2004) mostra em seu estudo a pertinência da implantação de SGA no ramo hoteleiro, baseado na série de normas ISO 14000. O autor destaca que no Brasil o uso de SGA é pouco expressivo, mas tende a ser vistos futuramente como estratégias competitivas na hotelaria.

⁸⁰ No roteiro das entrevistas semiestruturadas para os gestores hoteleiros, foram abordadas questões sobre o manejo dos resíduos sólidos nos hotéis. Verificou-se uma carência muito grande em relação ao conhecimento de SGA, bem como dos programas de turismo voltados para a gestão hoteleira de resíduos sólidos.

A questão ambiental tornou-se um tema freqüente na pauta de empresas de diversos segmentos, que buscam, constantemente, se adequar a essas novas exigências por meio da mitigação dos impactos decorrentes de ações ambientais indevidas, visando assim melhorar sua imagem empresarial [...] a **indústria do turismo**, em geral, e o setor hoteleiro, em particular, tem a **obrigação e a responsabilidade de fazer da ética ambiental parte integrante de suas metas gerenciais**⁸¹, já que dependem estritamente da “saúde” do meio ambiente para o sucesso de seus negócios. (GONÇALVES, 2004, p. 15-16).

O Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) da série Gestão do Turismo Sustentável – Meios de Hospedagem elaborado pelo Instituto de Hospitalidade, traz em seus sete manuais diretrizes de como os meios de hospedagem devem atuar para minimizar os impactos negativos relativos aos meios sócio – ambiental – econômico e cultural. Em quase todos os manuais, são apresentadas diretrizes de como os resíduos devem ser tratados pela rede hoteleira, desde a escolha da compra dos produtos utilizados, armazenamento e descarte final. Enfatiza a aplicação do princípio dos 4 R's (recusar; reduzir; reutilizar e reciclar); mostra a importância de criar novas rotinas no hotel, para funcionários e hóspedes se apropriarem das propostas ambientais; e, por fim, destaca principalmente a importância de proporcionar treinamento aos funcionários para a orientação dos hóspedes.

O empreendimento deve planejar e implementar medidas para reduzir, reutilizar ou reciclar os resíduos sólidos. O planejamento deve incluir o estabelecimento de metas de redução, reutilização e reciclagem, de acordo com as condições locais. A gestão dos resíduos deve ser efetuada de acordo com a boa técnica, inclusive os resíduos gerados pelos clientes. (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE – GUIA DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA NIH-54: MEIOS DE HOSPEDAGEM - REQUISITOS PARA A SUSTENTABILIDADE, 2004, P.39).

Nesses manuais, a rotina do hotel, uma vez adequada às diretrizes ambientalmente corretas, torna os funcionários não só meros trabalhadores hoteleiros, mas sensibilizadores ambientais hoteleiros, podendo mudar não só a rotina do hotel, mas também os conceitos, preconceitos e consciência de todas as pessoas que ficam hospedadas nos empreendimentos que apostam em uma nova consciência ambiental e social.

Podemos citar o caso específico do *Programa de Redução de Lixo do Hotel Buhler*, situado na região de Visconde de Mauá, na fronteira dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar de ser considerado um pequeno hotel, sua iniciativa grandiosa surpreendentemente trouxe um novo arcabouço de mudanças estruturais e mentais em relação ao gerenciamento do lixo dentro dos meios de hospedagem. Se as diretrizes que foram seguidas por esse hotel pudessem ser aplicadas a outros meios de hospedagem,

⁸¹ Grifo nosso.

poderia trazer grandes benefícios para os hotéis e para o meio ambiente dos destinos turísticos.

Na implantação desse programa, Costa (2007) descreve passo a passo as ações que o *Hoter Buhler* fez para conseguir alcançar seu objetivo de minimizar ao máximo o lixo gerado, a ponto de ficar “quase dois anos sem deixar um só saco de lixo na rua para ser recolhido”. (COSTA, 2007, p. 12). A mudança de mentalidade, a qual o presente trabalho também acredita ter sido a primeira porta de entrada para uma gestão mais eficiente dos resíduos advindos do turismo, é muito realçada pela autora.

Mais do que simplesmente criar novas rotinas e fazer com que funcionários e hóspedes as adotem, a proposta de implantar um programa de redução de lixo em um pequeno hotel [...] exige uma verdadeira mudança de mentalidade. Primeiro, por parte de quem comanda o processo; depois de quem trabalha no hotel; e, em terceiro de quem frequenta o hotel. (COSTA, 2007, p. 27).

Conto (2001) vai além. Em suas discussões sobre o gerenciamento de resíduos sólidos em hotéis, seus estudos salientam a importância dos gestores dos empreendimentos hoteleiros fazerem um bom gerenciamento dos resíduos sólidos. A autora questiona a participação positiva e/ou negativa de turistas e poder público em relação ao manejo desses resíduos. Ela adverte que é preciso que “o turismo, enquanto setor econômico desenvolva o seu próprio modelo de gestão ambiental, objetivando a qualidade ambiental de seus produtos e serviços”. (CONTO, 2001, p.59).

Nesse sentido, observa-se paulatinamente o crescimento de estudos sobre o manejo de resíduos sólidos advindos da hotelaria no Brasil.⁸²

Esta pesquisa propõe a ampliação do diálogo sobre a gestão dos resíduos sólidos relacionados com a atividade turística, uma vez que esta assume uma dimensão maior, abrangendo não só a rede hoteleira, mas sim todo o município que é classificado como destino turístico, como é o caso de Caldas Novas.

A escassez sobre esse assunto no Brasil – gestão integrada de resíduos sólidos em destinos turísticos - não foi impedimento para que algumas ideias pudessem surgir a partir desta pesquisa.

Conto (2001) ressalta a importância de mais pesquisas e estudos sobre os resíduos sólidos oriundos do turismo, no intuito de que esse fenômeno se desenvolva de forma sustentável nas cidades turísticas.

Os próximos tópicos têm por objetivo analisar todo o processo de gestão municipal dos resíduos sólidos de Caldas Novas, sem, contudo, deixar de lembrar a importância de

⁸² Conto *et al.* (2006); SPERB, Matias Poli & TEIXEIRA, Rivanda Meira (2007); CUMMINGS, L.E.(1997); SILVA, Roberto do Nascimento e (2006); GÁNDARA, José Manoel G. *et al.* [s.d].

estudos mais aprofundados sobre a gestão dos resíduos sólidos especificamente da hoteleira local, seja por parte do poder público, da iniciativa privada ou mesmo da academia.

4.3 O TURISMO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM CALDAS NOVAS NOS ANOS DE 2005 A 2009: O RECORTE NO OLHAR

A análise da quantidade de lixo gerada em alta e em baixa temporada, bem como se dá a gestão local para o tratamento desses resíduos, principalmente durante a alta temporada, e quais implicações causam para Caldas Novas são as principais motivações para o recorte desta pesquisa.

O período para a análise da pesagem do lixo entre os anos de 2005 a 2009 só foi possível devido ao acesso aos relatórios cedidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com o montante/toneladas de lixo pesadas durante os 12 meses desses 4 (quatro) anos.⁸³

A coleta de dados *in loco* se deu entre os anos de 2008(final do ano), 2009 e 2010.

O período de alta temporada considerado no trabalho refere-se às férias escolares de dezembro/janeiro e julho dos anos de 2005; 2006; 2007; 2008 e 2009. Todos os feriados prolongados também são considerados alta temporada em Caldas Novas, porém, devido à variabilidade nas datas oficiais do calendário anual, optou-se por não mensurar essas datas. É importante ressaltar que nos feriados prolongados, em especial quando são realizados megaeventos na cidade, o aumento na geração de resíduos por parte dos turistas e população local salta aos olhos.

No estudo realizado por Andrade *et al.* em 2004, além da caracterização física e quantificação dos resíduos sólidos domésticos do município, detectou-se a necessidade da implantação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (PGRSU) e a reativação da usina de triagem para que haja melhoria no sistema de disposição final do lixo, nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos catadores.

Considerando os dados de Andrade *et al.*, no ano de 2004 a cidade possuía aproximadamente 60.000 habitantes, sendo que nos períodos de feriados e na alta temporada ocorre aumento significativo na população (flutuante/turistas), alcançando até 200.000 habitantes ou mais. Se cada pessoa gerar em média um quilo de lixo - que é muito acima da média nacional de 0,6 Kg/hab/dia -, depara-se com um montante assustador: 200

⁸³ Observa-se que não estão em análise os partidos políticos atuantes nesse período, até porque, constatou-se em pesquisa de campo que há grande rotatividade na nomeação de secretários municipais e as instabilidades políticas fazem com que a administração mantenha ritmo irregular. Apontada pelos entrevistados, a gestão fragmentada é a principal razão da falta de solução para alguns problemas, como é o caso da ausência da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

mil/kg de lixo por dia. Esses dados de 2004 sevem para alertar que o município, em 2010, continua aumentando o número de habitantes e com a gestão dos resíduos sólidos de forma pouco adequada.

O autor conta que em períodos de férias escolares e temporadas turísticas, a produção de lixo na cidade eleva-se em média de 60 t/dia para 80t/dia, provocando mudanças nas características dos resíduos produzidos. (BARBOSA, 2002 *apud* ANDRADE *et al.* 2004).

A composição gravimétrica (que indica o percentual de cada componente em relação ao peso do lixo total) realizada em 2009 pode ser conferida no Anexo X. Tanto a composição realizada ano passado, quanto a feita por Andrade *et al.* em 2004 foram efetuadas em períodos de baixo fluxo turístico.

Os estudos apontam que a composição orgânica dos resíduos de Caldas (dos bairros pesquisados)⁸⁴ é mais relevante em relação à composição inorgânica. Porém, seria interessante que houvesse um estudo da composição gravimétrica dos bairros que recebem maior fluxo turístico nos períodos de alta temporada, para ver como ficariam os percentuais dos materiais coletados.

Acrescenta-se a isso, que, quando o caminhão de lixo chega ao aterro para despejar o lixo coletado nos bairros, já houve *a priori* a interferência dos catadores autônomos, que acabam realizando o trabalho de reduzir a quantidade de resíduos recicláveis que seriam enviados ao depósito municipal de lixo.

Um estudo compara Caldas Novas com Botucatu – SP e aponta o percentual elevado de resíduos do tipo plástico, alumínio, papel e papelão, que são descartados na cidade. (ANDRADE, *et al.* 2004).

Caldas Novas é um município com características peculiares, sua economia gira em torno da atividade turística, com hábitos de consumo diferenciados, conseqüentemente a geração de resíduos se destaca pela quantidade de materiais recicláveis que são lançados na área de disposição final de resíduos sólidos do município. São 28,26% de papel/papelão, plásticos e metais do total gerado, contra 19,83% de Botucatu e 32% da brasileira. (ANDRADE, *et al.* 2004, p.19).

Albuquerque (1998, p. 205) comenta sobre a precariedade em relação à destinação e gestão final dos resíduos sólidos da cidade. Ele acrescenta dois dados muito relevantes: o primeiro, que os resíduos sólidos urbanos gerados pela cidade têm grande valor no mercado de reciclagem e, segundo, que estes resíduos são subaproveitados.

Em relação à triagem feita pelos catadores do aterro, Andrade *et al.* (2004, p.18) informam:

⁸⁴ Em 2009 foram os setores representativos foram: Centro, Caldas Oeste e Paraíso II. E em 2004 por Andrade *et al.* (2004) Itanhangá I, Centro, Nova Vila e Jd Roma.

Caldas Novas lança em média 60 t/dia de resíduos sólidos em períodos de fluxo normal, no “Lixão”. Segundo Carvalho (2004)⁸⁵ e catadores, a usina de triagem comporta 30% do total de lixo gerado em média 18 t/dia, ou seja, dois caminhões com capacidade média de 9 ton./dia.

Como visto, um plano de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos se faz necessário e é de fundamental importância para que Caldas Novas consiga gerar muito mais renda a partir da triagem e possível reciclagem de lixo. A GIRSU também se faz oportuna, haja vista gerar condições - com a reativação da usina de triagem ou com a construção de uma nova usina - para que os catadores trabalhem dignamente e com segurança e, por fim, que o município consiga dar melhor destinação final a seus resíduos, conscientizando moradores e turistas do quanto é importante cuidar bem do lixo.

A seguir podem ser observadas fotos do “aterro” municipal de Caldas Novas.



Foto 5 – Usina municipal de reciclagem de lixo desativada
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 08/02/2010

Na fotografia número 5, o carro preto estacionado ao lado do galpão de triagem, pertence ao senhor (cujo nome não será revelado) que compra diretamente os resíduos triados no “aterro”. Usualmente esse material é levado para Nerópolis (GO). Por ocasião da visita, não houve por parte do entrevistado a boa vontade em conceder maiores informações sobre o comércio dos resíduos feito dentro do “aterro”.

Cumprе ressaltar que a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Goiás, instituída pela Lei nº 14.248, de 29 de julho de 2002, define em seu Título II – Gestão dos Resíduos Sólidos, Capítulo I – Disposição Preliminares, Art.14 que:

A importação, a exportação e o transporte interestadual de resíduos, no Estado de Goiás, dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente.

⁸⁵ Éber Carvalho, gerente administrativo da Capital Construtora & Limpeza S.A.

O seu parágrafo único ressalta:

Os resíduos sólidos gerados no Estado de Goiás somente poderão ser exportados para outros Estados da Federação mediante prévia aprovação do órgão ambiental do Estado importador.

A seguir, algumas fotografias ilustram a situação do depósito municipal de lixo. Apesar das mudanças que estão ocorrendo paulatinamente na estrutura física, os catadores não contam com um galpão de triagem para trabalharem.



Foto 6 – Galpão da usina de triagem utilizado apenas para estocar o material coletado nas valas do aterro.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 08/02/2010



Foto 7 – Esteira desativada no galpão da usina de triagem.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 08/02/2010



Foto 8 – Catadores da cooperativa do lixão fazem a seleção de recicláveis na vala do lixão.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 08/02/2010

Os catadores da COOPERCAL trabalham nas valas do “aterro” onde são depositados os resíduos diretamente no solo. Eles não possuem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e trabalham correndo riscos de acidentes.



Foto 9 – Catadores da cooperativa do depósito municipal de lixo trabalham sem EPI.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 08/02/2010

É inegável a necessidade da intervenção do poder público local para estruturar o aterro de maneira que ele possa ser denominado “sanitário”, como dizem as placas de sinalização que serão vistas no tópico do *Plano de Gestão Integrada do Município de Caldas Novas e o depósito municipal de lixo*. Além disso, há a necessidade de reestruturar a usina de triagem, de maneira que os catadores possam trabalhar mais dignamente. No entanto, para que toda essa engrenagem funcione de forma adequada, é preciso que haja conscientização e mobilização da população e turistas para a necessidade de ser feita a coleta seletiva por todo o município. A maneira como se dá a destinação final adequada dos resíduos depende, principalmente, do empenho de toda a sociedade em selecionar e segregar o lixo de maneira correta. Em resumo, a responsabilidade é de todos.

4.3.1 O serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas

Quanto aos dados relativos aos procedimentos de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas, houve grande dificuldade para obtê-los.

Portanto, as informações aqui apresentadas estão baseadas na entrevista semiestruturada feita com o responsável pela empresa terceirizada que faz a coleta e transporte dos resíduos sólidos e nos dados de Silva (2007). Não houve por parte dessa empresa, interesse em ceder alguns dados básicos, por exemplo, a frequência e rota da coleta no município. Cabe ressaltar que essa prática fere a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Goiás, instituída pela Lei nº 14.248, de 29 de julho de 2002, que define em seu Título V – o Direito à Informação, no qual dispõe:

Art. 66. Fica assegurado ao público em geral o acesso às informações relativas a resíduos sólidos existentes nos bancos de dados dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado.

Outro item importante a assinalar é que houve mudança no nome da empresa entre o período da entrevista feita no dia 09/02/2009 e, posteriormente, no período de janeiro 2010, quando novamente a empresa foi procurada na tentativa de conseguir alguns dados, mas sem sucesso. Assim, não foi possível saber se ocorreram alterações gerenciais nem obter resultados de 2010 sobre os procedimentos de rotina da coleta e transporte dos resíduos.

a) Da empresa que coleta e transporta os resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas:

De acordo com a entrevista feita em fevereiro de 2009 com o gerente administrativo, a empresa responsável pela coleta e transporte dos resíduos de Caldas Novas é a *Mila Construtora e Limpeza Ltda*, mas tem o seu nome fantasia de *Capital Construtora e Limpeza*.

Silva (2007) destaca que há 10 anos a firma presta serviço de coleta no município recolhendo e transportando resíduos domiciliares e de saúde. Segundo a entrevista realizada no dia 09/02/2009, a empresa tinha somente sete meses de contrato com a prefeitura, sendo que em janeiro de 2009 ela ganhou novamente a licitação para a prestação de serviço de limpeza ao município, mudando seu nome para Elo Engenharia.⁸⁶

Essa empresa é particular, não possui missão e visão e tampouco está preocupada com algum tipo de programa que busque melhorar a gestão dos resíduos no município, uma vez que o seu pagamento é feito de acordo com as toneladas de lixo coletado, como relatado a seguir.

[E6 - 09/02/2009] Nós começamos dia 01 de janeiro de 2009. Por enquanto ainda não tem [programa de coleta seletiva e educação ambiental]. Esse tipo de programa tem que partir do município para a empresa e não da empresa para o município. A empresa visa o lucro dela. A ordem de serviço é só para fazer a coleta de lixo. O destino do lixo e o que é feito com ele a empresa não tem a menor responsabilidade sobre ele. Pra empresa não é

⁸⁶ Segundo pesquisa de campo, somente o nome da empresa mudou. Sua supervisão continua sendo a mesma da gestão da Capital. Já o secretário de Meio Ambiente mencionou o nome da empresa como Delta. As mudanças constantes de nomes causam muitas dificuldades de entendimento.

interessante o município reduzir a quantidade de lixo produzido. Pra empresa é interessante que a produção de lixo aumente, uma vez que a empresa recebe é em cima das toneladas de peso do lixo. Seria interessante o município fazer isso, correto?

Cumpra ressaltar que em 2006 a empresa foi investigada pelo Ministério Público Estadual.

Goiânia fará licitação e Ministério Público - MP exige solução para Caldas Novas e Anápolis. O jornal O POPULAR mostrou nas edições de ontem e de domingo os diversos negócios suspeitos das empresas de limpeza urbana com os municípios de Goiás que terceirizaram os serviços de coleta, varrição e operação do aterro. As reportagens revelaram ainda os milionários gastos do poder público com a construção de aterros que viraram lixões a céu aberto. Tanto as contratações irregulares quanto ao desperdício de recursos públicos têm implicações ambientais, como a perda da vida útil de um aterro ou a contaminação do lençol freático. Licitações viciadas, dispensadas de licitação, superfaturamento na execução – ou não-execução – dos serviços e barganha político-eleitoral são algumas das irregularidades constatadas. Em Caldas Novas, segundo o MP na cidade, a prefeitura manifestou a intenção de assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC), depois de um mês de resistência. O aterro da cidade se transformou em um lixão a céu aberto, e um acordo deve ser feito até o fim da semana. (PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES, 23/05/2006).⁸⁷

A Secretaria de Segurança Pública de Goiás, em 2006, informou que Caldas Novas é a cidade que mais gasta por habitante na coleta e varrição de lixo. A reportagem enfatiza que a empresa responsável pela coleta de lixo – Capital/Delta ou Elo⁸⁸ - recebe por toneladas coletadas. Porém, a Secretaria de Segurança Pública adverte para o fato de que a balança do aterro controlado pouco funciona, fazendo com que a pesagem do lixo nos finais de semana seja apenas estimada⁸⁹.

A pesagem das toneladas de lixo pode ser conferida no Anexo II e na tabela 1. Foi evidenciado que por vários meses, entre os anos de 2005 a 2009, os relatórios apresentam a mesma quantidade de toneladas descritas. Isso nos remete a entender que não houve, de fato, o controle da quantidade de lixo pesado pela prefeitura municipal (que paga pelo serviço justamente em cima das toneladas coletadas diariamente).

⁸⁷ *Online*: Disponível em:

< http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=30889 >. Acesso em: 05/04/2010.

⁸⁸ Considerada a mesma empresa. Seja Capital, Delta ou Elo, é a responsável pela coleta e transporte dos RSU no município de Caldas Novas.

⁸⁹ *Online*: Disponível em:

< http://www.sspj.go.gov.br/ag_noticias/con_noticia.php?col=2&pub=20716 >. Acesso em: 05/04/2010.

b) Diagnóstico dos relatórios mensais com a quantidade de pesagem do lixo de 2005 a 2009.

Contatou-se que, entre os anos de 2005 e 2006, não houve alteração na mensuração da quantidade pesada dos resíduos, fato esse indicador de que houve, por parte dos responsáveis, alguma falha na quantificação dos dados.

Isso demonstra certa falta de controle, pois não é admissível que em dois anos seguidos o lixo tenha tido o mesmo peso. São esses acontecimentos que corroboram os fatos anteriormente relatados pela Secretaria de Segurança Pública em relação aos anos de 2005 e 2006.

O total de toneladas mensuradas leva em consideração apenas os resíduos domésticos. Já os hospitalares aparecem nos relatórios seguidos da unidade de medida Km (quilômetros) rodados, não deixando explícita a quantidade recolhida e pesada, uma vez que esses resíduos devem ser coletados, pesados e alocados em lugar específico, não podendo se misturar aos demais tipos de material.

Seria de extrema importância mensurar a quantidade do lixo hospitalar, podendo até servir como indicador de ocorrências hospitalares no município de acordo com a época de baixa e alta temporada, bem como em relação a algum surto epidêmico na cidade.

Da forma como está descrito o volume medido resíduos hospitalares, ficou inviabilizada a comparação desse tipo específico de resíduo durante os anos de 2005 a 2009. (Conferir no Anexo II).

Em relação ao lixo doméstico⁹⁰, nos meses escolhidos para serem considerados alta temporada – janeiro/julho e dezembro de 2005 a 2009 -, o peso do lixo elevou-se consideravelmente, como pode ser observado na tabela 2.

Isso dá a entender que o aumento expressivo em relação à pesagem dos resíduos (mesmo com suas falhas na mensuração) assegura que existe um excedente durante esses meses que pode ser atribuído ao fluxo turístico na cidade, sendo conceituado de lixo turístico.

Faz-se necessária a correta mensuração desses dados por parte da prefeitura municipal, dado que:

1. as unidades de medida causam uma grande confusão na análise da pesagem do lixo;
2. o pagamento do serviço de limpeza urbana do município incide diretamente no bolso do contribuinte sobre a forma de pagamento do IPTU⁹¹;

⁹⁰ Lixo domiciliar entendido neste trabalho como os resíduos urbanos (domiciliar + comercial + público + resíduos de serviço de saúde).

3. a sustentabilidade econômica do município também depende da correta distribuição da receita proveniente do Tesouro Municipal – que destina parte do seu montante para a taxa de limpeza urbana/coleta de lixo;
4. falta fiscalização: a prefeitura não deveria pagar indiscriminadamente por toneladas de lixo recolhidos, uma vez que os montantes mensais valorados contenham o mesmo peso, como ocorre principalmente nos anos de 2005 e 2006. Esse fato nos dá a entender que os dados de mensuração da quantidade de lixo pesada são falsos.
5. existe também a questão social que, apesar de não parecer ligada diretamente à proporcionalidade da mensuração do peso do lixo municipal, está indiretamente relacionada à participação dos catadores na segregação informal de lixo (que será exemplificado posteriormente no tópico Catador-Turista e Catador de Temporada).

Apesar de todos os problemas detectados, houve uma tentativa de mensurar as toneladas de lixo durante esses quatro anos. Os períodos em destaque (considerados de alta temporada na cidade) foram justamente os meses que apresentaram maior quantidade de lixo na soma total.

Isso nos dá um indicativo de que, na cidade, o aumento do consumo de materiais orgânicos e inorgânicos se deve ao aumento do fluxo turístico.

⁹¹ A cobrança da taxa de limpeza urbana via IPTU é considerada inconstitucional. Porém, ainda não houve consenso sobre a melhor maneira de fazer essa cobrança de modo punitivo aos infratores e sem lesionar os demais contribuintes. (MONTEIRO *et al.*, 2001, p.15). Em Caldas Novas, a taxa de serviços urbanos (TSU) 35% é do total do IPTU.

Tabela 2 - Pesagem do lixo doméstico de acordo com os relatórios cedidos pela Secretaria de Obras e do Meio Ambiente de Caldas Novas de 2005 a 2009⁹²

MESES	ANO 2005	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	ANO 2009	TOTAL MENSAL
*JAN.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	1.979,000 ton./mês	3.725,000 ton./mês	3.491,190 ton./mês	12.565 ton.
FEV.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.108,000 ton./mês	3.220,000 ton./mês	3.017,210 ton./mês	11.715 ton.
MAR.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.214,000 ton./mês	2.788,000 ton./mês	3.347,092 ton./mês	11.719 ton.
ABR.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.359,000 ton./mês	2.733,000 ton./mês	3.198,270 ton./mês	11.660 ton.
MAI.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.433,000 ton./mês	2.680,000 ton./mês	2.995,200 ton./mês	11.478 ton.
JUN.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.480,000 ton./mês	2.833,660 ton./mês	3.037,880 ton./mês	11.722 ton.
*JUL.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.911,320 ton./mês	3.185,400 ton./mês	3.495,700 ton./mês	12.962 ton.
AGO.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.824,000 ton./mês	1.678,065 ton./mês	2.935,000 ton./mês	10.807 ton.
SET.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.590,000 ton./mês	2.928,000 ton./mês	2.845,000 ton./mês	11.733 ton.
OUT.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.582,000 ton./mês	2.978,000 ton./mês	3.387,760 ton./mês	12.318 ton.
NOV.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	2.312,000 ton./mês	2.837,980 ton./mês	3.079,060 ton./mês	11.599 ton.
*DEZ.	1.685 ton./mês	1.685 ton./mês	3.097,000 ton./mês	3.306,700 ton./mês	3.273,340 ton./mês	13.047 ton.
TOTAL ANUAL	20.220 ton./ano	20.220 ton./ano	29.889,320 ton./ano	34.893,805 ton./ano	38.102,702 ton./ano	143.326 ton./ano

* Nesse trabalho foram os meses considerados alta temporada em Caldas Novas

⁹² Como se observa, existem falhas nas unidades de medidas, principalmente no ano de 2009. Porém, para que não fosse inviabilizada na mensuração foi considerada em vez de milhão, a unidade de medida mil. Ex: 3.491,190 = 3.491 ton./mês.

c) Frequência da coleta - Frota e Mão de obra utilizada

Durante a entrevista no dia 09/02/2009, não foi disponibilizada pela empresa Capital a frequência da coleta nos bairros de Caldas Novas. O entrevistado alegou serem dados internos da empresa.

De acordo com Silva (2007), a coleta de lixo ocorre em dias alternados e usualmente com folga nos dias de domingo.

Em períodos de feriados e temporadas, onde a população flutuante aumenta assustadoramente, as frequências das coletas são mantidas as mesmas, havendo alteração somente no aumento da carga horária trabalhada, ou seja, têm-se um alto grau de horas extras. (SILVA, 2007, p. 92).

Quando interrogado ao responsável pela gerência administrativa da empresa Capital (09/02/2010) sobre as diferenças que ocorrem na coleta de lixo em baixa e alta temporada, foi dito o seguinte:

[E6] Na baixa e na alta temporada são disponibilizados 5 caminhões. Em alta temporada não há aumento de funcionários. O que aumenta é a carga de horário de trabalho dos funcionários em média mais ou menos duas horas por dia.

Em 2007 havia apenas 4(quatro) caminhões compactadores⁹³ disponíveis para realizar a coleta com viagens distribuídas da seguinte forma: os três caminhões da Volkswagen faziam em média três viagens por turno, enquanto o caminhão da Ford realizava em média 02 viagens por dia. (SILVA, 2007, p.98).

Como não foi possível obter mais informações sobre os funcionários, o único dado coletado foi que atualmente trabalham na empresa 28 efetivos. De acordo com Silva (2007), a equipe que atua na coleta nas ruas envolve três coletores e um motorista, correspondendo em 2007, ao total de 15 coletores e 5 motoristas.

Cada motorista recebe um formulário, uma espécie de controle diário de coleta, preenchida com a rota definida para aquele turno e dia. Tal formulário deve refletir a execução de todos os serviços realizados, desde a partida da garagem até o retorno do veículo, contendo os dados de produção no setor da coleta, as viagens até o ponto de descarga e as distâncias e tempos de deslocamento no setor e entre setor-descarga, garagem-setor e descarga-garagem, porém estes campos não são preenchidos. Os formulários retornam somente com a assinatura do motorista. (SILVA, 2007, p. 99).

Apesar de o cronograma de trabalho para a coleta de lixo doméstico em Caldas Novas (Anexo III) conter os horários, setores e frequência, durante a pesquisa de campo constatou-

⁹³ Veículos com carroceria fechada, contendo dispositivos mecânicos ou hidráulicos que possibilitam a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria são denominados, pela NBR-12980/93, coletores compactadores. Nesses veículos, os sistemas de descarga são feitos sem nenhum contato manual com a carga. (IPT/CEMPRE, 1995 p.46).

se que em alta temporada o serviço prestado pela empresa terceirizada não é suficiente para deixar a cidade sem excesso de lixo espalhado pelas ruas da cidade, como poder ser observado nas fotografias 10 e 11.



Foto 10 – turistas dividem a calçada com o lixo do restaurante que fica do outro lado da rua.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2009.



Foto 11 – lixo do Giraffas espalhado no lado oposto da rua.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2009

As três fotografias a seguir demonstram a situação de um contêiner situado no centro da cidade que usualmente está com excesso de lixo, o que causa má impressão, avança para a calçada, atrai vetores de transmissão de doenças e espalha maus odores. Essa situação precária da disposição dos resíduos nas ruas do centro da cidade foi verificada

durante vários dias da pesquisa de campo. O transbordo de lixo pelos contêineres é uma situação freqüente nesses locais.



Fotografias 12a e 12b - contêiner de uma pousada no centro da cidade em 2009, sempre com excedente de resíduos espalhados pela calçada e avenida.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 20/02/2009 e 23/02/2009.

A foto 13 corresponde ao mesmo contêiner das fotografias anteriores. Passado um ano, a situação do excesso de resíduos continuou da mesma maneira.



Foto 13 – Um ano depois e o contêiner da pousada no centro da cidade continua a não comportar o montante de resíduos despejados.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 02/01/2010

Nas fotografias seguintes nota-se que o lixo ocupa todo o espaço destinado à passagem dos pedestres.



Foto 14 – Turista divide a calçada com o lixo no centro da cidade.

Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)

Data da foto: 23/02/2009.



Foto 15– Contêiner da Feira do Luar no centro da cidade, um dia após a realização da feira.

Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2009)

Data da foto: 16/02/2010.

Outra situação observada foram os contêineres de vários hotéis da cidade frequentemente lacrados com cadeados, e que não comportam todo o lixo gerado pelo empreendimento, como pode ser observado nas fotografias seguintes:



Foto 16 – O contêiner não comporta o volume dos resíduos desse hotel no centro da cidade.

Fonte: arquivo pessoal de Álvares, P. (2009).

Data da foto: 31/10/2009



Foto 17 – Incapacidade do contêiner em conter todos os resíduos produzidos pelo hotel e que tomam conta da calçada no centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2009)
Data da foto: 24/02/2009.

O lado inverso e perverso ao turismo sustentável: crianças catando lixo dos turistas.



Foto 18a– Crianças catam nos contêineres externos destrancados dos hotéis no centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 18/02/2010.



Foto 18b– Crianças catam nos contêineres externos destrancados dos hotéis do centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2009)
Data da foto: 10/02/2010.

As fotografias revelam a falta da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas e algumas de suas piores conseqüências: crianças que sobrevivem da catação de recicláveis.



Foto 19 – Crianças catam nas lixeiras do centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de ÁLVARES, P.(2009)
Data da foto: 02/01/2009.

Contudo, vale recordar que em 1999, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançou a campanha **Criança no Lixo, Nunca Mais**. Foi um apelo nacional pela erradicação do trabalho infantil nos lixões e na coleta de lixo nas ruas. A campanha deu visibilidade a esse tema até então oculto no país. Mais de 15 mil crianças que viviam essa realidade passaram a integrar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com pagamento de bolsa-escola para suas famílias. Entretanto, passados onze (11) anos, ainda é possível presenciar esse tipo de atividade sendo realizada por crianças.

No tópico seguinte, serão destacadas as diretrizes específicas dos resíduos sólidos contidas no Plano Diretor Municipal, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento de Caldas, cuja principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida para a população⁹⁴.

d) O Plano Diretor Municipal de 2002 a 2008 até 2012

O Plano Diretor Municipal de Caldas Novas elaborado em 2002, e ainda em vigor, tem como função:

Definir através de suas diretrizes e propostas, um caminho seguro para o desenvolvimento ordenado e sustentável, colocando o Município de Caldas Novas, em uma nova ordem administrativo e gerencial, através deste plano estratégico para as atuais e futuras gerações.⁹⁵

O plano enfatiza, do ponto de vista ambiental, a implantação da coleta seletiva de lixo porta a porta em toda a cidade, bem como a realização do Programa de Educação Ambiental nas escolas e junto à população em geral.

Nas diretrizes para os Resíduos Sólidos tem-se as seguintes propostas:

VII – Resíduos Sólidos

Diretrizes:

- Estimular as práticas de redução, triagem e reciclagem de resíduos sólidos, bem como a organização do mercado de recicláveis.
- Aperfeiçoar o sistema de coleta de resíduos e a limpeza urbana.
- **Criar mecanismos financeiros de estímulo à geração de resíduos.**⁹⁶
- Manter a autonomia municipal no tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Propostas de Ação:

- Desenvolver campanhas educativas de modo a ampliar a adesão da população ao Programa de Coleta Seletiva.
- Ampliar e modernizar o Aterro Sanitário, tornando-o uma Central de Triagem e Tratamento de Resíduos Sólidos, com condições ambientais adequadas.

⁹⁴ Definição de Plano Diretor. Disponível em: < <http://www.ufv.br/pdv/que.html> >. Acesso em: 14/04/2010.

⁹⁵ Plano Diretor de Caldas Novas (PDCN). Disponível em: < <http://www.caldasnovas.go.gov.br/planodiretor/> >. Acesso em: 14/04/2010.

⁹⁶ Grifo nosso.

- Fomentar o mercado e o reaproveitamento de recicláveis, através da implementação da Bolsa de Resíduos Sólidos na Internet, centralizando informações de compradores e vendedores de resíduos.
- Criar o Programa de Coleta Comunitária, com ações de educação ambiental, tornando os coletores comunitários multiplicadores da melhoria ambiental nos núcleos de invasões, transformando em pontos de coleta seletiva.
- Ampliar e modernizar o sistema de varrição da cidade.
- Implementar o sistema de tratamento de resíduos de serviços de saúde.

Ou seja, nem o Plano Diretor, nem a Lei Municipal nº 1.519/2007 que “Institui o Código do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal de meio Ambiente – SISMA, para a administração do uso dos recursos ambientais, proteção da qualidade do meio ambiente, do controle das fontes poluidoras e da ordenação do solo do território do Município de Caldas Novas, de forma a garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável” prevê em seus instrumentos, a elaboração, implantação e fiscalização de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Inclusive, no plano diretor pode-se questionar a diretriz que estimula a geração de resíduos sólidos.

- Criar mecanismos financeiros de estímulo à geração de resíduos. (PDCN, 2010, p. 43).

Não se trata de criar mecanismos que incentivem a geração de resíduos e sim o oposto dessa diretriz. Seria interessante o município prover mecanismos financeiros que NÃO estimulassem e a geração de resíduos.

É preciso considerar algumas questões como, por exemplo, os custos municipais com coleta, transporte e destinação final dos resíduos; o tempo de vida útil do aterro e sua capacidade de receber resíduos; os impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais negativos que também estão relacionados à má gestão dos resíduos, dentre outros.

Considerando a falta de clareza a respeito de algumas diretrizes adotadas pelo Plano Diretor de Caldas Novas, sugerimos uma revisão no plano levando em consideração algumas observações, com vistas a tornar esse instrumento mais objetivo e eficiente.

e) O Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Município de Caldas Novas e o depósito municipal de lixo

Em janeiro de 2010, foi concebido pela Secretaria de Meio Ambiente o Plano de Gestão Integrada do Município de Caldas Novas com o objetivo de:

- Desenvolver no município de Caldas Novas um Plano de Gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos, o qual terá como premissa a separação, coleta e destinação final adequada para os resíduos sólidos produzidos na cidade. (Anexo IV).

O plano traz em si algumas informações municipais; a composição gravimétrica⁹⁷ mensurada no ano de 2009 em baixa e alta temporada; o dimensionamento do aterro; as ações necessárias para a mobilização dos atores sociais – conscientização/separação/coleta/destinação final; e, por fim, destaca algumas vantagens que a GRISU pode oferecer ao município.

Contudo, um plano de GIRSU para o município de Caldas Novas precisa englobar princípios, propostas, objetivos, diretrizes e ações baseadas em um diagnóstico criterioso sobre a real situação dos resíduos sólidos urbanos em baixa e alta temporada. De preferência abranger todos os aspectos propostos pelo PL 203/1991, salientados no Anexo XVII deste estudo.

Isso porque, o plano de GIRSU, além de reunir todos os aspectos que os municípios sem vocação turística devem considerar, Caldas Novas precisa ir além e atentar para o turismo e a influência da sazonalidade sobre a geração de resíduos sólidos da cidade.

Logo, ficou a desejar, no plano, o detalhamento sobre o sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos; a caracterização dos resíduos; o aumento e a diminuição na quantidade de resíduos gerados em baixa e alta temporada; o estabelecimento de ações integradas e diretrizes (ambientais, técnicas, financeiras, administrativas, sociais e legais) para toda a fase de gestão dos RSU, desde a sua geração até a disposição final; a ausência de integração com a Política Estadual dos Resíduos Sólidos Urbanos do Estado de Goiás (Ver Anexo V); a existência dos catadores de lixo diante do poder público que não foram contemplados com nenhum programa visando a salvaguardar sua saúde, melhor inserção na sociedade, na cadeia produtiva do turismo e econômica da cidade em parceria com indústrias de reciclagem; instrumentos econômicos e fiscais que incentivem principalmente os hotéis/ pousadas/ restaurantes e cooperativas recicladoras a colaborarem com programas de educação ambiental que enfoquem a questão dos RSU de Caldas Novas.

Também não teve relevo o acompanhamento das práticas dos geradores de resíduos de serviço de saúde; nem foram identificadas as práticas em estabelecimentos que geram resíduos especiais, por exemplo, as embalagens de cloro utilizado em vários hotéis e que depois seguem para o depósito municipal de lixo, tudo misturado aos demais resíduos. Faltou maior detalhamento sobre os resíduos da construção civil, haja vista esse ser um dos setores mais operantes na cidade (setor imobiliário) e, por fim, enfatizar como se dá o tratamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Caldas Novas.

⁹⁷ A composição gravimétrica traduz o percentual de cada componente em relação ao peso total da amostra de lixo analisada. Indica a possibilidade de aproveitamento das frações recicláveis para comercialização e da matéria orgânica para a produção de composto orgânico. (MONTEIRO *et al.*, 2001, p.37).

Em entrevista aos catadores do aterro, alguns informaram:

[E1 - 26/02/2009] Aqui o lixo de hospital é separado, vai pra lá, [indicando o local onde é depositado] mas ainda vem algumas coisas ai no meio. [onde os catadores fazem a seleção do lixo]. De vez em quando vem coisas de laboratório, das clínicas particulares, de farmácia, agulhas. Baterias, pilhas, também fica tudo ai misturado.



Foto 20 – No aterro ainda se encontram seringas misturadas ao lixo que os catadores selecionam.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 26/02/2009.

Quanto ao depósito municipal de lixo, ele é classificado pelo poder público local como Aterro Sanitário. Porém, na época da pesquisa de campo (2009/2010), constatou-se que a configuração e operação do depósito o classificava mais como um aterro controlado do que como um aterro sanitário, apesar de suas placas de sinalização indicarem o aterro como sanitário.

O “aterro sanitário” da cidade, de acordo com Albuquerque (1998, p. 205), foi inaugurado em 1997, no mesmo local onde já estava instalado o “lixão” da cidade. Foi montada, no local, uma estrutura com esteira e galpões próprios para a coleta seletiva, que não funcionou e, ainda hoje, encontra-se /totalmente abandonada.



Foto 21



Foto 22

Fotografias 21 e 22– Placas de sinalização do aterro.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2010.

A figura número 11 sinaliza a localização do depósito de lixo municipal em Caldas Novas – GO.

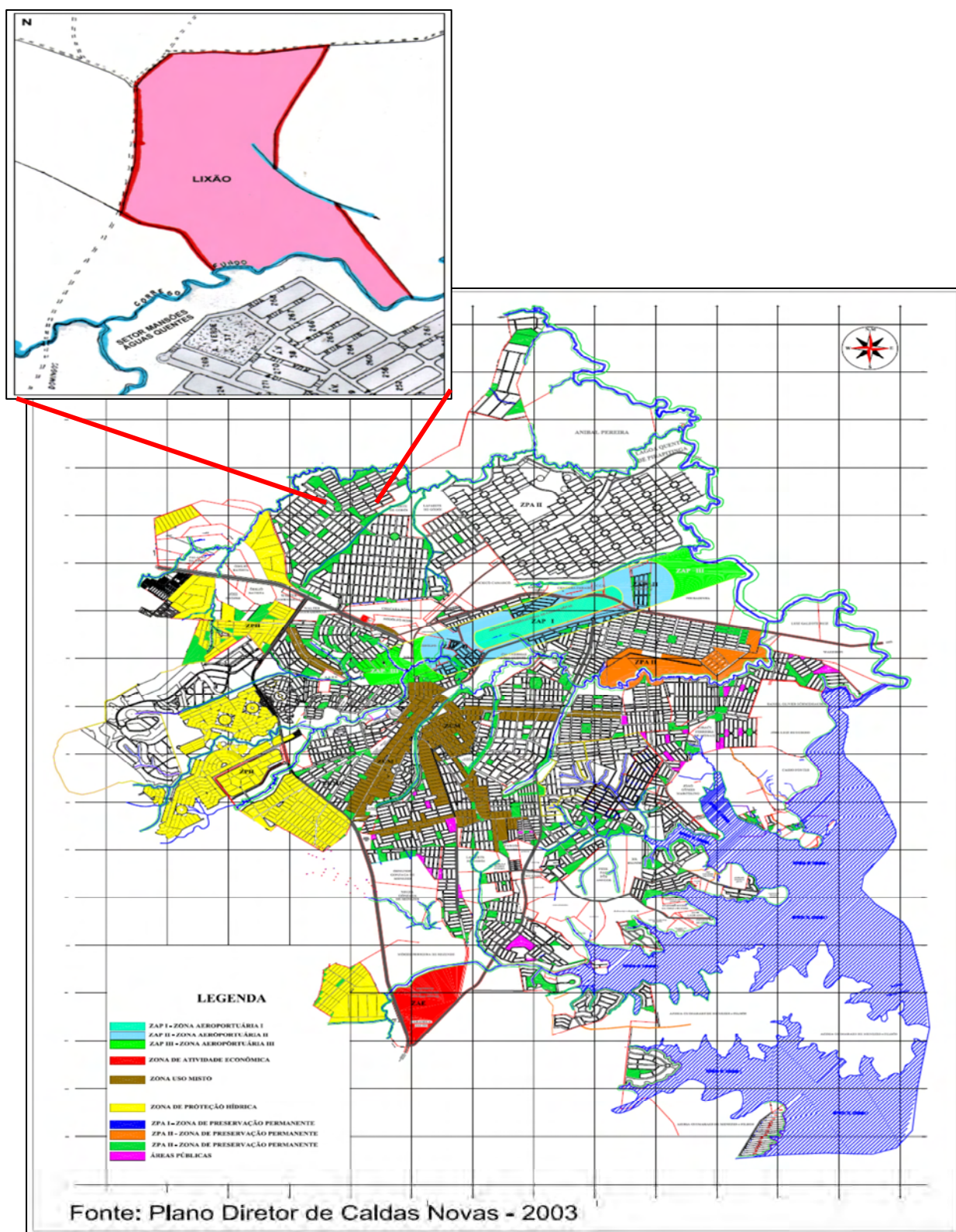


Ilustração 11 – Zoneamento urbano de Caldas Novas, com imagem da localização do depósito municipal de lixo.

Fonte: BORGES (2005) e BIELLA (2008).

Adaptações: ÁLVARES, P.B (2010).

A sinalização da balança de pesagem do lixo, a construção de novas valas, controle de entrada e saída de pessoas, dentre outras benfeitorias, estão sendo feitas para que a AGMA conceda o licenciamento ambiental à Prefeitura Municipal/Secretaria do Meio Ambiente.



Fotografia 23 – Balança do aterro.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2010.



Fotografia 24 – Outra vala sendo construída.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 02/01/2010.



Fotografia 25 – Portaria do aterro. Sinaliza a proibição da entrada de pessoas sem autorização.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2010.

O lixo hospitalar é depositado em uma vala coberta e específica. Contudo, não há tratamento adequado para esse tipo de resíduo, uma vez que não podemos esquecer que a separação desse tipo de resíduos seja sinônimo de tratamento adequado a ele. Na ocasião da visita (22/01/2010), um dos responsáveis técnicos salientou que o município está tentando fazer uma parceria com outra cidade (Anápolis) para trabalhar com o lixo hospitalar de maneira consorciada.



Foto 26 – Sinalização interna do aterro para os resíduos de saúde.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2010.



Foto 27– Vala destinada aos resíduos de saúde.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 02/01/2010.

Mesmo com todas as benfeitorias estruturais acontecendo no “aterro”, ainda há presença de catadores fazendo triagem do lixo nas valas. Esses são os catadores que participam da Cooperativa de Reciclagem de Caldas Novas (COOPERCAL) “fantasma” do depósito de lixo municipal.



Foto 28 – Os catadores continuam separando o lixo nas valas onde o caminhão despeja os resíduos.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 02/01/2010.

Enquanto isso, o galpão de triagem permanece desativado e servindo apenas de um depósito dos materiais já selecionados pelos catadores. Em vez de o galpão resguardar a saúde e segurança dos catadores, abriga apenas o material inerte já triado e recolhido do lixo municipal.



Foto 29
Fotografia 29 e 30 respectivamente – Usina de triagem desativada.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 02/01/2010.



Foto 30

A descrição e classificação técnica do depósito municipal de lixo não fazem parte dos objetivos deste estudo. Contudo é preciso esclarecer que a equipe técnica da secretaria do

Meio Ambiente⁹⁸ tem trabalhado para melhorar não só os aspectos técnicos do aterro, mas também buscar possibilidades de melhoria nas condições de trabalho para os catadores, que fazem da segregação do lixo dentro do aterro sua forma de sobrevivência.

Biella (2006, p. 1) destaca:

Caldas Novas possui uma coleta de resíduos urbanos bem estruturada, com rotas que praticamente atingem toda sua área urbana. O problema é o tipo de destino que se dá ao lixo coletado. Segundo informações obtidas no local, uma média de sete caminhões de lixo despeja diariamente cerca de 50 toneladas de resíduos gerados nas residências de Caldas Novas. Todo este volume é depositado a céu aberto sendo imediatamente “atacado” pelos catadores que tiram daí seu sustento. São separados metais, papéis e plásticos que depois serão pesados, prensados e vendidos. O que nos chama a atenção é que no local existe uma estrutura montada com galpões, esteira, peneira, enfim, tudo para realmente se tratar o material que ali poderia se dar na esteira é feita diretamente no lixão, sendo que os catadores manuseiam todo o lixão sem qualquer tipo de proteção sejam luvas, máscaras ou vestimentas apropriadas, ficando sujeitos a todo tipo de problema relacionado com lixo.

Assim, o depósito municipal de lixo não se inclui em nenhuma classificação, haja vista estar eliminando os aspectos que o caracterizam como lixão, mas não se obteve o licenciamento ambiental que poderia conferir um caráter de aterro controlado e, por observações e constatações, ele realmente não se configura como um aterro sanitário. Por isso corroboramos a denominação de depósito municipal de lixo abordado por Biella (2008).

Recentemente - 25 abril de 2009 - houve o remanejamento dos catadores que moravam dentro do aterro para casas do Programa de Habitação Popular (projeto da Secretaria Municipal de Obras/ Conjunto Habitacional Mansões das Águas Quentes dentro do departamento de Habitação).

Foi disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente o Projeto Ambiental do Aterro Sanitário do Município de Caldas Novas, Goiás, (Ver Anexo VII), contendo o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA).

Até o presente momento, não foi concedido o licenciamento pela Agência Goiana do Meio Ambiente (AGMA)⁹⁹. Todos os dados correspondentes ao depósito municipal de lixo de Caldas Novas podem ser lidos no EIA/RIMA (Anexo VII).

Cumpramos ressaltar a má situação dos catadores que trabalham para a COOPERCAL que “aparentemente” funciona dentro do depósito municipal de lixo. Visivelmente, durante entrevista com esses catadores, ficou evidente que o nome COOPERCAL é apenas um nome de “fachada” para recolher imposto de renda dos cooperados, sem garantir-lhes

⁹⁸ Sr. Mauro Borges; Sr. Divino Batista de Oliveira; Sra. Nayara Nunes e Sra. Isabel Neta.

⁹⁹ Os problemas entre a Secretaria de Meio Ambiente e AGMA que emperram a concessão do licenciamento ambiental do aterro de Caldas Novas não ficaram bem explicitados por parte do poder público local.

direitos legais nem o devido retorno monetário dos materiais coletados e vendidos pelo presidente da cooperativa.¹⁰⁰

[E1- 26/02/2009] Aqui existe é uma cooperativa fantasma. Mas aqui a gente trabalha individual. A cooperativa é só nome mesmo. Aqui tem gente que trabalha há mais de dez anos, quase uns vinte anos. No papel são 36 pessoas cooperadas. Aqui é cada um pra si e agora tem gente que parou de pagar o INSS porque as coisas aqui são tudo errado.

Os catadores não usam nenhum equipamento de proteção individual para selecionar os materiais recicláveis. Realizam a triagem na própria vala onde os resíduos são depositados para, posteriormente, serem cobertos com uma camada de terra.

Usualmente os materiais já são comprados dentro do próprio aterro por um atravessador, que segundo Oliveira (*apud* BURSZTYN 2003, p. 179) é a pessoa que estabelece a negociação entre a empresa e os materiais já separados. É esse atravessador quem usualmente estabelece as condições de compra do material (decide quem compra, quem paga e quanto paga).

Por ocasião da visita ao local, percebeu-se a presença de um senhor que sempre negocia os materiais recicláveis da COOPERCAL de Caldas Novas e os leva para Nerópolis (GO).

Portanto, poderia haver melhor diagnóstico e propostas efetivas no Plano da GIRSU de Caldas Novas, estabelecendo diretrizes para a elaboração da política municipal de resíduos sólidos urbanos que tem, principalmente, na sociedade civil, o aporte necessário para pressionar o poder público municipal a cumprir metas estabelecidas, bem como ser a principal coadjuvante do processo de gestão dos resíduos.

4.4 DISCUSSÕES – O OLHAR SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE CALDAS NOVAS ENTRE OS DIFERENTES ATORES

Os resultados das entrevistas semiestruturadas feitas com os atores escolhidos para a pesquisa – *Secretaria Municipal do Meio Ambiente e de Turismo; Gerentes de Hotéis; Catadores de Recicláveis e Turistas* - serão detalhadas da seguinte maneira: primeiro os dados colhidos durante as entrevistas serão relatados separadamente, levando em consideração a visão de cada ator sobre a gestão dos resíduos sólidos em Caldas Novas. Posteriormente, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo, será tratado o sentido que

¹⁰⁰ O nome do presidente da COOPERCAL foi dito pelos catadores, mas não cabe a nós citá-lo neste trabalho; sua má atuação diante dos catadores e a exploração deles foi muito ressaltada, até mesmo em tom de revolta.

o lixo turístico adquire na visão de cada segmento e qual a conceituação que se pode atribuir a esse tipo de lixo.

Em Caldas Novas, existem problemas de ordem política que fazem com que em pouco tempo haja diversas mudanças na gestão das secretarias do município. O poder público alega que não são problemas políticos, mas sim de ordem administrativa. No entanto, além de ser negativa tal fragmentação nos mandatos, a inconstância dos secretários nos cargos, a junção das funções das secretarias faz com que haja acumulação de trabalhos, o que pode prejudicar o desenvolvimento local.

Com a destituição dos secretários, as pastas sofrerão junções, que acontecerão da seguinte forma: A secretaria de Educação passará a responder também pelas secretarias de Cultura e Esporte. **A pasta de Turismo cuidará do Meio Ambiente e Indústria e Comércio**; Transporte se unirá a Agricultura; Ação Social assume a Melhor Idade; Obras responderá pela Habitação; Planejamento vai incorporar Relações Institucionais. A secretaria de Comunicação passará a ser Departamento, ligado à secretaria de Administração. Além disso, houve uma troca de secretários: ouvidor do município, Gilson Antonio Pereira, passa para a pasta de Ação Urbana. (CALDAS NOVAS, 2010).

Do dia 5 de janeiro de 2009 até o dia 31 de julho de 2009, a secretaria de Meio Ambiente era ocupada por um titular, quando em 1º de agosto de 2009 foi empossado o novo secretário do Meio Ambiente, até a presente data. O mesmo senhor acumula cargo de secretário de Turismo, Indústria e Comércio.

4.4.1 Diferentes olhares para a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos - GRSU

a) GRSU e Secretarias de Turismo e do Meio Ambiente

Segundo o secretário, o lixo é um dos maiores problemas existentes em Caldas Novas. Contudo, existem ações sendo feitas para melhorar e estruturar a gestão municipal dos resíduos. Um exemplo citado por ele foi a instalação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV), estabelecidos em vários locais da cidade, principalmente nos pontos turísticos.

Porém, ao serem feitas entrevistas a moradores e turistas sobre os PEVs instalados na cidade, constatou-se que não houve, *a priori*, nenhuma campanha educativa, na medida em que a maioria desconhecia a função e, em muitos casos, a existência dos PEVs.¹⁰¹ A instalação desses aparelhos não é suficiente para garantir sua utilização. Tornam-se indispensáveis a mobilização, educação e conscientização dos moradores e turistas em função da utilidade dos PEVs.

¹⁰¹ Propositamente, as pessoas abordadas na entrevista se situavam vizinhas aos PEVs.



Fotografia 31 – PEV instalado em frente à Prefeitura Municipal
 Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
 Data da foto: 17/04/2010.

O secretário de Turismo, Meio Ambiente, Comércio e Indústria enfatizou o plano de gerenciamento integrado de RSU elaborado e coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente. No entanto, esse planejamento deveria contemplar a gestão dos resíduos sólidos na cidade em épocas de alta temporada. Quando questionado sobre o tema, ele respondeu:

[E3 - 2010] A gestão em alta temporada não muda. A operação não muda em nada. Simplesmente aumenta a quantidade de funcionários, caminhões e viagens ao aterro. A coleta e transporte até o aterro é terceirizada. Então, quem faz isso é a própria empresa, a Delta. Então eles se viram: aumentam a frota, funcionários, números de viagens.

Isso demonstra que, em seu entendimento, a gestão é executada, já que ocorrem a coleta e destinação final do lixo. Gestão e operação parecem terem sido entendidas como sinônimos. Logo, cumpre esclarecer que gestão se refere à definição de prioridades para que a operação de coleta e transporte dos resíduos possa ser feita, enquanto a operação se refere ao ato de realizar, ou seja, de desempenhar uma tarefa com o auxílio de instrumentos, ferramentas, fazer funcionar. A gestão é mais ampla do que a operação em si, pois a primeira envolve a função de elaborar um plano, estabelecer diretrizes a serem alcançadas, enquanto a segunda é direcionada à execução.

Em relação à adoção dos 3 Rs ficou explícito que a política de Redução, Reaproveitamento e a Reciclagem está contemplada no plano de gerenciamento dos RSU de Caldas Novas. No entanto, não existe a descrição das ações que irão nortear a prática efetiva dessa política. O que está detalhado é o significado de cada R. (ver Anexo IV).

Quando indagado sobre a coleta seletiva, a maior dificuldade apontada pelo secretário foi a adesão da comunidade a esse tipo de programa.

Em relação aos gestores hoteleiros, muitos desconhecem as orientações sobre o gerenciamento dos RSU por parte das secretarias de Turismo e do Meio Ambiente. Porém, o secretário salientou que constantemente são feitos esclarecimentos à rede hoteleira sobre a gestão dos resíduos.

[E3 - 2010] Inclusive, praticamente todos os grandes hotéis já aproveitam o óleo das frituras, aproveita os recicláveis (lata, plástico e papelão). Praticamente, todos os hotéis têm um funcionário que recolhe o lixo, separa no próprio hotel, vende para uma cooperativa e faz um caixa para socorrer os próprios funcionários da empresa em alguma emergência extra-profissional, do tipo: a casa caiu, o filho adoeceu e não tem como pagar hospital, remédios...então se utiliza esse caixa pra fazer isso.

Em alguns hotéis, um funcionário é designado a fazer a triagem do lixo e separar, principalmente, as latinhas de alumínio. Estas, vendidas diretamente para algumas cooperativas locais, deixam de ser revertidas em prol dos próprios funcionários do hotel. Apenas um (1) hotel informou que reverte o dinheiro dos recicláveis para a festa do final de ano dos funcionários.

Outra questão que deve ser lembrada é que, uma vez o lixo separado no interior dos hotéis, os catadores autônomos perdem a oportunidade de ter a sua renda obtida com os resíduos retirados dos contêineres externos dos hotéis.

O secretário, ao ser questionado sobre o que os catadores de lixo representavam para as duas secretarias (Turismo e Meio Ambiente), respondeu:

[E3 - 2010] Parceiros. Praticamente todos que trabalham nas cooperativas são pessoas que vieram pra cá. O objetivo é dar apoio as cooperativas em especial. Foram visitados vários aterros para fazer o projeto. A prefeitura pretende ceder um terreno aqui no centro da cidade para fazer um galpão de coleta com prensa e tudo mais para que eles sejam catadores, mas de forma mais humana. Ou seja, com uniforme, horário, melhor renda, conseguir vender melhor esse material. Pretendemos ter os catadores uniformizados e bem equipados para não dar aquela impressão de mendigos coletando coisas na rua.

No entanto, os catadores entrevistados nas ruas da cidade desconhecem as ações das secretarias que busquem beneficiar sua vida. Já os catadores do depósito municipal de lixo esperam ações do poder público para amenizar suas más condições de vida. Requereram principalmente a organização de uma cooperativa como uma forma de melhorar as condições de trabalho.

Em 2009, a secretaria do Meio Ambiente começou a fazer o cadastramento dos catadores de Caldas Novas. Foram entrevistados quarenta (40) catadores.

No cadastramento, interrogou-se os tipos de materiais recolhidos e o que poderia melhorar a eficiência do seu trabalho. Também se perguntou em qual lugar ele presta serviço – para a cooperativa “fantasma” do aterro ou para outras cooperativas existentes em Caldas Novas. Tudo indica que o trabalho de cadastramento continuará sendo executado em 2010. (ver Anexo VIII).

Alguns dados foram compilados em gráficos para dar melhor visibilidade em relação ao perfil socioeconômico dos catadores.

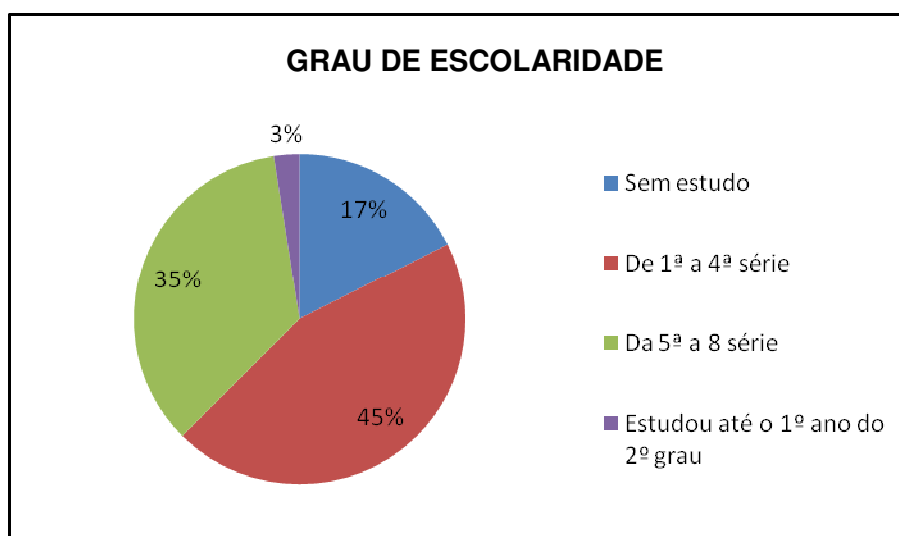


Gráfico 2 – Proporção do nível de escolaridade dos 40 catadores entrevistados
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010)

Em relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados, ou seja, 62% tiveram nenhum ou pouco acesso à educação formal.

A maioria dos catadores entrevistados é jovem e a idade média entre eles é de 20 a 30 anos de idade, como pode ser observado no gráfico 3.

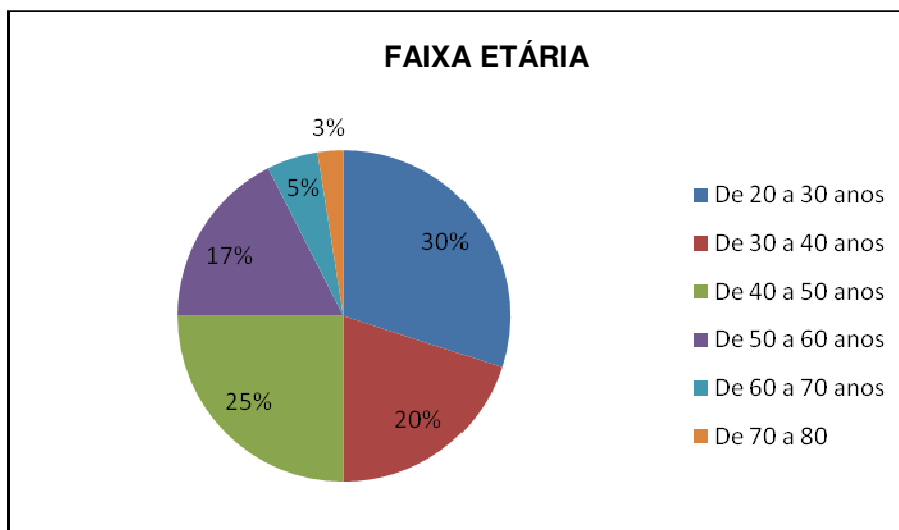


Gráfico 3 – Proporção da faixa etária dos 40 catadores entrevistados
 Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
 Elaboração: Alvares, P. (2010)

Como indicado no estudo, a maior parte da população residente em Caldas Novas é proveniente de outras regiões do país, desde cidades vizinhas, como Cristianópolis (GO), Pires do Rio (GO), até mesmo de Caxias (MA), Alexandrias (RN), Friburgo (SC), Crateús (CE), Arapoema (TO), Lagoa Grande (PE), e outras.

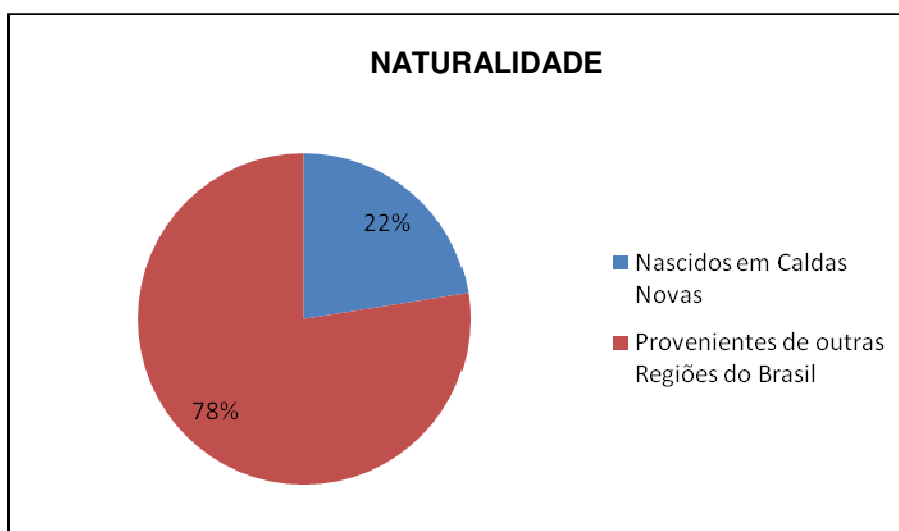


Gráfico 4 – Proporção da naturalidade dos 40 catadores entrevistados
 Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
 Elaboração: Alvares, P. (2010)

Apesar dos reflexos do aumento do fluxo turístico na cidade, que incide diretamente na quantidade de resíduos produzidos, a maioria dos catadores permanece com a renda mensal abaixo do salário mínimo, que em 2009 correspondia a R\$ 465,00 reais.

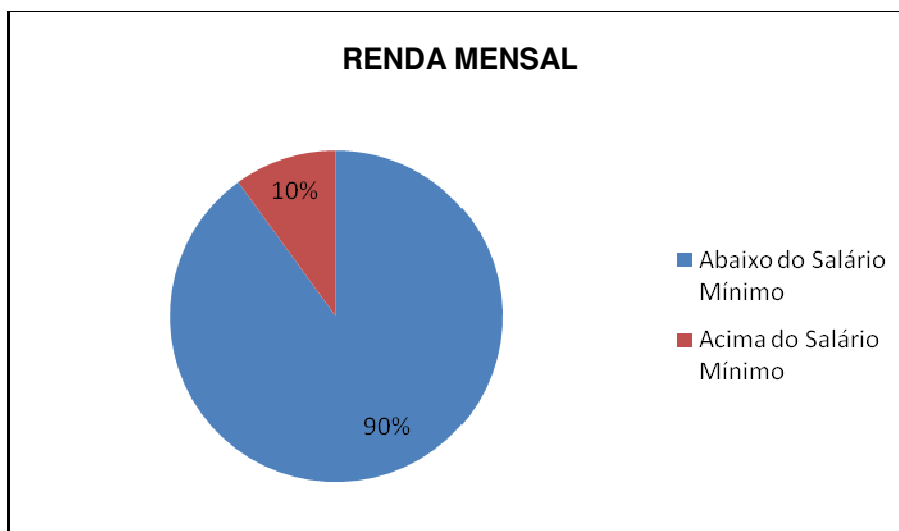


Gráfico 5 – Proporção da renda mensal dos 40 catadores entrevistados
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010)

Pode-se perceber que a maioria dos catadores vem em migração para Caldas Novas seu tempo de moradia na cidade ultrapassa 10 anos.

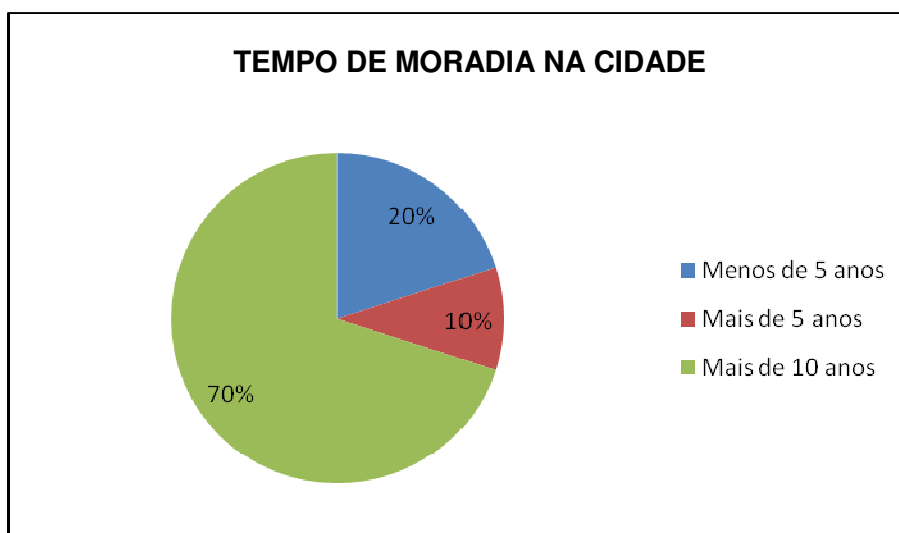


Gráfico 6 – Proporção da tempo de moradia em Caldas Novas dos 40 catadores entrevistados
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010)

Em relação ao tempo que esses entrevistados exercem atividade de catadores de recicláveis, vê-se que a maioria trabalha há menos de 5 anos. Porém, constata-se que 33%

já lidam com a triagem de recicláveis há mais de 10 anos. Considerando as péssimas condições de trabalho desses catadores na pesquisa de campo, constata-se que o município está omissivo a essa situação há um bom tempo.

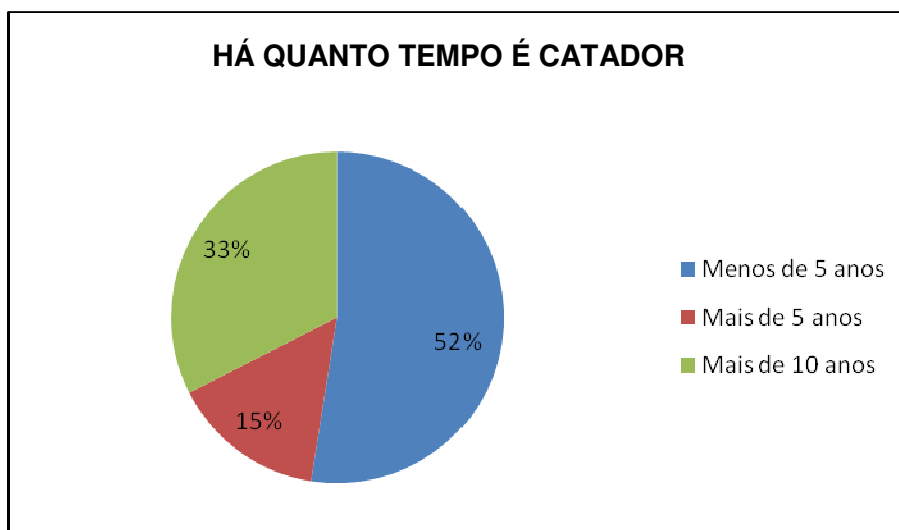


Gráfico 7 – Proporção do tempo de exercício da profissão de catador de recicláveis em Caldas Novas dos 40 catadores entrevistados
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010)

Outro fator relevante detectado pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal é que a maioria dos catadores trabalha mais de 8 horas por dia. De acordo com os dados, 58% têm uma jornada muito cansativa e as condições de trabalho agravam ainda mais a situação. No depósito municipal de lixo, eles não contam com a infraestrutura do galpão de triagem e muito menos com equipamentos de proteção individual: além de ficarem expostos ao sol e chuva, trabalham diretamente onde é despejado o lixo (nas valas), correndo riscos de contaminação. Os catadores autônomos, que atuam segregando recicláveis nos contêineres dos hotéis, também não escapam da má condição de trabalho. Poderíamos dizer que são trabalhadores que prestam mais de 8 horas de serviço para o município – realizando a triagem de recicláveis – mas não recebem pelo que fazem e não têm absolutamente nenhuma garantia dos direitos trabalhistas.

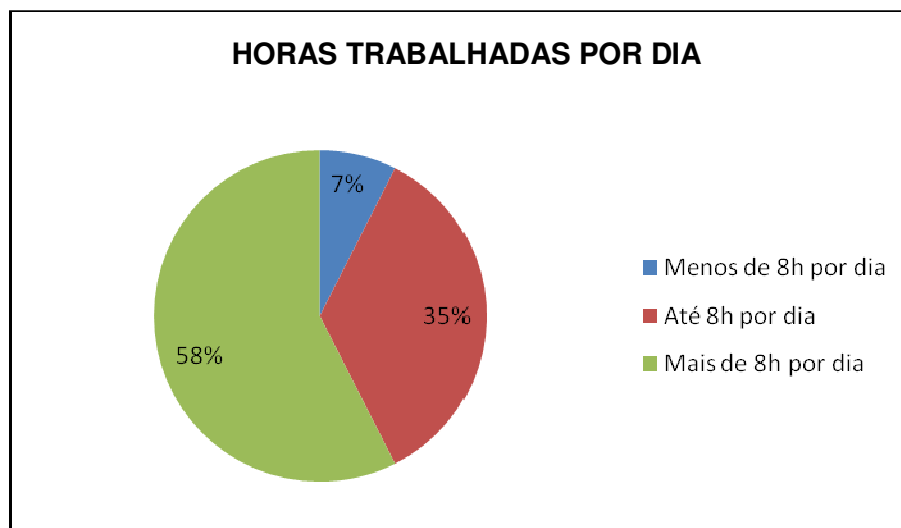


Gráfico 8– Proporção dos 40 catadores entrevistados em relação às horas trabalhadas.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009

Elaboração: Alvares, P. (2010)

O gráfico 9 mostra a proporção dos tipos dos materiais triados pelos catadores. Ao somar as duas maiores quantidade de materiais triados - 37% + 35%, já que os tipos de material são praticamente os mesmos -, deduz-se que 72% do material triado pelos catadores em Caldas Novas concentra-se em papel, pet, alumínio, vidro e cobre.

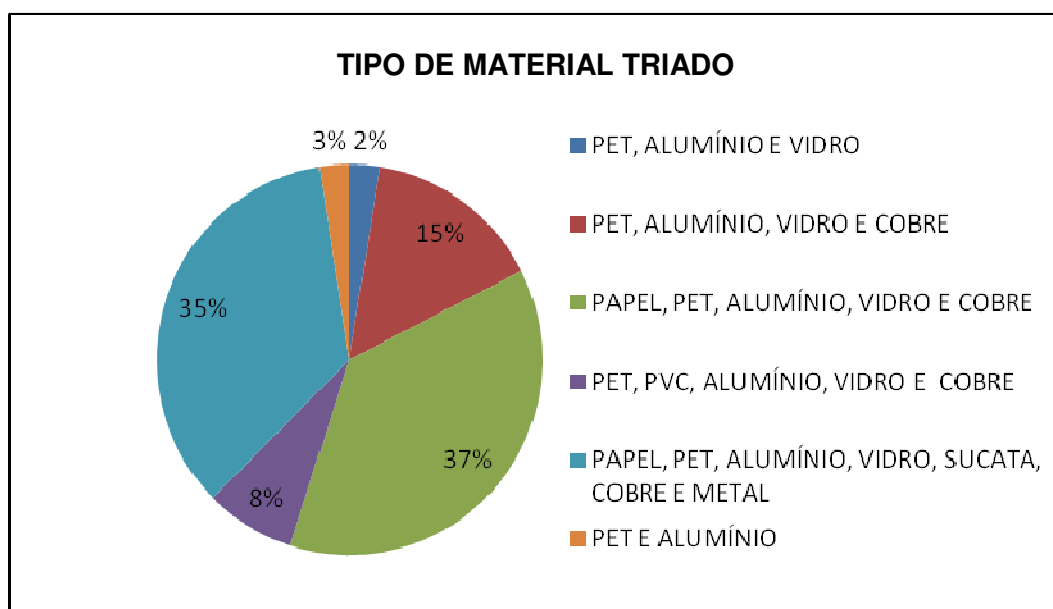


Gráfico 9 – Proporção dos materiais triados pelos 40 catadores

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009

Elaboração: Alvares, P. (2010).

O gráfico 10 merece uma análise conjunta ao gráfico 11.

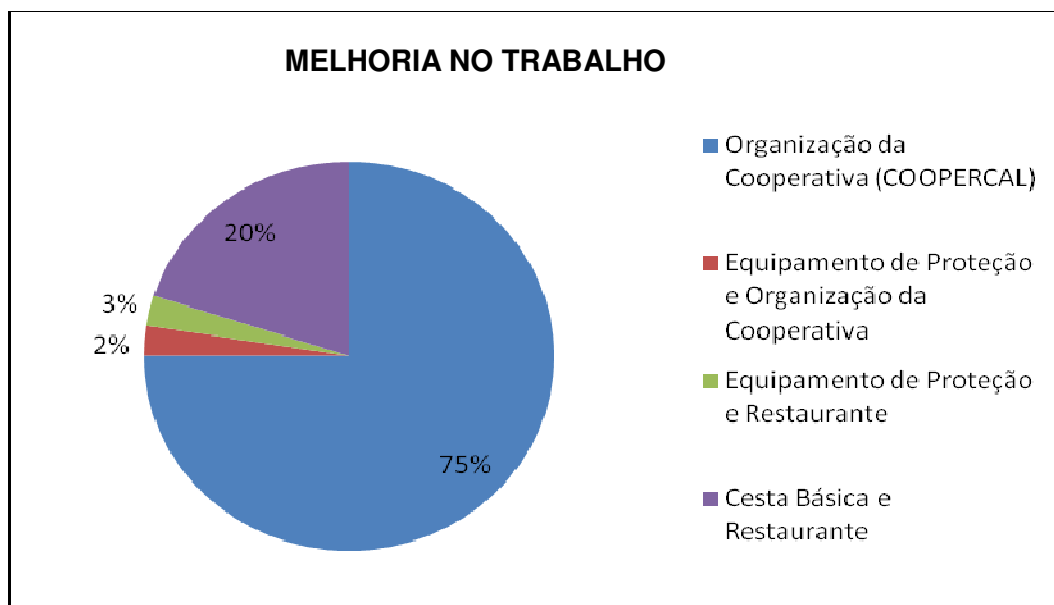


Gráfico10 – Proporção do que os 40 catadores catadores gostariam que melhorasse no trabalho.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010).

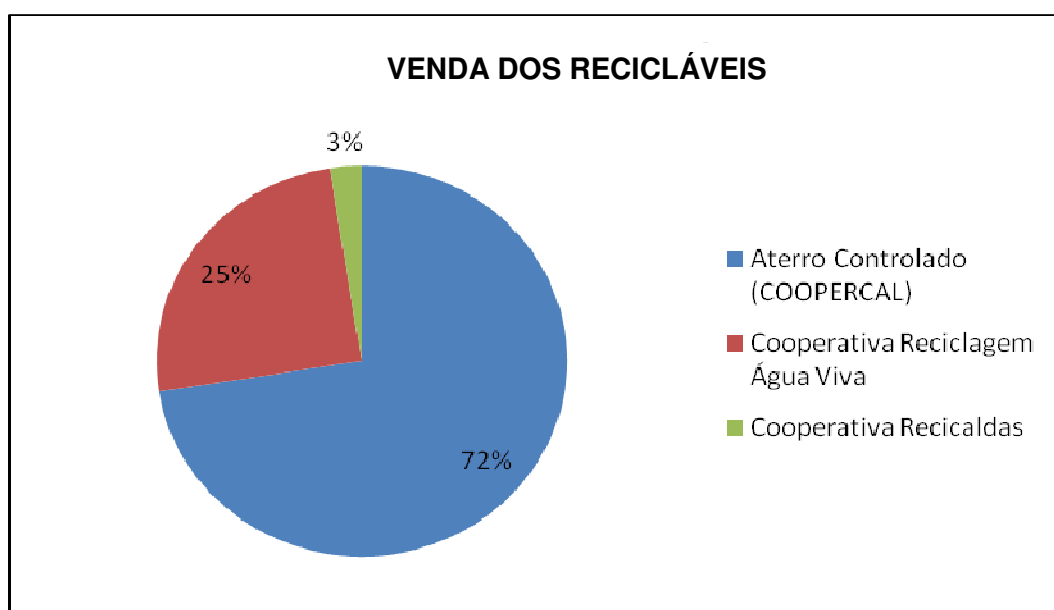


Gráfico11 – Proporção do local de venda dos materiais recicláveis - 40 catadores entrevistados.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2009
Elaboração: Alvares, P. (2010).

Ao cruzar os dados dos gráficos 10 e 11, conclui-se que a maioria dos entrevistados gostaria que fosse (re)organizada a já existente Cooperativa de Recicláveis de Caldas Novas – atualmente funcionando dentro do depósito municipal de lixo e com uma gestão

bastante duvidosa (gestão fantasma) – até porque, com se observa no gráfico 11, a venda dos materiais recicláveis é feita diretamente no aterro controlado. Ou seja, todo o material triado pelos catadores do aterro é vendido no próprio local. Esse dado foi ressaltado no item 4.3 deste estudo.

Outro fator curioso na análise dos gráficos é que 20% dos 40 entrevistados que pediram uma cesta básica e a construção de um restaurante para eles se alimentarem fazem parte dos 28% que vendem os recicláveis fora do “aterro”. Ou seja, esses catadores autônomos não estão preocupados com organização de cooperativas de reciclagem, mas esperam assistência social do município.

Isso se reflete também nas observações feitas na pesquisa de campo: enquanto os catadores do aterro são mais agressivos para conversarem, são mais desconfiados, mais difíceis de lidar, pois esperam politicamente melhorias nas condições de trabalho da COOPERCAL, direitos e deveres a serem cumpridos pela cooperativa; os catadores autônomos que triam materiais pelas ruas da cidade, além de serem mais acessíveis de conversar sobre o trabalho que realizam, desejam muito mais apenas assistência social do município, como receber cestas de alimentos.

Enquanto os catadores do lixão acreditam no poder público municipal e dele cobram melhorias na qualidade de vida e trabalho a partir da triagem de resíduos, os catadores autônomos muitas vezes desconhecem a COOPERCAL e não se interessam em ser cooperados. No entanto não foi verificado se eles não têm interesse em ligar-se a cooperativas ou se desconhecem as possibilidades que uma organização desse tipo poderia proporcionar a eles.

Todavia, parece-nos coerente que esses dados continuem sendo levantados pela Secretaria do Meio Ambiente. Em relação aos catadores autônomos, talvez pudessem ser mapeados os principais lugares onde realizam a triagem dos materiais e por que escolhem tais espaços. Talvez isso indicasse em qual lugar da cidade de Caldas Novas há maior produção de resíduos, principalmente em épocas de alta temporada.

No intuito de reforçar a visão deste trabalho, é preciso repensar na integração dos catadores de recicláveis não apenas como sujeitos prestadores de serviço ao município. Além de uniformes e equipamentos de trabalho, como lembrado pelo secretário de Turismo e do Meio Ambiente, é preciso disponibilizar acesso à educação para essas pessoas. A questão não é só retirá-las dos lixões e/ou aterros controlados e construir cooperativas. A reciclagem não é uma questão de assistência social, mas sim de cidadania. Um dos pontos mais importantes é a escolarização desses adultos; opções de educação e lazer para os filhos de catadores, que perpassam entre as esferas política e a humana.

Seria oportuno a secretaria do Meio Ambiente ou de Ações Sociais promoverem um levantamento mais aprofundado sobre os dados socioeconômicos dos catadores da cidade, buscando revelar a real situação dessas pessoas.

Em relação ao planejamento turístico, o secretário explicou:

[E3 - 2010] Não existe em Caldas Novas um planejamento turístico¹⁰² definido pela Secretaria de Turismo. Caldas Novas nunca teve um planejamento turístico, mas de agora para frente, de alguns anos pra cá é que nós estamos planejando e delineando um planejamento, inclusive futuro.

Na visão do secretário, o turismo em Caldas Novas não é sustentável, uma vez que a “cidade sofre um crescimento desordenado devido à grande procura de turistas (turismo de massa) e a atração de investidores que constroem prédios, *flats*, chalés, indiscriminadamente.”

O turismo sustentável, na visão do secretário, pode ser resumida em:

[E3 - 2010] O turismo auto-suficiente. Que ele tivesse os atrativos e que tivesse também uma cadeia de visitantes que se equilibrasse na balança econômica e financeira da cidade.

Ou seja, em sua opinião, o turismo e a sua sustentabilidade ainda estão nitidamente voltados para o crescimento econômico da cidade. Contudo, reforça-se que o turismo sustentável interage com muitas outras esferas, além da econômica.

Constatou-se que se faz preciso a integração das políticas setoriais de Caldas Novas, pois a junção de secretarias não garante a integração das políticas setoriais. A falta de uma política articulada faz com que as propostas caminhem simultaneamente, mas sem, de fato, estarem integradas. Ou seja, a gestão dos RSU e o desenvolvimento do turismo caminham paralelamente, porém, separados. A possibilidade de trabalhar em um plano de gestão integrada de RSU coloca-se como um desafio dentro do planejamento do turismo municipal.

Além da participação social, fomentada principalmente a partir da educação ambiental, envolvendo todo o destino turístico para uma gestão realmente **integrada** dos resíduos sólidos urbanos, seria imprescindível a total transparência do poder público em suas ações.

b) GRSU e Rede Hoteleira

Na lista do Sindicato de Hotéis, Restaurante, Bares e Similares de Caldas Novas e Rio Quente (SINDHORGs) estão catalogados 78 meios de hospedagem.

¹⁰² Para saber mais sobre Planejamento Turístico consultar: Molina (2005); Ruschmann (1997); Irving (2003); Petrocchi (1998); Ignarra (2002); Molina, S. e Rodríguez, S. A. (2001); DIAS, R.(2003); BOULLÓN, R. C. (2002); dentre outros.

Em outras fontes, como *sites* não oficiais e propagandas da cidade, pode-se observar que usualmente são citados, no total, 101 meios de hospedagens, como na lista da ABIH¹⁰³. Neste trabalho, optou-se por utilizar a lista do SINDHORGS (Anexo IX) como base para dimensionar o parque hoteleiro de Caldas Novas, porque nela todos os estabelecimentos estão discriminados.

Foram visitados 22 meios de hospedagens, entre hotéis e pousadas, sendo concedidas apenas 8 entrevistas.

Em relação à escolaridade, apenas em um hotel o gestor possuía terceiro grau completo, ficando os outros sete entrevistados com segundo-grau completo. Somente três dos empreendimentos estavam cadastrados pelo Ministério do Turismo (CADASTUR)¹⁰⁴.

Os gerentes desconheciam qualquer ação da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo em orientar os gestores hoteleiros a como fazer melhor gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Em alguns hotéis, de acordo com o discurso dos seus gestores, há separação das latinhas de alumínio, que são vendidas para “cooperativas de reciclagem de Caldas Novas¹⁰⁵”, revertendo parte do dinheiro arrecadado para os funcionários. Mas, para certificar essa ação dentro dos estabelecimentos, ao serem indagados sobre essa política não confirmaram tal prática. Na pesquisa, constatou-se que apenas um tem o cuidado de deparar latinhas de alumínio, revertendo o dinheiro para os funcionários.

Um item significativo é que muitos hotéis da cidade mantêm seus contêineres trancados para inibir a presença de catadores. A maioria dos gerentes alegou que os catadores promovem “muita bagunça” ao catar, deixam o lixo “esparramado” pelo chão, o que faz com que a empresa terceirizada designada para coletar e transportar o lixo se recuse a recolher o lixo fora dos sacos plásticos.

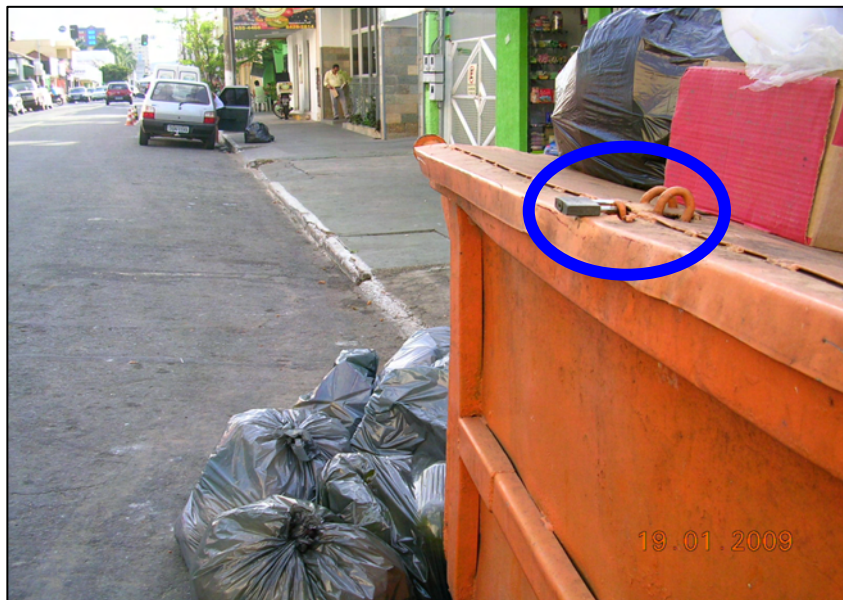
¹⁰³ Associação Brasileira da Indústria de Hotéis. Até meados de 02/11/2008 estava disponível no link: < http://www.hospedagoias.com.br/abihgo/dir02/index01.php?target=pg01_abih_associados/caldas_novas/htm > a lista salientando os 101 meios de hospedagens na cidade. Atualmente (02/2009) o site está com um novo *layout* e constam apenas 8 hotéis cadastrados na lista da ABIH, o que pode ser conferido no link: < <http://www.hospedagoias.com.br/abihgo/dir00/> >. Acesso em 03/06/2009.

¹⁰⁴ O CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. O Sistema recebe cadastros obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades: meios de hospedagens; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos e guias de turismo. Disponível em; < http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/jsp/sobre_cadastur/ >. Acesso em: 14/04/2010.

¹⁰⁵ As chamadas cooperativas de reciclagem de Caldas Novas, como por exemplo, Recicla, Água Viva, dentre outras, na realidade fazem o papel de intermediários. Elas não reciclam o material recolhido, apenas prensam esse material e o exportam para outros lugares.



Foto 32 – Contêiner externo de um meio de hospedagem no centro da cidade trancado com cadeado.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 23/02/2009.



Fotografia 33 – Contêiner externo de um meio de hospedagem no centro da cidade, trancado com cadeado.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 19/01/2009.

Em alguns hotéis há a separação do lixo orgânico. Usualmente ele é vendido para donos de fazendas/chácaras vizinhas, que o utilizam como alimentação para porcos.



Foto 34 – Separação do lixo orgânico e seco dentro de um hotel.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 10/02/2009



Foto 35 – Recolhimento do óleo de cozinha usado em um hotel.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 10/02/2009.



Foto 36 – Câmara de resíduos orgânicos dentro de um hotel
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 10/02/2009



Foto 37 – Interior da câmara de resíduos.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 10/02/2009.

Para os hoteleiros, o desenvolvimento do turismo sustentável está, principalmente, ligado ao reaproveitamento das águas termais dos clubes. A maioria dos gerentes afirmou que as práticas de responsabilidade ambiental, tais como reaproveitamento da água; redução no consumo de energia; política dos 3 Rs; dentre outras ações, são importantes para os hotéis, porém não constituem uma variável competitiva entre eles. A variável competitiva entre os hotéis ainda é o preço da diária e o parque aquático de lazer.

Foi muito frisado, pelos gerentes, que são raros os turistas que se preocupam com as questões ambientais dentro dos hotéis.

[E4 – 2010] Dentre os poucos turistas que questionam algo sobre a questão da preservação ambiental, a grande maioria pergunta apenas sobre o reaproveitamento da água das piscinas.

Em dois hotéis pesquisados, verificou-se a existência de usina de reciclagem de água dentro do próprio hotel. Contudo, os gestores deixaram explícito que os hóspedes não são avisados de que a água que abastece as torneiras, descargas e chuveiros é reciclada, pois o fato poderia causar má impressão.

[E4 – 2010] Aqui nossa água é totalmente reciclada. Temos uma estação de tratamento de água aqui dentro. É praticamente uma mini SANEAGO¹⁰⁶ que reaproveita toda a água das piscinas, nos dá uma água de ótima qualidade para ser usada nas torneiras, chuveiros e descargas...(risos)...mas só o hóspede é que não podem saber disso, porque senão é uma reclamação danada. Todo mundo se diz consciente e que preserva a natureza, mas na hora de agir...aí é que tá.

Todos os gerentes desconhecem o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) criado pelo Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS); desconhecem a Certificação Ambiental oferecida pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e têm pouco ou nenhum conhecimento sobre a ISO 14000 e 14004, que sistematizam os princípios de gestão ambiental nas empresas (SGA), especificando diretrizes, princípios e técnicas sobre um padrão normativo do sistema de gestão ambiental.

Gonçalves (2004, p. 44), em seu estudo sobre gestão ambiental em meios de hospedagem diz que, mesmo com a discrepância entre o discurso e a prática na conservação da natureza, “todas as organizações deverão, de maneira acentuada, internalizar a variável ambiental em seus processos de gestão, além de manterem uma postura responsável à questão ambiental”.

A indústria do turismo, em geral, e o setor de hotelaria, em particular, têm a obrigação e a responsabilidade de fazer da ética ambiental parte integrante de suas metas gerenciais, já que dependem estritamente da “saúde” do

¹⁰⁶ Empresa de Saneamento de Goiás S/A.

meio ambiente para o sucesso de seus negócios. (GONÇALVES, 2004, p.16 *apud* FERREIRA, [s.d]).

Entre os gerentes, foi unânime a afirmativa de que não há por parte das secretarias de Turismo e do Meio Ambiente orientações e incentivos para que adotem ações ou sistemas de gestão ambiental, como pode ser constatado em algumas falas:

[E4 – 2010] Ta certo que a gente não procura saber, mas eles [Sec. do Meio Ambiente e Turismo] também não procuram a gente passar nada que pudesse ajudar a gente a lidar melhor com essas coisas [a entrevistada se referindo às ações de gestão ambiental]. Acho que existe por parte dessas Secretarias a preocupação, mas não existe levar um trabalho para os hotéis, chegar para conversar com a gente sobre a possibilidade da implantação de sistemas de gestão ambiental que se preocupa com o meio ambiente, de chegar aqui e falar, por exemplo, vamos colocar lixeiras de coleta seletiva.

[E4 – 2010] A única orientação que a gente tem é pra colocar o lixo até às 9h da manhã na rua ou às 17h da tarde. Nunca escutei na rádio, eles nunca vieram aqui me orientar em nada sobre essas coisas que você está falando [que no caso era sobre SGA].

[E4 – 2010] Ixi minha filha, aqui a gente só tem orientação quando é uma taxa que vai aumentar e mais nada. No mais é tudo desorientado mesmo e cada um por si.

Ou seja, os hotéis visitados até se dispuseram a serem orientados em como tornar suas práticas menos agressivas ao meio ambiente. Inclusive três retornam à origem algumas embalagens, como as do cloro e do óleo de cozinha para o fornecedor. Os outros disseram que descartam esse tipo de embalagem no lixo comum do hotel. Pilhas e baterias também não são separadas, “vai tudo junto com o lixo do hotel para o lixão”, como resumiu um deles [E4 – 2010]. Nenhum dos hotéis pesquisados dispõe de lixeiras – lixo seco e orgânico – dentro das unidades habitacionais (quartos).

Dessa forma, percebe-se que há uma predisposição dos gestores hoteleiros locais em realizar práticas mais compatíveis com a preservação do meio ambiente. No entanto, é notória a falta de instrução e conhecimento sobre programas e projetos que estimulem a conservação do meio ambiente.

A gestão dos resíduos, principalmente em alta temporada, é julgada como sendo só a separação de latinhas de alumínio, o que indica apenas o viés econômico da coleta seletiva. Os transtornos relativos ao lixo, para a maioria dos gestores, é um problema a ser resolvido pelo poder público local, e não por eles.

c) GRSU e Capital Construtora e Limpeza

Para a empresa terceirizada que presta serviço de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas - Mila Construtora e Limpeza Ltda., que possui como nome fantasia Capital Construtora e Limpeza – a gestão dos resíduos sólidos urbanos é de responsabilidade do poder público. Na opinião do entrevistado (gerente administrativo), não cabe à empresa realizar campanhas de coleta seletiva, uma vez que eles trabalham apenas com ordens de serviço. Isso deve vir da iniciativa estatal.

O gerente administrativo apontou três problemas em relação aos RSU: o lixo no município não é reciclado; a inexistência da coleta seletiva e ausência da política dos 3 Rs.

Contudo, o entrevistado ressaltou que não é interessante o município reduzir a quantidade de lixo produzida, já que eles ganham sobre o peso das toneladas recolhidas.

[E6 – 2010] Você concorda comigo que pra gente é interessante aumentar o tanto de lixo porque a gente recebe é em cima de tonelada, concorda?

Ou seja, o interesse da empresa é apenas a coleta e transporte de lixo. Ela se exime de qualquer responsabilidade sobre o destino final dos resíduos e, por ser uma instituição terceirizada, seu objetivo é puramente econômico.

4.4.2 A percepção dos catadores de recicláveis acerca da GRSU

Como salientado anteriormente, existe acentuada diferença entre os catadores autônomos que catam pelas ruas de Caldas Novas e os catadores cooperados que atuam no depósito de lixo municipal. Os primeiros são mais tranquilos de se contatar, são menos agressivos e trabalham sem esperar amparos trabalhistas vindo do poder público local. Já os catadores do aterro mostram-se mais agressivos, muito mais difíceis de conversar e confiam em ações do poder público para amparar social e economicamente o trabalho que realizam. Para facilitar a distinção entre as falas dos catadores que trabalham nas ruas daqueles que trabalham dentro do depósito de lixo, eles serão designados da seguinte maneira: os catadores do “aterro” serão denominados [E1] e os catadores autônomos serão [E2].

A expressiva maioria é composta de pessoas que vieram para Caldas Novas na tentativa de sobreviver melhor economicamente – impactos do crescimento desordenado do turismo -, mas, não encontrando oportunidades de trabalho formal, atualmente fazem a separação do lixo, seja no aterro ou pelas ruas da cidade.

A renda mensal dos catadores varia entre R\$ 400,00 a R\$ 600,00, dependendo de dois fatores: o preço imposto pelos intermediários locais, ou seja, as “recicladoras” que

compram os resíduos, e da sazonalidade turística, que influi diretamente na quantidade de lixo gerado e recolhido.

Alguns catadores de rua autônomos disseram saber da existência da cooperativa de catadores no aterro, mas alegaram não trabalhar lá “porque é muita exploração”. [E2]. Outros desacreditam do funcionamento de uma cooperativa e a maioria dos 26 entrevistados não sabia da existência de cooperativa de catadores em Caldas Novas.

Tanto os catadores do aterro quanto os de rua alegaram que a atividade turística em Caldas Novas é muito importante para eles. O turismo foi elogiado no sentido de ser a principal fonte de geração de resíduos, garantindo assim, uma renda mensal.

Turistas é muito bom. Eles deixam dinheiro na cidade. O turismo é a sobrevivência de Caldas Novas. Aqui a gente vive do turismo e se não tem turismo nós não temos materiais para trabalhar. [E1 – 2009].

O turismo ajuda bastante a gente. Vem muita gente de fora gastar aqui. As lojas vendem mais, daí sobram mais caixas... [E2 – 2009].

Sem o turismo não tem como viver. O turista é o pessoal que já vem pra gastar, né? Sem o turista não dá. [E2 – 2009].

Porém, foi nítida a baixa autoestima por parte de todos os catadores ao serem questionados sobre a importância do trabalho que realizam para a cidade, para os turistas e também para o meio ambiente, separando materiais do lixo.

Aqui a gente é igual lixo para os turistas. Tem vez que eles passam e acertam até latinhas na gente por achar que estamos catando podem jogar coisas na gente. [E2 – 2009].

Tem gente que olha com nojo pra gente porque acha que catamos lixo somos lixo também e tem gente que nem vê a gente. Tem pessoas que passa e muda de calçada com nojo ou medo da gente. É ruim sentir isso, viu. [E2 – 2009].

Esse é um serviço que não é adequado. É um serviço “lambão”. Só estou aqui porque sou carente, porque preciso, porque isso daqui não é serviço não, viu. Não é adequado pra ninguém. [E1 – 2009].

Na fala de uma catadora e da sua família, além da autodesvalorização, ela mostrou-se revoltada com o modo com que eles são tratados pelos lixeiros que prestam serviço de coleta e transporte dos resíduos.

Em primeiro lugar a maior dificuldade de trabalhar com o lixo é com o preconceito. Todo mundo tem nojo da gente. Em segundo lugar é que a gente não tem acesso para poder trabalhar. [a catadora se refere aos contêineres externos dos hotéis trancados com cadeados]. Outra dificuldade é que vem muito vidro quebrado dentro das coisas e a gente corta, muito papel higiênico e o pessoal da prefeitura não tem respeito. Se você está trabalhando e chega o caminhão do lixo eles não respeitam, eles pegam tudo e levam, até o material que a gente já tinha separado. Daí a gente tem que brigar, esconder o material é muito difícil mesmo. [E2 – 2009].

Tanto os catadores do aterro quanto os catadores autônomos alegaram que, se existisse a coleta seletiva na cidade, tudo seria mais fácil para eles.

Se as coisas viessem separadas ia sim, seria bem melhor pra todo mundo. [E1 – 2009].

Aqui nada vem separado. A dificuldade é isso. Porque tudo vem junto e daí a gente tem que abrir um saco, procurar nele, depois fechar de novo para o caminhão levar ele para o lixão, porque se deixar bagunçado eles não levam. O certo todo mundo sabe. Todo mundo já sabe o que recicla só que ninguém faz isso, ninguém separa os materiais. [E2 – 2009].

Eu achava que era bom. Mas tá vendo aqui. Vem tudo misturado e isso só dificulta pra nós. [E2 – 2009].



Foto 38 – As mãos de uma das catadoras do aterro, que faz a triagem do lixo sem utilizar EPI e reclama do lixo misturado.

Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009).

Data: 22.02.2009



Foto 39 – Catadora autônoma mostrando a ausência da coleta seletiva.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009).
Data: 24.02.2009

A relação da rede hoteleira com os catadores não é muito amigável. A maioria dos *containers* externos dos hotéis é lacrada com cadeados. Como mencionado, os hotéis justificaram essa ação porque alegam que os catadores rasgam os sacos de lixo deixando tudo espalhado. Isso faz com que o lixo não seja recolhido pela empresa responsável pela coleta e transporte do lixo.

Já os catadores, alegam que os hotéis dificultam o trabalho deles, uma vez que a maioria dos *contêineres* externos ficam trancados com cadeados e alguns hotéis separam as latinhas de alumínio dentro do estabelecimento, sobrando pouco material para os catadores.

Ah! O lixo que a gente pega é o lixo que sobra lá dentro [catador se referindo a um hotel]. Porque na verdade, por exemplo, que nem as latinhas, os hotéis já catam tudo. Daí a gente fica mesmo só com o que sobra lá de dentro, do que já foi catado por eles. A maioria já separa e daí a gente fica com a sobra. [E2 – 2009].

O lixo dos hotéis é o que mais significa pra mim. É o melhor lixo que temos pra catar. Mesmo que venha tudo misturado. [E2 – 2009].

Porém, em uma das entrevistas, constatou-se o zelo que uma das catadoras tem ao separar o lixo do hotel. A senhora Denise - há quatro anos, juntamente com sua família - separa o lixo, e, ao final deixa tudo limpo para que o hotel não a impeça de selecionar/catar os resíduos externos. Ela salienta:

O melhor lixo que temos é o lixo de pátio dos hotéis. O lixo de pátio é aquele que é da piscina. Vem muita poda das plantas dos hotéis e casca de coco verde - está vendo aqui? [a catadora abriu um saco de lixo para ensinar a pesquisadora o que é lixo de pátio] Mas também vem muita latinha. O pior lixo de dentro do hotel é o dos apartamentos e cozinha. É horrível. Ali, "vixi", vem de tudo. Daí a gente cata aqui e arruma tudo, senão eles "botam a gente pra correr". E também não é porque a gente cata lixo que a gente é sujo não. Gosto das coisas asseadas. [E2 – 2009].



Foto 40 – Sra. Denise separa materiais recicláveis.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 13/06/2009



Foto 41 – Sra. Denise varre o lugar onde fez a separação dos materiais para deixar limpo.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 13/06/2009.

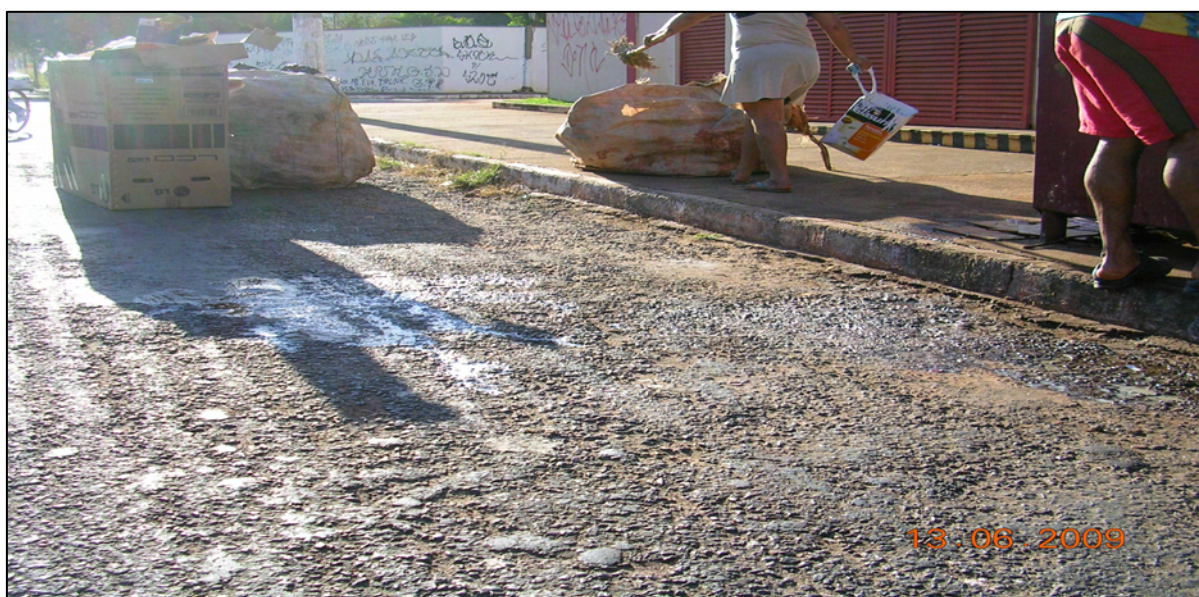


Foto 42 – Local limpo deixado pela Sra. Denise e sua família.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 13/06/2009

Na verdade, percebeu-se que, para os catadores, a rede hoteleira não colabora com o trabalho que fazem, assim como para a rede hoteleira eles não contribuem em nada, a não ser para causar incômodo. Não existe diálogo entre os catadores, gestores da rede hoteleira, poder público local e os turistas.

4.4.3 A percepção dos turistas acerca dos catadores e da GRSU

Uma vez que as entrevistas foram realizadas em alta temporada, a maioria dos turistas disse que a limpeza da cidade deixa a desejar. Porém, muitos ressaltaram que devido à época, o acúmulo de lixo pelas ruas deveria ser considerado como algo aceitável.

Majoritariamente, a procedência dos turistas entrevistados ficou entre os estados de Goiás, São Paulo, Minas e Distrito Federal. A maioria estava hospedada em hotéis e/ou flats no centro da cidade¹⁰⁷.

Os entrevistados afirmaram que há pouca ou nenhuma indicação dentro dos hotéis/flats sobre coleta seletiva, assim como há pouquíssima indicação de coleta seletiva nas ruas da cidade.

Durante o período de estada na cidade, a pesquisadora não constatou nenhuma campanha que pudesse ajudar na educação ambiental. Os turistas, por sua vez, ao serem indagados se viram catadores de recicláveis pelo centro da cidade, disseram que não. Já os que responderam sim, logo faziam inferências do tipo:

Putz! O trânsito daqui já está complicado e ficam esses “manés” com esses carrinhos atrapalhando mais ainda. [E5-2009].



Foto 43 – Catador de recicláveis autônomo com sua bicicleta pelas ruas da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, p. (2010).
Data: 07/02/2009

¹⁰⁷ Foi um requisito entrevistar apenas turistas hospedados em hotéis ou flats no centro da cidade. Turistas hospedados em chalés, condomínios ou casa de amigos não fizeram parte das entrevistas.



Foto 44– O mesmo catador da foto 43 com sua bicicleta pelas ruas da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 07/02/2009.

Outra turista desdenhou:

Vi sim. Vi uns catadores fazendo muita sujeira nas lixeiras ali perto do Privê.
[E5- 2009].



Foto 45 – Lugar atrás do Clube Privê onde catadores fazem um ponto de coleta.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 08/02/2009

O lugar destacado na fotografia 52 usualmente é utilizado por alguns catadores para armazenar os resíduos triados pelas ruas. Quando é alta temporada, usualmente eles dormem nesse mesmo local, por ser no centro da cidade e perto de um dos clubes mais movimentados. Nas observações em campo, contatou-se que o clube nessa época é muito freqüentado por jovens. Há uma aglomeração intensa de pessoas na porta e nas ruas paralelas. Um dos resultados dessa movimentação em alta temporada é a grande quantidade de latinhas de alumínio descartadas pelas ruas. Fazer um ponto de coleta foi uma tática utilizada pelo catador que relatou esses dados sobre o local.



Foto 46 – Catador na rua abaixo do Clube Privê.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2010)
Data da foto: 23/02/2009.

Ainda no contexto de percepção dos turistas em relação aos catadores, outra turista se emociona:

Vi sim. Estava passando perto do hotel onde fico e tinha um senhor catando na lixeira ao lado. Corta o coração de ver a gente se divertindo e ver o outro ali, sobrevivendo dos restos da nossa diversão. [E5 – 2009].



Foto 47 – Catador trabalha perto de um grande hotel no centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2009)
Data da foto: 09/02/2009



Foto 48 – Catador ao lado do contêiner de um prédio de flats no centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2009)
Data da foto: 23/02/2009.

Em certos momentos os catadores são vistos porque atrapalham o bem-estar dos turistas; em outros são percebidos porque são os “culpados” pela sujeira espalhada nas calçadas enquanto fazem a seleção dos materiais e, por fim, restam alguns que os enxergam com compaixão. Durante a pesquisa em campo, observou-se que muitos sequer percebem a presença dos catadores, a não ser quando são “incomodados” por eles durante o seu tempo de lazer.



Foto 49 – Homens catam nos contêineres de um grande hotel no centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P. (2010)
Data da foto: 01/01/2010.



Foto 50 – Catador ao lado de contêiner de um grande hotel no centro da cidade, acompanhado do seu filho.

Fonte: Arquivo pessoal de Álvares, P.(2009)

Data da foto: 20/02/2009.

A falta de comunicação setorial, de planejamento turístico, de políticas públicas eficientes, diretrizes e ações eficazes para nortear o desenvolvimento da atividade turística abrangendo as dimensões da sustentabilidade faz com que o turismo em Caldas Novas desfavoreça o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento embasadas, principalmente, nos indicadores do turismo sustentável.

4.5 LIXO TURÍSTICO

“Tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (P.HENRY e S. MOSCOVICI *apud* BARDIN, 2009, P. 34).

Um dos objetivos deste estudo se pautou na tentativa de conceituar o que pode ser entendido como lixo turístico.

Para isso, como explicado anteriormente, utilizou-se da análise de conteúdo, de modo que a pergunta aberta – *O que é o lixo turístico?* – pudesse ser respondida por todos os atores participantes (secretaria de Turismo e do Meio Ambiente; gestores hoteleiros; catadores de recicláveis e turistas). Acrescenta-se a empresa terceirizada contratada para coletar e transportar o lixo da cidade, na época da pesquisa chamada Capital e atualmente denominada Delta.

Esse tipo de análise, segundo Bardin (2009) é aplicada a questões abertas presentes em questionários e/ou entrevistas semiestruturadas, e tem por objetivo classificar as respostas.

Trata-se de examinar as respostas a um inquérito que explora as relações psicológicas que o indivíduo mantém com o [objeto a ser investigado]. (BARDIN, 2009, p. 61).

A análise é feita a partir da categorização das respostas, o que envolve um baixo nível de teorização. (BARDIN, 2009).

Bardin (2009, p.65) sugere que a categorização das respostas pode ser feita de diferentes formas - “conforme o material produzido, a grelha categorial pode variar”. Optou-se por categorizar as respostas de acordo com os atores entrevistados e saber qual o sentido que o lixo turístico assume para cada um deles.

Chizzotti (1998, p.98)¹⁰⁸ corrobora esse tipo de julgamento ao salientar que o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido da comunicação, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

Segundo Franco (2008, p.49), as unidades de registro¹⁰⁹ podem ser explicitadas via confecções de tabelas de caracterização. Podem ser relatadas sob forma de história de vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo, ou mesmo de algumas sentenças. Qualquer que seja a forma de explicação, fica claro que o meio a partir do qual as informações foram elaboradas; concretamente vivenciadas; socialmente construídas e expressas via linguagem (oral, verbal ou simbólica) permite identificar o contexto específico de vivência, o bojo do qual foram construídas, inicialmente, e, com certeza, passíveis de transformações e reconstruções.

Dentro das diversas unidades de registro que podem ser analisadas – a palavra; o tema; o objeto; o acontecimento; do documento; foi escolhida a *palavra* para ser a unidade avaliada.

É certo que a <<palavra>> não tem definição precisa em lingüística, mas para aqueles que fazem uso do idioma corresponde a qualquer coisa. Todas as palavras do texto [ou contexto] podem ser levadas em consideração ou pode-se reter unicamente as palavras-chave ou as palavras-tema; pode igualmente fazer-se a distinção entre palavras plenas e palavras vazias; pode ainda efetuar a análise de uma categoria das palavras; substantivos, adjetivos, verbos, advérbios (...) a fim de se estabelecer quocientes. (BARDIN, 2009, p.130).

Ou seja, a palavra utilizada como a unidade de registro, de acordo com a sua contagem frequencial, pode se tornar um elemento de análise.

¹⁰⁸ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

¹⁰⁹ **Unidade de Registro - UR:** É a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas e que se manifestam por meio de palavras, tema, personagem ou item.

Cumpramos ressaltar que a escolha dos atores foi proposital em função das suas características e atributos em relação à geração, à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas. A intenção era justamente saber o que cada ator entende por *lixo turístico*. Assim, o olhar de cada um deles sobre o que é o *lixo turístico* respondeu de maneira pertinente aos objetivos da análise.

No apêndice V são apresentados os termos, de forma sucinta, utilizados pelos entrevistados para classificar o que é *lixo turístico*.

O poder público local representado pela Secretaria de Turismo e Secretaria do Meio Ambiente ficou com o número de ocorrências prejudicado, pois o secretário de Turismo e o secretário do Meio Ambiente são a mesma pessoa a ocupar dois cargos, ou seja, as duas secretarias simultaneamente. Logo, não houve diferenciação nas respostas do entrevistado sobre o que pode ser entendido como lixo turístico.

Dos oito (8) gestores hoteleiros entrevistados, três (3) responderam que o lixo turístico é o lixo dos hóspedes. Durante as entrevistas, percebeu-se que o lixo turístico permaneceu relacionado aos hóspedes durante a estada nos hotéis/pousadas da cidade. A impressão foi a que todos os gestores pensaram no lixo turístico apenas no âmbito do hotel. Somente um (1) gestor pensou no lixo para fora dos muros do hotel, afirmando que o lixo turístico “é todo lixo que fica na cidade”. [E4 – 2009].

A empresa Capital, por ser a única que presta serviço de coleta e transporte dos resíduos na cidade, classificou o lixo turístico como o “lixo de temporada.” Posteriormente a essa resposta, o entrevistado salientou que é esse “lixo que gera mais dinheiro para a empresa”, uma vez que ela ganha em cima da pesagem das toneladas de lixo. [E6 – 2009].

Tanto os catadores de recicláveis representados pelos catadores do “aterro” municipal, quanto pelos catadores autônomos que selecionam recicláveis pelas ruas de Caldas Novas, responderam que o lixo turístico é o “reciclável”, ou seja, os materiais recicláveis que são descartados pelos turistas. Ao mesmo tempo, muitos completavam as frases dizendo que é o material de trabalho que eles possuem para ter renda. Inclusive um (1) dos catadores autônomos disse ser essa a sua única forma de sobrevivência:

O lixo turístico é ‘bão’ demais, né? É tudo isso aí que fica pra ‘nóis’ catar minha filha. Todas essas ‘coiseiras’ que os turistas deixam aí (mostrando o lixo de um contêiner exposto do lado de fora de um grande hotel da cidade). É do que eu sobrevivo. Sem turistas e sem os lixo deles eu não tenho nada. Por isso que turista é ‘bão’ demais pra ‘nóis’! [E2 – 2009].

Outra observação é que todos eles destacaram os tipos de materiais recicláveis que recolhem. Logo após eles responderem à pergunta sobre o “lixo turístico”, a seguir enfatizavam os tipos de materiais que mais encontram na cidade (latinha, papelão, garrafa pet), salientando que tudo isso é *lixo turístico* ou *lixo dos turistas*.

Por fim, as entrevistas com os turistas. As 114 ocorrências devem-se ao número total de entrevistados. Foram contactados individualmente e em grupos, o que justifica a quantidade de ocorrências. A primeira observação feita em relação aos turistas é que, quando entrevistados grupos de cinco (5) ou mais, assim que uma (1) pessoa respondia à questão, os demais imediatamente concordavam, não acrescentando juízos ou opiniões. A primeira resposta, “lixo deixado pelos turistas”, foi a frase mais imediata e citada por 87 dos entrevistados. Ficou nítido que os 87 turistas que responderam à questão fizeram uma associação imediata das palavras: *lixo turístico* com *lixo deixado pelos turistas*. Ou seja, associaram livre e rapidamente o lixo deixado pelos turistas a partir da audição da palavra indutora lixo turístico. Talvez por isso essa resposta registrou o maior número de repetições. As outras 26 respostas ficaram oscilando entre as categorias definidas no Quadro 12 – TURISTAS. A última observação importante em relação a esse item é que, quando os entrevistados diziam “lixo deixado pelos turistas”, a sensação da pesquisadora era que eles se despiam da característica de serem turistas e de estarem contribuindo para a geração do lixo na cidade; como se o “lixo deixado pelos turistas” não pertencesse a eles enquanto turistas.

Apenas um (1) dos entrevistados respondeu:

O lixo turístico é o **nosso lixo** que fica na cidade. [E5 – 2009].

Ou seja, o sujeito parece se despir da característica de turista quando observa que está ajudando a contribuir com um aspecto negativo para a cidade que visita.

De acordo com os procedimentos de análise, os resultados sugeridos nas entrevistas sugerem que o lixo turístico está principalmente associado aos materiais recicláveis e ao consumo dos turistas. Não houve muitas referências diretamente relacionadas ao lixo turístico com materiais orgânicos, que devem obrigatoriamente ser considerados nesse bojo do lixo turístico.

Na tentativa de definir o que venha a ser lixo turístico, conceituamos:

O lixo turístico é todo excedente de resíduos orgânicos e inorgânicos gerados em função do aumento do fluxo turístico nos períodos de alta temporada nos destinos turísticos. (ÁLVARES, P., 2010).

Porém, não coube a esta pesquisa aprofundar em outra perspectiva do que possa vir a ser considerado, da mesma maneira, *lixo turístico*: a aculturação, a perturbação psicológica dos moradores locais, a prostituição, a poluição sonora e visual, tráfico de drogas, dentre outros aspectos que também poderiam ser considerados uma espécie de lixo turístico.

Durante as entrevistas, o mais interessante foi o que se revelou diante dos olhos e da realidade presenciada pela pesquisadora: a existência de catadores de temporada e de catadores-turistas, como será abordado no subitem a seguir.

4.5.1 O catador-turista e o catador de temporada: algumas implicações do lixo turístico em Caldas Novas

Existem vários tipos de catadores: os *trecheiros*, que vivem no percurso entre uma cidade e outra e catam latas pra comprar comida; os *catadores do lixão*, que fazem seu horário, catam há muito tempo ou só quando estão sem serviço de obras, pinturas de casas etc; *catadores individuais*, que trabalham por si próprios, ser independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador (que é o sucateiro/intermediário ou deposista); e os *catadores organizados*, que são grupos autogestionários em que todos são donos do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização como cooperativas, associações, ONGs ou OSCIPs¹¹⁰.

Em Caldas Novas constatou-se que existem dois tipos de catadores: o *catador-turista* e os *catadores de temporada*.

Os **catadores-turistas** foram identificados por ocasião da pesquisa de campo, quando alguns que residem em Caldas Novas mencionaram a existência de muitas pessoas que moram nas cidades vizinhas e nas épocas de alta temporada se deslocam para Caldas Novas. Usualmente se divertem, catam materiais recicláveis, vendem-nos para as cooperativas locais e voltam às suas cidades de origem assim que terminam os eventos promovidos na cidade. Um deles relata:

Aqui vem catador de Pires do Rio, Ipameri, Morrinhos, até de Goiatuba vem. Vem muita gente. É só ter esses “showzãos” aí que aqui fica “cheiinho” de catadores de outras cidades. [E2- 2009].

Interrogou-se a esse entrevistado se ele não achava ruim tal “concorrência” com catadores de outras cidades, e ele respondeu:

Todo mundo precisa, né, minha filha. Daí eles vem pra ver se defendem um dinheirinho, o leite das crianças e daí quando ‘acaba’ os *shows*, todo mundo vai embora. Eles vêm, catam, vendem e vão embora. O Sol está aí brilhando pra todo mundo, minha filha. Aqui tem lixo pra todo mundo. [E2-2009].

No entanto, ao definir essa nomenclatura *catador-turista*, surgiu uma inquietação em relação ao substantivo turista adjetivado pela palavra catador.

Nas palavras de Andrade (2001, p.43), após inúmeros encontros, conferências com especialistas da área de turismo a fim de discutir sobre a definição do vocábulo *turista*,

¹¹⁰ Definições para os vários tipos de catadores. *Online*. Disponível em: <www.lixo.com.br>. Acesso em 13/03/2010.

concluiu-se que “o termo *visitante* passou a ser entendido como gênero, e os termos *turistas* e *excursionistas*, como espécies”.

O autor salienta a diferença entre os três da seguinte maneira: o *turista* é a pessoa que realiza um deslocamento para fora de sua residência habitual e permanece, temporariamente, em prazo superior a 24 horas; o *excursionista* se caracteriza pelo fato único de não pernoitar no destino visitado; e por fim, o *visitante* (equiparado aos excursionistas) embora especifique o gênero e não a espécie, realiza um deslocamento para fora de sua residência habitual e permanece, temporariamente, no prazo inferior a 24 horas no local visitado.

Porém, nas definições da OMT (2003, p. 20), ressalva-se que, para ser um turista internacional ou doméstico, este não deverá exercer atividades remuneradas:

- **Visitante internacional:** qualquer pessoa que viaje para um país no qual não possua residência usual e que esteja fora de seu ambiente normal, por um período que não ultrapasse 12 meses, e cujo objetivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada dentro do país visitado;
- **Visitante doméstico:** qualquer pessoa que resida em um país e viaje para um lugar dentro dos limites do território e fora de seu ambiente usual, por um período que não ultrapasse 12 meses, e cujo objetivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado;
- **Visitante de pernoite:** qualquer visitante que permaneça, no mínimo, uma noite em acomodações coletivas ou privativas no local visitado;
- **Visitante de um dia:** qualquer visitante que não pernoite em acomodações coletivas ou privativas no local visitado. Nesta definição, estão incluídos os passageiros de cruzeiros marítimos que entram no país em um navio de cruzeiro e retornam ao navio à noite para dormir a bordo, mesmo que o navio permaneça no porto por vários dias. Pertencem também a este grupo, por extensão, os proprietários ou passageiros de iates e os passageiros de grupos de viagem hospedados em trens.

Com base nessas concepções, foi percebido que os catadores que se deslocam para Caldas Novas e catam recicláveis, vendem-nos e retornam às suas cidades de origem após o término da alta temporada, não poderiam ser classificados como catadores-turistas, pois, afinal, estariam exercendo uma atividade remunerada.

No entanto, o Ministério do Turismo, ao determinar as várias segmentações do turismo,¹¹¹ definiu Turismo de Negócios e Eventos da seguinte maneira:

Conjunto de atividades decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, **de caráter comercial**¹¹², promocional, técnico, científico e social. (BRASIL, 2006 p.46)

¹¹¹ Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia e Turismo Rural. (BRASIL, 2009).

¹¹² Grifo nosso.

A OMT (2003) salienta que, para ser turista, não se pode exercer atividades remuneradas, afirmação que anula a possibilidade dessa denominação para catador-turista. Andrade (2001) já não faz referência a esse quesito. Mas, quando o MTur diz que o Turismo de Negócio e Eventos pode ter caráter comercial, promocional, técnico, científico e social, com viagens corporativas - individuais ou em pequenos grupos - com objetivos diversos, dentre eles “compra ou venda de produtos/serviços”, (BRASIL, 2009, p. 276) a denominação *catador-turista* volta a ter validade para o presente estudo.

Turismo de Negócio e Eventos pode ter caráter comercial, promocional, técnico, científico e social: está relacionado à natureza das relações: comerciais quando associadas a transações de compra e venda de produtos e serviços; promocionais quando apenas divulgativos; técnicas e científicas ao abarcar especialidades, processos, habilidades, domínio de uma prática, arte ou ciência; e sociais por envolver assuntos próprios da sociedade, comunidade ou agremiação, com vistas ao bem comum. (BRASIL, 2006, p.46).

Dessa maneira, afirma-se que todos os catadores que se deslocam para Caldas Novas e recolhem materiais recicláveis - principalmente em alta temporada – vendem-nos e retornam à sua residência habitual, são denominados catadores-turistas; afinal, eles realizam turismo de negócio.

Aqui tem sim, catador das cidades daqui de perto. Eles vêm quando é alta temporada, fica aqui, às vezes até curtem os shows do lado de fora catando principalmente latinhas. Eles têm os contatos das recicladoras onde ‘nóis’ vende. No outro dia vão lá, vende tudo, ganham dinheiro, se tiver mais coisa boa acontecendo na cidade eles ficam, mas se tiver acabado os eventos eles vão embora. [E2 – 2009].

Já os **catadores de temporada**, identificados no decorrer da pesquisa de campo, são pessoas que prestam alguns serviços (formais ou informais) em Caldas Novas, mas durante o tempo de folga catam resíduos. Usualmente trabalham na construção civil, ou como passadeiras, domésticas, diaristas e até mesmo donos de bares¹¹³, mas quando é época de alta temporada, saem às ruas para catar materiais recicláveis.

Ou seja, eles não são, de fato, catadores. Todos estão empregados formal ou informalmente, mas, nas épocas de alta temporada viram catadores de recicláveis. Pessoas que usualmente catam apenas nos dias em que a cidade se encontra cheia, porém sem abandonar seus respectivos trabalhos. Eles foram encontrados principalmente catando à noite, até porque, muitos alegaram não querer serem vistos em tal situação.

Eu faço assim: passo roupas aqui na cidade, mas quando é época de temporada, eu paro de passar roupas e vou reciclar. [E2 – 2009].

¹¹³ Pequenos bares localizados na periferia da cidade.

Estando folgado do trabalho eu venho, dou uma passadinha por aqui [entrevista realizada no centro da cidade] e vou catando umas latinhas. Junto lá em casa e depois vendo. [E2 – 2009].

As consequências da má gestão dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos não agridem apenas o meio ambiente. Ter uma gestão integrada eficaz nesses locais é uma questão de cidadania, dignidade, direito e respeito com os seres humanos e com a natureza.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise da gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas, Goiás, demonstrou uma atividade turística que gera grande dissociabilidade entre os que usufruem economicamente do turismo (empresários e poder público local), dos que desfrutam da atividade turística em si (turistas) e dos que vivem dos descartes dos turistas (catadores).

Apesar de a literatura de turismo, pesquisada nesta dissertação, abordar o lixo como um dos principais impactos negativos ao meio ambiente, este estudo tentou demonstrar que não só o lixo, mas a ausência da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em um destino turístico causa reflexos negativos, indesejados, perversos e inversos ao desenvolvimento do turismo sustentável. Os reflexos oriundos da atividade turística e dos resíduos remanescentes nesses lugares lesam não só o meio ambiente, bem como toda a comunidade local e os próprios turistas.

Contatou-se com essa pesquisa, que a atividade turística é sim, a principal responsável pelo aumento do volume dos resíduos sólidos urbanos, principalmente em épocas de alta temporada em Caldas Novas. Aliado a essa questão, outro fator negativo a ser mencionado é que o município não conta com um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, o que agrava ainda mais os impactos socioambientais advindos, sobretudo, do *lixo turístico*.

Ratifica-se dessa forma, que a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos nos destinos turísticos é uma condição *sine qua non* para que o turismo e o lixo, interligados pela necessidade de “movimento” e “consumo” da sociedade, tornem-se menos degradantes e poluidores tanto para o meio ambiente, como para a comunidade local, bem como para os próprios turistas.

Percebeu-se que essa variável, o *lixo turístico*, realmente assume diferentes sentidos para os atores sociais pesquisados. Para o poder público local ele é um problema a ser gerenciado; representa custos elevados para os cofres do município; e, em última instância, talvez ele possa ser uma alternativa de renda a partir da venda dos recicláveis. Para os gestores hoteleiros, os resíduos são um problema a ser resolvido pelo poder público. Dessa forma se eximem de uma responsabilidade que deveria ser compartilhada.

Apesar de ser incipiente a triagem feita dentro dos meios de hospedagem em Caldas Novas, observou-se que há disponibilidade, por parte dos gestores hoteleiros, em receber informações e possivelmente implantar programas de gerenciamento dos resíduos sólidos nos hotéis. O problema entre gestores hoteleiros e poder público parece único: falta de comunicação e passividade. Observou-se o seguinte quadro: os gestores hoteleiros esperam que o poder público local se manifeste em relação à gestão dos resíduos sólidos e o poder público espera que os gestores hoteleiros demandem diretrizes sobre essa

problemática. Nessa espera e falta de diálogo, é a população local e o meio ambiente que ficam sobrecarregados.

O sentido que o *lixo turístico* assume para a empresa terceirizada *Capital Construtora e Limpeza* - responsável por fazer a coleta e transporte dos resíduos para o aterro municipal - é de rentabilidade econômica. Afinal, quanto mais toneladas de lixo ela coletar em épocas de alta temporada, maior será o lucro obtido a partir da coleta. Os resultados da falta de controle e fiscalização do município em relação à pesagem do lixo e da dificuldade em acessar informações sobre a coleta e transporte dos resíduos tornaram-se visíveis nas ruas da cidade, ao observar contêineres transbordando de detritos durante a alta temporada. A conclusão a que chegamos é que, apesar da falta de uma gestão municipal eficaz, o lixo turístico é um ótimo negócio para a empresa.

Para os turistas, o *lixo turístico* parece não lhes pertencer. Não existe uma preocupação em relação do que é feito com a sacolinha de lixo, quando as camareiras as retiram dos quartos. E, se o problema é se passar por “politicamente correto”, eles fazem isso muito bem. As entrevistas serviram para esclarecer que, para os turistas, cuidar bem do lixo que produzem se resume em “colocar o lixo no lixo”.

Portanto, se os hotéis não reforçarem a necessidade de o turista realizar a triagem do seu lixo e cumprir, dentro do estabelecimento, com a coleta seletiva, não haverá uma troca saudável de experiências entre o destino turístico e os turistas. Ou seja, para esses, o lixo turístico continuará existindo somente quando os incomodar, por exemplo, ocupando lugares de passagem de pedestres, exalando odores do chorume, dentre outros aspectos desagradáveis.

Para os catadores, o *lixo turístico* assume um sentido de sobrevivência, de renda. É o lixo mais rico da cidade, aquele capaz de dar a eles novas possibilidades econômicas. Ele também representa a disputa pelos contêineres dos hotéis, pois é nesses lugares que se retira a maior parte dos materiais recicláveis da cidade.

A ausência da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que ofereça as diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, acentua a desarticulação da política estadual e municipal com as atividades dos catadores. Estes acabam se legitimando como agentes ambientais, mesmo que na realidade sejam atores sociais que sobrevivem diante dos conflitos e antagonismos gerados pelo turismo, sem qualquer respaldo legal em relação ao trabalho que exercem para o município.

A pesquisa permitiu compreender que as dimensões individuais e coletivas não dialogam enquanto a atividade turística for pensada apenas em seus aspectos econômicos.

A falta de comunicação setorial, de planejamento turístico, de políticas públicas eficientes, diretrizes e ações eficazes para nortear o desenvolvimento da atividade turística abrangendo as dimensões da sustentabilidade, faz com que o turismo em Caldas Novas

desfavoreça o surgimento de oportunidades inovadoras pautadas, principalmente, nos indicadores do turismo sustentável. Isso porque, em relação a ele, observou-se que, enquanto o termo *sustentável* for utilizado apenas como uma ferramenta mercadológica, ou seja, de *marketing*, na tentativa de legitimar o turismo como sustentável, certamente Caldas Novas não estará trilhando um caminho confiável.

Além da necessidade de os gestores municipais compreenderem conceitualmente as dimensões que preconizam o turismo sustentável, é necessário que o destino turístico desenvolva sua atividade turística com base em indicadores de sustentabilidade, mesmo com todas as críticas e incertezas, pois, são os indicadores que permitem uma análise das diversas dimensões que a atividade turística sustentável deve abranger. Como salientado anteriormente, delimitar as ações do setor de maneira que se possa ter certeza de estar direcionando as ações do turismo por um caminho sustentável não é uma tarefa simples, mas não é difícil tentar. Afinal, agir de acordo com as indicações de sustentabilidade é pelo menos uma tentativa de minimizar os impactos negativos advindos do turismo.

Uma vez que o PNT 2007/2010 do MTur preocupa-se em verificar quais são os caminhos do crescimento do turismo no país e, por meio dos indicadores, investigar a proporção dos impactos negativos e positivos tanto para a economia, quanto para a sociedade (civil e iniciativa privada) e para o meio ambiente dos destinos turísticos no Brasil, torna-se um desafio positivo em relação ao desenvolvimento do turismo pautar seu crescimento em indicadores de sustentabilidade. Certamente esses são eixos norteadores de uma (re) estruturação que abrange perspectivas mais amplas, contribuindo para a divisão de direitos e deveres de todos: destino turístico e turistas. O turismo sustentável pode ser entendido como uma resposta plausível a esse desafio de (re) estruturação da atividade turística focada na conservação ambiental e a um ambiente mais solidário e ético. É inadmissível presenciar crianças sobrevivendo da catação de lixo turístico.

Apesar de este estudo abordar um destino turístico específico, a complexidade que envolve a geração de lixo em alta temporada em municípios turísticos perpassa desde a degradação do meio ambiente à degradação humana. Uma vez que os catadores de recicláveis, apesar de retirarem do lixo turístico boa parte de suas rendas, contribuindo para o meio ambiente, poder público local, iniciativa privada, sociedade civil e para os próprios turistas - a partir da triagem de materiais recicláveis que realizam - estão submetidos a infortúnios sociais, como por exemplo, residir em um município turístico sem a possibilidade de desfrutarem dos equipamentos turísticos (àqueles destinados à programação turística, associando hospedagem e atividades recreativas). Além disso, lidam com a discriminação, preconceitos e são desconhecidos socialmente como cidadãos.

Os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas serviram para demonstrar um quadro crítico entre os atores envolvidos direta e indiretamente com a geração e gestão dos

resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas. A partir do momento em que se percebe que não há diálogo entre os atores, e que a responsabilidade da gestão dos resíduos não é compartilhada, a condição do desenvolvimento do turismo fica prejudicada. Para que tal situação fosse revertida, seria necessário um trabalho conjunto e consciente por parte de todos os segmentos envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística.

O lixo e a sua gestão, que é uma responsabilidade de todos, não podem ser atribuídos apenas ao encargo do poder público local. Os protagonistas que geram o lixo devem ser os mesmos responsáveis por sua gestão, ou seja, todos: sociedade, poder público, iniciativa privada e inclusive os turistas. Paulatinamente, a partir do momento em que as experiências turísticas forem coletivamente compartilhadas, inserindo as questões socioambientais dos destinos turísticos - que vai do estímulo ao compromisso e a reciprocidade com a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população local - é possível afirmar a existência de um novo padrão de turismo, qual seja, o sustentável.

Se existem os indicadores de desenvolvimento sustentável; os indicadores do turismo sustentável; a Política Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás; a preexistente Política Nacional dos Resíduos Sólidos que oferece diretrizes a serem implementadas; estudos que demonstram a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, enfim, um arcabouço suficiente de informações, não há desculpa para que o poder público local de Caldas Novas se esquive da responsabilidade de gerir adequadamente os resíduos sólidos urbanos da cidade e fomenta na comunidade local novas práticas em relação ao manejo desses materiais. O fato é que os problemas existem: aumento dos resíduos sólidos urbanos devido à atividade turística; a não reciclagem do lixo pelo município, uma vez que apenas é feita a triagem e venda dos materiais prensados; a inexistência da coleta seletiva; a ineficiência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e a ausência da política do três Rs. Entretanto, soluções para esses problemas são possíveis por meio de políticas públicas e da educação ambiental que englobe turistas, moradores e empresários da cidade.

Os relatórios de pesagem do lixo entre os anos de 2005 a 2009 (tabela 2) foi um dos principais fatores que elucidaram a falta de controle e fiscalização municipal em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos. Nessa perspectiva, a partir das entrevistas e constatações em campo (fotos), foi possível dimensionar o quanto o turismo em Caldas Novas está longe de poder ser adjetivado de *sustentável*. Em resposta a questão de estudo desta pesquisa, a falta da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e o sentido que o lixo turístico assumiu para cada um dos atores pesquisados demonstrou a fragmentação da atividade turística, cujo aspecto requer uma retomada no planejamento municipal para dimensionar melhor o desenvolvimento e crescimento da atividade turística local. A

inexistência da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (GIRSU) em Caldas Novas não contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável na cidade.

A GIRSU, nos destinos turísticos, assume não só a função de separar, coletar, transportar e dispor adequadamente o lixo: também tem o potencial de ensinar aos turistas como “cuidar” do lixo que eles produzem quando viajam. Seria uma maneira de educar os turistas a partir da gestão do próprio *lixo turístico*?

Nesse sentido, considera-se importante a continuidade de estudos que consigam diagnosticar a influência do aumento do lixo turístico nos destinos turísticos brasileiros, na tentativa de definir indicadores específicos para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos provenientes da atividade turística, levando em consideração as peculiaridades de cada destino turístico nacional.

RECOMENDAÇÕES

Especificamente para Caldas Novas, recomenda-se:

1. Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada baseado na Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos (PNRSU), detalhando: o sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos de Caldas Novas; a caracterização dos resíduos; o aumento e a diminuição na quantidade de resíduos gerados em baixa e alta temporada; o estabelecimento de ações integradas e diretrizes (ambientais, técnicas, financeiras, administrativas, sociais e legais) para toda a fase de gestão dos RSU, desde, sua geração até a disposição final;
2. Estabelecer, estimular e fiscalizar a obrigatoriedade da implantação de sistemas de gestão ambiental em todas as empresas turísticas que produzam, qualitativa ou quantitativamente, resíduos sólidos impactantes;
3. Mapear quais os maiores geradores de resíduos sólidos urbanos em Caldas Novas;
4. Estabelecer, por meio do órgão ambiental, regras para apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de todos os grandes geradores de resíduos na cidade;
5. Fomentar a criação de fóruns, conselhos, comitês municipal para garantir a participação da comunidade no processo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos;
6. Realizar o mapeamento socioeconômico dos catadores de recicláveis;
7. Estimular a criação de programas sociais que garantam a inclusão social, econômica e cultural dos catadores de recicláveis e dos seus filhos na sociedade, uma vez que, principalmente as crianças, sem oportunidades, ajudam os pais com a triagem dos recicláveis;
8. Priorizar o catador como agente da limpeza urbana e da coleta seletiva;
9. Restaurar e/ou reativar a Usina de Triagem do depósito de lixo municipal;
10. Controlar a pesagem dos resíduos coletados pela empresa Capital Construtora e Limpeza, pois o pagamento para a empresa é realizado com base no montante (peso) recolhido diariamente;
11. Promover diálogos entre os atores sociais (poder público municipal, Ministério Público, gestores hoteleiros, catadores, empresas de triagem de Caldas Novas, sociedade civil, iniciativa privada, Capital Construtora e Limpeza) para discutir diretrizes em relação ao lixo turístico;

12. Implantar de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nos meios de hospedagem, pois os gestores hoteleiros precisam estar atentos sobre as novas demandas da sociedade, mesmo que o tema seja incipiente em Caldas Novas;
13. Promover campanhas de conscientização para turistas em relação a como gerir o lixo é de fundamental importância para um destino turístico que preze pelo meio ambiente e pela comunidade local;
14. Minimizar geração de resíduos, por meio de incentivos às práticas ambientais adequadas de reutilização, reciclagem e recuperação;
15. Estimular a fabricação de produtos elaborados com material reciclável a partir do projeto RECICLA CALDAS (ver Anexo X);
16. Criar alternativas de geração de renda para catadores;
17. Apoiar e incentivar o acesso da sociedade e turistas à educação ambiental;
18. Promover um modelo de gestão de resíduos que incentivem a cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas;
19. Conscientizar o *trade turístico*, por meio de palestras ou outros eventos, sobre os impactos negativos da má gestão do lixo para o desenvolvimento do turismo local;
20. Estimular as parcerias entre hotéis e catadores para a triagem de recicláveis;
21. Rever as diretrizes do plano diretor;
22. Promover e estimular o acesso à informação e formação da cidadania aos catadores de resíduos;
23. Apoiar a organização dos catadores por meio do cooperativismo para fomento à geração de renda;
24. Criar programa para acompanhar a saúde dos catadores cooperados;
25. Implantar a coleta seletiva na cidade;
26. Criar instrumentos econômicos e fiscais que incentivem principalmente os hotéis/ pousadas/ restaurantes e cooperativas recicladoras a colaborarem com programas de educação ambiental que enfoquem a questão dos RSU de Caldas Novas;
27. Utilizar a reciclagem dos rejeitos da construção civil para pavimentar alguns bairros da cidade;
28. Construir um aterro de inertes, uma vez que a cidade tem grande volume de resíduos da construção civil, podas, madeiras, entulhos que não possuem resíduos químicos.
29. Fomentar a criação de consórcios com os municípios vizinhos para a construção de aterros sanitários;
30. Incentivar a formação de cooperativas de catadores;

31. Implantar a coleta seletiva por meio da educação ambiental com moradores, escolas, empresários do *trade* turístico e turistas;
32. Investigar como está sendo feita, de fato, a *coleta e destinação final de resíduos* sólidos nos 65 destinos turísticos classificados pelo MTur;

Em nível nacional, por parte do Ministério do Turismo (MTur), talvez fosse interessante instituir a obrigatoriedade de todos os destinos e municípios classificados como turísticos realizarem a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Poderia haver por parte do MTur a capacitação e o incentivo para que os destinos pudessem ir além do incremento do turismo e atuassem como agentes transformadores na educação dos turistas, a partir do *lixo turístico*.

Caldas Novas, Goiás, classificada pelo MTur na Região da Águas, na 37ª posição, o que a destaca como um Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Nacional, está perdendo econômica, social e ambientalmente, ao jogar no lixão o lixo seco, não reaproveitando e reciclando seus resíduos sólidos. Pode não ser visível em curto prazo, mas o turismo e os turistas também são prejudicados com essa falta de compromisso com a gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos advindos, principalmente, da atividade turística. O *lixo turístico* está por detrás das águas termais, basta vontade, políticas públicas e ação para gerir de maneira positiva essas sobras do turismo.

As fotos seguintes são, na verdade, um suspiro dos sentimentos que eu colhi, aprendi e vivi em campo durante a realização da minha pesquisa. Como diz Salomon (2006):

A Maravilhosa Incerteza é ensaio sobre a problematização no processo do pensar, do pesquisar, do criar...
É ousado acrescentar – por que não? – do viver.



E tu, como queres tu que continue a olhar para estas misérias, tê-las permanentemente diante dos olhos, e não mexer um dedo para ajudar, O que fazer já é muito, Que faço eu, se a minha maior preocupação é evitar que alguém me aperceba de que vejo, Alguns irão odiar-te por veres, não creias que a cegueira nos tornou melhores [...] O medo cega, disse a rapariga de óculos escuros, São palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegamos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos. [...] A cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança. [...] Abramos os olhos, Não podemos, estamos cegos, disse o médico, é uma grande verdade a que diz que o pior cego foi aquele que não quis ver. (SARAMAGO, 1992)



Fotos: mãos dos catadores de recicláveis de Caldas Novas e demais fotos.

Fonte: Arquivo pessoal de ÁLVARES, P.B (2009/2010)



Ao fundo, os hotéis, flats e condomínios de turistas em Caldas Novas. À direita, mãos de crianças e adultos que sobrevivem da catação do *lixo turístico* reciclável.

“Só se pode solucionar um problema, quando se tem consciência de sua natureza.” (SALOMON, 2006).



“A atitude crítica é a filha primogênita da dialética.”
(SALOMON, 2006)



“Tudo é movimento, tudo é mudança e transformação. É preciso começar sempre pelo exame crítico para negar o que é dado, dito, posto, aceito como absoluto, eterno, imutável, definitivo.”
(SALOMON, 2006).

Essas crianças merecem um futuro melhor numa cidade que tem sua atividade econômica pautada no turismo, e não na exploração e sobrevivência do que sobra do turismo para elas triarem. Uma das funções do turismo é triar caminhos melhores, e não é admissível caminhos serem triados pelas sobras do turismo.

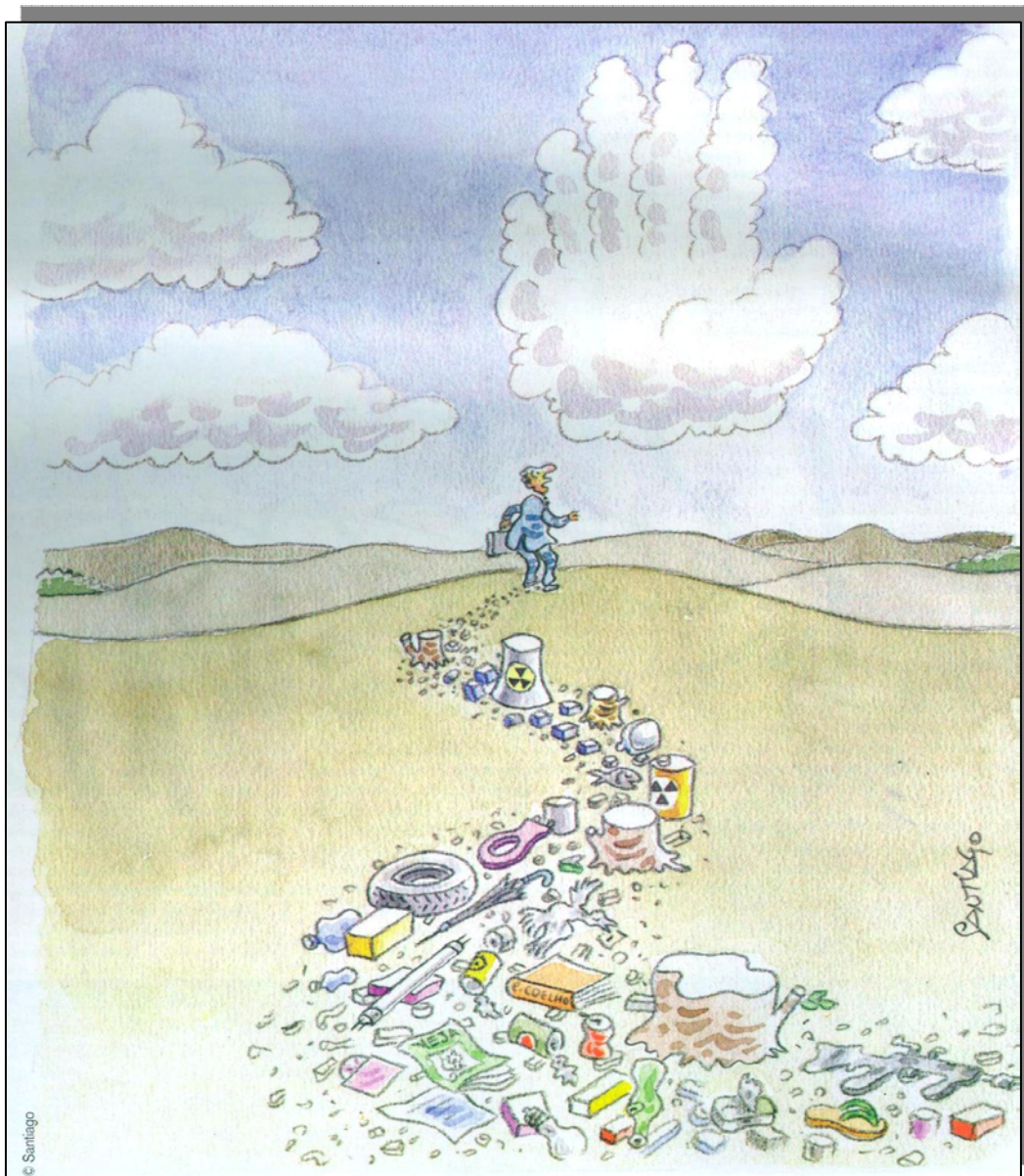


.... A importância das mãos como mediadoras entre o mundo inconsciente e a consciência...
(FRANCO, 2008)



Eu, turista, também faço parte do processo que suja a cidade. Contudo, as minhas mãos limpas podem ou não fazer parte do processo de quem ajuda na limpeza da cidade e sobrevive das minhas sobras. Minhas mãos podem ajudar as pessoas que sobrevivem do que eu descarto: bastam mudanças nas minhas atitudes de pertencimento diante do outro e diante do lixo.

Por fim, a você, prezado leitor e que também não se exime da característica de ser turista, fica uma reflexão:



Autor: SANTIAGO

DA NATUREZA...

...nada se tira a não ser fotos...

...nada se mata a não ser o tempo...

...nada se deixa a não ser pegadas...

...nada se leva a não ser saudade!¹¹⁴

SERÁ MESMO ESSE O CAMINHO????

¹¹⁴ Ditado popular utilizado em vários locais turísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas novas Ecológica**. Caldas Novas: Kelps, 1998.

ALMEIDA, Riçado Cassiano O. & SOUZA, Laurindo Ferreira de. **A Maravilhosa Região das Águas Termais de Goiás**. Caldas Novas: Talento Ltda, 2001.

ALMEIDA, Ricardo Cassiano O. **Caldas Novas: Da Mineração ao Turismo**. Caldas Novas: Ed. (?). 2001.

ALMEIDA, Valéria Gentil. **Pessoas Residuais e os Resíduos das Pessoas: uma análise do desenvolvimento mercadológico do Distrito Federal – DF**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ANDRADA, Heber da Fonseca. *et al.* **Caracterização física dos resíduos sólidos domésticos do município de Caldas Novas – GO**. Universidade Católica de Goiás – Departamento de Engenharia – Engenharia Ambiental. 2004. Disponível em: < <http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/Continua/CARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20F%C3%8DSICA%20DOS%20RES%C3%8DDUOS%20S%C3%93LIDOS%20URBANOS%20DO%20MUNI%20E2%80%A6.pdf> >. Acesso em: 15/04/2009.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ARAÚJO, Camylla Portela. **Ações de Educomunicação Ambiental na Coleta Seletiva de Resíduos na Universidade de Brasília**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Degradação do solo; terminologia: **NBR-10703/89**. São Paulo, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NRB-10.004**. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resíduos Sólidos Urbanos: definição de normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como a necessidade de estender tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários. Disponível em: < <http://www.ccih.med.br/conama.html> >. Acesso em: 17/05/2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELISARIO, Alessandro Magno Damasceno. FRONTEIRAS, FRENTE PIONEIRA E ATIVIDADE TURÍSTICA EM CALDAS NOVAS – GO. In: **Caminhos de Geografia** – 12 (17) 123 – 128, fev/2006. Revista *online*. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 02/05/2009.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BIELLA, Carlos Alberto. **Avaliação da qualidade da água freática em poços raos no setor mansões das águas quentes em Caldas Novas- GO**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

_____. **O lixo nosso de cada dia**. *Online*. Disponível em: <http://200.199.231.226/portal/publicacao/arqprof/artigo1.pdf>. Acesso em: 14/12/2008.

BONI, Valdete & QUARESMA Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº.1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf. Acesso em 21/10/2008.

BORGES, Olinda Mendes. **Caldas Novas (GO) turismo e fragmentação sócio-espacial (1970-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BRASIL(a). Projeto de Lei – PL n.º 203/1991. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf> >. Acesso em: 02/03/2009.

BRASIL(b). **Redação Final do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Nº 203-B De 1991 do Senado Federal** (PLS Nº 354/89 na Casa de origem. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 203-A de 1991 do Senado Federal (PLS Nº 354/89 na Casa de origem), que dispõe sobre o condicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Disponível em: <

http://www.ablp.org.br/anexos/PNRS_redacao_final_RDF1_plenario_camara_mar2010.pdf

>. Acesso em: 03/05/2010.

BRASIL, 2006. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília, 2006. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manual.html >. Acesso em: 05/04/2010.

BRASIL, 2007. **PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007/2010: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO**. Ministério do Turismo. Brasil, 2007.

BRASIL, 2000. IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saneamento básico 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, 2009. IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=520450> e
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 04/04/2009.

BRASIL, 2009. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur. **Relatório Brasil 2008**. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. (ORG).Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. 2ª ed. Revisada — Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL, 2009. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur. **Relatório Brasil 2009**. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. (ORG).Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL, 2009. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Conceitos básicos e apoio à comercialização de produtos segmentados e Estruturação de produto turístico**. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.

BRASIL, 2010. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa dimensiona empregos gerados pelo Turismo**. Disponível em: <
<http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/acontece/detalhes/20100128.html> >. Acesso em: 04/05/2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem De Inclusão**. Ministério do Turismo. Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003/2007**. Ministério do Turismo. Brasil, 2003.

BRASILEIRO, Iara. **Além da quarta-feira de cinzas.** [s.d].

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CADERNOS DO TURISMO NO BRASIL, 2005. Cadeia Produtiva do Turismo – Modelos para análise e reflexão. Edição: Senac Nacional. Janeiro/2005.

CALDAS NOVAS, 2009. **Em Caldas.** Disponível em <http://www.emcaldasnovas.com.br/>. Acesso em 15/01/2009.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, 2003.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental urbana.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

CONTO et. al. **Compostagem de Resíduos Sólidos em Meios de Hospedagem – Prevenção de Impactos Ambientais em Municípios Turísticos.** In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006.

CONTO, Suzana Maria De. Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Meios de Hospedagem. **In: Análises Regionais e Globais do Turismo.** São Paulo: Rocca, 2005.

_____. O estudo do comportamento de turistas e prestadores de serviços turísticos no manejo de resíduos sólidos gerados no âmbito dos hotéis. In: **Turismo: Interfaces, desafios e incertezas,** (ORG) Margarita Barreto, Mirian Rejowski. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 140.

COSTA, Silvia de Souza. **Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

CUMMINGS, L.E. Waste Minimisation Supporting Urban Tourism Sustainability: A Mega-Resort Case Study. **In: Journal of Sustainable Tourism.** Vol. 5, No. 2, 1997.

DEFCUL. Faculdade de Ciências da universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/entrevistat2.pdf>. Acesso em: 21/10/2008.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação qualitativa:** aportes metodológicos. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Papyrus Educação).

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase na comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e meio ambiente**. 1 ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

EIGENHEER, Emílio Maciel (org.). **Raízes do Desperdício**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

ELIAS, Ana Cristina. **Caldas Novas: Ontem e hoje**. Caldas Novas: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Posigraf, 2004.

FILHO, João dos Santos. Espelho da História: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. *In: Revista Espaço Acadêmico*. Nº 50, julho 2005 – mensal. ISSN: 15196186. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/050/50jsf.htm> >. Acesso em: 11\09\2009.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

GÁNDARA, José Manoel G. *et al.* Hoteles Sostenibles para Destinos Sostenibles. La Calidad Hotelera como Instrumento para la Sostenibilidad. *In: Universidad Federal de Paraná [s.d]*.

GASTAL, Susana. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 3 ed. Porto Alegre: EDIPURCS, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONÇALVES, Luiz Cláudio. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.

HUNTER, Colin. Sustainable Tourism as na adaptive paradigm. *In: Annals of Tourism Research*, Vol. 24, No. 4, pp. 850-867, Elsevier Science Etd, 1997.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Programa de Certificação em Turismo Sustentável. Guia de interpretação da norma NIH-54 meios de hospedagem: requisitos para a sustentabilidade.** Programa de Certificação em Turismo Sustentável. Salvador, 2004. – (Série Gestão do Turismo Sustentável – Meios de Hospedagem).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – **PNAD 2007: Primeiras Análises.** Saneamento Básico e Habitação. Série de Comunicados da Presidência n. 13. vol. 5. [s.l]. out. 2008. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_10_21_Pnad_PrimeirasAnalises_saneamento.pdf >. Acesso em: 11/01/2010.

IPT/CEMPRE. **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas: CEMPRE, 1995.

IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002.

JUNIOR CASTILHO, Armando Borges de. **Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte.** Rio de Janeiro: ABES, RiMA, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

LIU, Zhenhua. Sustainable Tourism Development: A Critique. *In: Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 11, nº 6, 2003.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, Walter. **Caldas Novas, uma cidade turística, na sua intimidade.** Caldas Novas, 2005.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92.** 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Rocca, 2002.

MANDARINO, Adriana. **Gestão de resíduos sólidos. Legislação e práticas no Distrito Federal.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MESQUITA JÚNIOR, José Maria de. **Gestão integrada de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

MONTEIRO, José Henrique Penido *et al.* **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

NETO, Moretto Luís & ANDRADE, Rui Otávio B. de. A gestão privada do turismo. *In: Turismo: como aprender, como ensinar.* TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (org). Vol. 1. SENAC, 2001, P. 135.

NOGUEIRA, Arnaldo Caetano. **Rio Quente: Uma história aquecida pelas suas próprias águas.** Rio Quente: Prefeitura Municipal, 2000.

NUNESMAIA, Maria de Fátima. A gestão de resíduos urbanos e suas limitações. *In: Revista Baiana de Tecnologia – TECBAHAIA.* Vol. 17, nº 1 jan/abr. 2002, p. 120-129.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Guia para o desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAULO, Renata Ferreira Calado de. **O TURISMO E A DINÂMICA INTRA-URBANA DE CALDAS NOVAS (GO):** uma análise da expansão e reestruturação do complexo hoteleiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PESSIN, Neide *et. al.* Resíduos Sólidos, Saúde e Meio Ambiente: Impactos Associados aos Lixiviados de Aterro Sanitário. *In: Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com ênfase na proteção de corpos d'água: prevenção, geração e tratamento de lixiviados de aterros sanitários.* Rio de Janeiro: ABES, 2006.

PHILIPPI Jr., & RUSCHMANN, D. **Gestão ambiental e sustentabilidade do turismo.** Barueri, SP: Manole, 2010.

PROJETO BRA/92/017. Gestão e Tecnologias de Tratamento de Resíduos: Modelos de Gestão de resíduos sólidos para a ação governamental na região metropolitana de São Paulo – RMSP: aspectos institucionais, legais e financeiros. São Paulo, 1999.

REY, Fernandes G. **Pesquisa Qualitativa e subjetiva: os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thondon Learning, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 10. ed. Campinas, SP : Papirus, 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo de pensar, pesquisar e criar.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Gabriela Mascarenhas. **Resíduos Sólidos Urbanos no Complexo Turístico Dunas do Paracuru: comercialização e sustentabilidade?** 2009. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria.** São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

SHARPLEY, Richard. **Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide.** In: **Journal of Sustainable Tourism.** Vol. 8, nº 1, 2000.

SILVA, Cáritas Cristinne Ala da. **Resíduos Sólidos: Um dimensionamento do Plano de Coleta Domiciliar no Município de Caldas Novas – GO.** 2008. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS, Caldas Novas.

SILVA, Roberto do Nascimento e. **Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem.** *In: Fórum Internacional*

Integrado de cidadania: Educação, Cultura, Saúde e Meio Ambiente. Campus Santo Ângelo/RS 26 a 29 de abril de 2006.

SOUZA, Cláudia Cristina Borges de. **Caldas Novas: Turismo move a economia.** Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/rank/2005/CaldasNovas.pdf> >. Acesso em: 22/05/2010.

SPERB, Matias Poli & TEIXEIRA, Rivanda Meira. A Gestão dos resíduos sólidos na Ilha Do Mel, Pr: Um estudo exploratório sobre o tratamento dado por meios de hospedagem e pelo setor público. In: **IX Engema** - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2007.

STEINBERGER, Marília e CAMPOS, Neio. **Vulnerabilidade do uso do território da cidade pelos turistas.** Brasília, [s.d].

SWARBROOKE, Jonh. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph,2000.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA – **TAC.** Estado de Goiás Ministério Público. 1ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. TAC – LIXO URBANO – CALDAS NOVAS. EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CALDAS NOVAS – GOIÁS. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/rsutac_08.pdf. Acesso em: 13/12/2008.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WEARING, Stephen & NEIL, Jonh. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades.** São Paulo: Manole, 2001.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Brookman, 2010.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **As sobras da modernidade.** O sistema de gestão de resíduos em Porto Alegre, RS. FAMURS: Porto Alegre, 2006.

SITES

Artistas propõem passeio turístico pelo lixo do Cone Sul: < <http://mais.uol.com.br/view/1xu2xa5tnz3h/artistas-propoem-passeio-turistico-pelo-lixo-do-cone-sul-04023068DCA98326?types=A&> >.

Biopuster. Disponível em: < <http://www.biopuster.at/content.php?kat=4&id=83#> >.
Acesso em: 03/05/2010.

BRASIL, 2009. Ministério do Turismo. Destino Caldas Novas. Disponível em: < <http://www.turismobrasil.gov.br/> >. Acesso em: 05/04/2009.

BRASIL, 2010. Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Disponível em: < http://www.institucional.turismo.gov.br/.../Plano_Nacional_do_Turismo_2007_2010_Airton_Pereira_MTur.ppt > ou < www.turismo.gov.br/.../turismo/.../plano_nacional/...plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf >.
Acesso em 05/02/2010.

Crise do lixo em Nápoles afasta 500 mil turistas: < http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1000819 >.

Ecopress. Disponível em: < <http://www.ecopress.org.br/noticias+com+baixa+repercussao/maringa+tera+aterro+lixo+zero> >.
Acesso em: 03/05/2010.

Etur, 2009. Turismo no Brasil prevê crescimento de 20% no primeiro bimestre do ano de 2009. In: **Revista Hotelaria** – 5/3/2009. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=14180>>. Acesso em: 26/03/2009.

Inaugurado Hotel de Lixo em Roma: < <http://www.tvi24.iol.pt/acredite-se-quiser/tvi24-acredite-hotel-lixo-praias-limpeza/1169562-4088.html> >.

Lixo atrapalha turismo em Fortaleza: < <http://tvverdesmares.com.br/cetv1aeducacao/lixo-atrapalha-turismo-em-fortaleza/> >.

Lixo no Brasil: < http://www.ufv.br/Pcd/Reciclar/lixo_brasil.htm >.

Lixo: < <http://www.lixo.com.br/> >.

Menos Lixo: < <http://www.menoslixo.com.br/> >.

Pensar Eco, é Lógico! Diferenças entre lixão *versus* aterro controlado *versus* aterro sanitário. Disponível em: <http://www.sustentabilidade.blog.br/?p=2830>. Acesso em: 13/04/2010.

Planeta Sustentável: < <http://planetasustentavel.abril.com.br/lixo/> >.

Programa de reciclagem de lixo dá a Tibagi prêmio nacional de turismo: < <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=56858&tit=Programa-de-reciclagem-de-lixo-da-a-Tibagi-premio-nacional-de-turismo-&ordem=650000> >.

Protocolo de Kyoto. Disponível em: < http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php >.
Acesso em: 03/05/2010.

Turismo & lixo: < <http://my.opera.com/lexfoto/albums/showpic.dml?album=346824&picture=7972744> >.

Turismo e lixo: < <http://www.oclick.com.br/colunas/senso52.html> >.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Em **qua, 27/1/10**, **Priscila Bernardes** <prpri@yahoo.com.br> escreveu:

De: Priscila Bernardes <prpri@yahoo.com.br>

Assunto: Dados da Secretaria de Turismo

Para: ivangpires@ig.com.br, turismo@caldasnovas.go.gov.br, administracao@caldasnovas.go.gov.br

Cc: "Izabel Zaneti" <izaneti@terra.com.br>

Data: Quarta-feira, 27 de Janeiro de 2010, 22:38

Prezado Sr. Ivan Garcia,

É com muito pesar que vou embora de Caldas Novas com uma imagem muito negativa justamente da Secretaria de Turismo.

Desde dezembro 2007/ janeiro, fevereiro e março 2008 eu corro atrás de informações da Secretaria de Turismo e não consigo obtê-las. Felizmente na sua entrevista feita no dia 20/01/2010 obtive alguns dados necessários à minha pesquisa.

Porém, independente do que foi dito pelo senhor durante a entrevista, “*na Secretaria de Turismo temos bastantes dados estatísticos*” eu já iria à Secretaria para obter informações gerais sobre o turismo na cidade, pois não caberia numa entrevista eu fazer todas as perguntas necessárias à minha pesquisa. Ademais, compete aos órgãos designados pela prefeitura a cederem dados a respeito do segmento – seja ele agrícola, ambiental, turístico, industrial dentre outros – sobre as respectivas atividades.

A primeira questão que me chamou muito a atenção foi justamente o atendimento das funcionárias. No último dia em que me dirigi à Secretaria minha indignação foi tamanha que cheguei a perguntar se elas eram funcionárias públicas e se tinham recebido treinamento para estarem atuando numa das funções que eu considero primordial para Caldas Novas, que é o atendimento ao turista. Pode ser que devido a minha atuação por mais ou menos 1 ano e meio nos Centro de Atendimento ao Turista - CAT's da Torre de TV e Aeroporto Internacional de Brasília, sugiro que além do treinamento dado a elas sobre os pontos turísticos da cidade, seja dado também um treinamento sobre atendimento ao público, independente se as informações procuradas forem sobre pontos turísticos ou não. O papel de um CAT é dar a mínima orientação a quem necessita de alguma informação, seja ela qual for.

A frustração ao sair da Secretaria de Turismo sem nenhum dado questionado (ver anexo) foi tamanha, que me dirigi à Secretaria de Administração por já ter entrado em contato com a Senhora Lilian Borges (por e-mail) que educadamente se prontificou a encontrar alguns dados ou a pelo menos me indicar onde eu acharia esses dados relativos ao turismo na cidade.

Dessa forma, ficam visíveis alguns pontos negativos em relação à gestão do turismo na cidade. Além da falta de planejamento turístico da cidade (muito visível), fica claro que também falta um planejamento da gestão do turismo à longo prazo, uma gestão eficiente do principal órgão do turismo de Caldas Novas (Secretaria de Turismo).

Creio eu que as funcionárias alocadas para a Secretaria de Turismo poderiam pelo menos no primeiro mês de trabalho conhecer ao menos o histórico do órgão o qual estão prestando serviço. Informações básicas não estão disponíveis. A falta de interesse e a simplicidade de dizer “*desculpe, mas não temos como responder as perguntas, pois somos novas nessa Secretaria*” mostra o quanto é fácil ser funcionário público descompromissado com a imagem da cidade para a qual presta serviço. Ao menos será que elas sabem desde quando elas começaram a receber os salários pela Secretaria de Turismo? Talvez fosse um bom indicativo a data que elas estão no cargo e poderia assim, indicar pelo menos há quanto tempo essa Secretaria está funcionando.

Enfim, não queria acreditar que justamente na Secretaria de Turismo não há dados básicos sobre o turismo na cidade. Além disso, ao chegar, nem um “Boa Tarde”, uma expressão facial de bem vinda ao CAT ou de bem vinda a Secretaria de Turismo (já que são juntos) temos. A frase “em que posso lhe ajudar” fica bem longe daquele lugar. Mas como eu não sei há quanto tempo elas estão ali, se há

meses ou há apenas uma semana...

Volto a agradecer a sua gentileza em me ceder a entrevista (que foi primordial para meu estudo), agradeço também a sua gentileza, presteza e competência para assumir duas pastas tão importantes para o futuro do turismo em Caldas Novas.

Assim que eu tiver a data marcada para minha defesa, lhe avisarei com 1 semana de antecedência. Será um imenso prazer tê-lo como convidado na minha defesa. Tenho até julho para terminar meu estudo, mas tentarei terminar antes disso.

Muito obrigada,
Cordialmente,
Priscila Bernardes Álvares

Sra. Lilian,
Aproveito para lhe enviar as perguntas em anexo. É o mesmo documento da Secretaria de Turismo.
Muito obrigada.
Fico aguardando.
Att,
Priscila

--- Em **ter, 26/1/10, Priscila Bernardes ÿfffc1lvares <pripry@yahoo.com.br>** escreveu:

De: Priscila Bernardes ÿfffc1lvares <pripry@yahoo.com.br>
Assunto: Sra. Lilian Borges
Para: administracao@caldasnovas.go.gov.br
Data: Terça-feira, 26 de Janeiro de 2010, 18:13

Prezada Sra. Lilian Borges,
Queria novamente agradecê-la pela presteza, educação, atenção, cordialidade e profissionalismo com que trata as pessoas que lhe procura.
Dentre aquelas perguntas que deixei com a senhora da Secretaria de Turismo, uma das principais questões que eu preciso saber é **quais as principais atividades econômicas da cidade e quanto que cada uma contribui para o PIB de Caldas Novas e o Estado de Goiás -pergunta**. Assim como a senhora hoje mesmo me disse, hoje é a construção civil a que mais contribui para o PIB interno. Ou seja, precisava saber dessas informações para ver em qual lugar está a contribuição do turismo...em segundo lugar ou em terceiro, quarto.....enfim.
Muitíssimo obrigada novamente!
Att,
Priscila B. A.
ps: a Secretaria de Turismo não soube me informar nem a partir de quando ela está funcionando. Como pode isso ??????

--- Em **seg, 18/1/10, Priscila Bernardes ÿfffc1lvares <pripry@yahoo.com.br>** escreveu:

De: Priscila Bernardes ÿfffc1lvares <pripry@yahoo.com.br>
Assunto: Principais Atividades Econômicas de Caldas Novas
Para: "Administração Secretária" <administracao@caldasnovas.go.gov.br>
Data: Segunda-feira, 18 de Janeiro de 2010, 16:24

Prezada Sra. Lilian Borges,

Primeiramente, gostaria de agradecer sua atenção.
Estou precisando de dados que fale sobre as principais atividades econômicas de Caldas Novas e quanto que cada uma (ex: agricultura, turismo, comércio) gera para o PIB interno da cidade e em relação ao Estado de Goiás. Será que eu poderia contar com a sua indicação para achar **quais as principais atividades econômicas da cidade e quanto que cada uma contribui para o PIB de Caldas Novas e o Estado de Goiás -pergunta**.

Estou na cidade para conseguir essas informações. Caso eu tenha que ir pessoalmente a alguma secretaria, estou a disposição.

Grata pela atenção,
Priscila

--- Em **qua, 13/1/10, Administração Secretária <administracao@caldasnovas.go.gov.br>** escreveu:

De: Administração Secretária <administracao@caldasnovas.go.gov.br>
Assunto: Re: Prefeitura Municipal de Caldas Novas: Plano Diretor
Para: "Priscila Bernardes Álvares" <pripry@yahoo.com.br>
Data: Quarta-feira, 13 de Janeiro de 2010, 12:56

Prezada Senhora Priscila Bernardes Alvares,

Em atendimento a Vossa solicitação informamos que no site oficial do município www.caldasnovas.go.gov.br encontra-se um ícone no lado esquerdo da tela denominado "serviços" e posteriormente outro "Plano Diretor" onde irá encontrar as informações desejadas.

Atenciosamente,

LILIAN BORGES - Chefe de Gabinete de Secretário
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Secretaria de Turismo de Caldas Novas, Goiás

Entrevistador(a): Priscila Bernardes Álvares

Data: 22/01/ 2010

Caro respondente,

Estas perguntas se destinam a levantar informações que amparam a pesquisa acadêmica que a mestrandia do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB), PRISCILA BERNARDES ÁLVARES, portadora da RG 2041 838 SSP-DF, está desenvolvendo sobre Turismo e Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Caldas Novas. Essa pesquisa tratará das perspectivas de sustentabilidade para a cidade. Sua participação é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. A presente pesquisadora estará à disposição para auxiliá-lo no caso de dúvidas pelo e-mail pripry@yahoo.com.br . Conto com a sua colaboração e desde já agradeço.

Ator Social: Poder Público de Caldas Novas (GO), representado pela Secretaria de Turismo
Localidade: Caldas Novas, Goiás.
Localização do Órgão:
Entrevistado:
Cargo efetivo:
Escolaridade:

Não recebendo qualquer informação da Secretaria de Turismo de Caldas Novas sobre essas perguntas, recorri à Secretaria de Administração. Muito gentilmente a Sra. Lilian Borges se prontificou a me ajudar a colher essas informações no primeiro momento, porém, posteriormente, via e-mail, mas não obtive resposta. Tudo em vão!

DADOS – SECRETARIA DE TURISMO (ST)

Obtenção de dados importantes:

1. Data de funcionamento da Secretaria de Turismo desde 12/2007 a 01/ 2010. Locais designados para a Secretaria de Turismo e, de fato, desde quando a Secretaria está atendendo ao público.

Aeroporto de Caldas Novas: de/...../..... a/...../..... // Houve atendimento ao público neste local? () Sim ou () Não

Praça Central: de/...../..... a/...../.....

2. Secretários de Turismo entre os anos de 12/2007 – 2008 - 2009 e 2010? (nome e tempo de mandato)
3. Qual seria o tempo de gestão dos secretários de turismo nesse governo? Durante esse tempo, quantos secretários de turismo já foram nomeados ao cargo?
De...../...../..... a/...../.....
4. Quantidade de turistas em Caldas Novas em alta temporada?
5. Quantidade de turistas em baixa temporada?
6. Perfil do turista de Caldas Novas (alta e baixa temporada)?
Alta temporada
Baixa Temporada
7. Qual o percentual da contribuição do turismo para o PIB de Caldas Novas? (*Se possível, também gostaria de obter da Secretaria de Turismo (ST) a contribuição do PIB de Caldas Novas para o Estado de Goiás*).
8. É a principal atividade econômica da cidade? O turismo é a atividade que mais emprega a comunidade? Em quais setores o turismo mais emprega a comunidade local?
9. Cadastro da rede hoteleira local (total de quantos meios de hospedagem existem na cidade/ apartamentos e leitos).
10. A ST investe em campanhas de conscientização ambiental para os turistas? De que forma?
11. As exigências de capacitação dos investimentos públicos em turismo devem solicitar, além dos requisitos de sucesso econômico, metas de atendimento de minorias excluídas. O turismo também é um fator de influência para os catadores de Caldas Novas. Qual é a posição da ST diante desses 'excluídos' que também são impactados pela atividade turística?
12. Os programas e projetos são os instrumentos de planejamento de maior concretização das ações. Existe em Caldas Novas a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas do turismo voltadas para o meio ambiente e para a questão social? Quais são?
13. Quais ações são adotadas pela ST que ressaltam a responsabilidade ambiental?
14. Quais ações são adotadas pela ST que ressaltam a responsabilidade social e cultural em Caldas Novas?

APÊNDICE II

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRETURADAS

[E1] Entrevistas com os catadores do depósito municipal de lixo de Caldas Novas, participantes da Cooperativa de Reciclagem de Caldas Novas (COOPERCAL).

1. Como ocorreu a formação da Cooperativa? A Cooperativa tem estatuto? (Breve histórico).
2. Há quanto tempo você é cooperado e presta serviço no “aterro” de Caldas Novas? Por que você escolheu trabalhar aqui no aterro e não nas ruas? Antes da Cooperativa você trabalhava em que?
3. Quem é o responsável por ela? Quanto tempo? Quem define a renda mensal dos catadores? Qual sua renda mensal? Como o lucro é dividido entre todos?
4. Quantos cooperados trabalham no “aterro”? Quantos homens, quantas mulheres, existem crianças que ajudam vocês? Como é a jornada do seu trabalho? Você trabalha no final de semana?
5. Como e onde é feita a seleção dos resíduos (lixo) que chega ao “aterro”? Quais os materiais separados e por quê? Se forem vendidos, para quem e para onde são encaminhados esses materiais? Como esse material é transportado? O que é feito com os rejeitos que não têm valor econômico?
6. Existem materiais tóxicos como pilhas, baterias, embalagens de produtos tóxicos que chegam ao “aterro”? O que são feitos com esses materiais? E os materiais de hospitais? São separados?
7. Qual foi o melhor e o pior lixo que você já encontrou aqui?
8. O que representa a coleta seletiva para você? A usina de triagem está funcionando? (o que significa essa usina de triagem desativada para a Cooperativa? Ela já funcionou algum dia? Parou de funcionar por quê? Gostariam que ela fosse reativada?).
9. O que é o turismo e os turistas para você? Na alta temporada vocês percebem diferença no lixo que é trazido para cá? Qual é a diferença? Quantidade? Tipo de material? O que significa a alta temporada em Caldas Novas? É melhor ou pior para a Cooperativa?
10. São fornecidos equipamentos de segurança, tipo: luvas, botas, máscaras, bonés, blusas de mangas compridas para você trabalhar aqui? Quem fornece? São detectados problemas de saúde nos cooperados por trabalharem aqui? Quais?
11. Você acha que contribui para o meio ambiente? De que forma? O que a Secretaria de Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Ação Social tem feito por vocês?
12. O que é o lixo turístico?

- **Gostaria de falar mais algum comentário?**

[E2] Entrevistas com os catadores autônomos que trabalham pelas ruas da cidade.

1. Você é nascido (a) em Caldas Novas ou veio morar aqui? Por quê?
2. Você sempre foi catador (a) de rua? Há quanto tempo você é catador (a) de recicláveis pelas ruas de Caldas Novas?
3. Você sabe da existência de alguma cooperativa de catadores aqui em Caldas Novas?
4. () Sim. Você é associado a ela? Por quê?
5. () Não. Por quê?
6. Quantos catadores você acha que tem em Caldas Novas? Existem catadores que vêm de cidades vizinhas catar aqui em alta temporada?
7. É feita coleta seletiva em Caldas Novas? Quais as dificuldades que você encontra ao coletar lixo em Caldas Novas?
8. Para onde são levados os resíduos que o senhor coleta? Existe algum comprador?
9. Qual é a média de renda que você arrecada com a catação de resíduos?
10. Quantas horas você trabalha por dia? Você vê diferença na época de alta temporada e de baixa temporada? Qual?
11. O que significa o turismo para você? E os turistas?
12. Os resíduos dos hotéis representam o que para você?
13. Você pode catar em qualquer lugar e a qualquer hora? Existe alguma interferência da Prefeitura no seu trabalho?
14. Existe um melhor lixo e um pior lixo?
15. O que é o lixo turístico?
 - **O (a) senhor (a) gostaria de dizer mais algum comentário?**

[E3] Entrevista com o Secretário de Turismo e do Meio Ambiente

1. A cidade tem um planejamento turístico para que essa atividade se dê de forma sustentável?
2. O senhor acha que o turismo de Caldas Novas se dá de forma sustentável? Sim ou Não? Por quê? O que é Turismo Sustentável para a Secretaria de Turismo de Caldas Novas?
3. Existem diretrizes (no planejamento turístico) que contempla a questão dos resíduos sólidos urbanos?
4. Qual a relação entre o turismo e a geração de lixo na cidade? Quais as implicações e conseqüências dessa relação?
5. Quais são os problemas relativos aos resíduos sólidos em Caldas Novas? O lixo é um problema para o desenvolvimento do turismo em Caldas Novas?
6. Caldas Novas, de acordo com o Ministério do Turismo faz parte dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Quais são as diretrizes que o MTur repassa para vocês em relação a gestão dos resíduos sólidos urbanos?
7. Quem são os maiores produtores de resíduos na cidade?
8. A ST e SMA instruem a rede hoteleira em relação à geração e gerenciamento dos resíduos? E em relação aos turistas, a ST investe em campanhas de conscientização ambiental para os turistas? De que forma? O poder público repassa orientações e/ou incentivos para que o hotel adote sistemas de gestão ambiental? Como é feito? E em relação aos RSU, existe alguma orientação? Como é feito em alta temporada?
9. Como funciona atualmente a coleta de lixo da cidade de Caldas Novas?
10. Como é feita a gestão dos resíduos em Caldas Novas nas altas temporadas?
11. Existe coleta seletiva? {Quais os bairros são contemplados? Como é feita a operacionalização da coleta? Existem ações integradas entre a Prefeitura e a empresa que coleta o lixo de Caldas Novas no sentido de melhorar a gestão dos RSU? Existe alguma política relacionada à política dos 3 R (Redução, Reaproveitamento e Reciclagem?)}.
12. Existe um plano de gerenciamento integrado de RSU para Caldas Novas? {Acesso a esse plano?}
13. O que é o lixo turístico? Ela gera impactos para a cidade? Como ele deve ser tratado?
14. O que os catadores de lixo representam para as secretarias do Meio Ambiente e do Turismo de Caldas Novas? Existem catadores de outras cidades vizinhas que na época de alta temporada vem catar em Caldas Novas? De onde eles vêm e onde eles ficam? Como eles fazem para vender o que eles catam? Isso é bom ou ruim? Existem pessoas que na época de alta temporada trocam de trabalho e passam a catar?

15. Foi feito um EIA/RIMA do “aterro” em Calda Novas. Esse EIA/RIMA foi aprovado pela AGMA - Agência Goiana de Meio Ambiente? O aterro já recebeu o licenciamento ambiental? Sim ou não e por quê?

- **Gostaria dizer mais algum comentário?**

[E4] Entrevista com gestores hoteleiros

MISSÃO DO HOTEL:

VISÃO DO HOTEL:

REGISTRADO NO MINISTÉRIO DO TURISMO PELO NÚMERO:

CLASSIFICADO PELA ABIH – CATEGORIA:

1. O senhor acha importante a adoção de práticas de responsabilidade ambiental e social nos empreendimentos hoteleiros? Por quê?
2. A política institucional desse hotel estabelece princípios ambientais e sociais? Quais?
3. Como esta pesquisa trata especificamente de Resíduos Sólidos Urbanos, o senhor sabe o que acontece com o lixo desse hotel? Como e quem faz a coleta de lixo do hotel? O hotel se preocupa com o destino final do lixo? De que forma?
4. Há monitoramento dos tipos e volumes de lixo gerado por esse hotel? Como é feito esse monitoramento? Quais os resultados mais relevantes obtidos? Existe uma pessoa responsável pela gestão do lixo desse hotel? O hotel tem conhecimento da Política dos 3 Rs (redução, reaproveitamento e reciclagem)? É adotada pelo hotel?
5. Existe a coleta seletiva neste hotel? Como é feita? Existem locais específicos nas UHs para a seleção do lixo ou esta coleta é feita apenas nos lugares de uso comum dos hóspedes?
6. Os produtos poluentes são identificados e catalogados? Para onde são mandadas as embalagens desses produtos? O que é feito com os materiais tóxicos, como pilhas, baterias etc?
7. Há compostagem dos resíduos orgânicos? O que é feito com esses resíduos? Onde eles são depositados?
8. O hotel conhece o PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável? Procura seguir e aplicar a Norma do Instituto de Hospitalidade NIH – 54:2004? O hotel busca a Certificação Ambiental oferecido pela ABIH que oferece o Selo de Compromisso Ambiental – Hospedes da Natureza? O hotel conhece e/ou aplica a ISO 14000?
9. Existe por parte do poder público – principalmente por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Turismo – orientações e/ou incentivos para que o hotel adote sistemas de gestão ambiental? Como é feito? E em relação aos RSU, existe alguma orientação? Como é feito em alta temporada?
10. Você acha que adoção de práticas ambientais corretas pode trazer lucro para esse empreendimento? De que forma? A variável ambiental é considerada uma estratégia competitiva? Os hóspedes/clientes desse hotel fazem alguma exigência sobre a questão ambiental?

11. Existe uma parceria entre o hotel e os catadores de recicláveis? Como é que os hotéis lidam com os catadores de recicláveis que recolhem materiais nos contêineres externos do hotel?

16. O que é o lixo turístico? Ela gera impactos para a cidade? Como ele deve ser tratado?

- **O (a) senhor (a) gostaria de dizer mais algum comentário?**

[E5] Entrevista com o gerente geral da Capital Construtora e Limpeza – empresa responsável pela coleta e transporte dos resíduos em Caldas Novas, Goiás.

Obs:entrevista para grupos ou turistas sozinhos.

1. Você é turista? Vocês são turistas? De onde vocês vieram?
2. Vocês acham Caldas Novas uma cidade limpa? Vocês observaram se tem ou não muito lixo espalhado pelas ruas? Qual é a percepção de vocês a respeito da limpeza pública da cidade?
3. Vocês estão hospedados em hotel?
 - a. Se responderem:
 - i. **(SIM)**. No hotel que vocês estão hospedados tem alguma orientação/indicação para a coleta seletiva?
 - ii. **(NÃO)**. Vocês vêem indicação para a coleta seletiva na cidade?
4. Vocês se preocupam com o lixo que vocês deixam aqui? De que forma? Vocês fazem a coleta seletiva?
5. Vocês já viram catadores de recicláveis (ou lixo) pelas ruas, shows, perto dos hotéis?
6. O que é o lixo turístico? Ela gera impactos para a cidade? Como ele deve ser tratado?
 - **O (a) senhor (a) gostaria de dizer mais algum comentário?**

[E6] Entrevista com o gerente geral da Capital Construtora e Limpeza – empresa responsável pela coleta e transporte dos resíduos em Caldas Novas, Goiás.

1. Essa empresa é pública ou particular?
2. Já faz quanto tempo que a empresa tem contrato com a Prefeitura de Caldas Novas?
3. Qual é a quantidade de funcionários da Nova Capital? Todos têm carteira assinada ou existem diaristas para épocas de alta temporada?
4. Quais são os problemas relativos aos resíduos sólidos no município de Caldas Novas?
5. Como é realizada a coleta dos resíduos sólidos em Caldas Novas? Dias, horas, qual é a frota disponível em baixa temporada e em alta temporada?
6. O que significa a alta temporada na cidade para a empresa?
7. Os resíduos são coletados separadamente em **orgânicos** (restos de podas de árvore, comida e etc.) e **secos** (Plásticos, latas, papel e vidro)? Existe a coleta seletiva?
8. () Sim () Não
9. Justifique sua resposta:
10. Existem empresas que compram o lixo seco de Caldas Novas? Em caso afirmativo, em que local?
11. Existe orientação por parte de vocês para a comunidade e para os turistas sobre a destinação dos resíduos sólidos?
12. Existe alguma política relacionada à política dos 3Rs (Redução, Reaproveitamento e Reciclagem)? Em caso afirmativo, qual(is)?
13. Essa empresa, em parceria com a Prefeitura de Caldas Novas, desenvolve algum programa de Educação Ambiental para os moradores e turistas da cidade? Sim ou Não. De que forma?.
14. Quais as principais ações que a Nova Capital tem feito, ou já foram feitas, ou irá fazer para estimular as práticas de redução, triagem e reciclagem dos RSU de Caldas Novas?
15. A Nova Capital orienta a rede hoteleira quanto ao tratamento e destinação dos RSU produzidos, ou apenas recolhe o lixo produzido pela hotelaria local?
16. O que é o lixo turístico? Ela gera impactos para a cidade? Como ele deve ser tratado?

- **O senhor gostaria de dizer mais algum comentário?**

APÊNDICE III

A LÓGICA DA AMOSTRAGEM NÃO-PROBABILÍSTICA

A lógica da amostragem da pesquisa para os turistas de Caldas Novas foi a seguinte:

1. Lista do Sindicato de Hotéis, Restaurante, Bares e Similares de Caldas Novas e Rio Quente - SINDHORGS estão catalogados 78 meios de hospedagem. Em outras fontes, como sites não oficiais e propagandas da cidade, pode-se observar que são citados 101 meios de hospedagens, como na lista da ABIH. Optou-se por utilizar a lista do SINDHORGS porque nela, todos os hotéis estão discriminados.
2. Os 10% dos 78 meios de hospedagens citados na lista = 7,8%
3. Dessa forma, foram selecionados e já foram entrevistados 8 hotéis da seguinte forma:

✓ 2 hotéis com + de 100 UHs:

HOTEL A	526 UH
HOTEL B	420 UH

✓ 2 hotéis com – de 100 UH's:

HOTEL C	62 UH
HOTEL D	66 UH

✓ 2 hotéis com – de 50 UH's:

HOTEL E	28 UH
HOTEL F	20 UH

✓ 2 pousadas com – 10 UH's:

HOTEL G	09 UH
HOTEL H	08 UH

Total de UH's = 1139

Desse total de Unidades Habitacionais foram tirados 10% para entrar na conta da entrevista dos turistas. Dessa forma, foram entrevistados no total 114 turistas.

Desses 114 foram tirados os 10% para turistas e filmados = 12 turistas.

Foram visitados 22 hotéis e foram obtidas 8 entrevistas.

APÊNDICE IV

Política Nacional de Resíduos Sólidos	
1991	PL nº. 203/91 dispõe "sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde."
2005	Elaborada a Política Nacional dos Resíduos Sólidos -PNRS
2006	Aprovação do Relatório Substitutivo – que trata do PL 203/91 acrescido da liberação da importação de pneus usados no Brasil. Aprovação do Decreto n. 5.940/06 que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
2007	Primeira iniciativa do Executivo sobre a matéria - governo encaminhou o anteprojeto à Câmara dos Deputados, que foi editado como Projeto de Lei nº 1.991, de 2007 e apensado e juntado a outros mais de cem projetos relacionados e que já tramitavam na Câmara Federal apensados ao PL 203/91, mais antigo.
2008	Constituição de Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara dos Deputados
2009	Previsão de votação em Plenário – 2º semestre 2009 (o que não ocorreu).
2010	Diretrizes nacionais da PNRS é aprovada em plenário pela Câmara dos Deputados em março, porém, ainda em tramitação no Congresso Nacional. Até o mês de maio ela deverá ser votada no Senado Federal.
Alguns dos principais pontos proposto pelo PL nº.203 de 1991/2007	
<ul style="list-style-type: none">• Gestão integrada;• Instrumentos econômicos;• Coleta Seletiva;• Controle Social;• Planos de gestão (em nível Nacional, dos Estados e Municípios);• Plano de gerenciamento de resíduos (setor empresarial);• Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;• Não-geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos;• Inventário de resíduos;• Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;• Logística reversa;• Princípios do direito ambiental;• Inclusão social por meio do fortalecimento das cooperativas de catadores.• Acordos setoriais;• Sistema declaratório anual.	

APÊNDICE V

QUADRO 12 – Compreensão do que é LIXO TURÍSTICO

ATORES	REPOSTA	Nº DE OCORRENCIAS
PODER PÚBLICO LOCAL – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE TURISMO → Reciclável → Lixo Rico → Consumo → Esgoto		1
GESTORES HOTELEIROS → Lixo dos hóspedes → Lixo deixado pelos hóspedes → Lixo de turista → Excesso de lixo do hotel → Latinhas, papel, sujeiras → Lixo que fica na cidade		8
CAPITAL – empresa responsável pelo recolhimento e transporte do lixo em Caldas Novas → Lixo da temporada → Mais dinheiro		1
CATADORES – autônomos que trabalham pelas ruas da cidade e os catadores que trabalham no “aterro” → É o reciclável → Material de trabalho → Renda → Sobrevivência → Lata, papelão, garrafa pet → Lixo que fica dos turistas		26
TURISTAS → Lixo deixado pelos turistas → Latinhas → Material reciclável → Todo tipo de lixo → Detritos, defecar, alimentar, comprar (consumo) → Sujeira da cidade → Lixo de quando a cidade está cheia (alta temporada) → Nosso lixo		114

ANEXOS

Por decisão da banca os anexos poderão ser acessados mediante contato com a autora deste estudo.

Email: pripry@hotmail.com

- ANEXO I:** Termo de Ajustamento de Conduta.
- ANEXO II:** Relatórios/Controle do peso das toneladas de resíduos desde 2005 a 2009.
- ANEXO III:** Cronograma de Trabalho para a Coleta do Lixo Doméstico em Caldas Novas.
- ANEXO IV:** Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos de Caldas Novas – Secretaria do Meio Ambiente 2010.
- ANEXO V:** Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei Nº 14.248, de Julho de 2002.
- ANEXO VI:** Lei Municipal Nº 1604/2009.
- ANEXO VII:** EIA/RIMA do depósito municipal de lixo.
- ANEXO VIII:** Levantamento da situação socioeconômica dos catadores de Caldas Novas feito pela Secretaria do Meio Ambiente – 2009.
- ANEXO IX:** Lista dos meios de hospedagem – SINDHORGs.
- ANEXO X:** Composição gravimétrica – 2009.
- ANEXO XI:** Variabilidade da gestão da atividade turística pelos vários setores da administração pública (BENI, 2006).
- ANEXO XII:** Indicadores suplementares do turismo sustentável.
- ANEXO XIII:** Questionário sobre o manejo de resíduos sólidos – MRS (PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – 2008).
- ANEXO XIV:** Agenda 21 sobre viagens e turismo.
- ANEXO XV:** Meios de Hospedagem em Caldas Novas.
- ANEXO XVI:** Mapa com os destinos, regiões e municípios turísticos no Brasil.
- ANEXO XVII:** Substitutivo da PNRS com o conteúdo mínimo que um plano municipal de gestão integrada deve conter.
- ANEXO XVIII:** Projeto Recycle com Arte.